

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

NADIR LEANDRO DE SOUZA

**O PARQUE CINTURÃO VERDE DE CIANORTE: DE
FRAGMENTAÇÃO FLORESTAL À ÁREA PROTEGIDA NO ESPAÇO
URBANO**

**Maringá
2015**

NADIR LEANDRO DE SOUZA

**O PARQUE CINTURÃO VERDE DE CIANORTE: DE
FRAGMENTAÇÃO FLORESTAL À ÁREA PROTEGIDA NO ESPAÇO
URBANO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia. Área de Concentração: Análise Regional e Ambiental do Departamento de Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Luiz Domingos de Angelis

**Maringá
2015**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Campus Regional de Cianorte - UEM, Cianorte - PR, Brasil)

S729p Souza, Nadir Leandro de
O Parque Cinturão Verde de Cianorte : de
fragmentação florestal à área protegida no espaço
urbano / Nadir Leandro de Souza. -- Maringá, 2015.
272 f. : il.col. figs. tabs. mapas

Orientador: Prof. Dr. Bruno Luiz Domingos De
Angelis.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2015.

1. Cianorte. 2. Parque Cinturão Verde. 3. Lugar.
4. Unidades de conservação. 5. Patrimônio natural.
I. De Angelis, Bruno Luiz Domingos, orient. II.
Título.


CDD 23.ed. 910.1635977
MRP-030009

O PARQUE CINTURÃO VERDE DE CIANORTE: DE FRAGMENTAÇÃO FLORESTAL
À ÁREA PROTEGIDA NO ESPAÇO URBANO

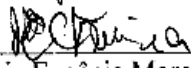
Tese de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Análise Ambiental.

Aprovada em 29 de abril de 2015.


BANCA EXAMINADORA



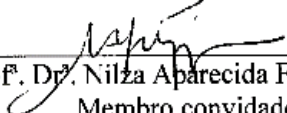
Prof. Dr. Bruno Luiz Domingos De Angelis
Orientador - UEM
Universidade Estadual de Maringá



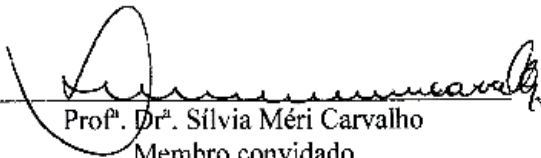
Prof.ª Dr.ª Maria Eugênia Moreira Costa Ferreira
Membro convidado
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr. Arnel Eduardo do Amaral Ecker
Membro convidado
Universidade Estadual de Maringá



Prof.ª Dr.ª Nilza Aparecida Freres Stipp
Membro convidado
UEL



Prof.ª Dr.ª Sílvia Méri Carvalho
Membro convidado
UEPG

DEDICO ESTE TRABALHO

...em especial aos meus pais, Seu Lourenço e Dona Luzia, que me ensinaram o caminho da dignidade e da persistência e, com satisfação viram nascer essa conquista.

...a todos, que no dia 29 de abril de 2015, na Praça Nossa Senhora de Salette em Curitiba, capital do estado do Paraná, exatamente no dia e hora que estava na defesa deste trabalho, eram massacrados pela violência desmedida, por ordem de um governo cruel, desumano, desrespeitoso, antidemocrático, insano!

...que a luta empreendida por cada um dos meus colegas, não tenha sido em vão!

...que as praças, os lugares públicos sirvam ao povo, à democracia, às manifestações, festas e alegria! Que nunca mais sejam palco de violência, de lágrimas, de sangue, de dor, de angústia e descrença...

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por me permitir chegar até aqui, pois construiu todas as condições, aplainando as veredas, reduzindo os obstáculos, apaziguando as angústias e apontando as soluções.

Ao Prof. Dr. Bruno De Angelis, meu orientador, que se ocupou da tarefa mais próxima.

Ao Prof. Dr. Generoso De Angelis, quem primeiro acreditou que eu seria capaz de fazer ciência.

Aos professores e colegas de curso, pois caminhamos juntos em mais uma jornada da vida. Em especial, à Rafaela De Angelis que sempre esteve pronta a me ajudar a resolver problemas, quando a distância me impedia.

Aos meus colegas de trabalho do Colégio Estadual D Bosco e do Colégio Estadual Cianorte, em Cianorte por me ajudarem com os horários sempre que possível e pela consideração dispensada.

A Direção do Colégio Estadual Cianorte onde atuo, a Prof^a. Jane e a Prof.^o Silmara pela boa vontade e compreensão.

Aos servidores da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Cianorte pela disposição em me atender.

A Sandra Rabassi, arquiteta em Cianorte, que dispôs de dados para a elaboração do material cartográfico.

A Minha família que me acolhe e me fortalece

Aos meus queridos amigos. Obrigada!

*Não são as ervas más que afogam a boa semente, e sim a negligência do lavrador.
(Confúcio)*

RESUMO

A existência de áreas naturais protegidas em cidades ao mesmo tempo que contribui para a melhoria das condições ambientais dos espaços urbanos e suas populações, estabelece restrições aos moradores e ao organismo urbano como um todo. Em contrapartida, essas áreas são pressionadas e impactadas pelo conjunto da cidade e pelas ações dos seus habitantes. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar, por meio de estudo de caso, a importância de áreas naturais protegidas, especificamente as unidades de conservação, no arranjo urbano, ou seja, as finalidades ambientais dessas áreas, a interferência destas quanto as prerrogativas da expansão do tecido urbano e os anseios da população por espaços de lazer em áreas ambientalmente protegidas. Foram admitidas duas hipóteses a) a presença de áreas naturais protegidas em cidades pode impulsionar o planejamento urbano em consonância aos aspectos naturais e também pode interferir na expansão e ordenamento do tecido urbano; (b) Áreas naturais protegidas, a exemplo do Parque Cinturão Verde, na realidade, pouco acolhem as aspirações dos moradores, por espaços de lazer nos locais onde se inserem, além de comprometer os objetivos de preservação aventados para a área. O estudo empírico tem como referência o Parque Cinturão Verde de Cianorte, em Cianorte, cidade da Mesorregião Noroeste do Estado do Paraná. O ordenamento do estudo processou-se a partir de revisão teórica sobre o tema em questão; caracterização histórica da evolução do lugar; análise de documentos oficiais da cidade e da legislação que disciplina as áreas naturais protegidas e do patrimônio natural. Como resultado da pesquisa, pode-se afirmar que Cianorte, desde o seu projeto original, esteve associada a existência dos fragmentos florestais, remetendo-a a ideia de cidade-jardim inglesa; expressa a capacidade transformadora dos grupos humanos sobre a paisagem natural e conseqüente luta de alguns para a manutenção de frações dessa paisagem como patrimônio natural, como registro da história do lugar. Também, o uso da área pelos moradores está diretamente relacionado a infraestrutura, pois a população está presente naqueles espaços que lhes oferecem algumas condições estruturais. Conclui-se que o empoderamento por meio do conhecimento ambiental dos moradores de Cianorte, sobre as especificidades do Parque favorecerá sua preservação.

Palavras – chave: Cianorte; Parque Cinturão Verde; Lugar; Unidades de conservação; Patrimônio natural.

ABSTRACT

The existence of protected natural areas in cities at the same time contributing to the improvement of environmental conditions of urban areas and their populations, establishes restrictions on residents and the urban organism as a whole, on the other hand are pressed and impacted by the city assembly and the actions of its inhabitants. Thus, this study aims to analyze, through a case study, the importance of protected natural areas, specifically protected areas, urban arrangement, ie the environmental objectives of these areas, the effect of these as the prerogatives the expansion of the urban fabric and the aspirations of the population for recreational areas in environmentally protected areas. Two hypotheses were admitted a) the presence of protected natural areas in cities can boost urban planning in line to natural elements and can also interfere with expansion and planning of the urban fabric. (b) Protected natural areas, such as the Green Belt Park, in reality, little welcome the aspirations of residents by leisure facilities in the places where they operate and compromise the conservation objectives bandied about for the area. The empirical study has reference to the Green Belt Park Cianorte in Cianorte, City of Greater Region Northwestern Paraná. The study planning proceeded from literature review on the topic in question; historical characterization of the evolution of the place; analysis of official documents of the city and legislation for protected natural areas and natural heritage. As a result of the research, it can be said that Cianorte, from its original design, was associated with the existence of forest fragments, referring to the English garden city idea; the transforming capacity of human groups on the natural landscape and the consequent struggle for the maintenance of some fractions of this landscape as natural heritage, as record of the history of the place. Also the use of the area by residents is directly related to infrastructure, as in the existing areas in other urban centers analyzed in this study, the population is present in those spaces that offers them some structural conditions. It follows that the empowerment environmental knowledge of Cianorte residents about the specifics of the Park will favor its preservation

Key - words: Cianorte; Parque Cinturão de Cianorte; place; protected areas; natural heritage;

LISTA DE FIGURA

| | |
|--|-----|
| Figura 1: Mapa de localização da área de estudo - Município de Cianorte/Pr..... | 24 |
| Figura 2: Localização da área total (545 mil alqueires) CNTP/CMNP | 50 |
| Figura 3: Malha urbana da cidade de Londrina, 2008 | 58 |
| Figura 4: Malha urbana da cidade de Maringá, 2010. | 60 |
| Figura 5: Malha urbana da cidade de Umuarama, 2010. | 63 |
| Figura 6: Plano Original de Jorge de Macedo Vieira - cidade de Cianorte..... | 66 |
| Figura 7: Parque Municipal Arthur Thomas, Londrina - Paraná | 70 |
| Figura 8: Principais fragmentos florestais de Maringá: (Bosque I, Bosque II e Horto Florestal) | 73 |
| Figura 9: Bosque I – Parque do Ingá, Maringá – Paraná. | 74 |
| Figura 10: Bosque II – Parque Florestal dos Pioneiros, Maringá – Paraná..... | 75 |
| Figura 11: Horto Florestal Dr. Luís Teixeira Mendes, Maringá - Paraná | 76 |
| Figura 12: Bosque Uirapuru, Umuarama – Paraná. | 78 |
| Figura 13: Bosque Xetás, Umuarama – Paraná..... | 80 |
| Figura 14: Planta do Patrimônio de Cianorte..... | 81 |
| Figura 15: Fragmentos de vegetação nativa em Cianorte, em 2011..... | 82 |
| Figura 16: Área constante no projeto da CMNP - Parque Mandhuy, 1993. | 85 |
| Figura 17: Comparação entre os fragmentos de vegetação doados e o cinturão verde de Macedo Vieira..... | 88 |
| Figura 18: Parque Municipal Cinturão Verde..... | 89 |
| Figura 19: Evolução da malha urbana de Cianorte (2014)..... | 95 |
| Figura 20: Planta do Patrimônio de Cianorte – Projeto de Jorge Vieira Macedo..... | 97 |
| Figura 21: Mapa de Cianorte, destacando-se a zona rural – subdivisão em lotes. . | 100 |
| Figura 22: Pontos de erosão na cidade de Cianorte – Paraná..... | 102 |
| Figura 23: Jardim Cassidori/Jardim Paraiso - ausência de infraestrutura..... | 115 |
| Figura 24: Área desmatada com destaque para os loteamentos Century Park, Alpha Club e ETE da SANEPAR. | 116 |
| Figura 25: Vias de tráfego entre os lot. do Setor Noroeste e o Plano original. | 124 |
| Figura 26: Localização das Av. Piauí e Minas Gerais no entorno do PCVC | 126 |
| Figura 27: Recorte da localização do Loteamento Villa Vicenza..... | 128 |
| Figura 28: Mapa Rural de Cianorte, subdivisões dos lotes | 130 |
| Figura 29: Croqui do Novo Centro de Cianorte (Lot. 104)..... | 131 |

| | |
|---|-----|
| Figura 30: Início das obras de infraestrutura do Novo Centro | 132 |
| Figura 31: Relação entre expansão urbana e população urbana..... | 134 |
| Figura 32: Expansão da área urbana de Cianorte no período de 1953-2014..... | 135 |
| Figura 33: (A) Cidade Planeja por Macedo Vieira; (B) Cidade Construída; (C) Cidade Consolidada | 136 |
| Figura 34: Parque Cinturão Verde – Fases de expansão da área..... | 139 |
| Figura 35: Área original do Parque Cinturão Verde – 2000..... | 140 |
| Figura 36: Localização do bosque remanescente de floresta nativa incluído no território do PCVC em 2004 | 141 |
| Figura 37: Área do Parque Cinturão Verde – 2004..... | 141 |
| Figura 38: Localização do bosque remanescente de floresta nativa incluído no território do PCVC em 2004. | 142 |
| Figura 39: Área do Parque Cinturão Verde – 2006 | 143 |
| Figura 40: Área do Parque Cinturão Verde – 2010 | 145 |
| Figura 41: Localização da área remanescente de floresta nativa, onde localiza-se o Campus Extensão da UEM -incluída no território do PCVC em 2013.... | 146 |
| Figura 42: Localização da área remanescente de floresta nativa incluída no território do PCVC em 2013..... | 147 |
| Figura 43: Área do Parque Cinturão Verde – por módulo. 2013 | 148 |
| Figura 44: Área do Parque Cinturão Verde – 2013 | 150 |
| Figura 45: Bando de <i>Nasua nasua</i> (Quatis) evadindo-se da mata em direção as residências. | 165 |
| Figura 46: Placa educativa no entorno do Parque Cinturão Verde de Cianorte | 166 |
| Figura 47: Folder da Primeira Mostra Científica do Parque Cinturão Verde. | 167 |
| Figura 48: Ação de Reflorestamento no PCVC – (A) Projeto Guardiões da Natureza; (B) Crianças - Projeto Florestas Patrocinadas;(C) Brigada da SMMA; (D) Alunos da Educação Infantil - Ensino Fundamental. | 170 |
| Figura 49:Retirada de vegetação rasteira (capim coloniã e samambaia) do PCVC com uso de máquina pesada | 170 |
| Figura 50: Concurso para escolha da mascote do Parque Cinturão Verde (A) Equipe da SMMA analisando os desenhos das mascotes; (B) Mascote Ivinho, desenho de Diana de Faria Goldin..... | 173 |
| Figura 51: Zoneamento do Parque Municipal Cinturão Verde | 189 |
| Figura 52: Setores Censitários Entorno do Parque Cinturão Verde de Cianorte..... | 191 |

| | |
|---|-----|
| Figura 53: Total de domicílios e de moradores nos Setores Censitários do entorno do PCVC | 192 |
| Figura 54: Postes de iluminação do tipo republicanos no entorno do módulo Perobas do Parque Cinturão Verde..... | 198 |
| Figura 55: Postes de alumínio no entorno do módulo Mandhuy do Parque Cinturão Verde..... | 199 |
| Figura 56: Realização de melhorias e processo de reflorestamento do módulo Mandhuy. A) Retirada de capim colonião e samambaias; B) Mudanças de espécies nativas plantadas nas áreas limpas; (C e D) Pista de caminhada no setor oeste do módulo. | 201 |
| Figura 57: Entorno do módulo Mandhuy/PCVC – área correspondente ao item A. | 201 |
| Figura 58: Aspectos da cobertura vegetal do módulo Mandhuy – PCVC..... | 203 |
| Figura 59: Vista aérea do PCVC – Módulos Fantasminha, Uruçora e Perobas. | 204 |
| Figura 60: Parte do Parque Cinturão Verde de Cianorte (Módulos Fantasminha e Perobas)..... | 205 |
| Figura 61: Mapa da rede de drenagem da área urbana de Cianorte..... | 217 |
| Figura 62: Interior do módulo Fantasminha - presença de lixo no leito do rio Fantasminha..... | 222 |
| Figura 63: Interior do módulo Mandhuy – leito e margens do córrego Mandhuy repleto de lixo | 223 |
| Figura 64: Resíduos carregados pelas águas pluviais para o leito do córrego Fantasminha..... | 223 |
| Figura 65: Resíduos domésticos fazem parte da paisagem em alguns pontos do Parque..... | 224 |

LISTA DE TABELA

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 – Loteamentos implantados nas décadas de 1970 e 1980 – Cianorte..... | 109 |
| Tabela 2 - Loteamentos implantados na década de 1990 – Cianorte..... | 114 |
| Tabela 3 – Terceira Expansão do PCVC - Áreas incluídas em 2010..... | 144 |
| Tabela 4 – Quarta Expansão do PCVC - Áreas incluídas em 2013..... | 145 |
| Tabela 5 – Repasses anuais de ICMS Ecológico do governo do Paraná ao município de Cianorte..... | 181 |
| Tabela 6 - Repasses de ICMS Ecológico para as unidades de conservação | 182 |
| Tabela 7 – População por faixa etária nos setores censitários selecionados no entorno do PCV..... | 193 |
| Tabela 8 – Infraestrutura existente nos módulos do Parque Cinturão Verde..... | 194 |
| Tabela 9 – Renda do responsável pelo domicílio dos setores censitários no entorno do PCVC..... | 197 |
| Tabela 10 — Distribuição entre Gênero e Responsáveis pelo domicílio no entorno do PCVC | 206 |
| Tabela 11 - Moradores alfabetizados residentes no entorno do Parque Cinturão Verde..... | 207 |
| Tabela 12 - Infraestrutura dos parques de Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama..... | 211 |
| Tabela 13 - Infraestrutura dos domicílios do entorno do Parque Cinturão Verde.... | 213 |
| Tabela 14 – Situação do abastecimento de água nos módulos do entorno do PCVC | 215 |
| Tabela 15 – Destino de esgoto doméstico dos domicílios do entorno do Parque Cinturão Verde..... | 216 |
| Tabela 16 - Coleta de resíduos nos domicílios de entorno do PCVC..... | 221 |
| Tabela 17 – Iluminação pública e acesso a rede de energia elétrica pelo domicílio do entorno do PCVC..... | 228 |
| Tabela 18 - Arborização nos logradouros dos domicílios do entorno do PCVC..... | 229 |
| Tabela 19 - Pavimentação nos logradouros dos domicílios do entorno do PCVC...231 | |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 – Módulos do Parque Cinturão Verde de Cianorte..... | 90 |
| Quadro 2 - Categorias do Sistema Nacional de Unidades de Conservação | 155 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 17 |
| Objetivo Geral | 18 |
| Objetivos específicos | 19 |
| Pressupostos Metodológicos..... | 19 |
| CAPÍTULO I – O CONTEXTO TEÓRICO-CONCEITUAL E AS ABORDAGENS GEOGRÁFICAS PARA ANÁLISE..... | 28 |
| 1.1 – A análise regional na Geografia e a região | 28 |
| 1.2 – A abordagem da Geografia Humanística | 36 |
| 1.2.1 - Lugar: conceito fundamental da Geografia Humanística | 38 |
| CAPITULO II – A CONSTRUÇÃO DE CIANORTE NO CONTEXTO REGIONAL E LOCAL..... | 47 |
| 2.1 – O processo histórico de formação do lugar habitado – Cianorte..... | 48 |
| 2.2 – Os principais núcleos urbanos estabelecidos pela companhia Melhoramentos Norte do Paraná | 55 |
| 2.2.1 – Londrina: a primeira cidade da CMNP | 57 |
| 2.2.2 - Maringá: o primeiro projeto de Jorge de Macedo Vieira | 59 |
| 2.2.3 – Umuarama: o quarto núcleo principal fundado pela CMNP | 61 |
| 2.2.4 - Cianorte: o segundo projeto urbanístico de Jorge de Macedo Vieira | 63 |
| 2.3 – Os fragmentos florestais nos principais núcleos urbanos formados pela CMNP. | 69 |
| 2.3.1 - Londrina: O Parque Municipal Arthur Thomas..... | 69 |
| 2.3.2 – Maringá: os bosques florestados de Jorge de Macedo Vieira | 72 |
| 2.3.3 – Umuarama: Bosque dos Xetá e o Bosque Uirapuru | 78 |
| 2.3.4 – A presença da floresta no espaço urbano de Cianorte | 80 |
| 2.4 – Apreciação da evolução dos fragmentos florestais descritos no contexto urbano dos referidos núcleos urbanos | 92 |
| CAPITULO III – A EXPANSÃO URBANA DE CIANORTE E A PRESENÇA DO PARQUE CINTURÃO VERDE..... | 94 |

| | |
|--|-----|
| 3.1 – A primeira fase de expansão de Cianorte: atuação privilegiada da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná | 96 |
| 3.2.1 – As florestas existentes no plano original de Jorge de Macedo Vieira e os processos erosivos | 101 |
| 3.3 - A segunda fase de expansão de Cianorte: extrapolação do plano original de Jorge de Macedo Vieira | 106 |
| 3.3.1. Primeiro período (1978 – 1989) - crescimento lento e adição de novas áreas..... | 107 |
| 3.3.2. Segundo período (1990 – 1999) - ascendência do setor privado na expansão da malha urbana. | 112 |
| 3.4 - A terceira fase de expansão de Cianorte: novos eixos de expansão da malha urbana | 119 |
| 3.4.1- Setor Sudoeste: continuidade do processo estabelecido nas décadas de 1980 e 1990..... | 120 |
| 3.4.2 – Eixo Leste: alargamento da malha urbana | 120 |
| 3.4.3 – Eixo Noroeste: ocupação de espaços separados do plano original pelo “Cinturão Verde de Jorge de Macedo Vieira” | 122 |
| 3.4.4 – Loteamentos isolados das áreas de expansão | 127 |
| 3.4.5 – Síntese da evolução urbana de Cianorte | 133 |
| 3.4.6 – Expansão da área do Parque Cinturão Verde | 137 |

CAPITULO IV – O PARQUE CINTURÃO VERDE DE CIANORTE NO CONTEXTO DA MALHA URBANA DE CIANORTE E DAS ÁREAS PROTEGIDAS

| | |
|---|-----|
| 4.1 – A trajetória histórica das unidades de conservação no Brasil | 152 |
| 4.2 – A formação do Parque Cinturão Verde de Cianorte sob os preceitos da Legislação | 156 |
| 4.3 – O ICMS Ecológico e o Parque Cinturão Verde de Cianorte | 177 |
| 4.4 – Parque Cinturão Verde de Cianorte: unidade de conservação com função de Parque Urbano | 182 |

CAPÍTULO V – O ENTORNO DO PARQUE CINTURÃO VERDE E AS IMPLICAÇÕES PARA SUA PRESERVAÇÃO

| | |
|--|-----|
| 5.1 – Exterioridades e aspirações dos moradores do entorno do Parque Cinturão Verde..... | 190 |
| 5.1.1. Aspirações dos moradores de Cianorte em relação ao Parque Cinturão Verde | 208 |
| 5.2 – Infraestrutura e saneamento ambiental no entorno do Parque Cinturão Verde de Cianorte..... | 213 |
| 5.2.1 – Abastecimento de água nos domicílios de entorno do PCVC..... | 214 |
| 5.2.2 – Infraestrutura para coleta de esgoto doméstico..... | 215 |

| | |
|--|-----|
| 5.2.3 - Coleta de resíduos domésticos nos domicílios do entorno do PCVC | 220 |
| 5.2.4 – Iluminação pública e acesso à energia elétrica nos domicílios do entorno do PCVC | 228 |
| 5.2.5 – Arborização nos logradouros dos domicílios do entorno do PCVC | 229 |
| 5.2.6 – Pavimentação nos logradouros dos domicílios do entorno do PCVC | 230 |

CAPITULO VI – PARQUE CINTURÃO VERDE DE CIANORTE: PATRIMÔNIO NATURAL.....234

| | |
|---|-----|
| 6.1 – Construção do conceito de patrimônio ao longo da história | 237 |
|---|-----|

| | |
|--|-----|
| 6.2 – Estruturação legislativa do patrimônio natural no Brasil | 241 |
|--|-----|

| | |
|---|-----|
| 6.3 – Parque Cinturão Verde do Município de Cianorte: expressão emblemática da patrimonialização da natureza..... | 244 |
|---|-----|

CONCLUSÃO253

REFERÊNCIAS.....257

INTRODUÇÃO

O presente estudo ocupa-se em refletir sobre espaços urbanos que possuem áreas ambientalmente protegidas em seu meio. A existência desse atributo em área urbana, na mesma medida em que propicia qualidade ambiental para a cidade e seus habitantes, impõem limitações à cidade aos objetivos preservacionistas propostos para a área.

Áreas ambientalmente protegidas, no caso desse estudo, referem-se às Unidades de Conservação de diferentes categorias instituídas em espaço urbano. Deste modo, a criação de Unidades de Conservação em cidades, fomenta o debate sobre a relação do conteúdo urbano e áreas naturais protegidas. Logo, a convivência de dois sistemas *a priori* distantes e distintos, conduz essa análise.

As diretrizes legislativas que norteiam as ações imprimidas às Unidades de Conservação, com texto rígido promovem algumas limitações, no tocante à articulação com a realidade urbana das cidades brasileiras.

O tecido urbano que envolve essas áreas comporta as mais diferentes atividades humanas, que influenciam o conjunto da cidade. Por sua vez, as áreas ambientalmente protegidas tornam-se alvos de todo tipo de pressão, constituindo espaços antagônicos no conjunto da cidade: de beleza e de feiura; de degradação e de cuidado; de elemento ajustado a malha urbana e de elemento desagregador da mesma.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa busca, por meio de estudo de caso, discutir a presença de áreas naturais protegidas em espaço urbano: o Parque Cinturão Verde de Cianorte (PCVC), em Cianorte, Paraná, considerando a dinâmica urbana do lugar e sua construção histórica, a partir do conteúdo regional.

Questão-problema e Hipóteses

A presença do Parque Cinturão Verde entrelaçado à malha urbana de Cianorte estabelece condicionantes ambientais, urbanísticos e socioculturais. Como condicionantes ambientais têm-se as finalidades preservacionistas para quais a área se destina, além da compatibilização dos elementos naturais com as

particularidades do meio urbano local. Os condicionantes urbanísticos passam pela dinâmica da expansão urbana, atrelada às diretrizes do setor imobiliário e da municipalidade. Soma-se a esses, a influência do Parque no arranjo urbano. As aspirações dos moradores por espaços de lazer ativo e contemplação expressam os condicionantes socioculturais, sem, no entanto, desconsiderar os pormenores do processo da formação da área.

Assim sendo, é preciso indagar: o que representa essa área natural protegida para o processo contínuo de produção do lugar em Cianorte e para as pessoas que ali vivem?

Para responder ao questionamento proposto, esboçaram-se algumas hipóteses: a) A presença de áreas naturais protegidas em cidades pode impulsionar o planejamento urbano em consonância aos aspectos naturais e também pode interferir na expansão e ordenamento do tecido urbano; b) Áreas naturais protegidas, a exemplo do Parque Cinturão Verde, na realidade, pouco acolhem as aspirações dos moradores por espaços de lazer nos locais onde se inserem, além de comprometer os objetivos de preservação aventados para a área.

Justificativa

A apreciação geográfica de áreas naturais protegidas presentes em espaço urbano justifica-se, inicialmente, pela contradição entre o cultural e o natural, pois devido às suas especificidades, o ambiente citadino, contrapõe-se às finalidades de preservação propostas a essas áreas.

A cidade, ao acolher significativas cifras de população, pressiona cada vez mais o meio natural, e ao mesmo tempo demanda espaços públicos de lazer e contemplação. Deste modo, a existência de áreas naturais protegidas no arranjo urbano, em suas reais finalidades e usos carecem de estudo.

Objetivo Geral

A partir dos apontamentos até aqui expostos, apresenta-se como objetivo geral da pesquisa: Analisar, por meio de estudo de caso, a importância de áreas naturais protegidas, especificamente as unidades de conservação, no arranjo

urbano, ou seja, as finalidades ambientais dessas áreas, a interferência destas quanto as prerrogativas da expansão do tecido urbano e os anseios da população por espaços de lazer em áreas ambientalmente protegidas.

Pormenorizadamente, os objetivos específicos são os seguintes:

Objetivos específicos:

- Descrever o processo histórico de formação do Parque Cinturão Verde em Cianorte;
- Analisar o papel do PCVC na malha urbana;
- Avaliar as condições de uso, manutenção e conservação do PCVC (cuidados, usos turísticos, lazer etc.);
- Evidenciar sua condição de Patrimônio Natural Urbano, como produto da ação cultural;
- Avaliar se o PCVC, frente a legislação que disciplina as Unidades de Conservação no Brasil, cumpre os objetivos propostos;
- Compreender as causas para sua manutenção no contexto da evolução, crescimento e reordenação do processo urbano da cidade de Cianorte.

Pressupostos Metodológicos

Com o intuito de alcançar os objetivos, procurou-se organizar a pesquisa por meio de uma metodologia que permitisse a aquisição e sistematização das informações adquiridas ao longo do processo de construção deste conjunto de conhecimento, buscando fazer com que os fundamentos teóricos acompanhem toda o desenvolvimento do trabalho, respaldando a estruturação empírica. Diversos conceitos, quando se fizeram indispensáveis, permearam implicitamente o trabalho, auxiliando na fundamentação das ideias e respaldando as discussões.

Para o desenvolvimento da pesquisa, houve a necessidade de discutir, primeiramente, como se deu a construção da cidade de Cianorte, como produto da expansão da atividade cafeeira paulista empreendida pelo Estado e por empresas privadas de colonização. A partir desse entendimento, importantes questões se puseram foram propostas.

As questões mais relevantes estão associadas a formação do Parque Cinturão Verde de Cianorte; a expansão do tecido urbano; o parque como patrimônio natural da cidade e, ao mesmo tempo, unido às práticas sociais como representante da memória do lugar, de uma natureza apropriada socialmente e da vivência coletiva de diferentes sujeitos; enquanto que para a cidade expressa a beleza do arranjo urbano.

Nesse contexto, as seguintes categorias de análise: lugar, espaço urbano, tecido urbano, região, parque urbano, unidade de conservação, entre outros, integram as discussões.

A partir da revisão teórica sobre metodologia de pesquisa, para obtenção de dados, este estudo caracterizou-se por uma abordagem qualitativa, a partir do estudo de caso e pela análise documental, observação de campo e pesquisa bibliográfica.

O embasamento teórico proposto constitui-se no elemento norteador para o estudo do objeto ora apresentado, e que vem ao encontro do pensamento de Trivinõs (1987, p. 104) ao assegurar que:

A teoria não é um modelo, uma luva, onde qualquer realidade deve adaptar-se a suas dimensões. Pelo contrário, é a realidade que aperfeiçoa frequentemente a teoria. Mas, às vezes, a invalida totalmente ou exige reformulações fundamentais.

Nessa perspectiva, a definição de uma metodologia de pesquisa que favoreça a investigação sistemática, coesa e comprometida com a realidade estudada é fundamental para o desenvolvimento das etapas desse estudo. As etapas mencionadas se complementam, para as quais demandou-se procedimentos metodológicos específicos, porém integrados e, desse modo torna-se importante apresentá-los e descrevê-los.

No que se refere a esta pesquisa, a abordagem qualitativa indica ser mais apropriada que a quantitativa.

De modo geral, a pesquisa do tipo qualitativa não busca enumerar e/ou mensurar fatos pesquisados, nem se utiliza do emprego de instrumental estatístico na análise dos dados, a partir de questões ou focos de interesses amplos, que vão definindo à medida que a pesquisa se desenvolve, abarca a aquisição de dados

descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos, pelo contato do pesquisador com a circunstância estudada.

Nesse sentido, é importante observar que para o estudo em tela, dados estatísticos de instituições públicas foram utilizados para compor a análise estudada. Esta ação é amparada por Triviños (1987, p.118) ao assegurar que “Toda pesquisa pode ser, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa”. Logo deduz-se que dados estatísticos também podem ser utilizados quando necessários.

O estudo de caso, de acordo com Yin (2001) é usado em diversas áreas do conhecimento, como pesquisa nas ciências sociais, além de estudos nas áreas de planejamento urbano, administração pública, ciência da administração, trabalho social e educação, assim como o campo das humanas, a exemplo da Geografia.

De acordo com Gil (2008), o estudo de caso se baseia na ideia de que a análise em uma unidade de determinada natureza possibilita a apreensão da generalidade do mesmo, ou pelo menos, o estabelecimento de bases para uma averiguação posterior, mais sistêmica e concisa.

Para Yin (2001), em geral, a estratégia de pesquisa mediante o uso do estudo de caso é favorita quando as questões que estão sendo postas são do tipo “como” e “por quê”, quando o pesquisador tem pouco domínio sobre alguns eventos e também quando o foco está sobre um fenômeno contemporâneo dentro da totalidade da vida real.

Porém, Triviños (1987, p.111) alerta que,

No estudo de caso, os resultados são válidos só para o caso que se estuda. [...] Mas aqui está o grande valor do estudo de caso: fornecer o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada que os resultados atingidos podem permitir e formular hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas.

Quando se trata de definir ‘estudo de caso’, André (1984, p.52) assegura que “estudo de caso não é o nome de um pacote metodológico padronizado, isto é, não é um método específico de pesquisa, mas uma forma particular de estudo”. O autor ainda esclarece que a “metodologia do estudo de caso é eclética, incluindo, via de regra, observação, entrevistas, fotografias, gravações, documentos, anotações de campo e negociações com os participantes do estudo” (ANDRE, 1984, p.52).

Nesse sentido, de acordo Silva e Menezes (2005), o estudo de caso, aqui proposto, proporciona maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo

mais claro e a viabilizar hipóteses, abarcando variados procedimentos, como levantamento bibliográfico; análise documental e análise de exemplos que estimulem a compreensão, entre outros.

Os instrumentos de coletas de dados adotados foram a pesquisa bibliográfica, a observação com registros em diários de campo e análise documental.

De acordo com Gil (2008) a diferença entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental está na natureza das fontes. Assim, enquanto a pesquisa bibliográfica faz uso das contribuições de diversos autores sobre determinado assunto; a pesquisa documental ampara-se de materiais que não recebem (documentos de primeira mão), com tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (documentos de segunda mão).

Nessa perspectiva, a análise documental mostrou-se relevante para esse estudo, já que, “[...] fornece ao investigador a possibilidade de reunir uma grande quantidade informações” (TRIVIÑOS, 1987, p.111), sobre o fenômeno que está sendo estudado.

Sobre os documentos de ‘segunda mão’, como denomina Gil (2008) cabe elucidar que estes se referem a documentos que, de alguma forma, já foram analisados, incluindo relatórios de pesquisa, relatórios de empresa, tabelas estatísticas entre outros.

Gil (2008) esclarece que as fontes dos dados a ser utilizados em uma análise documental são muito mais diversificadas e dispersas do que aquelas utilizadas em uma pesquisa bibliográfica.

A realização da análise documental, para esse estudo, ocorreu inicialmente junto aos órgãos competentes, de documentos ligados à historiografia do lugar. Porém, vale ressaltar que em função de Cianorte, assim como a região onde se insere ser fruto histórico propriamente recente, dispõe de poucos registros. A maioria dos documentos pertence à Companhia Melhoramento Norte do Paraná (CMNP), que os disponibiliza quando são solicitados. Somam-se a esses registros, algumas obras acadêmicas e literárias.

Materiais jornalísticos (impressos e *on-line*), igualmente se fizeram presentes no conjunto da análise documental, como fonte de conteúdos específicos de abordagem histórica.

A observação firma-se em mais um mecanismo para obtenção de dados essenciais para esse estudo. Trata-se um procedimento de investigação que varia de acordo com o nível de inclusão do pesquisador junto ao fenômeno estudado. Para Ludke & André (1986), essa inserção pode ir da imersão total na realidade, até o completo distanciamento, além de apresentar comportamento diverso durante a investigação, de acordo com as necessidades específicas.

As atividades foram desenvolvidas no Município de Cianorte/PR, na área urbana e em trechos de área rural que compreende o entorno do Parque Cinturão Verde de Cianorte, objeto desse estudo. (Figura 1).

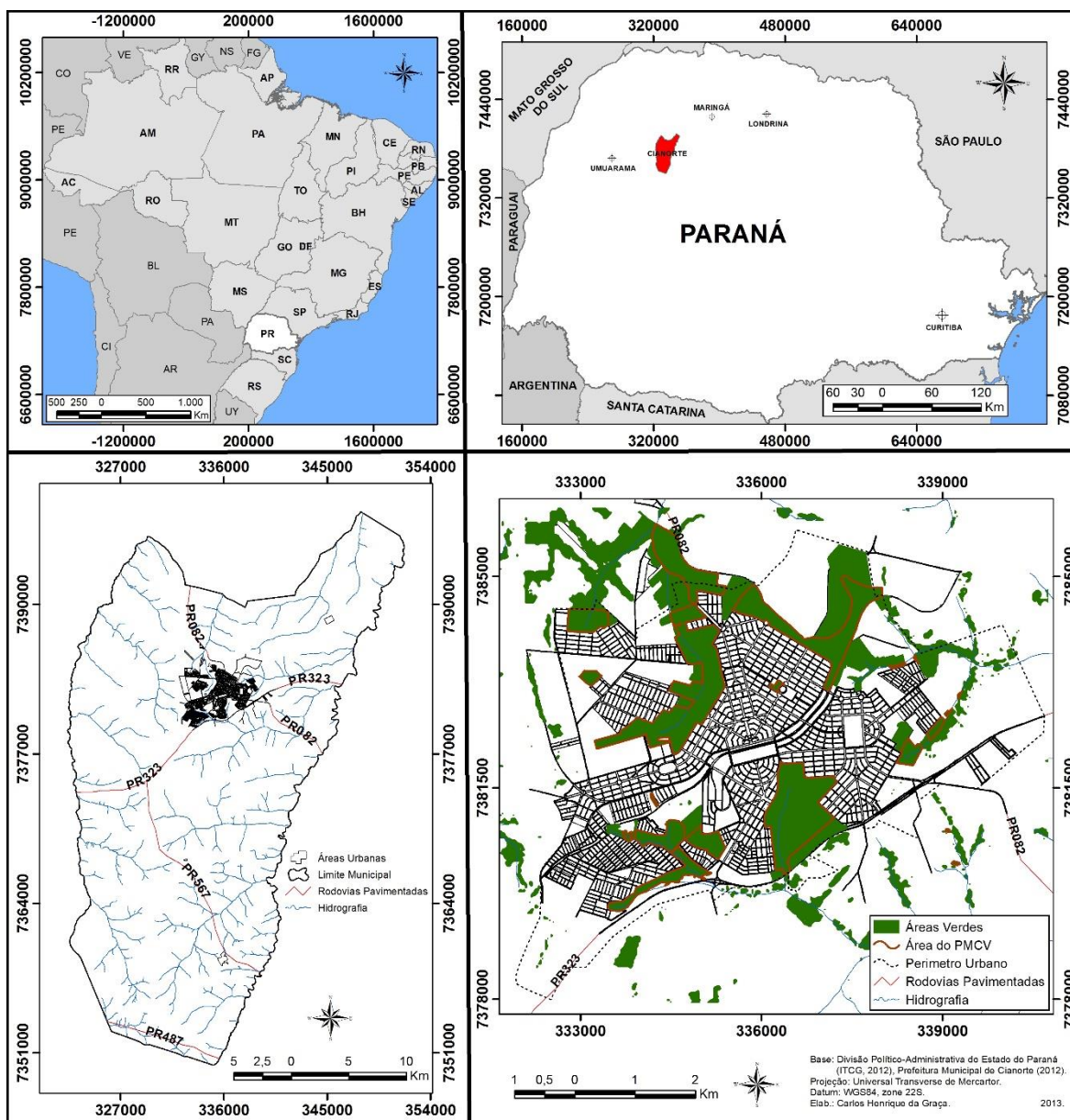
O procedimento para demarcação da área de estudo foi amparado, de um lado, nos aspectos da sua formação e evolução, em especial as relacionadas a expansão do tecido urbano de Cianorte, bem como as suas funções relacionadas à área protegida e de lazer, além da sua condição de patrimônio natural urbano. De outro, foi fundada na análise da legislação, primeiramente, na legislação municipal, estadual e federal, com destaque para as associadas às unidades de conservação, especialmente, quando vinculadas ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituído pela Lei Federal nº 9.985, em julho de 2000. Desse modo, o aparato legislativo mostrou-se indispensável para o exame da classificação da área protegida junto aos órgãos ambientais.

As fontes de informação que possibilitaram as análises das influências do Parque Cinturão Verde em Cianorte no tecido urbano, principalmente, no que se refere a expansão urbana, conexão dos bairros, fluidez de alguns pontos importantes do sistema viário, entre outras, foram amparadas em dados históricos, urbanísticos e arquitetônicos, cartográficos, legislativos etc., adquiridos junto a órgãos públicos (Prefeitura Municipal de Cianorte, Secretarias Municipais: do Desenvolvimento e do Meio Ambiente) e privados (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná).

Os sujeitos considerados na pesquisa, são os moradores de Cianorte residentes no entorno imediato da área do Parque e os usuários dos espaços de lazer existentes em seu entorno. Para conhecer as características desses

indivíduos, os dados foram coletados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), distribuídos nos Setores Censitários, do Censo de 2010.

Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo - Município de Cianorte/Pr.



Fonte: Bases: IBGE (2010); ITCG (2012); USGS – Org.: Carlos Henrique da Graça (2013)

Os dados colhidos no IBGE permitiram a construção do perfil dos moradores do entorno do Parque, possibilitando a leitura sobre a infraestrutura urbana dos domicílios que margeiam a área protegida.

Outros dados foram obtidos do Plano de Manejo do Parque Cinturão Verde, elaborado entre 2008 e 2009. No levantamento realizado para fins de elaboração do plano de manejo do Parque, a população urbana foi amostrada de maneira a garantir a representatividade dos moradores e também dos usuários da área.

Informações contidas no plano de manejo do Parque, somadas às investigações da autora, em pesquisa de mestrado (2010) que versou sobre um dos módulos constituintes do Parque cinturão Verde colaboraram para conhecer as aspirações dos moradores e usuários em relação à área.

Concomitante ao conjunto de procedimentos foram realizadas coletas de dados por via da observação direta, objetivando identificar aspectos da vida cotidiana dos moradores e usuários do Parque Cinturão Verde, que pudessem revelar a relação, os valores e posturas destes com a área sob condição de proteção ambiental e patrimônio natural.

As observações abrangeram as descrições do estado ambiental dos módulos constituintes do Parque, possibilitando investigar as principais pressões urbanas imprimidas à área. Todas as observações foram acompanhadas de registro visual, na forma de fotografias, viabilizando descrições de alguns eventos peculiares relacionados ao Parque.

A tese foi estruturada em seis capítulos, sendo que o capítulo 1, - **O contexto teórico-conceitual e as abordagens geográficas para análise** - expressa a abordagem teórica e conceitual que possibilitou discutir e compreender a construção regional e do lugar no contexto geográfico.

Para se compreender a importância do Parque Cinturão Verde como área de proteção da natureza em espaço urbano, passa-se inicialmente, pela investigação da forma que ele foi instituído como tal.

Nessa perspectiva, o ponto de partida do estudo foi mostrar como se originou e evoluiu a cidade de Cianorte, a partir do contexto regional. Assim, a discussão apresentada no capítulo 2 - **A construção de Cianorte no contexto regional e local** - empenha-se em demonstrar que a Cidade de Cianorte é mais um empreendimento da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, sucessora da Companhia de Terras Norte do Paraná, que colonizou e planejou os núcleos urbanos de partes do Norte e Noroeste do Estado do Paraná e, é nesse espaço

urbano, historicamente edificado, que as raízes para a formação do Parque Cinturão Verde são erigidas.

Porém, há nesse contexto há uma incongruência quanto as interpretações atribuídas as suas origens: de um lado explica-se que o Parque Cinturão Verde reporta-se a uma evidencia da cidade-jardim inglesa, elemento urbanístico proposto pela CMNP; e; de outro, menos propalado, seria resultado da luta de alguns segmentos sociais que reivindicaram a preservação dos fragmentos florestais que hoje compõem o território do Parque.

Em seguida, ao longo do capítulo 3 - **A expansão urbana de Cianorte e a presença do Parque Cinturão Verde** -, ao adentrar a discussão sobre a expansão do tecido urbano da cidade de Cianorte, entrelaçado a vegetação nativa, desde o projeto inicial de autoria de Jorge de Macedo Vieira. O estudo remete a conceitos relacionados à arquitetura e urbanismo, como a cidade jardim inglesa, projeto urbanístico, boa forma urbana, entre outros, considerados relevantes para analisar as modificações imprimidas a morfologia urbana da cidade. A atuação do setor imobiliário, aparentemente imprimiu a perda da identidade de cidade planejada, constituindo-se visivelmente em duas. Nota-se que a expansão da malha favoreceu a ampliação do território do Parque Cinturão Verde, arremessando o tecido urbano sobre as áreas rurais, algumas com frações de vegetação nativa.

Nesse mesmo capítulo analisa-se a pressão do conteúdo urbano sobre o ecossistema do Parque. Os moradores e as atividades próprias dos aglomerados urbanos que afetam os corpos hídricos, os animais, os solos, a vegetação, ou seja, o conjunto natural do Parque, e desencadeiam ou acentuam problemas que comprometem sua conservação.

A abordagem da relação dos moradores com o Parque Cinturão Verde conduziu ao exame da classificação da área destinada a conservação, frente aos ditames da lei, assunto tratado no capítulo 4 - **Parque Cinturão Verde de Cianorte no contexto da malha urbana e das áreas protegidas**. O caminho analítico fundamentou-se na legislação basilar de criação do Parque, nas leis estaduais e federal, com análise mais profunda do conteúdo da Lei 9.985 de 2000, que institui o Sistema de Unidade de Conservação no Brasil.

No capítulo 5 - **O entorno do Parque Cinturão Verde e as implicações para sua preservação** - discute-se o Parque Cinturão Verde enquanto

possibilidade para atender uma demanda social por espaços de lazer, no contexto citadino, onde de acordo com Lefebvre (2008) todos têm direito à cidade, e considera que “O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos (*e por que não dos parques*), é a Festa” Grifo nosso. (2008, p.12). Porém, ao adentrar nessa discussão, constata-se que as aspirações dos moradores em relação ao uso do Parque divergem dos objetivos propostos para a categoria de área protegida a qual este pertence.

Esse capítulo também apresenta as pressões exercidas pelo entorno da área que compromete a preservação dos ecossistemas.

O Parque constitui-se num testemunho das características físicas do lugar, onde se edificou a cidade, conduzindo à preservação e intocabilidade. Ao mesmo tempo, embora de forma embrionária, como expressão de um possível valor afetivo às histórias vividas e de preservação da memória da coletividade, que se ajusta ao cotidiano dos sujeitos que o habitam, assunto tratado no capítulo 6 - **Parque Cinturão Verde de Cianorte: patrimônio natural**. A promoção mediante legislação municipal do Parque Cinturão Verde, para a condição de patrimônio natural (ecológico), que segundo Scifoni (2006) essa categoria de patrimonialização é um desdobramento do patrimônio cultural, reflete as políticas públicas que buscam mecanismos para ampliar as possibilidades de preservação desse espaço natural, logo de âmbito cultural.

CAPÍTULO I – O CONTEXTO TEÓRICO-CONCEITUAL E AS ABORDAGENS GEOGRÁFICAS PARA ANÁLISE

A tese é fundamentada na reflexão e apreensão do tema: a presença do Parque Cinturão Verde na cidade de Cianorte, na condição de um elemento marcante que compõem o lugar. Deste modo, foram selecionados alguns aspectos que favorecem a investigação proposta. Dentre eles destacam-se o processo histórico da formação de Cianorte no conteúdo regional; a ação colonizadora da (CMNP); a história e a atuação de grupos sociais em defesa dos remanescentes florestais presentes no interior e entorno da área urbana; as aspirações dos moradores de Cianorte para com os fragmentos florestais; o crescimento horizontal da cidade para além do projeto urbanístico inicial de Jorge de Macedo Vieira; as limitações da expansão urbana impostas pela presença dos remanescentes florestais, entre outros que se mostraram relevantes para o estudo em tela.

O estudo de cunho geográfico apoiou-se nas diretrizes da Geografia Regional e Humanística. Nesse intento, foram trazidos para o debate, as categorias: região e lugar. Os conceitos de cotidiano, mundo vivido, valores, pertencimento, patrimônio, conservação, unidade de conservação em meio urbano, legislação ambiental, entre outros, também estão presentes nessa discussão.

Nesse contexto, a Geografia Regional e a Geografia Humanística apresentam-se como o caminho geográfico a seguir na tese, que ambiciona dar diferente tratamento reflexivo da relação sociedade e natureza estabelecida a partir do contexto regional e da construção do lugar, Cianorte.

As correntes da Geografia aqui enunciadas acomodam em seu bojo teórico-metodológico, a possibilidade de se analisar como se dá a influência dos fragmentos florestais na organização do tecido urbano de Cianorte, além de fornecer subsídios para se compreender a atuação e as aspirações dos sujeitos (moradores e usuários), no espaço urbano que acomoda uma Unidade de Conservação: o Parque Cinturão Verde de Cianorte.

1.1 – A análise regional na Geografia e a região

O caminho geográfico para esse estudo se aporta inicialmente na Geografia Regional, que tem como principal categoria de análise a Região. Assim,

considerou-se primaz retomar as raízes da análise regional e do conceito de região, que como os demais conceitos da Geografia apresenta inúmeras variantes.

A abordagem da Geografia Regional prontamente remete ao método regional que consiste no terceiro paradigma da geografia, e que se estabelece como oposição ao determinismo ambiental e ao possibilismo. Esse método nasce de uma dicotomia geográfica, e tem a obrigação de não alimentar novos dualismos e, sempre que possível, manter sua pretensão integradora. (CORRÊA, 2002).

Corrêa em um artigo intitulado *Algumas Considerações Sobre Análise Regional*, 1987 (p.47-52), esclarece que para aqueles geógrafos que o significado de Geografia Regional e Análise Regional constituem-se em sinônimos, a expressão se reveste de polêmicas, uma vez que existe diferentes interpretações sobre o real significado da expressão.

Ciências diversas, a exemplo da Economia e da Antropologia apresentam outros significados para a análise regional, porém para a Geografia a Análise Regional é, segundo Corrêa (1987, p. 49), sim sinônimo de Geografia Regional, “e como tal, aparece explicitada metodologicamente, ainda que de modo embrionário, por Bernhard Varen ou Varenius, por volta da metade do Século XVII”.

Frente ao exposto, a Análise Regional, no século XVII, já está organizada metodologicamente, embora de forma incipiente, podendo ser definida como sendo, “[...] o estudo de áreas, distinto dos estudos tópicos, mais especificamente: o estudo do conteúdo de uma dada área, isto é, de uma região e não de um segmento qualquer do espaço terrestre” (CORRÊA, 1987, p. 49).

Entretanto, Lencione (2003) esclarece que os primeiros estudos com enfoque regional foram realizados por Estrabão¹, que segundo a autora, representa o marco inaugural da Geografia Regional, pois os recortes analíticos que elaborou não são feitos a partir de parâmetros geométricos, mas sim de recortes estabelecidos segundo a composição territorial das civilizações (LENCIONE, 2003, p. 46).

¹ Todas as informações que se tem sobre Estrabão foram retiradas da própria Geografia. Não há menções diretas sobre sua vida, como, por exemplo, o local e a data de seu nascimento. Essas brechas são, nos estudos “estrabonianos”, campos férteis para as principais contendas entre os pesquisadores. Há, no entanto, citações autobiográficas que permitem algumas conjecturas sobre os ancestrais do geógrafo. A construção de um cenário anterior a seu nascimento ajudará a entender e a formular uma biografia a seu respeito. (SILVA, 2010)

Nessa perspectiva, Lencione, (2003, p. 188) destaca “[...] as contribuições para o desenvolvimento da geografia regional, [...] Al – Idrisi², que seguindo a divisão do mundo de Ptolomeu, criou uma divisão mais detalhada da terra”.

O método regional tem como cerne metodológico a diferenciação de áreas, porém essa diferenciação não ocorre a partir das relações entre homem e natureza, mas mediante a integração da multiplicidade de fenômenos heterogêneos, agrupados numa dada porção da superfície da Terra. Dessa forma, “O método regional focaliza assim o estudo de áreas, erigindo não uma relação causal ou a paisagem regional, mas a sua diferenciação de per si como objeto da geografia.” (CORRÊA, 2002, p.14).

É nesse contexto que surge a ideia de que a Geografia seria uma “ciência de síntese”, tendo em vista que o método regional considerava que cada fenômeno seria objeto de uma determinada ciência (economia, demografia, sociologia, botânica, hidrologia, entre outras). Igualmente, as ciências de modo geral executavam a análise dos fenômenos da sua competência, enquanto que cabia à Geografia, a totalidade desses fenômenos. Portanto, constitui um trabalho de síntese, reunindo e coordenando todas as informações a fim de salientar a visão global da região. (CHRISTOFOLETTI, 1982).

O método regional, como a nova proposta de análise na Geografia distancia-se das correntes geográficas anteriormente propostas, que se amparavam na relação homem-natureza, como ocorria em La Blache.

Em Rodrigues (2008, p.86) encontra-se que Vidal, por meio da Geografia Regional, dividiu o

[...] estudo geográfico em quadros físicos, humanos e econômicos. Assim, tem-se, por exemplo, nos trabalhos monográficos e regionais: a localização da área, por meio de projeções cartográficas; o quadro físico; como relevo, solo, hidrografia, clima, vegetação etc.; a formação histórica de ocupação humana do território; a estrutura agrária; a estrutura urbana; a estrutura industrial etc. Finalmente, apresenta-se uma conclusão, com um conjunto de cartas, objetivando demonstrar uma relação entre os elementos humanos e naturais da região.

² Abu Abd Allah Muhammad al-Idrisi al-Qurtubi al-Hasani al-Sabti ou simplesmente **Al Idrisi** (Ceuta, 1099 - Sicília, 1165 ou 1166) era um geógrafo, cartógrafo, egíptologo e viajante muçulmano que viveu na Sicília e influenciou o conhecimento geográfico.

Para Christofletti (1982, p.13),

A Geografia Regional procurava estudar as unidades componentes da diversidade areal da superfície terrestre. Em cada lugar, área ou região a combinação e a interação das diversas categorias de fenômenos refletiam-se na elaboração de uma paisagem distinta, que surgia de modo objetivo e concreto.

Lencione (2003, p. 189) compreende que,

O estudo regional possibilitava combinar o procedimento metodológico de análise das relações causais e de construções de leis gerais, bastante permanentes ao estudo dos fenômenos naturais, com a perspectiva que não buscava construir generalizações, bastante presentes na busca da compreensão dos aspectos da vida social e cultural.

A valorização do método regional ocorreu somente a partir da década de 1940, sobretudo, nos Estados Unidos, com a participação do geógrafo norte-americano Richard Hartshorne, que se tornou expoente desse método. Por meio dele, busca-se a integração entre os fenômenos heterogêneos em seções do espaço terrestre. Rodrigues (2008) aponta que os conceitos básicos formulados por Hartshorne foram de “área” e de “integração”.

Hartshorne desenvolveu interrelações entre os fenômenos e assim articulou a Geografia Geral e a Regional,

[...] diferenciando-as pelo nível de profundidade das inter-relações dos elementos estudados, quanto menor o número de elementos inter-relacionados, maior a possibilidade de generalização; quanto maior o número de elementos inter-relacionados, mais profunda a análise efetuada, maior o conhecimento da singularidade da “área”, maior possibilidade de estudo regional (RODRIGUES, 2008, p. 95).

Hartshorne (1978), considera que a Geografia é, ao mesmo tempo, uma ciência da natureza e também da sociedade. Afirma ainda, que a Geografia deve se preocupar em compreender de que maneira os fenômenos se acordam em uma porção da superfície terrestre. Seguindo o pensamento de Alfred Hettner, Hartshorne (1939), não há uma categoria de fenômenos exclusivos à Geografia, pois interessam a esta ciência todos os fenômenos que apresentam espacialidade. Desse modo, a Geografia consiste em ser,

[...] uma ciência que interpreta as realidades da diferenciação de áreas do mundo, tais como elas são encontradas, não somente em termos das diferenças de certos elementos de lugar para lugar, mas também em termos da combinação total dos fenômenos em cada lugar, diferente

daquelas que se verificam em cada um dos outros lugares (HARTSHORNE, 1939, p.462).

O método regional ou análise regional tem como centralidade colocar a região em evidencia, apresentando procedimentos metodológicos variados de acordo com o contexto histórico-geográfico da época. Do mesmo modo, para cada corrente da Geografia, o método regional, bem como o conceito de região, apresentou as características daquele momento político, econômico e/ou social em que foi elaborado.

Corrêa (1987) faz uma explanação sobre os procedimentos da análise regional realizados pelas principais correntes da Geografia. O autor lembra que a Análise Regional em Geografia diferencia-se por apresentar duas linhas de interpretação: uma que compreende ser a região uma entidade concreta e outra que define a região como uma criação intelectual.

Nessa perspectiva, os geógrafos que consideram a região uma entidade concreta; a análise regional seguirá, basicamente, três passos: colocar a região em evidencia, pois sendo palpável, é facilmente identificável; descrevê-la em seu conteúdo interno, mostrando as inter-relações entre os diferentes elementos naturais e sociais; e mostrar como, ao longo da História, a região foi elaborada foi constituída pela ação cultural. (CORRÊA, 1987).

Enquanto que para aqueles, a exemplo de Richard Hartshorne, que consideram a região uma construção intelectual, a Análise Regional será diferente. Hartshorne considera importante o método regional e não a região. Dessa forma, o elemento histórico não será necessariamente considerado. Assim, a região será descritivamente analisada, buscando ver a integração única de fenômenos heterogêneos no espaço. (CORRÊA, 1987).

O conceito de região apresentou diferentes significados, cada um expressando o momento do pensamento geográfico em que fora construído. Portanto, o sentido de região está intimamente relacionado às tendências filosóficas de cada época.

A seguir será apresentada objetivamente, o conceito de região expresso pelas correntes do pensamento geográfico.

Primeiramente é interessante observar que etimologicamente o vocábulo 'região', de acordo com Gomes (1995), Corrêa (2002), Lencione (2003) e

Suertegaray (2005) tem origem no latim, indicando extensão e poder sobre determinada área, estando associado à subdivisão de espaços, a exemplo de espaços administrativos limitados e hierarquizados.

A região também pode ser compreendida como espaço vivido, que opõe-se ao conceito anterior, por referir-se a

[...] uma porção territorial definida pelo senso comum de um determinado grupo social, cuja longa permanência em uma determinada área foi suficiente para estabelecer características muito próprias na sua organização social, cultural e econômica. (RIBEIRO, 2005, p. 214)

Entretanto, do ponto de vista teórico, o conceito de região é muito complexo, apresentando-se de modo variável como fruto da pesquisa empreendida na ciência geográfica. (RIBEIRO, 2005).

Nesse sentido, para o determinismo ambiental, a região foi conceituada como “região natural”. Corrêa (2002, p.23) define região natural como sendo,

[...] uma parte da superfície da Terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela uniformidade resultante da combinação ou integração em área dos elementos da natureza: o clima, a vegetação, o relevo, a geologia e outros adicionais que diferenciariam ainda mais cada uma destas partes.

Dentre os elementos da natureza, o clima seria o fenômeno natural de maior relevância. Seus elementos físicos (temperatura, pressão atmosférica e umidade), além da influência dos fatores climáticos (latitude, altitude etc.), comporiam cada região, de acordo com as especificidades climáticas. Assim, o clima presente na natureza, seria a base territorial das regiões, distintas pelo arranjo geográfico dos lugares.

Essa corrente do pensamento geográfico, condiciona a adaptação humana às particularidades naturais das regiões, além de considerar os aspectos naturais da região imutáveis, exterior ao humano. Essa exterioridade, enaltecida, considera a natureza como mera fonte de recursos a serem apropriados.

A corrente possibilista na Geografia, traz em seu bojo considerações contrárias a corrente anterior, desconsiderando o determinismo do meio natural sobre o gênero humano. Assim, para o possibilismo, a região passa a ser compreendida como sendo ‘região geográfica’, denominada também de ‘região humana’.

Para Corrêa (2002, p. 28) “A região geográfica abrange uma paisagem e sua extensão territorial, onde se entrelaçam de modo harmonioso componentes humanos e natureza”. Logo, somente as condições físicas não são mais capazes de explicar o todo.

A conceituação de região para essas duas correntes do pensamento geográfico, pode ser sintetizada de acordo com a compreensão de Suertegaray (2005, p. 55), onde explica que “[...] a Geografia clássica concebeu região como síntese das relações entre o homem e natureza cabendo a Geografia estudar as diferenças regionais [...], ou regionalizar espaços através da diferenciação dos fenômenos”.

A Nova Geografia ou a Geografia Quantitativa abalizada no positivismo lógico opõe-se às conceituações das correntes anteriormente descritas. Desse modo, a região, nessa corrente geográfica, é definida como “[...] um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares” (CORRÊA, 2002, p.32).

Esse novo conceito de ‘região’, além de considerá-la uma criação intelectual, o que difere das anteriores, trouxe para o debate duas novas abordagens: a que considera as regiões em simples ou complexas; e outra que entende as regiões como homogêneas e funcionais.

Com a aplicação dos conceitos de regiões homogêneas e funcionais, favoreceu a delimitação dos recortes regionais, possibilitou, inclusive, uma divisão regional a serviço de uma política territorial, determinada pela expansão e reprodução do capitalismo no Brasil, em sua fase monopolista. (BEZZI, 2004).

A compreensão de região como uma produção intelectual, torna possível criá-la em “gabinetes, longe da observação do campo, sendo resultante do agrupamento de dados estatísticos” (RIBEIRO, 2005, p.216). Com esse entendimento de região, esta passa a ser um meio e não mais um fim (objeto) (SUERTEGARAY, 2005).

Para Bezzi, (2004, p.77) na Nova Geografia, “foi necessário fornecer ao conceito de região um sentido operativo, não apenas descritivo”. Esse atributo técnico foi trazido da Matemática e na Estatística.

A Geografia crítica, consolidada no materialismo histórico e dialético, reavalia o conceito de região concebido pela geografia tradicional e pela nova geografia. Assim, passa-se a pensar e analisar o espaço geográfico “[...] a partir de uma concepção que se define a partir de um contexto histórico e o associa a divisão territorial do trabalho” (SUERTEGARAY, 2005, p. 55).

Nessa perspectiva, Bezzi, (2004, p. 78) explica que no contexto da Geografia Crítica, o conceito de região,

[...] não comporta o rigor de um único entendimento; ao contrário, tal conceito traz em seu bojo vários significados, que resultaram de críticas aos conceitos anteriores de região. Repensa-se tanto a postura empirista das escolas anteriores quanto o descompasso entre o uso do conceito de região e os métodos de investigação que vinham caracterizando, até então, os estudos regionais. A partir de 70, pode-se dizer que há um pluralismo conceitual para região.

O pluralismo conceitual dado a região, aos quais se refere a autora op. cit., comporta os processos capitalistas; a identificação cultural; e a interação social.

Suertegaray (2005) corrobora com o entendimento de Bezzi (2004) ao afirmar que a concepção de região vem adquirindo múltiplas acepções, onde se inclui a dimensão cultural.

Além da dimensão cultural, o conceito de região, segundo Suertegaray (2005), compreende a conjectura política sob um espaço, a expressão de uma forma de espacialização do trabalho o espaço identitário para um determinado grupo social, “que se consolida nos regionalismos e que se expressa pelo hibridismo do político, do econômico e do cultural, enquanto construção de representações que fortaleçam a identidade” (SUERTEGARAY, 2005, p.55).

Na intenção de manter o conceito de região vivo e dentro de um quadro teórico amplo, Corrêa (2002) apresenta a região de acordo com a lei do desenvolvimento desigual e combinado.

A porção Norte do Estado do Paraná seria um exemplo oportuno dessa concepção de regionalização. Assim sendo, a partir da década de 1930 o Norte do Paraná passou por um intenso processo de regionalização, que persiste nas décadas seguintes, sendo então denominado de norte velho, norte novo e norte novíssimo. Porém, a partir da década de 1980, esta diferenciação de área não tem mais a mesma expressão que anteriormente apresentava, pois os condicionantes

que permitiram tal diferenciação regional foram alterados em sua concretude, e uma nova regionalização põe-se em marcha (CORRÊA, 2002).

Concluindo a explanação sobre a análise regional e o conceito de região, fundamentais para a compreensão deste estudo, esclarece-se que, para essa investigação, a concepção de análise regional, a região é considerada uma criação intelectual, ou seja, a região é uma ideia.

1. 2 – A abordagem da Geografia Humanística

A Geografia, na sua vertente Humanística, permite que se reflita acerca das experiências cotidianas dos indivíduos no lugar onde a vida acontece. Nitsche e Kozel (2006), corroboram com esse entendimento, ao compreenderem que a via da Geografia Humanística permite resgatar o homem, respeitando os seus sentimentos, sua particular visão de mundo e sua ligação com os lugares de vivência e contato diário. No caso do presente estudo, a abordagem humanista adotada tem como centro o conceito de lugar vivido.

Embora esse estudo tenha como palco um lugar formado há pouco mais de meio século³, e Tuan considerar o tempo elemento essencial para que ocorra a união emocional entre uma pessoa e um objeto exterior, suas contribuições são indispensáveis para o mesmo, pois será este autor que traz para o conteúdo geográfico, conceitos (topofilia e topofobia) que fortalecem a Geografia Humanística, difundindo-a como uma corrente que “tenta especificamente entender como as atividades e os fenômenos geográficos revelam a qualidade da consciência humana”. (TUAN, 1982, p. 146).

Refletir sobre a relação dos sujeitos com os elementos que compõem o lugar implica lembrar do pensamento de Tuan (1980). O autor considera a experiência humana sobre o meio, capaz de desencadear aspectos subjetivos, constituindo espaços de significação, que dão origem aos lugares e ao mundo vivido dos indivíduos. Logo, a história da presença desse elemento no espaço urbano de Cianorte, o Parque Cinturão Verde, e conseqüentemente dos atributos valorativos que lhe são dados, espelham os sentimentos dos sujeitos pelo lugar.

³ A cidade de Cianorte foi formada em 1953 a partir do processo de colonização empreendido pela CTNP/CMNP, tema abordado nesse estudo.

A intenção de explicar as relações estabelecidas nos lugares, bem como seus componentes, através da compreensão dos indivíduos, leva Mello (1990) a questionar: “[...] por que se busca desvendar e explicar o espaço, recorrendo-se aos indivíduos e grupos sociais?” (MELLO, 1990, p. 92.). Nesse estudo, o caminho de buscar nos indivíduos as respostas para a relação entre comunidade, usuários e as áreas naturais protegidas também é questionado.

No entanto, Tuan (1982, p. 143) esclarece que a “Geografia Humanística procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações com a natureza, do seu comportamento geográfico bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar”.

Somente a partir da década de 1970, que a ciência geográfica passou a considerar as relações das pessoas com o lugar, utilizando a experiência vivida como um possível instrumento de investigação.

O conteúdo que acomoda o mundo vivido torna-se, então, frequentemente presente nos textos da Geografia Humanista ou Humanística, como alguns preferem, como observa Entrikin (1980, p. 5): “Os geógrafos humanistas argumentam que sua abordagem merece o rótulo ‘humanística’, pois estudam os aspectos do homem que são mais distintamente ‘humanos’: significações, valores, metas e propósitos”. Mello reforça esse conceito, ao destacar que “Com base na experiência vivida a Geografia humanística objetiva interpretar o sentimento e o entendimento dos seres humanos a respeito do espaço e do lugar”. Mello (1990, p.92). Entretanto, foi em um texto de Yi-Fu Tuan, *China*, editado em 1967, que a palavra humanística aparece pela primeira vez.

Camargo e Elesbão (2004) consideram que a Geografia Humanística baseia seus estudos na visão de mundo, na experiência de vida, nos aspectos mais subjetivos das pessoas, buscando evidenciar as suas emoções, os seus sentimentos, além dos desejos, fobias relacionados ao lugar onde vivem.

De acordo com os estudos de Kashiwagi (2011) desenvolvidos para o seu doutoramento, devido às influências de diversas áreas do conhecimento, como aqueles provenientes da arquitetura, do turismo, da história e também de artistas plásticos e de biólogos, entre outros, essa corrente da Geografia tem sido muitas vezes, denominada de Geografia Humanista-Cultural, termo esse, conhecido, segunda a pesquisadora, apenas no Brasil e desconhecido por pesquisadores de

outros países; a exemplo dos europeus. Para o estudo em tela, será utilizado o termo Geografia Humanística: denominação usada por pesquisadores considerados ícones desta corrente, abordados a seguir.

Mello (1990) esclarece que,

O humanismo em Geografia desenvolveu-se como reação à certeza e precisão do positivismo em sua postura reducionista. A abordagem humanista se apoia nas filosofias dos significados – tais como a fenomenologia, a existencialismo, o idealismo e a hermenêutica -, procurando compreender, por intermédio da experiência vivida. Para tanto, o pesquisador deve entranhar-se, sem preconceitos, nos significados que os seres atribuem aos espaços e lugares, visando a compreender suas alegrias e carências, para então tentar influir e agir na construção de um espaço mais humanizado. (MELLO, 1990, p.92).

Assim, a Geografia Humanística desenvolverá seus estudos sob influência de tendências do período, levando a compreender que as ações do gênero humano, não estão separadas do seu conteúdo social ou natural.

Esse processo de renovação da Geografia foi identificado “[...] como uma reação contra o que eles acreditam ser um objeto superficial, uma visão estreita, mecanicista e determinística do homem, apresentada em muitas das pesquisas contemporâneas em ciências humanas”. (ENTRIKIN, 1980, p. 5).

O processo de renovação e revisão de conceitos e bases filosóficas da Geografia, está intrinsecamente relacionado à geografia cultural e a geografia histórica norte-americana que deu suporte para o surgimento de uma geografia humanista, “seu interesse em incorporar os aspectos subjetivos da relação homem/ambiente ao seu campo de estudo” (HOLZER, 1993. p.119).

1.2.1 - Lugar: conceito fundamental da Geografia Humanística

Frente ao que se propõe discutir nesse estudo, fez-se necessário maior aprofundamento de alguns conceitos básicos da Geografia, indispensáveis para se compreender o cerne da pesquisa, a exemplo de “lugar” e seus correlatos, topofilia, topofobia e topocídio, sob a perspectiva da abordagem da Geografia Humanística.

A partir da conexão entre esses conceitos sustentamos o embasamento teórico metodológico inicial para compreender as ações que norteiam a qualidade e a intensidade das relações, dos valores e das atitudes dos moradores e também dos usuários para com o Parque Municipal Cinturão Verde de Cianorte.

A relação indivíduo-ambiente é produzida primeiramente no seu espaço particular, ou seja, no lugar habitado, o seu lugar de morada em que serão expressas suas preferências, atitudes, valores e afetos. Assim o próprio lugar está relacionado ao homem e, mais especificamente, aos grupos humanos.

O termo “lugar” durante muito tempo foi utilizado, principalmente, nos estudos geográficos. Em seu sentido de localização foi relegado a um plano menos importante, em comparação a outros conceitos espaciais tais como paisagem, espaço e território (HOLZER, 2003).

Porém, mesmo sendo significativo para expressar o sentido locacional de um sítio, o conceito de lugar sempre foi importante para os estudos geográficos. No entanto, sua abordagem só se tornou imprescindível, a partir da década de 1980. Uma das razões que explica a demora em considerar o lugar como conceito fundamental nos estudos da ciência geográfica foi a busca crescente pela objetividade, postura das ciências com base no positivismo. (HOLZER, 1999).

Portanto, o termo “lugar” manteve-se apenas com seu foco locacional, até que em meados dos anos de 1970, este conceito passa a ser abordado em trabalhos de geógrafos como: Yi-Fu Tuan (1974), Anne Buttimer (1976), e Edward Relph (1976), por exemplo. No conteúdo dos trabalhos desses geógrafos estava expressa a insatisfação com o tratamento dado ao conceito de lugar, pois consideravam que lhes era atribuído uma definição anêmica. Logo, para esses geógrafos, lugar desempenhava um papel fundamental na experiência humana, um caminho que valoriza o conteúdo humano em todas as instâncias, seria a “base da existência humana” (RELPH, 1980. p.5).

A Geografia, que ficou conhecida como a ciência dos lugares, resgata este conceito na perspectiva das experiências do cotidiano das pessoas com o seu lugar, e este como dimensão do espaço geográfico, evidenciando as relações estabelecidas do homem com o meio ambiente.

Com o processo de renovação da Geografia e o conseqüente surgimento e fortalecimento da corrente Humanística, o lugar passa ser definido “enquanto uma experiência que se refere essencialmente, ao espaço como é vivenciado pelos seres humanos. Um centro gerador de significado geográfico, que está em relação dialética com o constructo abstrato que denominamos ‘espaço’”. (HOLZER, 1999, p. 70).

O conceito de “lugar” sempre foi relativamente importante e discutido no contexto geográfico, porém sob o espectro de diversas abordagens e olhares específicos, que não conseguem mostrar a sua amplitude resultante da multiplicidade de interconexões entre o homem e o ambiente.

Dessa forma, o conceito de lugar, geralmente, não necessariamente está vinculado à Geografia Humanística, associando-o ao mundo vivido. Isso não é fruto do acaso, pois esta correlação deve-se ao fato de que esta corrente da Geografia ter encontrado no conceito de lugar a possibilidade de explicar a constituição do mundo, já que lugar “[...] expressa e é reflexo da nossa maneira de estar no mundo, pois o experienciamos como parte de nossa própria consciência”. (STURZA, 2005, p. 24-25).

Diversos autores têm trazido para o contexto científico o conceito de lugar. Sendo que, os expoentes da Geografia Humanística, como Buttimer, Relph, Tuan, entre outros, contribuíram, por meio dos seus trabalhos pioneiros, para a divulgação desse conceito.

Como a corrente Humanística da Geografia, fruto do processo de renovação dessa ciência, terá como matriz filosófica os princípios da Fenomenologia, inicialmente, proposto no livro de Relph *Place and Placelessness* (1980), que poderia ser traduzido como Lugar e não-lugar ou deslugar, havendo a revalorização desse conceito por desempenhar um papel fundamental na experiência humana. Como ressalta Entrikin (1980), o conceito de lugar, para o geógrafo humanista, pode ser entendido, não apenas como um somatório de objetos, fatos e eventos, mas pode-se vinculá-lo a compreensão de sentimentos e significados ligados ao agente de um campo de preferências.

Reafirmando esse entendimento, Christoflett (1982), considera que o lugar é aquele em que o indivíduo se encontra ambientado, no qual está integrado. Ele faz parte do seu mundo, dos seus sentimentos e afeições. Entretanto, lugar é uma produção humana, resultado de um processo de apropriação e transformação do espaço e da natureza, e que se repete no tempo e no espaço no contexto da reprodução e transformação da humanidade.

Holzer (op. cit, p. 71) reforça a importância do conceito de lugar para a Geografia Humanística, pois,

[...] para as técnicas de análise espacial o lugar se comporta como um nó funcional, para o humanista ele significa um conjunto complexo e simbólico, que pode ser analisado a partir da experiência pessoal de cada um – a partir da orientação e estruturação do espaço, ou da experiência grupal (...) de espaço – como estruturação do espaço mítico-conceitual.

O conceito de lugar apresenta personalidade, que é discutida por Holzer (1999), embasado nos estudos de Tuan (1979) e de Pocock (1981). O referido autor assegura que: “A personalidade ou espírito é resultante das qualidades físicas do sítio e das modificações que lhe imprimem as sucessivas gerações humanas. Entretanto, essas personalidades são complexas e mudam segundo os que percebem”. (HOLZER, 1999, p.72).

A alma ou o espírito do lugar está encoberta no espaço vivenciado e que para percebê-la requer que se avaliem as atitudes dos grupos sociais em relação ao meio onde atuam. Logo, a importância de se conhecer as diferentes maneiras como a sociedade percebe e incorpora o meio natural, é ponto de partida para qualquer entendimento em relação a construção do lugar. (BACHELARD, 2000).

Para Sturza (2005, p.28),

O lugar onde indivíduo se reconhece enquanto uma singularidade, que denota uma gama de significações comuns a ambos no contexto social e cultural, donde provém a identidade pessoal. Assim, percebe-se claramente, no lugar, a identidade do ser que ali está e, no indivíduo, o lugar construído por ele.

Além da personalidade ou espírito do lugar, outras características são destacadas por Holzer (1999), que são a identidade e a estabilidade. Segundo Holzer (1993, p.72),

A identidade refere-se ao espírito, ao sentido, ao gênio do lugar. Ela provém das intenções e experiências intersubjetivas, que resultam da familiaridade, [...] quanto à estabilidade, assim como a convivência temporal prolongada, seria um fator fundamental na constituição dos lugares.

Nos estudos de Buttmer (1985), é também importante para o conceito de lugar o significado, a identidade e a experiência. Os significados dirigidos ao lugar apresentam as dimensões simbólicas, emocionais, culturais políticas e biológicas. Enquanto que a identidade é investigada relacionada a identidade pessoal e cultural, levando a entender que o lugar, a pessoa e cultura estão intimamente ligados. No que se refere a experiência no lugar a autora alerta que a análise

objetiva sob uma perspectiva analítica impossibilita algumas ações, como agrupar, entender e explicar as categorias significativas.

O geógrafo chinês Yi-Fu Tuan além de se dedicar em estudos que buscavam compreender as atitudes dos homens em relação ao ambiente, também debruçou-se sobre o conceito de lugar, por considerá-lo adequado para as pesquisas que abordassem os aspectos subjetivos, bem como para uma base filosófica fenomenológica, existencialista e estruturalista. Assim, Tuan (1980) considera que a experiência humana sobre o meio é capaz de desencadear aspectos subjetivos, que se transformam em espaços de significações e que, posteriormente, originaram os lugares e o mundo vivido do indivíduo.

Tuan (1979, p. 409) ao estudar o referido conceito (lugar) elege dois significados: posição na sociedade e localização espacial, além de possuir 'espírito', 'personalidade' e existe um 'sentido do lugar'. Para Melo (1993, p.106) o sentido do lugar "envolve enraizamento, amizade e simbolismo".

Desse modo, Tuan (2011, p.11) escreve,

O sentido de lugar é adquirido após um período de tempo. Quanto tempo? Podemos dizer, geralmente, que quanto mais tempo permanecermos em uma localidade melhor a conheceremos e mais profundamente significativa se tornará para nós, ainda que essa seja apenas uma verdade grosseira.

Entretanto, seria imaturo pensar que quanto mais tempo durar a relação de um indivíduo com o lugar maior também será seu envolvimento afetivo para com o mesmo. Na verdade, a qualidade e a intensidade das experiências desta relação serão decisivas para tal, como afirma Gonçalves (2010, p.56),

[...] seria incorreto pensar que apenas a duração do tempo é capaz de conferir ao espaço um envolvimento afetivo de lugar. O que dita tal condição é a qualidade e a intensidade das experiências que se cultivam nos lugares, e essas podem levar dias, anos ou uma vida inteira. Sem dúvida, a ligação humana com os lugares depende em grande parte da intensidade das experiências que o homem vive em determinado espaço, mas depende ainda mais da familiaridade.

Contrário a esse pensamento, Tuan (1983, p. 153) afirma que "lugar é uma pausa no movimento [...] a pausa permite que uma localidade se torne um centro de reconhecido valor. [...] A afeição duradoura pelo lar é em parte o resultado de experiências íntimas e aconchegantes".

Frente ao exposto Holzer (1999, p. 73) alerta que o lugar não está além da história nem tampouco seja atemporal, ao contrário “denota a relação inseparável entre espaço e tempo”.

O conceito de lugar, enquanto espaço vivido, é elemento chave na perspectiva humanística. É no lugar que a vida se realiza, logo carregado de afetividade e significado. Nesta corrente da Geografia o lugar é abordado a partir das ligações subjetivas desenvolvidas entre o sujeito e lugar.

A corrente da Geografia Humanista identifica o lugar como base da própria existência humana, através de uma experiência profunda e imediata do mundo ocupado com significados (RELPH, 1980), buscando uma aproximação com a Fenomenologia e o Existencialismo (HOLZER, 1997), ou abordando o espaço através do modo como ele é vivenciado pelos seres humanos (HOLZER, 1999), propondo uma Geografia que dê relevância às questões referentes às pessoas em vários contextos (BUTTIMER, 1974).

A Geografia Humanística considera imprescindível a necessidade de reconhecer a importância do lugar, onde ocorre o desenrolar das relações dos indivíduos com o meio natural. Assim, como assevera Calisto (2006, p.34) “[...] o lugar passa a ser visto como o recorte do espaço em que o indivíduo se encontra ambientado, e no qual está integrado. Ele, o lugar, é aceito como elemento essencial na construção do mundo dos sujeitos, com seus sentimentos e afeições”.

Espera-se que a abordagem do conceito de lugar pela Geografia Humanística, compreenda-se a sua essência, a qual revela as relações dos grupos sociais com o lugar e o mundo vivido. Para Sturza “[...] a Geografia resgata o lugar na perspectiva do mundo vivido e como dimensão do espaço geográfico, principalmente nas relações do homem com o meio ambiente”. (STURZA, 2005, p. 20).

Sasaki (2010) considera relevantes as análises feitas pela Geografia Humanística, para compreender a relação entre indivíduos e ambiente. Além de destacar a importância atribuída, por essa corrente, para o conceito de lugar “enquanto um espaço no qual as ideias, sentimentos espaciais e emoções dos sujeitos que o compartilham são considerados” (SASAKI, 2010, p.119).

Mello (2011, p.7) esclarece que,

Os estudos humanísticos em geografia, particularmente, se esmeram em distinguir e explorar o espaço e o lugar como categorias matriciais. Na realidade, os vocábulos indivíduo e lugar comparecem com frequência nas análises da perspectiva humanística. Na esteira desta persistência apresentam-se, por extensão e complementaridade, os grupos sociais e o espaço, este igualmente por antagonismo e exterioridade.

A partir dessa explanação, entende-se que o conceito de lugar oportuniza conhecer a forma como os grupos sociais relacionam-se com o meio ambiente, além de possibilitar a interpretação da realidade e os valores que os impulsiona nessa relação.

Nesse caso é indispensável avaliar, retomar a forma como se deu a ocupação de Cianorte, a modificação do seu conteúdo natural, pois o lugar revela o tipo de relação estabelecida entre o homem e o meio ambiente,

[...] os sentimentos de indiferença, afeição ou de aversão do homem pelos lugares com os quais tem alguma forma de contato [...] sentimentos que [...] têm papel importante na formação de juízos de valor, de atitudes e, de ações sobre esses lugares e paisagens. (AMORIM FILHO, 1999, p. 141).

As áreas naturais protegidas, inseridas em espaço urbano, são passíveis de comportar os sentimentos de lugar, tanto quanto a casa, o bairro, o local de nascimento. Sendo que este sentimento se revela na conduta de cuidado, de zelo, de apreço, de conhecimento construído pelos moradores e os usuários dirigidos à área protegida, que no contexto desse estudo, o Parque Cinturão Verde.

Para melhor compreender esse conceito, enquanto local onde o indivíduo se reconhece, a partir das relações estabelecidas com o lugar, Tuan estudioso do desse conceito, no contexto geográfico apresentou outros conceitos correlatos a este, a saber: a Topofilia, compreendida como o sentimento de amor pelo lugar; a Topoidolatria que é o mesmo que o sentimento de idolatria pelo lugar; a Topofobia que encerra o sentimento de rejeição ao lugar e finalizando com a Toponegligência que aborda o sentimento de indiferença para com o lugar.

A análise das relações do ser humano com o ambiente, de acordo com Tuan (1980), a partir da metade da década de 1960, momento de grande impulso dos movimentos ecológico-ambiental, seguiu duas direções distintas: uma ocupou-se em apresentar soluções práticas, aplicáveis para resolver os problemas ambientais; e, a outra, abordaria o conteúdo teórico e científico voltada para compreender as

origens dos problemas de ordem ambiental. Porém, o autor faz algumas observações sobre a postura do cientista e do teórico quando estes, em seus estudos,

[...] tendem a descuidar a diversidade e a subjetividade humanas porque a tarefa de estabelecer ligações do mundo não-humano já é enormemente complexa. Entretanto, numa visão mais ampla sabemos que as atitudes e crenças não podem ser excluídas nem mesmo da abordagem prática, pois é prático reconhecer as paixões humanas em qualquer cálculo ambiental; elas não podem ser excluídas da abordagem teórica porque o homem é, de fato, o dominante ecológico e o seu comportamento deve ser compreendido em profundidade, não simplesmente mapeado. (TUAN, 1980, p.2).

As recomendações de Tuan (1980) em considerar nas análises ambientais o conteúdo subjetivo, ou seja, não desprezar as atitudes e os valores dirigidos aos componentes ambientais de um lugar, conduz o pesquisador a conhecer os sujeitos na sua prática cotidiana que é reflexo do processo de apropriação do lugar para satisfazer suas necessidades de morar, trabalhar, divertir-se, continuar enquanto indivíduos componentes de grupos sociais. Mas que será ora indivíduo, ora coletivo, numa ligação íntima com o lugar de morada.

Se o neologismo topofilia expressa o sentimento de afeição pelo lugar e topofobia o de medo ou repulsa por determinados aspectos contido no lugar ou mesmo o todo que o constitui, o conceito de topoidolatria é utilizado para despertar um sentimento reverencial pelo lugar. Porém, a complexidade das cidades tem despertado mais topofobia do que topofilia e muito menos topoidolatria. Ademais, a toponegligência, outro conceito de Tuan, seria o melhor dos termos para exprimir o sentimento que caracteriza a falta de enraizamento e sentimento de pertença com os lugares que acomodam os indivíduos no seu cotidiano. Pode também ser compreendida como falta de compromisso e apego dos indivíduos para com os lugares.

De antemão, quando melhor conhecemos as particularidades dos elementos que formam o lugar, por diferentes razões o tomamos como “nosso”, e o dotamos de um valor particular. (TUAN, 1983).

No contexto desse estudo, entende-se que não existe a possibilidade de excluir os aspectos relacionados à experiência positiva ou negativa da discussão,

explicitando os laços afetivos, os de rejeição e negligência, pois são eles que irão nortear as análises a serem desencadeadas para alcançar os propósitos desse estudo.

CAPITULO II – A CONSTRUÇÃO DE CIANORTE NO CONTEXTO REGIONAL E LOCAL

A pesquisa delineada teve como centralidade o estudo da importância do Parque Cinturão Verde de Cianorte no arranjo urbano da cidade de Cianorte. Dessa forma, este capítulo apresenta o resgate histórico sobre o processo de apropriação, ocupação e construção do lugar, a partir da ação colonizadora nas Regiões Norte e Noroeste do Estado do Paraná, que tem início nas primeiras décadas do século XX.

A história de Cianorte foi registrada por alguns autores (especificados a seguir) que se fizeram presentes, enquanto referenciais bibliográficos, para a construção desse capítulo. As obras desses pesquisadores de diferentes visões acadêmicas, como historiadores, economistas, geógrafos físicos e humanos e arquitetos concordam em conteúdo histórico e na transformação da paisagem.

Assim, a pesquisa de Fachini (1987) contribui ao tratar dos impactos ambientais na área urbana e periférica da cidade de Cianorte, potencializados pelo rápido processo de transformação da paisagem natural, principalmente, no que tange à retirada da cobertura vegetal original e implantação do traçado urbano.

Cioffi et al. (1995), corroboram para esta construção com a apresentação de uma obra. Para os autores, a apropriação do espaço cianortense é revelada por meio das muitas histórias contadas por aqueles que aqui chegaram primeiro, ou seja, os pioneiros, no processo de ocupação orientado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Esses sujeitos (os pioneiros) apresentam os fatos que comprovariam o processo de constituição de mais um núcleo urbano planejado pela empresa colonizadora.

Para as historiadoras Cioffi et al. (1995), os pioneiros serão considerados os heróis deste processo, muitas vezes, comparado a uma epopeia, a conquista de terras virgens, que na verdade estavam ocupadas por povos centenários, que simplesmente foram varridos desse território, assim como as árvores, para dar lugar a uma nova história, com novos atores, com uso de novos métodos de exploração da natureza. Enfim, um novo mundo, onde não caberia nem os índios, nem os caboclos, nem os posseiros, tampouco a natureza primitiva.

Dias (1998) analisa este mesmo processo com base em seu prisma geográfico, e enfoca a atuação deste agente fundiário CTNP/CMNP, nos moldes capitalistas. Aqui, o lucro tem objetivo principal, o que ajuda explicar, em parte, as ações durante e posteriormente ao processo de colonização e ocupação das terras sob seu domínio. O autor procura reconstruir os passos que foram trilhados pelo referido agente fundiário no processo de formação de vários núcleos urbanos, bem como os loteamentos da zona rural.

Batalioti (2004), em estudo também de cunho geográfico, analisa o processo de formação de Cianorte frente à globalização, como uma unidade regional. Aborda os impactos socioespaciais gerados pela modernização da agricultura a partir da década de 1970 investigando as transformações que se processaram e que resultaram em um novo modelo para agricultura regional com novos cultivos e o predomínio de pastagens. A autora também discute o processo de colonização e ocupação da terra no município de Cianorte, com destaque na importância da pequena propriedade e do trabalho familiar, muito embora o foco da sua investigação constitua a área rural, a autora faz alguns encaminhamentos a respeito da formação da cidade.

Dalberto (2009) faz uma análise do ponto de vista arquitetônico e urbanístico, na qual considera a formação da cidade de Cianorte em três momentos: a cidade planejada pelo urbanista Jorge de Macedo Vieira, a cidade implantada pela CMNP e a cidade construída pelos interesses imobiliários locais e do poder municipal.

Soma-se aos referenciais bibliográficos anteriormente apresentados, os estudos de Suzuki (2001); Rego (2004; 2009); Meneguetti (2009); Ballarotti (2010); Bovo e Amorim (2011); Haracenko (2013); entre outros de importância igual.

2.1 – O processo histórico de formação do lugar habitado – Cianorte

A fim de evidenciar a região, onde se insere Cianorte, separou-se algumas características – tópicos, tais dentre estes: o processo de colonização realizado pela CMNP, isto porque todos os lugares da Terra são originais, únicos, singulares e cheios de elementos típicos, encontrados somente ali.

Muitas das peculiaridades encontradas em Cianorte, também ocorrem nos demais centros urbanos construídos pela empresa colonizadora – CTNP/CMNP, a exemplo de Londrina, Maringá e Umuarama. O agente responsável pela

colonização a CTNP/CMNP construiu dezenas de núcleos urbanos que acomodam alguns traços que remetem às particularidades aqui (Cianorte) encontradas.

A fundação de Cianorte está intimamente relacionada à expansão da cafeicultura em direção ao Norte e Noroeste do Paraná. Kohlhepp (1991, p. 79) denomina esse processo como “avanço especulativo da fronteira cafeeira”. As atividades agrícolas e o projeto imobiliário foram organizados e desenvolvidos por um grupo de investidores ingleses, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que inicialmente era denominada de “Companhia de Terras Norte do Paraná”. A mudança de nome ocorreu quando a empresa passou para as mãos de banqueiros paulistas.

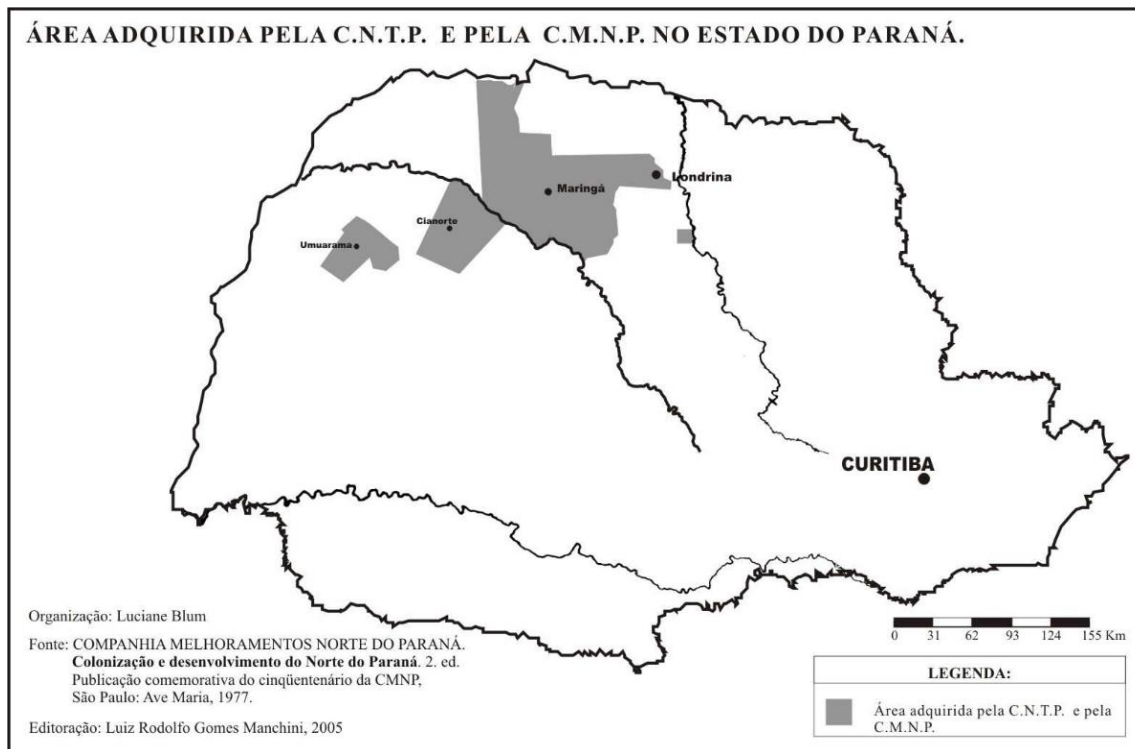
A região onde se insere o Município de Cianorte era classificada até 1968 pelo IBGE como Norte Novíssimo. Por esta classificação, tem-se ainda o Norte Velho ou Pioneiro com as cidades de Jacarezinho, Cornélio Procópio, entre tantas outras, o Norte Novo com as cidades de Londrina, Apucarana e Maringá etc. Entretanto, desde 1989 o mesmo IBGE apresentou nova classificação, passando a denominar, respectivamente, de Noroeste e Norte do Paraná. Em 1991 o IBGE apresentou para todo o Brasil a subdivisão dos Estados em Mesorregiões e Microrregiões, passando, então, a ser denominada, de Mesorregião Noroeste Paranaense, composto das microrregiões de: Paranavaí, Umuarama e Cianorte. Já na subdivisão em Microrregiões Cianorte ficou a cidade polarizadora de outras 10 cidades menores. (IBGE, 1968, 1989 e 1991).

O caráter singular dessa região está no processo de colonização e/ou reocupação, quando se considera a presença dos povos autóctones, empreendido por empresas colonizadoras, e que no decorrer do tempo, resultou numa região com características que a individualiza entre as demais regiões do território paranaense.

As terras do Norte do Paraná foram inicialmente vendidas pelo Estado a grandes companhias particulares de colonização, que adquiriram extensas áreas de terras. A Companhia de Terras Norte do Paraná, constituída em 1925 aproveitou a decisão favorável acima descrita e a expansão da cafeicultura, para desenvolver seu projeto imobiliário, interferindo na organização espacial do Norte e Noroeste do Estado do Paraná. Assim, a companhia colonizadora em 1927, adquiriu do Estado do Paraná significativa área, balizada pelo curso dos rios Paranapanema, Tibagi e

Ivaí, na qual gradativamente vai se desenvolvendo a expansão capitalista (Figura 2).

Figura 2: Localização da área total (545 mil alqueires) colonizada pela CNTP/CMNP



Fonte: CMNP, 1977, p. 250. (Adaptado)

Sobre o processo de ocupação das terras no Norte do Paraná, Bataliote (2004, p. 25) explica que:

O Estado procedeu, assim, o movimento ocupacional de duas formas principais: uma pela colonização oficial com a implantação de alguns núcleos urbanos e que coube ao governo tal execução bem como gerenciar esse processo e outra: a colonização empresarial privada, em geral reconhecida no papel desenvolvido pelas companhias colonizadoras que por meio de acordos realizados com o Estado desenvolveram seus projetos de colonização.

Entretanto, cabe observar que as terras colonizadas pelas companhias colonizadoras e também pela CMNP, não estavam desocupadas, como ideologicamente passa-se essa ideia. Muito ao contrário, pois havia diferentes grupos humanos que nelas habitavam.

Para Chies e Yokoo (2012, p.37-38),

A ideia que tradicionalmente é passada pela maioria dos trabalhos acadêmicos e estudos em geral é a de que não havia população nesta

região até a chegada dos chamados pioneiros. Ou se havia, era um pequeno número e não ocorrendo problemas ou grande resistência de sua parte.

Para Haracenko (2013), a verdadeira história dos povos autóctones é ocultada sob o discurso hegemônico de muitos pesquisadores que “escreveram sobre o Norte do Paraná, e insistiram em não enxergar a história”. Para a autora, essa é uma “história mal contada” (HARACENKO, 2013, p.2).

Desta feita, Haracenko (2013) ao fazer as seguintes ponderações sobre os estudos que abordam essa temática, assegura que os pesquisadores:

[...] enalteceram apoteoticamente a entrada do capital privado das colonizadoras em todo o Norte do Paraná e procuraram omitir que ali existiu por períodos longos - e infelizmente, num curto espaço de tempo deixou de existir - uma população indígena, cujos vestígios restam somente em sete remanescentes dos índios Xetá, que habitaram o Noroeste e que estão espalhados pelas terras indígenas do Paraná e Santa Catarina, nos sítios arqueológicos e, quando menos, em simples monumentos dedicados ao índio em algumas poucas cidades da região (HARACENKO, 2013, p.2).

Ao considerar a significativa presença de grupos humanos estabelecidos nestas terras, como os indígenas, caboclos e posseiros nos leva a questionar qual o destino desses grupos? Para onde foram? Ou para onde foram levados? E como se deu esse processo? Foi consentido ou forçado?

Haracenko (2013, p.10) basicamente responde a esses questionamentos, ao afirmar que:

[...] a colonização de territórios dos povos indígenas teve efeitos os mais diversos sobre esses povos, passando por uma escala de ordem crescente que vai desde maus-tratos até a completa extermínio de grupos, fatos estes que contribuem de forma massiva para diminuição da demografia indígena.

Dias (1999) corrobora com Haracenko (2013) ao afirmar que o território Norte Paranaense, não estava vazio, desabitado e pronto para ser colonizado. Essa leitura ocorreu dentro dos marcos da expansão capitalista, que incorporou essas novas áreas ao seu sistema de produção, sem se preocupar com os índios; primeiros donos dessas terras, que foram expulsos, escravizados ou mortos pela ocupação promovida por este agente do capital, inclusive os posseiros que foram induzidos a comercializarem suas terras com as companhias colonizadoras.

É notório que a área de 515 017 alqueires, adquirida pela CTNP até meados da década de 1930 havia o predomínio da vegetação nativa. À medida que o projeto imobiliário desta empresa avançava, e as cidades iam surgindo uma após a outra, seguindo a trajetória da linha férrea, que alcançou Cianorte em 1972⁴ e também seu ponto final, a vegetação foi encolhendo e as populações indígenas desaparecendo.

France Luz (1997, p.37) ao descrever esse processo de colonização comandado pela CTNP/CMNP caracteriza o seu plano de ação concentrado em três atividades:

(1) **Colonização**, incluindo o planejamento, o loteamento e a venda de terras; (2) **Construção de estradas**, essenciais ao escoamento da produção e à ligação dos vários núcleos de povoamento entre si e com os principais centros do país; (3) **Implantação de núcleos urbanos** (cidades e patrimônios), destinados a concentrar as atividades econômico-sociais e servir como polos irradiadores de toda a obra colonizadora. Além dessas atividades, a Companhia desenvolveu outras, como a produção de energia elétrica e a montagem de fábricas de cimento e de açúcar, contribuindo para o progresso da região. (p.37)

Frente ao exposto, é inegável que o movimento que atenta para a inserção do Norte e Noroeste do Estado do Paraná na economia nacional, está na expansão da atividade cafeeira paulista.

A cultura cafeeira foi imprescindível para a economia paranaense durante décadas, não somente por se constituir no principal produto agrícola em algumas regiões e períodos; mas também em razão de contribuir para o desenvolvimento regional e para o processo colonizador.

Assim, as áreas do Norte, colonizado a partir de 1930, e posteriormente as zonas pioneiras do Noroeste Paranaense o café foi decisivo para fixar o homem no campo. Segundo Bataliote (2004 p.58),

As lavouras de café que impulsionaram a colonização norte paranaense, atrelada às condições de solo, a infraestrutura implantada e ainda as condições de comercialização das terras possibilitadas pela CTNP-CMNP, trouxeram a esta região milhares de pessoas, vindas de diversos lugares com o sonho e a esperança de em seu pedaço de chão, através

⁴ A linha férrea da Rede Ferroviária Federal S.A, foi inaugurada em 17/2/1973 com a presença do Ministro dos Transportes, Coronel Mário Andreazza. (CIOFFI et al. 1995).

da agricultura e de seu trabalho e de sua família, poder viver e realizar um projeto de vida.

A implantação do cultivo da monocultura foi favorecida por causas externas, como o apoio da demanda do mercado internacional. Soma-se a isso, as condições naturais (solo, clima, topografia) favoráveis ao seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, ressalta-se as observações de Kohlhepp (1991, p.80), a respeito da expansão da cultura cafeeira,

[..] especialmente nas localidades ecologicamente favoráveis dos latossolos férteis bem desenvolvidos, oriundos de substratos basálticos (alfissolos: terra roxa, oxissolos), com uma pluviosidade equilibrada (por volta de 1 600 mm) e uma altitude apropriada (500 a 750 m acima do nível do mar), assim como uma exposição em declive na região da divisória de águas entre o rio Tibagi e o rio Ivaí e o extremo norte do Norte Novíssimo.

A estrutura fundiária desenhada neste processo de colonização era especialmente de pequenas propriedades, com intenso uso de mão de obra imigrante que buscavam nas novas terras trabalho e quem sabe um pedaço de chão. (CHIES; YOKOO, 2012).

Entretanto, Tomazi (1999) aponta que o principal interesse dos ingleses não consistia em lotear as terras em pequenas propriedades, mas vendê-las a fazendeiros e, só posteriormente, ocorreu mudança nos planos iniciais. O autor também pondera que, desde 1916, as diretrizes da legislação paranaense sobre as áreas colonizadas, determinavam que as mesmas fossem divididas em pequenas propriedades, além de que outras colonizadoras já trabalhavam com esse tipo de loteamento.

Nesse sentido, compreende-se que o projeto de colonização implantado pela CTNP/CMNP e outras empresas que atuaram no território paranaense, a partir das análises das referências bibliográficas aqui apresentadas, não era o de realizar uma ocupação voltada para o povoamento, com foco social, mas executar um projeto de forma disciplinada, para obter maiores lucros em todas as etapas do processo. Nesse aspecto, a ação da colonizadora, como agente do capitalismo, apresentava dualidade entre discurso e ação.

As áreas destinadas ao grande projeto de colonização executado pelas empresas colonizadoras, como no caso em estudo a CTNP/CMNP, apresentavam-se quase que inteiramente recoberto pela vegetação nativa, que segundo Dias

(1998, p.42), “[...] em 1920 a área ocupada por florestas nessa região era 47,9%, e os cafezais ocupavam somente 5,7% de extensão da área”.

A floresta denunciava os tipos de solo, ora densa e exuberante, ora periodicamente seca nas áreas recobertas pela camada arenosa, o arenito Caiuá. Era notável a presença de leguminosas com folhas pectinadas e espinhos, identificados por Maack (1981, p. 233) por “cerrado sobre solos arenosos permeáveis que refletem o clima hibernal”.

De acordo com IBGE (1993), essa vegetação densa é classificada como Floresta Estacional Semidecidual. Nessa formação o primeiro andar é composto pelas *Aspidosperma polyneuron* (perobas); *Cedrella fissilis* (cedros); *Tabebuia* spp. (ipês); (*Nectandra puberula*) canelas *Cariniana excelsa* (jequitibá), entre outras. Aparecem no segundo horizonte, o *Machaerium* sp. (jacarandá), o *Pterodon pubescens* Benth (faveiro), a (*Dalbergia nigra* F. All. (caviúna) e a (*Astronium urinduva* F. All. (aroeira). Seguido pelo andar das palmeiras, principalmente, o *Syagrus romanzoffiana* Glas (jeribá) e das taquaras; e, por último, o andar herbáceo. (MULLER, 2011).

A floresta foi retirada de forma rápida, mesmo sem grandes aparatos tecnológicos, o processo se consolidou em poucos anos. O trabalho de retirada da madeira era realizado de modo rudimentar, com uso do machado e fogo. Parte da madeira de lei era retirada e utilizada para as construções das casas, tanto na zona rural como na zona urbana; e, outra parte, era destinada às serrarias. Entretanto, como havia uma grande oferta de madeira, o preço pago pela mesma era irrisório, muitas vezes não compensando o transporte. Isso levou a grandes desperdícios desse recurso, que mais tarde veio a faltar para atender as necessidades de combustíveis para as locomotivas, a construção civil e também como lenha para as residências. (MONBEIG, 1984; BATALIOTE, 2004).

Sobre essa conjuntura Bataliote (2004, p.28) escreve:

[...] na medida em que a ferrovia avançava alcançando uma nova cidade, a exuberante floresta latifoliada ia sendo varrida desse espaço, cedendo lugar a uma nova configuração da paisagem regional predominantemente vista com ‘um mar de café’.

Os métodos utilizados para a retirada da vegetação, especificamente, no que tange às queimadas resultou em severos prejuízos ambientais. Segundo estudos

de Chies e Yokoo (2012, p. 41), a técnica rudimentar de limpeza do solo, provocou calcinação das terras de arenito fino, associado à falta de outros cuidados com o solo, a exemplo da ausência das curvas de níveis, resultaram em solos pobres, sujeitos aos processos erosivos além do assoreamento dos corpos hídricos.

A redução significativa da vegetação poderia ter sido menor, caso a CTNP/CMNP tivesse respeitado a legislação brasileira que previa a preservação de 25% das matas originais em cada propriedade (Código Florestal de 1934). No entanto, a ação dizimadora das florestas foi, em parte, acordada em cláusulas contratuais, feitas no momento da compra das terras junto ao Estado, onde se previa que a colonizadora deveria reservar apenas 10% da área adquirida e esta responsabilidade era repassada aos compradores, que por sua vez não a cumpriam. (PAULA, 1999, p. 410).

2.2 – Os principais núcleos urbanos estabelecidos pela companhia Melhoramentos Norte do Paraná

A remoção da cobertura vegetal para a implantação do grande projeto colonizador da CMNP era primordial, pois em um território com baixa ocupação humana, e com atividades econômicas que pouco ou nada alteravam a paisagem natural, a vegetação se fazia presente, o que conduziu a ação dizimadora, cedendo lugar às plantações de café e a uma rede de cidades.

A ocupação dessas regiões do Estado do Paraná, seguindo os planos de ocupação da CTNP/CMNP, estendeu-se no tempo – a partir de 1927 quando adquiriu as terras do Estado – e no espaço de Londrina a Umuarama, com a implantação de núcleos urbanos e a venda de glebas.

As dezenas de núcleos urbanos foram elaborados em pranchetas, de uma forma que a estrada de ferro fosse, posteriormente, acomodada ao seu traçado, como explica Rego (2009, p.116) “na real sequência dos fatos a ferrovia sempre alcançou cidades já plantadas, edificadas, habitadas e ativas, o seu traçado antecedeu e condicionou essas locações”.

No total, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná colonizou uma área correspondente a 546.078 alqueires de terras [...] Fundou 63 cidades e patrimônios, vendeu lotes e chácaras para 41.741 compradores, de área variável entre 5 a 30 alqueires, e cerca de 70.000 datas urbanas com média de 500 metros quadrados (CMNP, 1975, p, 173).

Alguns núcleos urbanos foram “destinados às grandes cidades do Norte e do Oeste do Paraná: Londrina (1930/1934), Maringá (1947/1951), Cianorte (1953/1955) e Umuarama (1955/1960)” (CMNP, 1975, p, 252). Essas cidades são consideradas por Rego et al. (2004) “ex-novo”, pois foram rabiscadas sobre um território recém-desbravado, cada uma com traçado singular.

Para Meneguetti (2009, p.78), a distribuição espacial das cidades feito pela CTNP/CMNP, atendia os pressupostos “da organização do subúrbio inglês, no começo do século XX”. Segundo a autora, fazia parte das propostas de Howard, como opção para o desenvolvimento da cidade-jardim inglesa.

Rego et al. (2004) explicam que essas quatro cidades, concebem quatro formas urbanas que:

[...] representam a experiência variada da Companhia no seu processo de criação de cidades. [...] a primeira surgiu de um modesto desenho urbano, fechado, em parte desvinculado das peculiaridades do sítio, a segunda e a terceira se pautaram pelos princípios formais da cidade jardim, com um projeto de traçado orgânico, mais ambicioso nas suas dimensões e esteticamente mais elaborado; e, por fim, a última delas apresentou um desenho mais geométrico e mais complexo porque é bastante fragmentado e dissonante das características do terreno (REGO et al., 2004, p. 142).

Os quatro núcleos urbanos principais constituem-se em produtos arquitetônicos elaborados por profissionais contratados pela empresa colonizadora – CNTP/CMNP. Desse modo, Londrina teve seu projeto elaborado por Alexandre Razgulaeff; Maringá (1945) e Cianorte (1953) foram projetadas por Jorge de Macedo Vieira e; por fim, Umuarama que teve seu projeto elaborado pelos engenheiros Waldomiro Babkov e Manoel Mesquita, em 1955.

Entre os anos de 1931 e 1961 foi construído um conjunto de sessenta e três cidades novas, no Norte e Noroeste do Estado do Paraná, trinta e oito foram fundadas pelas CTNP e CMNP a partir dos traçados elaborados pelos seus respectivos escritórios técnicos; e, nos casos de Cianorte e de Maringá, por Jorge de Macedo Vieira.

Com o propósito de apresentar a construção urbana do conteúdo regional, no qual a cidade de Cianorte se insere, nos itens seguintes, abordar-se-á a formação dos quatro núcleos urbanos, considerados pela CTNP/CMNP, como principais.

2.2.1 – Londrina: a primeira cidade da CMNP

O município de Londrina foi criado em 1934, após ser desmembrado de Jataizinho, em três de dezembro mediante Decreto Estadual nº 2.519, assinado pelo então interventor Manoel Ribas. No mesmo ano, foi empossado o primeiro prefeito nomeado, Joaquim Vicente de Castro. (BALLAROTTI, 2009).

Londrina, uma alusão a Londres dos britânicos, pode ser associada à mãe de todas as outras dezenas de cidades plantadas no Norte do Paraná, sob a tutela da “Paraná Plantation Ltd” e execução da sua subsidiária; a Companhia de Terras Norte do Paraná, com traçado arquitetônico construído pelo projetista Alexandre Razgulaeff, que de acordo Rego (2009) ficou inconformado por seu projeto ter sido modificado, quando apreciado pelos diretores, no escritório do London Wall Buildings, na cidade de Londres. A razão do seu descontentamento devia-se à largura das vias da cidade que, pelo seu projeto, seriam mais largas, “com avenidas com 30 metros e o leito das ruas com 24, ambas reduzidas para 24 metros e 16 metros respectivamente.” (REGO, 2009, p.99).

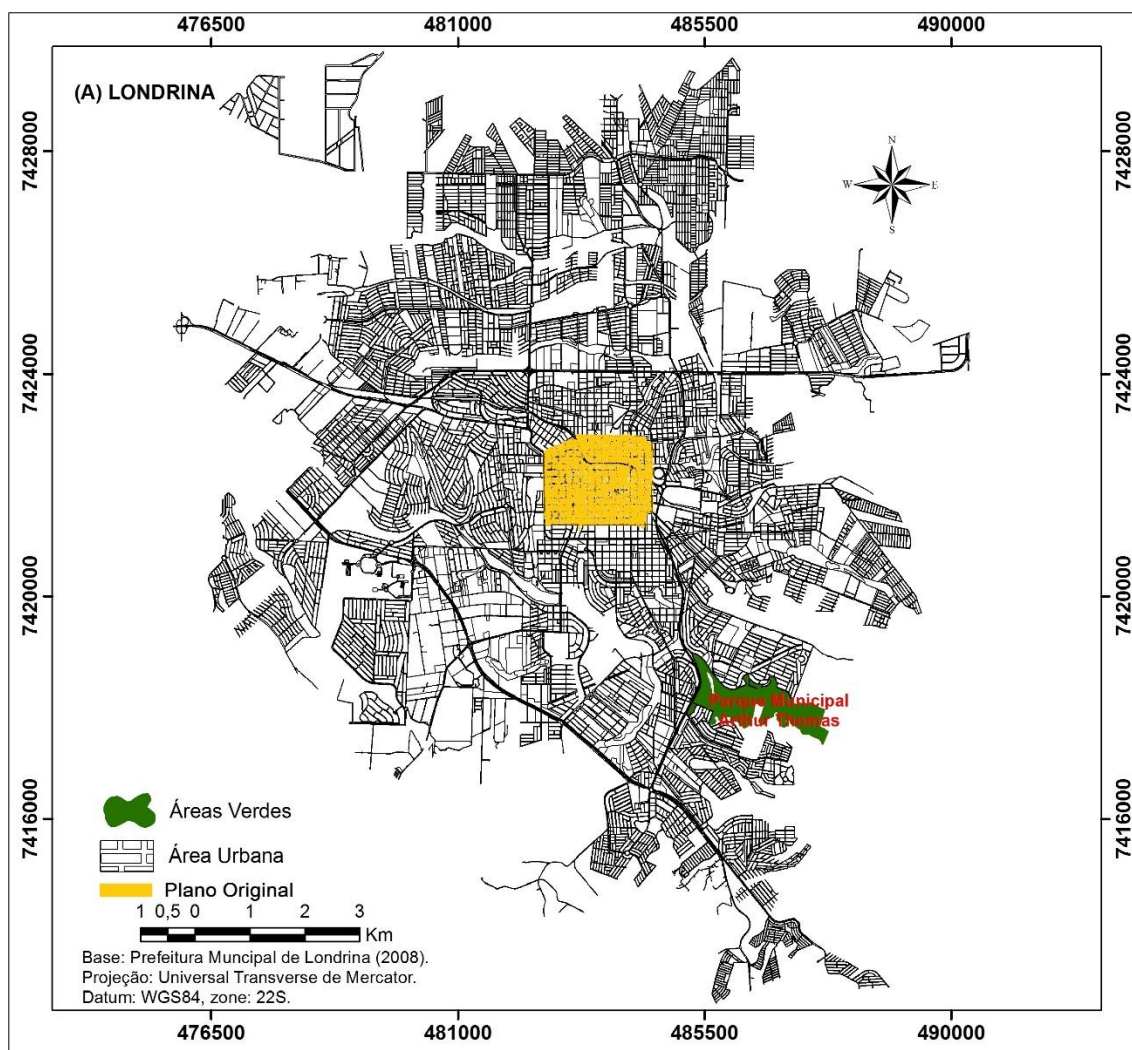
Rego (2009, p. 122) comenta o plano inicial da cidade de Londrina, observando que: “A primeira cidade da Companhia era pequena, 86 quadras ao redor da igreja em uma área retangular de 2,00x1,65 km”. A área total do projeto inicial de Londrina era de 4 km², o que corresponde a 400 hectares. (Figura 3).

Londrina apresentou crescimento acelerado no início de sua fundação, como observa Ballarotti (2009): “No período de 1936-1939, a cidade chegou a crescer em média de 30% a 40% ao ano” (BALLAROTTI, 2009, p.3972).

As observações de Ballarotti (2009) são apoiadas por Suzuki (2002) que faz a seguinte observação: “[...] em 1937, Londrina, a primeira e a maior das cidades fundadas pela companhia, já possuía 30.000 habitantes, sendo 10.000 na área urbana, com cerca de 1.400 casas, dois bancos e cinco estabelecimentos de ensino primário” (SUZUKI, 2002, p. 28). Esse crescimento, segundo o autor, justificou a construção de uma hidrelétrica.⁵

⁵ Londrina tornou-se um dos principais centros urbanos do Paraná, considerada a capital do Norte do Paraná. Em 2010 possuía 506.701 habitantes, distribuídos em 493.520 habitantes residentes na zona urbana e 13.181 habitantes na zona rural. (IBGE 2010).

Figura 3: Malha urbana da cidade de Londrina, 2008



Fonte: Bases: IBGE (2010); ITCG (2012); USGS - Org.: Carlos Henrique da Graça (2013)

A referida hidrelétrica era conhecida como Usina Cambé ou Cambezinho, inaugurada em 1939. Hoje recebe o nome de Dr. Fernando de Barros Pinto, último diretor da Empresa Elétrica de Londrina, com o prédio da Usina está inserido na área pertencente ao Parque Municipal Arthur Thomas. A Usina funcionou 28 anos, encerrando suas atividades em outubro de 1967. (BALLAROTI, 2009).

A construção dessa usina hidrelétrica seria a causa primeira para a manutenção do fragmento florestal que margeava o ribeirão Cambé. Percebe-se que a presença desse resquício de vegetação nativa, não fazia parte do traçado urbana inicial da Londrina. Porém, com a expansão da sua malha urbana, a área

de floresta nativa foi aos poucos sendo absorvida ao seu perímetro urbano. (Figura 3).

Sobre a expansão de Londrina, Ballarotti (2010) comenta que,

A área urbana de Londrina foi inicialmente projetada para abrigar 30 mil habitantes e sua primeira planta apresentava regularidades geométricas, cuja forma tendia ao quadrado. O perímetro da cidade tangenciava os fundos de vale, a fim de evitar as áreas com declividades acentuadas. Os principais componentes do sistema viário eram a ferrovia e a rodovia, esta última ocupando o espigão central. A cidade acabou, ainda na década de 30, expandindo além do quadrilátero determinado pela CTNP. O primeiro loteamento fora dos limites do núcleo original foi a Vila Matarazzo, em 1937, executado por capital privado, sem a presença da Companhia.

Contudo, constata-se que, apesar de ter sido planejada a cidade de Londrina não manteve o ordenamento da CTNP – após atingir os patamares de ocupação previstos no plano original, a malha urbana da cidade não seguiu as diretrizes estabelecidas pela empresa colonizadora, ao contrário, passou a crescer sem maiores preocupações com o controle de seu espaço.

2.2.2 - Maringá: o primeiro projeto de Jorge de Macedo Vieira

Na esteira de formação da rede de cidades implantadas, mediante o processo de reocupação do espaço norte paranaense até 1944, quando a Companhia de Terras e a Companhia Ferroviária foram vendidas: a primeira a um grupo de investidores brasileiros; e, a segunda ao governo federal, foram fundadas nove centros urbanos ao longo da via férrea ou somente do seu traçado, iniciado por Londrina, discutido no item anterior, passando por Cambé, fundada com o nome de Dantzig, Rolândia, Arapongas, Aricanduva, Apucarana, Pirapó, Jandaia e Lovat (mais tarde Mandaguari). (REGO, 2009).

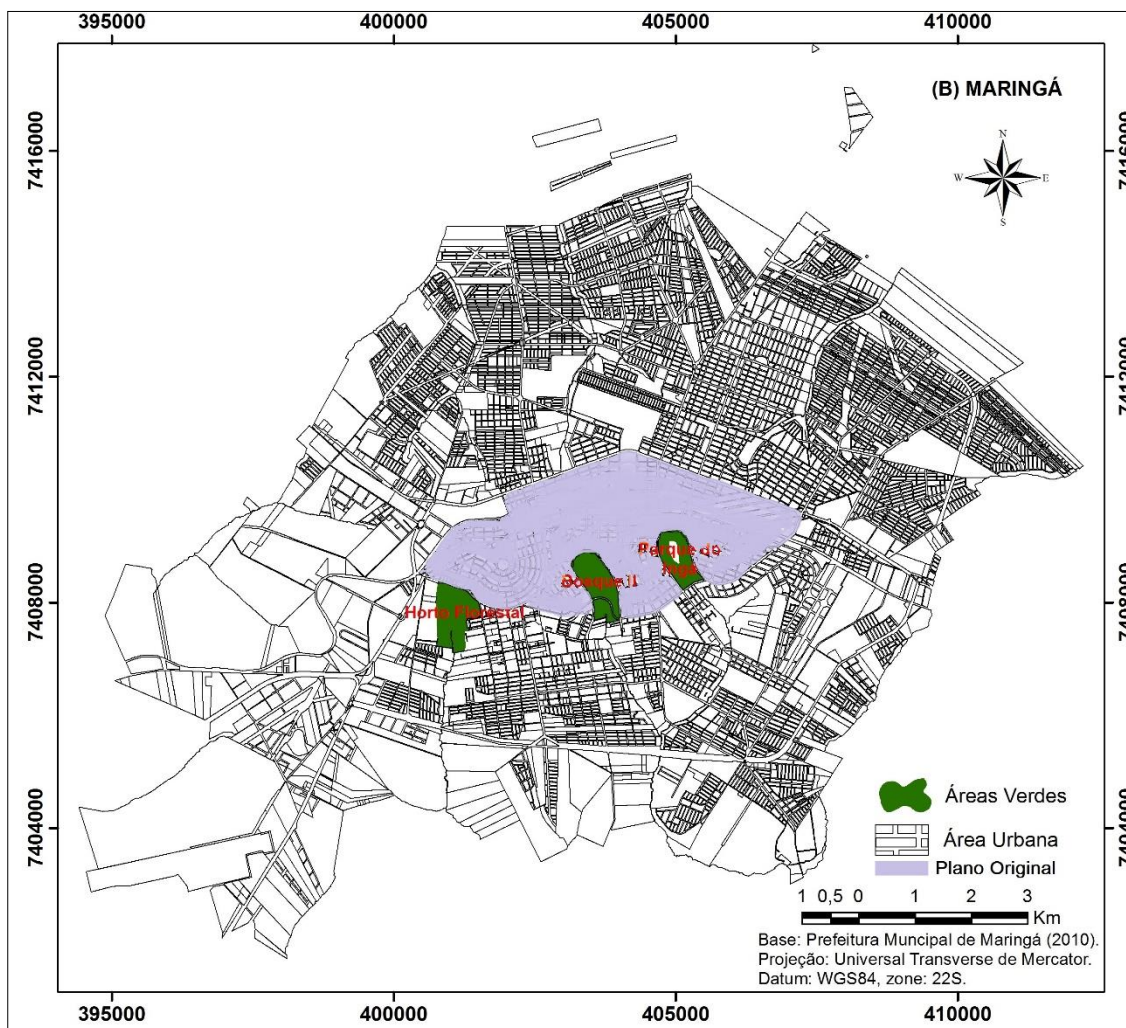
A CTNP já havia previsto três outras cidades: Marialva, Sarandi e Maringá. E, segundo Rego (2009, p. 182),

[...] a Companhia Melhoramentos ajustava o plano de colonização herdado, atualizando e intensificando os vínculos já existentes [...] a prática de planejamento urbano da estreada [...] sintonizava as mais modernas ideias urbanísticas britânicas. O seu primeiro grande empreendimento urbano foi Maringá, uma cidade situada no coração das terras da companhia, junto à linha do Trópico de Capricórnio.

Nota-se que a cidade de Maringá estava prevista pela CTNP, mas foi fundada pela Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná em 1947, transformando-se em município no ano de 1951. (GARUTTI; ZANIN, 2011). (Figura 4).

A área do projeto inicial de Maringá, segundo o Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo, que é detentora de parte do acervo do trabalho de Jorge de Macedo Vieira, era de 12.000.000m², o que equivale a 1.200 hectares (BONFANTE, 2003). Mas, de acordo com informações encontradas em Meneguetti (2009, p. 87), o projeto de Macedo Vieira efetivamente implantado compreendia uma superfície de 15.836.500m², ou seja, 1.583,65 hectares.

Figura 4: Malha urbana da cidade de Maringá, 2010



Fonte: Bases: IBGE (2010); ITCG (2012); USGS - Org.: Carlos Henrique da Graça (2013)

Para Rego (2009), o projeto da forma urbana de Maringá,

[...] era mais 'inglês' que as cidades fundadas pelos 'ingleses' no norte do Paraná. Porque o desenho urbano de Maringá exibe as características da cidade jardim inglesa [...]. Maringá representava um passo mais ambicioso na ordem do planejamento urbano da frente pioneira no norte paranaense. (Grifos do autor). (REGO, 2009, p. 183).

Os atributos constantes no projeto urbano de Maringá, elaborado pelo engenheiro-urbanista, Jorge de Macedo Vieira, encarregado da tarefa estão explícitos na,

[...] afinidade do artifício urbano com o sítio natural, e a identidade da forma urbana construída a partir das características topográficas. [...] A boa relação com o sítio e com as nascentes, os dois parques atuando como os pulmões da cidade, enfim, o entrosamento com a natureza também são notáveis. (REGO, 2009, p.184).

A Companhia e o projetista da cidade de Maringá demonstraram intenção de dotá-la de estruturas ajustadas à morfologia do terreno e nas formas reconhecidas do desenho urbano. (MENEGUETTI, 2009).

A autora *op cit*, ao fazer referência à localização de Maringá assevera que,

O traçado da linha férrea, coincidindo com os principais divisores de águas, determinou a implantação da cidade nas áreas mais elevadas e secas, atingindo poucas nascentes de rios. A localização também livrou o projeto inicial de grandes declividades ou áreas impróprias à ocupação. Os dois vales ao sul da ferrovia foram delimitados como parques urbanos, preservando as duas nascentes aí existentes, em forma de 'pulmões', [...]. (MENEGUETTI, 2009, p. 80-81)

Maringá tornou-se em um dos mais importantes centros urbanos do Estado do Paraná em poucos anos.

2.2.3 – Umuarama: o quarto núcleo principal fundado pela CMNP

Na trajetória de colonização das terras que adquiriu junto ao governo do Estado do Paraná, a CMNP continuou o processo de lotear e fundar cidades. Nesse percurso, o município de Umuarama bem como sua área urbana, foi implantada no ano de 1955, na Gleba Cruzeiro. Nesse período, Umuarama pertencia ao Distrito do município de Cruzeiro do Oeste. (FRANÇA JUNIOR; VILLA, 2013).

A Gleba Cruzeiro corresponde a uma área de 29 mil alqueires, adquirida em 1944 de terceiros; não mais do Estado do Paraná, separada da primeira de 515.017 alqueires contínuos, totalizando 544.017 alqueires.

Nesse contexto, no livro “Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná”, fala-se em 30 mil alqueires. A discrepância entre os valores, por parte da CMNP, é apenas para enaltecer a grandiosidade do empreendimento.

Inicialmente, essa empresa colonizadora adquiriu diversas áreas que totalizaram 515 mil alqueires, onde hoje se encontram algumas das maiores cidades da região. Posteriormente, comprou mais 30 mil alqueires de terras, situadas a Oeste da gleba principal, os quais passaram a constituir parte do chamado Norte Novíssimo. (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 130).

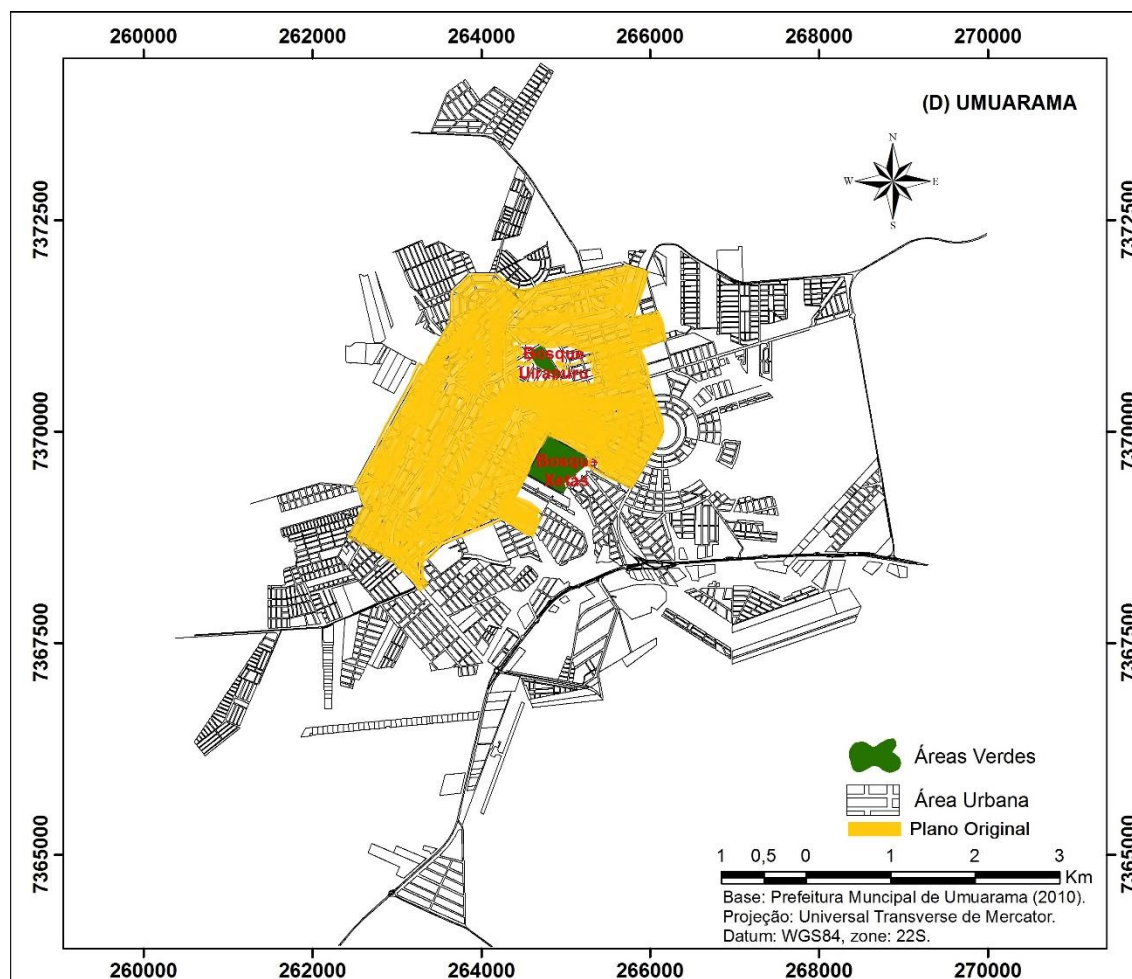
Umuarama teve seu projeto urbanístico desenhado por dois engenheiros: Waldomiro Babkov, de origem russa, com experiência em colonização de terras no Paraná, e Manoel Mendes Mesquita, sócio da CMNP, que dirigiu a obra. (CASCIOLA, 2011).

O traçado urbano de Umuarama foi considerado em alguns estudos como sendo “rígido e complexo, com poucas adaptações ao relevo do Município, ocasionando problemas ambientais desde o início da sua implantação”. (RONQUIN, 2010, p. 17). Ao todo o projeto desse núcleo urbano correspondia a 8.215.893,4 m², sendo portanto, 821,59 hectares⁶. (Figura 5).

Para Casciola, (2011), considera que o projeto urbanístico de Umuarama foi concebido totalmente fora da realidade topográfica de sítio urbano. Independentemente dessa questão, assim como os demais núcleos urbanos planejados pela CMNP, o plano fora subdividido em três zonas: residencial (a principal, a popular e uma operaria); industrial e outra com função comercial. Havia ainda uma área para armazéns da futura estrada de ferro, que nunca alcançou Umuarama. No Plano Diretor, consta ainda uma área com floresta nativa: um bosque.

⁶ Cálculo efetuado mediante recurso de geoprocessamento.

Figura 5: Malha urbana da cidade de Umuarama, 2010.



Fonte: Bases: IBGE (2010); ITCG (2012); USGS - Org.: Carlos Henrique da Graça (2013)

2.2.4 - Cianorte: o segundo projeto urbanístico de Jorge de Macedo Vieira

Cianorte é o terceiro núcleo urbano principal projetado pela CMNP, dois anos antes que Umuarama, mas como se vê está sendo apresentado por último, por conter/abrigar o objeto desse estudo: o Parque Cinturão Verde.

Desse modo, Cianorte emergiu no contexto colonizador ora exposto, sendo fundada em 26 de julho de 1953. Em 13 de julho 1955 foi elevada à categoria de município. Até ser implantado o município, a prefeitura localizava-se na cidade de Peabiru e estava integrado na Gleba Ivaí e, seu processo de colonização pode ser considerado um dos últimos eventos desta empresa no Estado do Paraná (1940 a 1960). (FACHINI, 1987; DALBERTO, 2009).

A Companhia elaborou estratégia minuciosa para organizar o espaço rural, determinando, inclusive, como o lote de terras deveria ser ocupado, a área destinada ao cultivo do café e o local para a construção das moradias. Esses cuidados minuciosos tinham por objetivo um melhor aproveitamento da propriedade, o que resultaria em lucro certo para o proprietário que havia contraído dívidas com a colonizadora no processo de compras das terras. O sucesso do colono servia também para confirmar o sucesso do projeto colonizador propalado pela publicidade da colonizadora. Entretanto, a preocupação não foi à mesma com as alterações dos processos naturais que resultaram em curto espaço de tempo em grandes prejuízos ambientais (CMNP, 1975).

Para ocupar as novas áreas uma grande leva de imigrantes se dirigiram ao Norte e Noroeste do Paraná, oriundas das antigas zonas paulistas produtoras de café, mas com produtividade em declínio. A atração para estas novas áreas devia-se, principalmente, à qualidade do solo, em terras recém desmatadas, diferente dos já exauridos solos das propriedades paulistas. Esses imigrantes eram constituídos por mineiros, paulistas, nordestinos, estrangeiros, estrangeiros alemães, italianos e japoneses (DIAS, 1998).

Assim, Cianorte como todos os núcleos urbanos formados pela CMNP, receberam milhares de imigrantes, vindos de várias regiões do Brasil e também de outros países; a exemplo de japoneses, libaneses, paraguaios, poloneses, entre outros. O maior contingente migratório, no início do processo de colonização foi proveniente do Ceará; seguido por Bahia, Minas Gerais e São Paulo. Sobre essa questão, Cioffi et al. (1995, p. 55) escrevem,

[...] a corrente nordestina foi predominante no ano de 1955, para subitamente, no ano seguinte, ceder lugar aos paulistas que conseguiram manter a predominância do fluxo por mais de dez anos consecutivos. O fluxo de paulistas deu-se em função da intensa propaganda de vendas de terras feita pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná feita lá fora. Após a primeira década, os paranaenses de outras regiões passaram a deslocar-se para Cianorte, mantendo-se em absoluta liderança até 1983.

Porém, cabe ressaltar que o processo de aquisição e reocupação das terras não ocorreu de forma tranquila como se costuma propagar nos relatos históricos. Como já exposto anteriormente, essas terras acomodavam diversos grupos

humanos, e que foram expropriados muitas vezes por meio da violência de 'jagunços' armados. (CHIES; YOKOO, 2012).

Observe-se os comentários de Cioffi et al., a respeito dos Xetás ou Heta que habitaram primeiramente, as terras onde hoje é Cianorte,

[...] a partir da década de 1950, no noroeste do estado, foram drasticamente extintos no contato com o mundo civilizado, pelo avanço das companhias colonizadoras e em nome da imigração dos primeiros habitantes brancos (CIOFFI et al., 1995, p.41).

A CMNP encarregou o projeto da Cidade de Cianorte ao engenheiro Jorge de Macedo Vieira, como já havia feito com Maringá, que tinha fortes ligações profissionais com o pensamento da cidade-jardim inglesa, o que poderia ter influenciado o traçado das novas cidades. (Figura 6).

Dalberto (2009, p. 33) ao analisar o projeto urbano de Cianorte identifica a influência do pensamento inglês,

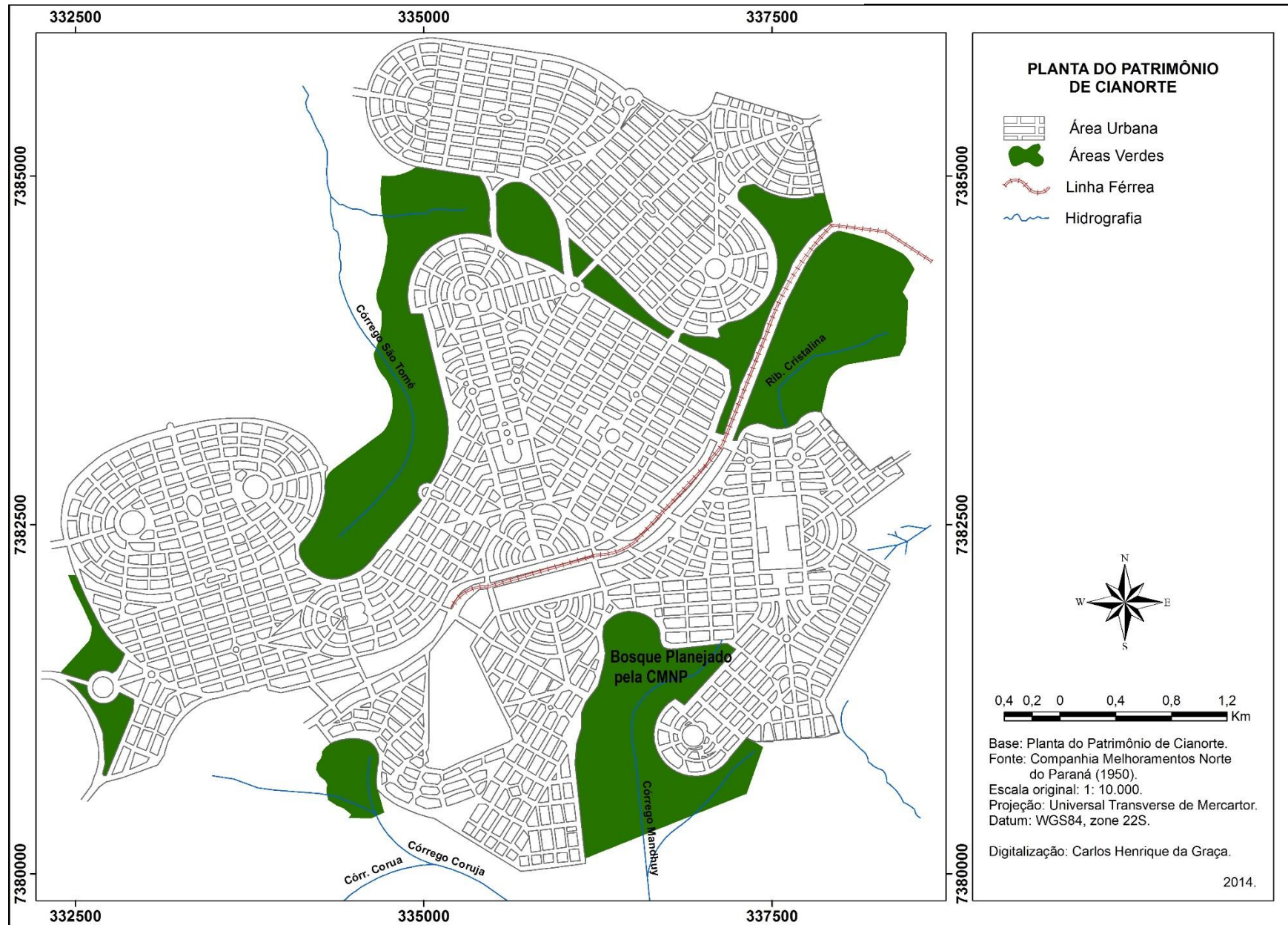
A escolha do local e o posicionamento ideal para as partes da cidade, principalmente do centro, foram baseados nas formas do terreno, na posição dos três fundos de vale, do alto topográfico e na posição da estação ferroviária. Entre os três vales encontra-se o alto topográfico escolhido para a implantação do centro da cidade.

Entretanto, o referido urbanista nunca esteve no local onde se assentaria a cidade de Cianorte. Elaborou o projeto tendo por base uma planta topográfica que lhe foi enviada pelo então presidente da CMNP, o Sr. Cássio Vidigal. (DIAS, 1998).

Percebe-se que, o requisito determinante que condicionava a escolha do sítio, para se implantar uma nova cidade pela CMNP, era o topográfico, o que nos remete as observações de Meneguetti (2009, 79). Assim, nos

[...] projetos urbanos implantados pela Companhia, [...] existia um padrão geral comum. Adaptado às circunstâncias do sítio. Deste modo, o padrão geral da forma urbana estava condicionado a uma prática: sua adaptação ao meio natural suporte. Com isto, os assentamentos urbanos da Companhia – cidades grandes, médias ou patrimônios – moldavam-se ao sítio escolhido e assumiam as particularidades topográficas de modo a criar traçados peculiares, resultantes das suas circunstâncias geográficas.

Figura: 6 - Plano Original de Jorge de Macedo Vieira para a cidade de Cianorte



Fonte: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 1950.

O projeto urbano de Jorge de Macedo Vieira, conforme Dalberto (2009, p. 35), “traçou as vias principais, com linhas retas e as ruas secundárias com linhas curvas, tendo como resultado uma malha bem resolvida e harmoniosa”. O que para Fachini (1987, p. 17) “o conjunto de ruas e avenidas posicionadas nas linhas dos talvegues, desempenham funções de canais, direcionando todo o fluxo de água proveniente dos pontos mais elevados” e potencializando a velocidade das águas das chuvas, transformando os logradouros principais em verdadeiros canais de escoamento superficial.

Fachini complementa que:

[...] o traçado urbanístico de Cianorte obedece, em parte o projeto urbanístico original, a configuração do traçado viário respeita a um padrão geométrico de grande rigidez, o sistema de avenidas de penetração que se cruzam em ângulos de 45° e 90°. As demais vias urbanas se desenvolveram a partir desse sistema básico, todas ortogonais entre si. As quadras com dimensões médias de 140 x 70 m, formando uma composição tipo ‘xadrez’ (grifo nosso) “. (FACHINI, 1987, p. 36

Porém, Dalberto (2009, p. 35), com olhar arquitetônico, considera que o traçado urbano de Cianorte de autoria do urbanista Macedo Vieira resultou em “uma composição interessante e em sintonia com o sítio, longe da monotonia da malha xadrez”.

No conjunto das ações iniciais para a construção da Cidade, não se percebe preocupação com o tipo e fragilidade do solo “constituído por arenitos vermelhos arroxeados altamente friáveis” o que talvez tenha contribuído para o intenso processo erosivo que afetou a cidade. (FACHINI, 1987, p.43).

Os elementos naturais considerados pelo urbanista para eleger o sítio adequado para assentar a nova cidade foram, basicamente, a topografia; e em importância secundária, a rede de drenagem, pois o sítio urbano “constitui-se em um espigão rodeado pelas cabeceiras de vários córregos [...] que processam um trabalho de entalhamento da área”. E foi principalmente nos locais desses corpos hídricos, que os processos erosivos foram mais intensos, acentuados pela retirada da vegetação e potencializados pelo traçado urbano. (DIAS, 1998, 101).

Sobre esse contexto Dias (1998, 101) escreve,

A urbanização à montante das cabeceiras provocou o aumento da concentração de águas pluviais nos “anfiteatros”, o que resultou num processo de ravinamento que mais tarde evoluiu para enormes voçorocas

dentro da área urbana, as quais se tornaram um problema grave e constante para a população e administração pública do município.

O traçado urbano de Cianorte, igualmente de outros núcleos foi estruturado em bairros residenciais, comerciais e industriais. Este zoneamento evidencia as especificidades das cidades construídas nos propósitos do sistema capitalista, que se organiza espacialmente conforme a classe social. Assim, no caso das cidades planejadas e construídas pela CMNP, a segregação espacial já estava embutida no pacote do projeto urbano. O que se confirma no trecho a seguir,

Cada núcleo urbano foi subdividido em conformidade com o respectivo zoneamento, prefixadas as zonas do centro cívico, do comércio e da indústria, das residências nobres, coletivas e proletárias, cada qual observando suas próprias características na construção dos edifícios públicos, comerciais e industriais, residenciais e educacionais, de assistência social e hospitalar, dos cultos religiosos e dos centros desportivos (CMNP, 1975, P. 252).

Para Dalberto (2009, p.43), em termos de organização arquitetônica, o zoneamento construído em Cianorte pela CMNP foi positivo, por ter “[...] grande poder na configuração da malha, pois, junto ao desenho, ele diz o que é e como a cidade ou o bairro será. O zoneamento contribuía para fortalecer a vocação de cada parte da cidade”.

Mas, para Dias (1998, p. 106) esta organização proposta no zoneamento das cidades feita pelo CMNP revela,

[...] uma distribuição da população em áreas residenciais de acordo com a classe social dos indivíduos, para que os patrões não precisassem residir entre os trabalhadores, e esses, não desvalorizassem os loteamentos da Companhia destinados para uso residencial ‘mais nobre’. [...] A CMNP buscando a implementação do seu plano para essa nova aglomeração que iniciava – Cianorte, procura conduzir ‘tecnicamente’ a segregação social, visando extrair alguma vantagem nesse processo.

Ainda, nesse contexto, Dias (1998) afirma que a CMNP portou-se sempre como o sujeito organizador da espacialidade urbana de Cianorte, em atendimento aos seus interesses, por meio de diversas práticas tais como: reserva de lotes para valorização e venda futura; controle rígido do zoneamento proposto, interferência na ocupação levando em consideração a renda familiar, e assim exigindo o padrão da construção e tamanho do imóvel, entre outras.

Diferente do que ocorrerá com os outros três núcleos urbanos analisados anteriormente, que possuíam áreas menores, Cianorte foi planejada para ser grande, já que a CMNP, reservou para o projeto 18.646.144m², porém foi executado um pouco mais que a metade dessa área (Figura 6). Essa questão é amplamente discutida no capítulo 3.

As cidades plantadas nas terras paranaenses (Norte e Noroeste) apresentam entre si alguns elementos uniformes, como: o padrão urbanístico ajustado a uma prática projetual inteligente, com adaptação do traçado à morfologia do sítio; a presença da estrada de ferro e determinadas particularidades arquitetônicas e urbanísticas do pensamento inglês, mediado pela “Paraná Plantation Ltd”, por intermédio da subsidiária, a Companhia de Terras a do Paraná, mais tarde Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Além dessas peculiaridades, esses quatro centros urbanos principais exibem fragmentos florestais na composição da sua malha urbana.

2.3 – Os fragmentos florestais nos principais núcleos urbanos formados pela CMNP.

O objetivo desse item é analisar a presença da vegetação nativa nas principais cidades formadas pela CMNP. Dar-se-á ênfase à cobertura florestal original, mantidas na forma de áreas de preservação ambiental nesses espaços urbanos.

2.3.1 - Londrina: O Parque Municipal Arthur Thomas

A origem do Parque Municipal Arthur Thomas (PMAT) está diretamente associada a área de instalação da Usina Cambezinho. Quando deixou de funcionar em 1967, despertou o interesse da Prefeitura de Londrina em receber em doação, por parte da proprietária da área, a Companhia Melhoramentos, a Usina e as áreas adjacentes, o que ocorreu em 1975, quando a CMNP doou esses bens (a Usina e a área coberta de matas) ao Município de Londrina sob a condição dos mesmos serem preservados. O Poder Público deveria, também, recuperar a Usina, mantendo-a com as características originais. Além de que o conjunto doado deveria ser transformado em parque municipal. Nesse momento foi sugerido pelo diretor da CMNP, Dr. Gastão Mesquita Filho o nome de Parque Mr. Thomas. (LONDRINA, 2004).

A concordância da Poder Público de Londrina em relação às exigências feitas pela CMNP, à doação da área que viria a ser o Parque Mr. Thomas foi, finalmente realizada. (Figura 7).

Figura 7: Parque Municipal Arthur Thomas, Londrina - Paraná



Fonte: GOOGLE EARTH (2013)

O Legislativo Municipal sancionou a Lei nº2564 de 17 de setembro de 1975, que oficializava o recebimento de uma área de 61,72 ha por doação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. No primeiro parágrafo dessa Lei, definiu-se que o espaço seria destinado à implantação de local de lazer, devendo ser preservado ecologicamente pelo Município. (LONDRINA, 2004; BALLAROTTI, 2010).

O nome sugerido inicialmente foi alterado pela Lei Municipal nº 4.061, de 5 de abril de 1988, ficando assim estabelecido: “Art. 1º - Passa o artigo 6º, da Lei 2564, de 17 setembro de 1975, a vigorar com a seguinte redação: “Art. 6º - O parque a ser implantado na área a ser recebida em doação, referida no artigo 1º e parágrafo único, desta lei denominar-se-á Parque Arthur Thomas” (LONDRINA, 1988).

Ballarotti (2010) apresenta algumas razões que explicam a abnegação da CMNP em relação a área a ponto de doá-la ao Município de Londrina. O autor levanta a “hipótese de que nessa área existe um enorme declive, sendo extremamente difícil efetuar loteamento em seu território. O local é uma região pedregosa, não sendo útil para agricultura” (BALLAROTTI, 2010, p. 98).

Quanto ao real tamanho da área que seria doada ao Município de Londrina pela CMNP, correspondia a 114,00 ha; e, destes, 52,28 ha, localizados na porção norte do Parque foram loteados, constituindo o loteamento denominado Jardim Vale do Cambezinho. (BALLAROTTI, 2010).

Como medida compensatória à área loteada, a Prefeitura de Londrina desapropriou chácaras localizadas na porção oeste do PMAT, ao longo da Avenida Dez de Dezembro, coligando-as a área do parque em 1986, somando mais 25,22 ha, resultando num total de 86,94 ha.

O parque localiza-se, atualmente, dentro do perímetro urbano de Londrina, no Jardim Piza, região sul da cidade, no curso médio do ribeirão Cambé. O acesso ao parque pode ocorrer pela Avenida Dez de Dezembro, até a Rua da Natureza. (CAMPOS et al., 2005).

O ribeirão Cambé que integra a bacia hidrográfica do rio Tibagi corta totalmente o município de Londrina, e constitui-se em uma importante fonte poluidora da área do Parque Municipal Arthur Thomas, pois, de acordo com levantamento realizado para a confecção do Plano de Manejo do Parque identificou-se a recepção nesse ribeirão, de esgotos doméstico e industrial, além de resíduos de toda ordem e, funciona, também como depósito de águas residuárias. (LONDRINA, 2004)

Para cumprir com uma das exigências da antiga proprietária da área, ou seja, de tornar o Parque em espaço de lazer, as obras para construção da infraestrutura necessária tiveram início em 1977.

O público passa a frequentar o Parque a partir de 10 de dezembro de 1987, quando é efetivamente aberto. O Parque possui uma infraestrutura com: lago artificial, pedalinhas, estacionamento, acessos pavimentados, restauração da Usina Cambé, ponte, alojamento para a Polícia Florestal, lanchonete, zoológico⁷, mirante, área para descanso, portal de entrada, viveiros de mudas, oito trilhas diferentes para percorrer e sanitários.

De acordo com dados da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Londrina, o PMAT é o terceiro no Estado do Paraná em número de visitantes, ficando atrás apenas do Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu e do Parque Estadual de Vila Velha, em Ponta Grossa.

⁷ - O mini zoológico foi desativado em 1990, devido à mobilização dos meios de comunicação, da população frequentadora do parque e dos ecologistas, com imediata remoção dos animais que viviam em péssimas condições (BALLAROTTI, 2010).

Atualmente, o PMAT constitui-se em importante patrimônio natural da população da cidade de Londrina e região, tendo sua história intimamente atrelada ao processo de colonização, ou como prefere Ballarotti (2010), processo de reocupação, pois essas terras já eram conhecidas e estavam em parte ocupadas pelos primeiros moradores: os indígenas, posseiros, entre outros.

Mediante solicitação do gestor municipal, junto ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP), em 1994, o cadastramento do Parque Arthur Thomas como unidade de conservação municipal, para fins de recebimento do ICMS Ecológico, o que ocorreu no mesmo ano, quando também foi classificado como unidade de conservação, na categoria Parque Municipal.

A administração do PMAT é realizada pela Secretaria Municipal do Ambiente (SEMA), a qual se encontra instalada dentro do Parque, assim, como a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

Segundo dados do Plano de Manejo, o Parque Arthur Thomas abriga em seu interior uma fauna diversa, representativa do ambiente pretérito. Destaca-se o *Cebbus apela* L. (macaco prego), que possui dezenas de indivíduos (tornando-se até mesmo um problema, devido ao tamanho do parque), e as capivaras que podem ser vistas próxima ao lago, além de quatis, tatus, pacas, cutias, jabotis, lebres, lagartos teiu-teiu, cágados, sapos, pererecas, rãs, gambás, ouriços, dentre outros. Calcula-se que há aproximadamente 78 espécies de aves distribuídas em 35 famílias (PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA, 2004).

Em síntese, a cidade de Londrina, guarda em seu interior vestígios da paisagem de outrora, como memória do que existia, uma região recoberta por florestas. O Parque Municipal Arthur Thomas (PMAT) constitui em um desses registros da paisagem natural, alterada pelo processo de ocupação ocorrido nessa porção do território paranaense.

2.3.2 – Maringá: os bosques florestados de Jorge de Macedo Vieira

As manchas de vegetação nativa constante no projeto urbano da cidade de Maringá ocupavam a terra urbana de menor valor, ou seja, aquelas onde não seria possível lotear ou que haveria limitações para tanto, até mesmo impossibilidade para construção.

As duas grandes áreas verdes existentes no perímetro urbano de Maringá correspondem as manchas que foram planejadas em forma de pulmões, no anel central da cidade. Além dessas duas áreas tem-se também o Horto Florestal. (REGO,2009). (Figura 8)

Figura 8: Principais fragmentos florestais de Maringá (Bosque I, Bosque II e Horto Florestal)



Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá, 2010

No perímetro urbano de Maringá, além dessas três manchas maiores existem mais 14 bosques que, somados aos milhares de árvores (arborização viária), praças e avenidas, constituem em importante conjunto de áreas verdes na cidade. O que fez de Maringá passar a ser identificada como *Cidade Verde* (GARUTTI; ZANIN, 2011).

Os remanescentes da floresta nativa projetados por Macedo Vieira eram anteriormente conhecidos como Bosque I e Bosque II, sendo atualmente Parque do Ingá. O primeiro, devido a abundância da planta do gênero Ingá; enquanto que o Bosque II recebeu a denominação de Parque Florestal dos Pioneiros. (MENEGUETTI, 2009).

Esses bosques permaneceram por mais de uma década sem significativas intervenções por parte do Poder Público Municipal. Somente nos finais dos anos sessenta, em função da acelerada ocupação da terra urbana e consequente ampliação da demanda por áreas de lazer, um dos “pulmões”, o Bosque I, (Figura 9) passou a ser urbanizado para uso da população que veio ocorrer em outubro de 1971. (MENEGUETTI, 2009).

Figura 9: Bosque I – Parque do Ináá. Maringá – Paraná.



Fonte: <http://noticiasderolandia.blogspot.com.br/2013/11/maringa-tem-qualidade-de-vida-uma-das.html> - Foto de André Renato Sposito

O Bosque I foi elevado à categoria de Parque do Ingá por meio do Decreto nº 870/1971, recebendo a declaração de área de preservação permanente como Parque Municipal em 1991. A infraestrutura inserida compreende algumas trilhas para caminhada, lago, um pequeno zoológico⁸, pista de caminhada no entorno. A partir de 2011 foram instituídas pequenas trilhas dinâmicas destinadas as crianças, tirolesas, a praça das crianças, o novo deck e a criação do museu interativo, a praça de souvenirs e alimentação, e o projeto das futuras instalações do auditório. Corresponde a uma área de 47,3 ha. (MENEGUETTI, 2009; BOVO; AMORIM, 2011).

Já o Bosque II com 59 hectares foi declarado como Área de Preservação Permanente pela Câmara Municipal de Maringá, por meio da Lei 1.556/82 e um ano após essa modificação, em 1983, por meio da Lei Municipal nº 1.649 passou a ser denominado de “Parque dos Pioneiros”. A área também já foi denominada Bosque Tupinambá. (SOUSA; HAYASHI, 2013).

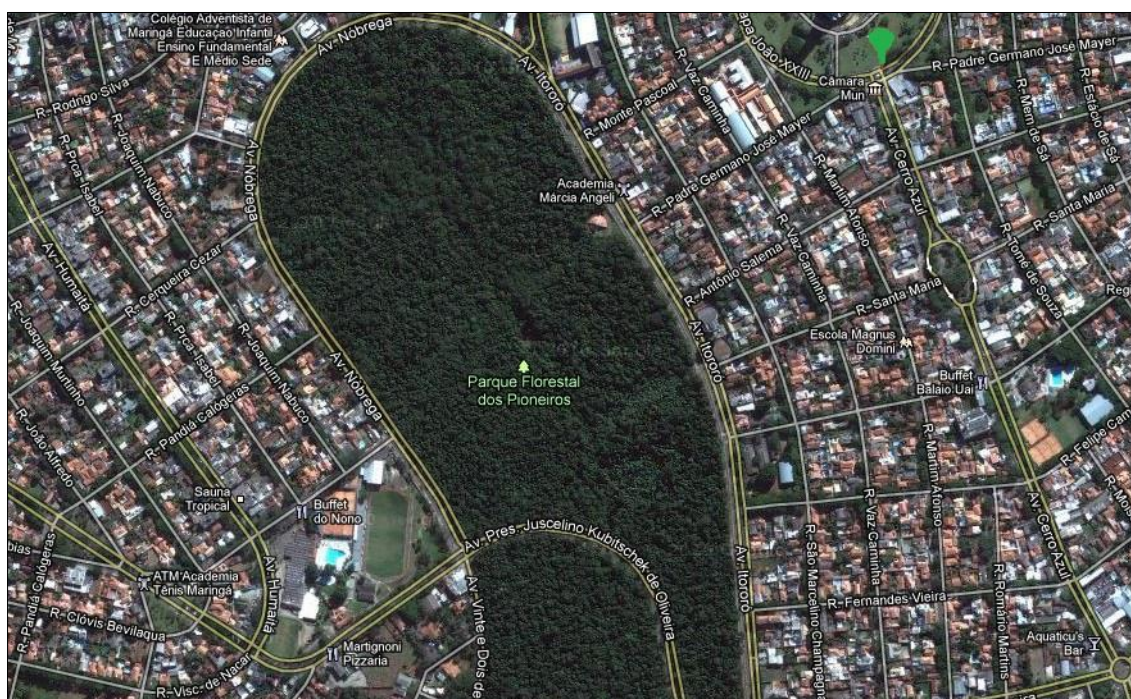
⁸ O zoológico foi desativado em 2007.

O Parque dos Pioneiros localiza-se entre as avenidas Itororó, Nobrega e Juscelino Kubitschek, em um fundo de vale onde nasce o Córrego Cleópatra, e de acordo com levantamento realizado para o plano de manejo em 1993, a cobertura vegetal era constituída por uma vegetação secundária. (Figura 10).

A estrutura física e equipamentos do Parque dos Pioneiros dispõe, em sua parte externa os seguintes: bancos, iluminação, lixeiras, telefone público, bebedouro, pavimentação em concreto, equipamentos para terceira idade (ATIs) e edificação institucional (Usina do conhecimento), pista de caminhada, ciclovia e alambrado no entorno.

O Plano de Manejo do Parque dos Pioneiros apresentou diversas propostas para sua recuperação e manutenção, porém de acordo com Bovo e Amorim (2011) poucos dos objetivos foram alcançados como a construção de galerias tubulares e de duas galerias celulares, além de pista de caminhada e ciclovia no entorno do parque.

Figura 10: Bosaue II – Parau Forestal dos Pioneiros. Marindá – Paraná.



Fonte: Google Maps, (2014).

Outra área representativa do contexto original da paisagem natural da região, colonizada pela Companhia Melhoramentos é o Horto Florestal. A CMNP era detentora da maioria dos lotes e terrenos na cidade de Maringá, desse modo, o Horto Florestal se compunha de uma área anexa ao plano original da cidade (Figura 10). Souza e Hayashi (2013) explicam que a criação do horto ocorreu devido a existência

de uma represa onde nasce o Córrego Borba Gato, e um jardim ao seu redondo idealizado pelo agrônomo Dr. Luiz Teixeira Mendes, nome esse, dado área. (SOUZA; HAYASHI, 2013).

O Horto Florestal (Figura 11) localiza-se na periferia do plano original de Maringá, traçado por Macedo Vieira, na Avenida Luís Teixeira Mendes, com área de 36,83 hectares. Inicialmente, foi destinado à produção de mudas de espécies nativas.

Segundo Meneguetti, (2009) “O Horto possuía estrutura para a produção de mudas para a arborização das cidades fundadas pela CMNP e ajardinamento de praças e canteiros. Sua clareira e pequeno lago eram usados para recreação”. (MEGUETTI, 2009).

Figura 11: Horto Florestal Dr. Luís Teixeira Mendes, Maringá - Paraná



Fonte: GOOGLE EARTH (2012)

Entretanto, Kiouranis e Teixeira (2000) discordam dessa função atribuída ao Horto Florestal, pois argumentam que não havia por parte da CMNP, preocupação com a preservação ambiental, mas, sim, com a manutenção de uma paisagem esteticamente atraente para os futuros moradores de Maringá. E para reforçar essa

afirmação, as autoras esclarecem que as mudas para arborização das cidades vieram de várias regiões do país.

Informações constantes no Plano de Manejo da área (2013) reafirmam a ideia de que a área tinha como função o cultivo de espécies arbóreas para servir às cidades da região. Apresenta ainda outra tarefa do Horto que seria de funcionar como um laboratório, operando como ambiente de estudo da fauna e da flora por pesquisadores, alcançado a condição de Instituto Científico de Estudos de Botânica Regional. (MARINGÁ, 2013).

O Horto Florestal Dr. Luís Teixeira Mendes permanece como propriedade da CMNP. Porém, como a empresa não tem mais atividade administrativa em Maringá, os cuidados com esses espaços foram comprometidos o que levou ao declínio sua condição ambiental, tornando-se em uma grande área abandonada levando ao fechamento para visitação pública em 2003. (MENEGUETTI, 2009).

O Poder Público Municipal por meio do Decreto nº 203, de 1994, transformou a área em reserva florestal, com intento de preservar os remanescentes da mata nativa da região e velar pelos mananciais que originam o Córrego Borba Gato. (MARINGÁ, 2013).

O fato da propriedade fundiária da área ser de uma empresa privada, a Companhia Melhoramentos gera certo impasse quanto à quem cabe a responsabilidade pelos cuidados que o Horto Florestal, a Prefeitura Municipal de Maringá ou à Companhia Melhoramentos - para ser mantido enquanto remanescente de floresta nativa inserido em no espaço urbano.

Entretanto, cabe observar que os projetos e ordenamentos jurídicos propostos para o Horto Florestal Dr. Luís Teixeira Mendes, de acordo com o Plano de Manejo, demonstra que quase nada foi alterado, como a implantação do Instituto de Pesquisa proposto pela CMNP; as trilhas permaneceram abandonadas; o turismo ecológico e o plantio de mudas para posterior distribuição não ocorreu; e o impasse jurídico entre CMNP e Prefeitura Municipal, permanece e compromete sua administração. (MARINGÁ, 2013).

Os remanescentes de floresta nativa presentes na cidade de Maringá são classificados como Área de Preservação Permanente e requerem do Poder Público atitudes administrativas revestidas de preocupação ambiental, pois apresentam sérios problemas de conservação.

Em termos de infraestrutura, o Horto Florestal possui algumas trilhas no meio da mata, um pequeno lago, próximo das nascentes que originam o córrego Borba Gato, é um amplo espaço gramado em sua porção central. Segundo Bovo e Amorim (2011), a área foi destinada ao uso público desde a sua criação.

2.3.3 – Umuarama: Bosque dos Xetá e o Bosque Uirapuru

A cidade de Umuarama apresenta em sua malha urbana, duas áreas com cobertura florestal original associadas ao projeto inicial da CMNP.

O Bosque Uirapuru compreende uma área de 4,962 hectares, (Figura 12) recoberto com vegetação nativa em estado alterado. Apresenta infraestrutura para uso público, como pista de caminhada que traceja o interior do bosque; churrasqueiras; pista de bocha; pista de malha; quadra de areia para futebol e uma para voleibol, playground infantil e academia de exercícios ao ar livre. Apresenta ainda, algumas mesas adjacentes para atividades com cartas, três cabanas temáticas indígenas, banheiro e bebedouro de água. (GIROTO, 2011).

Figura: 12 – Bosque Uirapuru, Umuarama – Paraná.



Fonte: GOOGLE EARTH (2013)

O bosque a que se refere o parágrafo anterior foi denominado Uirapuru. Em 1970 sua área foi dividida em duas: uma destinada à construção do Estádio de Futebol Gigante da Baixada; e outra, mantida florestada na condição de Área de Preservação.

Na porção periférica sul do Plano Urbanístico original de Umuarama, encontra-se um remanescente florestal, que foi mantido com a finalidade de preservar as nascentes do Córrego Mimosa. Com a expansão urbana da cidade, essa área foi englobada a malha urbana, localizando-se, atualmente, na área central da cidade.

De acordo com Ronquim (2010),

O traçado original previa o escoamento das águas pluviais para o Córrego Mimosa Umuarama/PR, localizado dentro do Bosque do Xetás, e por este motivo, foi preservado uma área verde em torno da nascente, ou seja, foi propositalmente deixado, para proteger a nascente do Córrego Mimosa Umuarama/PR. (RONQUIM, 2010, p. 19)

A área em questão, recoberta com floresta nativa, não foi destinada a um bosque, mas apenas constituía-se em fundo de vale, que seria então mantido. Com o crescimento da cidade foi transformada em Parque Natural Municipal dos Xetás, no ano de 1993 sob o Decreto Municipal nº 73, com área de 19,98 hectares, conhecida, também, como Bosque do Índio. O nome do parque “Xetás” é uma homenagem aos índios Xetás que viveram nessa região. (Figura 13).

Devido às características topográficas do sítio urbano de Umuarama, a Bacia do Córrego Mimosa, responde pela recepção das águas pluviais, assim como de outras origens o que tem lhe causado alterações físico/químico das suas águas.

A Prefeitura Municipal de Umuarama, em 2013, por recomendação do Instituto Ambiental do Paraná – (IAP), autorizou a elaboração do plano de manejo para o Parque Natural Municipal dos Xetás e para o Parque Natural Municipal Tucuruvi. Este último não faz parte desse estudo.

Figura: 13 – Bosque Xetás, Umuarama – Paraná.



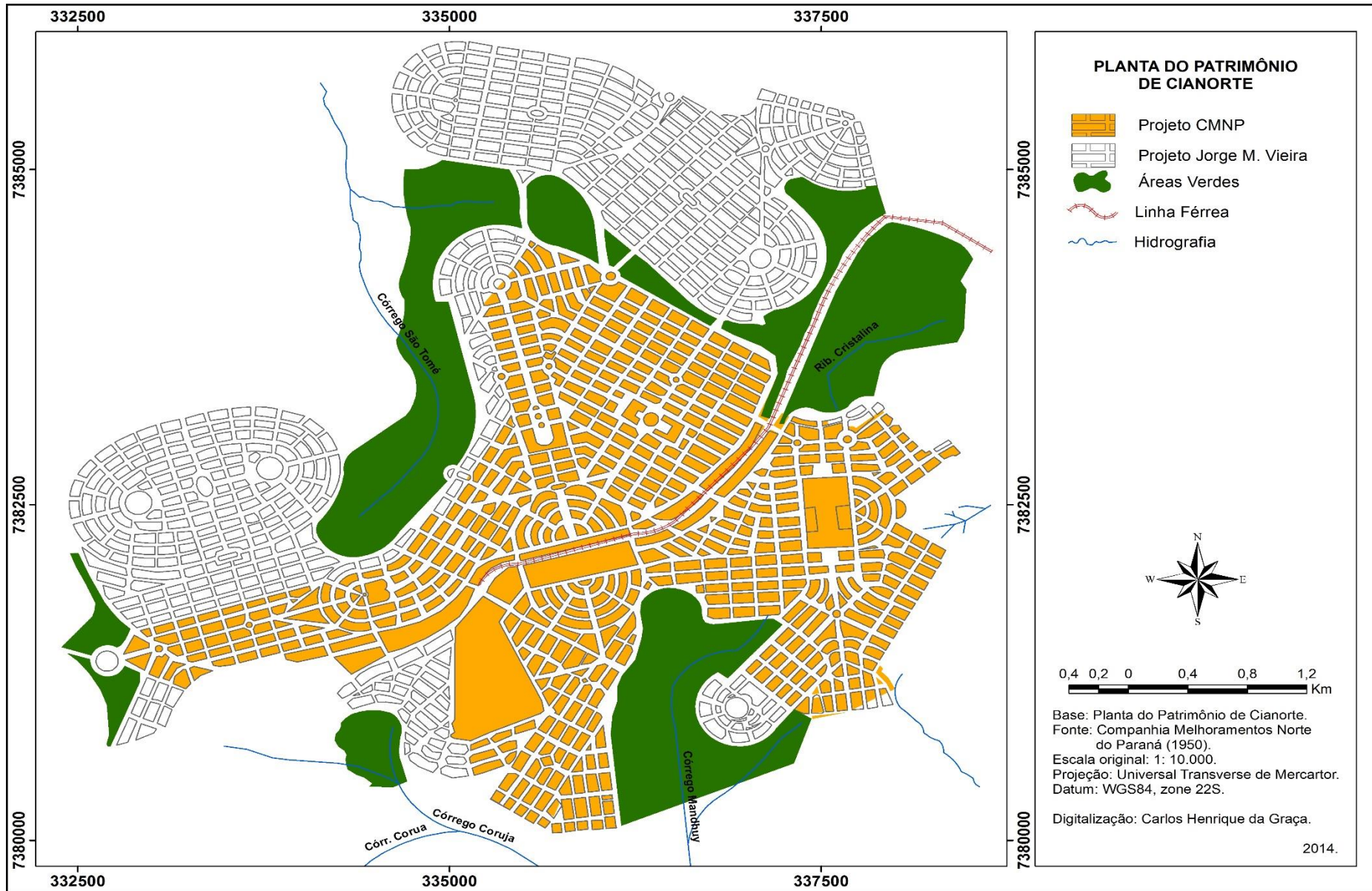
Fonte: GOOGLE EARTH (2013)

A análise de dados sobre a cidade de Umuarama finaliza os propostos para este item, que ocupou-se em discorrer, de forma concisa, sobre o processo histórico responsável pela fundação dos centros urbanos, com destaque para os remanescentes de floresta nativa existentes, elencados para abordagem do conteúdo regional e que conseqüentemente remete a formação de Cianorte.

2.3.4 – A presença da floresta no espaço urbano de Cianorte

O projeto urbanístico de Cianorte foi elaborado em área praticamente recoberta por vegetação nativa. Entretanto, a permanência de alguns fragmentos vegetais na área urbana do Município de Cianorte (Figura 14) deve-se, a princípio, as exigências da legislação brasileira, que orienta as questões relacionadas a alteração da cobertura vegetal, evidenciado no projeto urbanístico inicial.

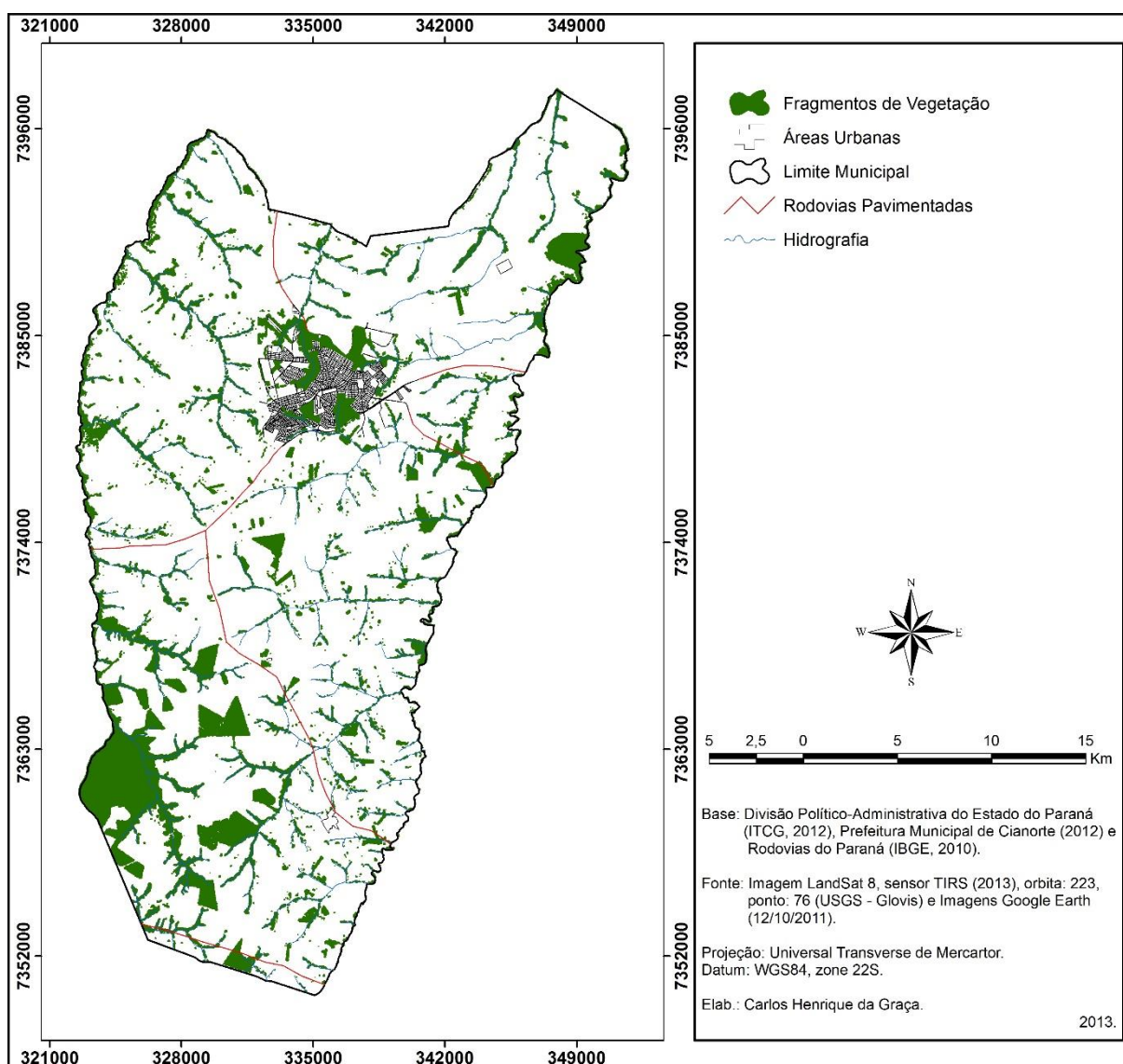
Figura: 14 – Planta do Patrimônio de Cianorte



Fonte: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 1950

Segundo dados da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (2008), a cobertura vegetal presente no município de Cianorte é de 13,77% da sua área total, o que corresponde a 11.176,20 ha de cobertura vegetal (Figura 15), sendo que o total de área com vegetação do Estado do Paraná, de acordo dados da Fundação S.O.S. Mata Atlântica (1998) representa menos de 8% de cobertura vegetal.

Figura: 15 – Fragmentos de vegetação nativa em Cianorte, em 2011.



Fonte: Bases: IBGE (2010); ITCG (2012); USGS - Org.: Nadir Leandro de Souza (2014)

A ocupação da terra em porções do Paraná, realizada pelas empresas colonizadores, deu-se concomitantemente ao estabelecimento do Código Florestal de 1934 (Decreto 23.793/34), era o norteador legislativo sobre a floresta nativa, do momento da construção da cidade, que obrigava os donos de terras a manterem 25% da área de suas propriedades com a floresta original, a chamada quarta parte, sem no entanto, orientar quais áreas das propriedades a vegetação nativa deveria ser mantida. (Art. 23)⁹. Porém, essa lei de 1934 já demonstrava preocupação com a saúde dos rios e lagos e áreas de risco, ao criar a figura das florestas protetoras.

Em 1965, outro Código Florestal foi instituído (Lei 4.771/65), onde se estabelecia as áreas de preservação permanente ao longo dos cursos d'água restrita a 5 m para rios com até 10 m de largura; metade da largura dos cursos com 10 a 200m entre as margens; e de 100m para rios com largura superior a 200m.

Frente ao exposto, fica evidente que a construção da nova cidade – Cianorte -, ocorreu em um período onde a preocupação ambiental já estava presente na legislação, que por sua vez, determinava a manutenção de parte da vegetação nativa onde o processo de ocupação estava em curso.

No Plano Original de Cianorte (Figura 14) nota-se a presença de vegetação nativa em alguns pontos externos da área planejada para a nova cidade. Ao sul a área que corresponde a bacia do córrego Mandhuy, outra a noroeste, na bacia do Ribeirão São Tomé e Uruçora e que alcança a bacia do Ribeirão Cristalino, a nordeste do plano piloto. Somente na porção nordeste do plano piloto, a vegetação se faz presente no interior do traçado urbano, separando a zona cinco, entrecortada por vias de transporte, área destinada a ser a Zona Residência Principal, disjunta do restante do traçado urbano

Estudos realizados sobre determinados aspectos de Cianorte apontam diferentes razões que buscam explicar a existência de fragmentos vegetais na área urbana dessa cidade. Nesse intento, Dias (1998) defende a ideia de que a

⁹ Com a forte expansão cafeeira, surgiu o primeiro Código Florestal, em 1934. Principalmente no Sudeste, empurradas pelas plantações, as florestas ficavam cada vez mais distantes das cidades, dificultando e encarecendo o transporte de lenha. Assim, a legislação visava impedir os efeitos sociais e políticos negativos causados pelo aumento do preço ou – pior – pela falta da lenha, garantindo a popularidade do novo regime, instaurado com a Revolução de 1930. (<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/codigo-florestal/>).

manutenção de áreas vegetadas no entorno de Cianorte relaciona-se à política de controle realizada pela CMNP, quanto a expansão urbana da referida cidade, em atendimento a seus interesses imobiliários. Assim, para o autor, a presença da vegetação “[...] impediu que ocorressem loteamentos feitos por particulares que possuíam propriedades próximas à cidade” (DIAS, 1998, p. 140).

Dalberto (2009) explica que a presença de vegetação nativa em algumas faixas do entorno da área urbana de Cianorte está associada aos conceitos do urbanismo culturalista, “onde a cidade é bem delimitada, formando um diálogo com a natureza”. (DALBETO, 2009, p.45)

A autora defende esses conceitos ao assegurar que:

A forma das áreas verdes junto aos rios, se molda à forma urbana criando soluções para as áreas de difícil ocupação. São bolsões verdes que mostram cuidado ambiental. Estes espaços verdes são significativos dentro da malha, o que aponta novamente para a preocupação ambiental no projeto, que toma cuidado com os cursos d’água, e as áreas com solo mais vulnerável. (DALBERTO, 2009, p.37)

A ideia de preocupação ambiental, por parte da CMNP, apresentada pela autora (*op cit*), não corresponde as análises realizadas por Dias (1998, p.140) que aponta a presença da vegetação como elemento que “[...] favoreceu os interesses imobiliários monopolistas da empresa na cidade, garantindo, em certa medida e por algum tempo, a manutenção da sua expansão territorial dentro dos limites indicados no plano original”.

O entendimento de Fachini (1987) identifica-se com Dias (1998) ao observar que como toda área disponível para o projeto inicial de Cianorte pertencia a um único loteador, a CMNP, possibilitava o rígido controle sobre a expansão da cidade, assegurando-lhe o sucesso de sua estratégia de venda dos lotes urbanos.

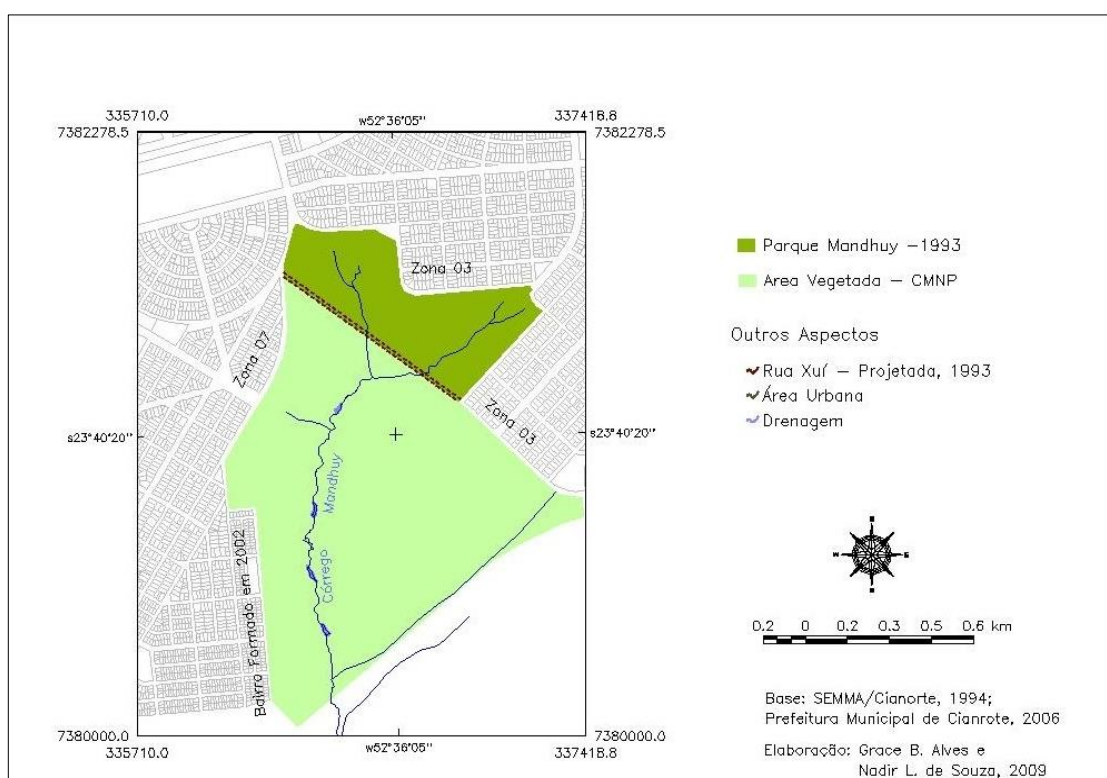
As áreas recobertas por vegetação nativa em Cianorte apareciam no Projeto urbanístico de Jorge de Macedo Vieira, como constituintes da nova cidade, mas não faziam parte do perímetro urbano desta (Figura 13 e 14), diferente do projeto da cidade de Maringá, onde os bosques eram parte da área da cidade.

As áreas florestadas constantes do projeto de Macedo Vieira, não constavam do projeto executado pela CMNP. Logo permaneceram como propriedades da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, na condição de

áreas rurais e só foram doadas (algumas áreas) ao Município em meados dos anos de 1990.

A única área vegetada estabelecida no projeto executado pela CMNP correspondia a um Bosque com 228.000,00 m² (Quadra n° 57-A), na zona 3, (Figura 16), que mais tarde seria transformada em área de preservação e, posteriormente, no primeiro módulo (Mandhuy) constituinte do Parque Municipal Cinturão Verde, ampliado em 2000 com a inserção da área que permaneceu como patrimônio da CMNP.

Figura: 16 – Área constante no projeto da CMNP - Parque Mandhuy, 1993.



Fonte: Souza, 2010.

A presença de fragmentos vegetais nativos na área urbana de Cianorte e em outros núcleos urbanos, a exemplo de Maringá e Umuarama é um aspecto que acompanha a cidade. Desde o seu planejamento realizado pelo agente de colonização, a CMNP, em meados da década de 1950, como ora já exposto.

A manutenção desses fragmentos vegetais em algumas áreas dos núcleos urbanos, planejados pela Companhia é considerada em diversos estudos como indicativo de traçado urbano, que remete a cidade-jardim inglesa,

na complexidade da boa forma urbana, marca dos urbanistas responsáveis pelos projetos arquitetônicos que assentaram-se as novas cidades.

Os fragmentos vegetais permaneceram por mais de cinquenta anos sob posse da CMNP, que manteve dezenas de hectares de terras recobertas por vegetação, muito embora já bastante alteradas, pois em todos os fragmentos “as madeiras nobres já foram retiradas, restando a mata secundária semelhante a uma espécie de cerradão, afetada pela ação antrópica”. (FACHINI, 1987, p.41).

Fachini (1987, p. 38), em seu estudo recomendou que “A municipalidade deveria ter incorporado ao perímetro urbano as reservas florestais existentes na periferia, a fim de preservar as mesmas e destiná-las à recreação e lazer da população local”. Entretanto, a possibilidade de preservação e posse da vegetação pelos órgãos de preservação municipais é abordada no Plano Diretor de 1995, que passa a considerá-la como uma área de preservação ecológica, mas sob domínio proprietário da CMNP, a quem caberia decidir sobre o seu destino.

A partir do momento que os ventos das preocupações ambientais alcançaram Cianorte, a proprietária das áreas vegetadas, viu-se sob forte pressão de grupos ambientalistas, a exemplo da ONG APROMAC, do Poder Público, e também da comunidade que se acostumou a enxergar a cidade intercalada de verde.

Com o acordo firmado entre as partes (CMNP e PMC), a antiga proprietária dos fragmentos vegetais, agora transformados em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, o Parque Municipal Cinturão verde de Cianorte, foi autorizada pelos órgãos ambientais (IAP e IBAMA) a desmatar uma área de 231,034 hectares, tamanho quase igual ao que foi doado (282,3714 hectares) ao município.

A decisão acima mencionada provocou inúmeros questionamentos pela população cianortense e também por grupos ambientalistas, que haviam proposto que todos os fragmentos vegetais deveriam ser transformados em áreas de preservação. Afinal era essa ideia de preservação propalada pela CMNP desde o início do planejamento da cidade.

Observações e comparações mais meticulosas entre os fragmentos florestais repassadas ao Município de Cianorte que originaram o Parque Cinturão Verde e aqueles constantes no plano urbanístico de Macedo Vieira há

visível similaridade entre estes. As áreas em verde clara, considerados por esse estudo como áreas para possível expansão do Parque, pertencem, quase todas, a CMNP e não faziam parte do plano urbanístico inicial. (Figura 17).

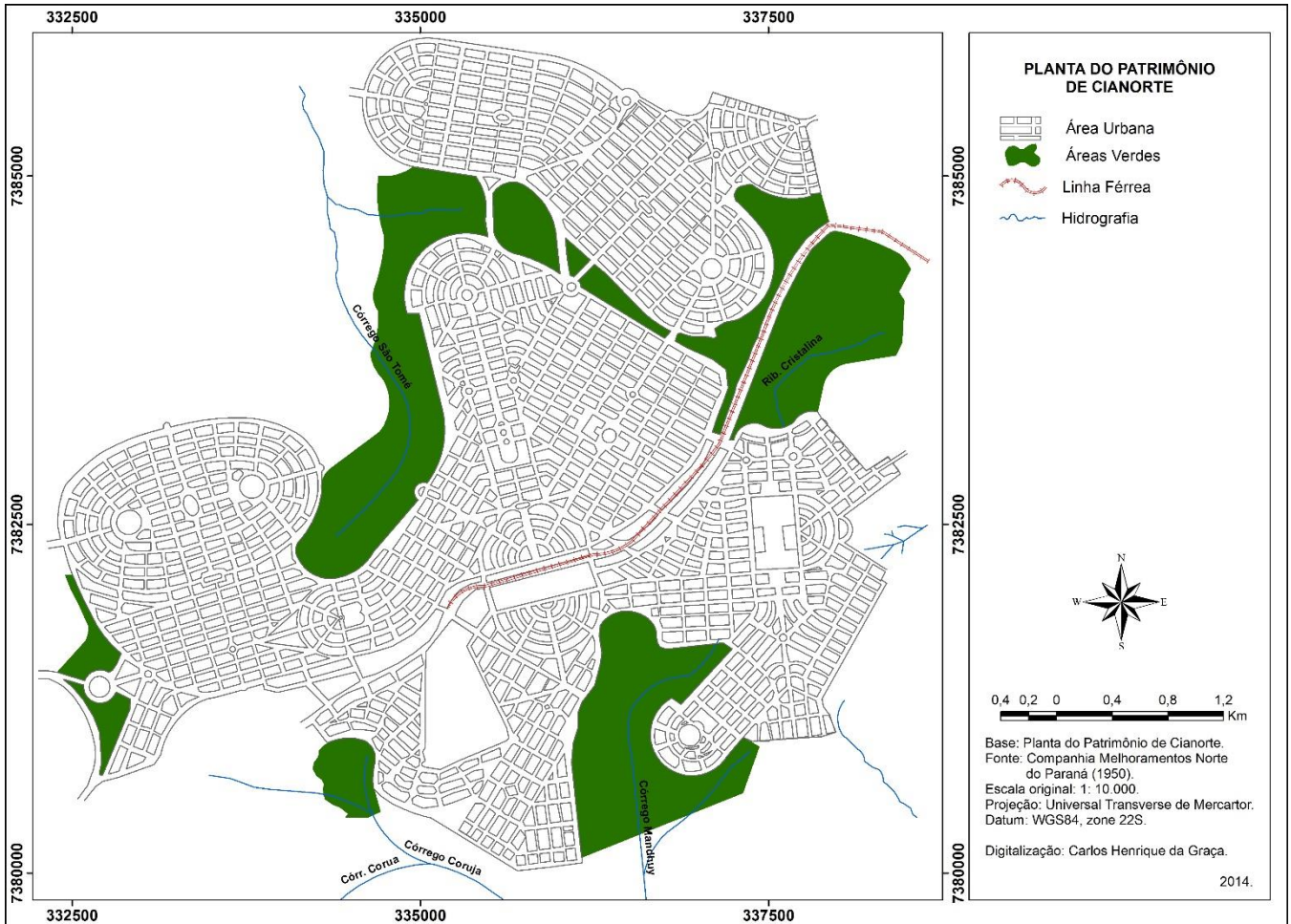
Nessa perspectiva, as observações de Dias (1998) encontram eco, quando este autor, por meio de seus estudos afirma que a CMNP manteve as áreas vegetadas para assegurar o controle sobre a expansão da cidade, visando atingir seus intentos lucrativos.

As áreas recobertas de vegetação nativa só passaram definitivamente a constar como áreas protegidas a partir do início da década de 2000, quando a CMNP e o Poder Público Municipal, Ministério Público, IAP, Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte (APROMAC), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Câmara de Vereadores) chegaram a um acordo sobre o destino dos fragmentos vegetais.

As explicações para a manutenção de alguns fragmentos de floresta nativa na área urbana de Cianorte são diversas. Entretanto, as causas são menos importantes frente à existências dessas áreas, aproveitadas pela municipalidade e por alguns cidadãos que posicionaram a favor da sua proteção que vem progressivamente transformando-os em áreas ambientalmente protegidas. E, na condição de áreas protegidas, contribui para sua manutenção e recuperação ambiental.

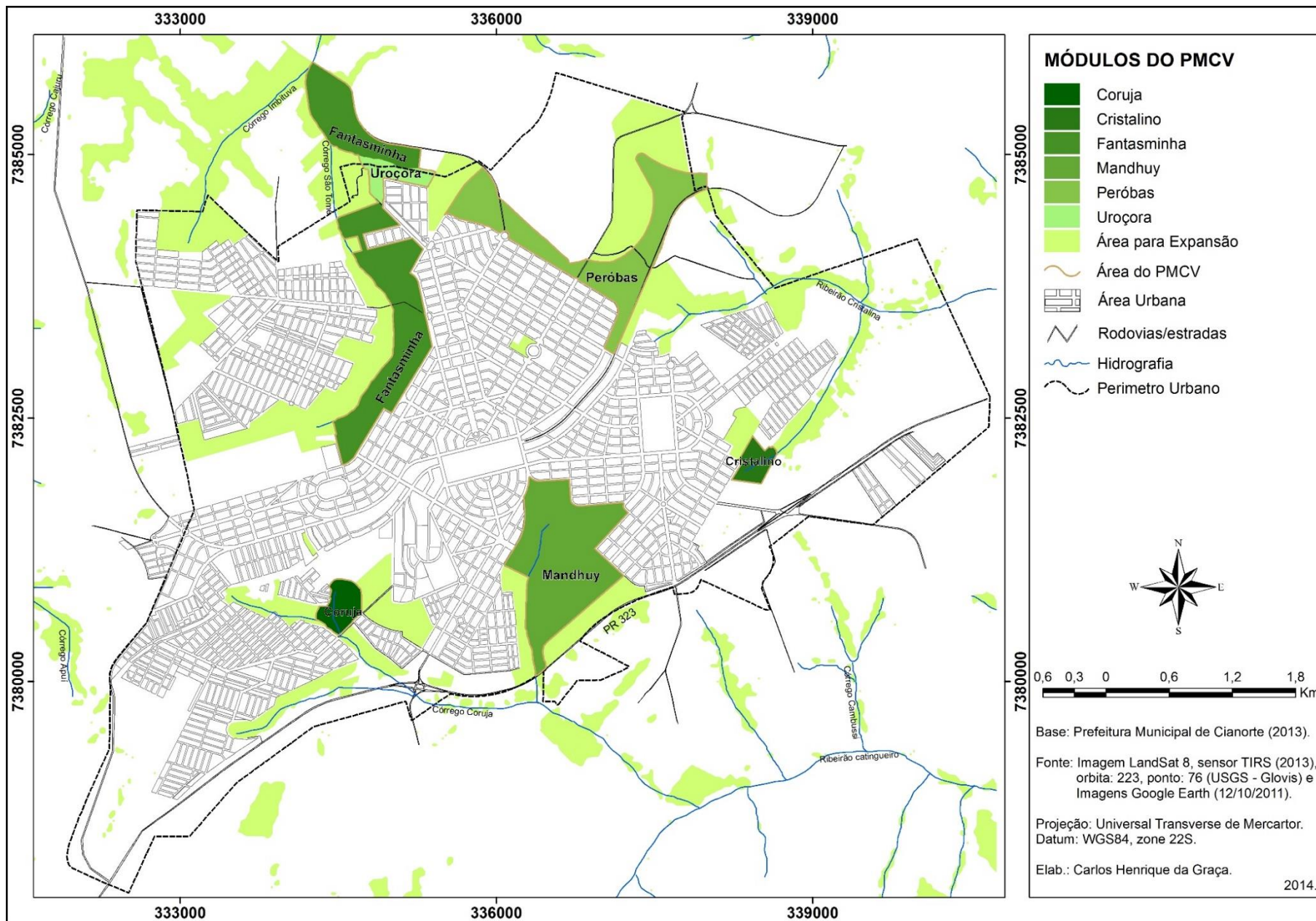
Enfim, o Parque Municipal Cinturão Verde foi formado em 28 de abril de 2000, através da Lei Municipal n°2.067, constituído por vários fragmentos vegetais, alguns bem distantes, separados pela malha urbana. Entretanto, nem toda área vegetada que ainda restava, no momento de formação do Parque, foi doada ao município. A CMNP manteve sob o seu domínio ainda várias áreas, e também os proprietários de sítios na margem esquerda do Ribeirão São Tomé, os fundos de vale. Estas áreas ainda são passíveis de serem incorporadas ao Parque, tendo em vista a sua conexão direta com o mesmo (Figura 18).

Figura: 17 – Comparação entre os fragmentos de vegetação doados e o cinturão verde de Macedo Vieira.



Fonte: Planta do Patrimônio de Cianorte – CMNP, 1950; Secretaria do Desenvolvimento de Cianorte, 2013.

Figura 18 - Parque Municipal Cinturão Verde



Fonte: Bases: IBGE (2010); ITCG (2012); USGS - Org.: Nadir Leandro de Souza (2013)

Em síntese, o Parque Municipal Cinturão Verde de Cianorte (PMCV) foi inicialmente formado por 311,99 hectares. No decorrer dos anos seguintes teve sua área ampliada alcançando, atualmente 489,4413 hectares formados por fragmentos florestais. É uma área legalmente protegida desde início da década de 2000 por corresponder a testemunho natural, embora alterado, da região onde se insere a cidade de Cianorte, bem como contribui para memorar a historicidade do lugar.

Os módulos (Quadro 1) possuem tamanhos diferentes, sendo alguns com área reduzida e outros com território superior aos remanescentes florestais presentes nas cidades de Londrina, Maringá e Umuarama que fazem parte desse estudo.

Quadro 1 – Módulos do Parque Cinturão Verde de Cianorte

| Módulo | Área (ha) |
|---------------|------------------|
| Fantasminha | 117,1038 |
| Mandhuy | 88,7619 |
| Perobas | 75,6250 |
| Corujinha | 11,7414 |
| Cristalino | 10,1156 |
| Uruçora | 8,6458 |
| Total | 311,9935 |

Fonte: Cianorte – Plano de Manejo (1994 e 2009) – Org. Souza, NL.

Os nomes atribuídos aos módulos que constituem o PCVC estão relacionados a eventos naturais, como corpos hídricos ou de conteúdo histórico e nomes de ruas. Os Módulos Corujinha, Cristalino e Uruçora tem seus nomes relacionados aos córregos que percorrem ou nascem em suas áreas.

O Módulo Mandhuy de acordo com informações contidas no Plano de Manejo recebe essa denominação, por ter uma avenida com esse nome no seu entorno norte. Entretanto, pesquisa realizada pela autora (SOUZA, 2010), o nome dado a esse módulo relaciona-se à presença de um arbusto por nome manduí que existiu ou que ainda existe nesse fragmento florestal.

O Módulo Fantasminha é assim denominado devido a existência de lendas locais de que próximo ao ribeirão São Tomé, que percorre a área desse módulo, aparecia um fantasma, inclusive esse córrego é também conhecido por esse nome. (CIANORTE, 2010).

O PCVC apresenta uma característica singular quanto a sua localização: ele praticamente envolve o perímetro urbano da cidade de Cianorte, daí o nome que lhe foi dado “Cinturão Verde”.

Segundo o presidente da ONG APROMAC, Sr. Eleutério Langowsky, o nome “Cinturão Verde” surgiu por acaso. Durante as negociações entre o antigo ITCF e a CMNP, as correspondências encaminhadas referia-se a área como Reserva Florestal de Cianorte, quando de repente passou-se a denominá-lo de “cinturão verde”, nome que a população, as autoridades e a mídia rapidamente assimilou. (CIANORTE, 2010).

Nos ecossistemas florestais que compõem o PCVC, mesmo tendo passado por processos de alteração, em diferentes graus de antropismo, sua riqueza florística e faunística é indiscutível.

A principal razão para a alteração de praticamente todas as terras colonizadas pela CMNP está na sua destinação: a agricultura a pecuária, e/ou simplesmente a exploração da madeira, com cortes seletivo e raso, e posterior abandono, possibilitando a formação de manchas de formação secundárias em vários estados de regeneração.

Em todos os fragmentos pertencentes ao PCVC está presente a vegetação secundária em estágio intermediário, com algumas áreas em estágio avançado de desenvolvimento. Essas áreas caracterizam-se por terem passado por intenso distúrbio e encontram-se em recuperação, com um segundo estrato arbóreo bem formado e, em alguns casos já apresentando um terceiro estrato, sem formação de um dossel superior. No levantamento realizado para confecção do plano de manejo, foram identificadas 54 espécies florestais. (CIANORTE, 2010).

A fauna do PCVC exibe riqueza de diferentes animais. No grupo de animais mamíferos de pequeno e médio porte foram identificadas 27 espécies. Quanto aos mamíferos voadores, representados por morcegos foram encontradas 12 espécies. No que se refere a avifauna, foram identificadas 88 espécies. Sendo os módulos Fantasminha e Perobas, seguidos pelo Mandhuy os que mais abrigam aves. Em relação a ictiofauna, a presença de espécies é inexpressiva, devido as características dos corpos hídricos. (CIANORTE, 2010).

Além do seu valor enquanto área natural, o PCVC melhora a estética da cidade, favorecendo a qualidade de vida da população cianortense, com a oferta de amplos espaços para prática de atividades físicas, esportes, lazer e contemplação.

Entretanto, apesar do PCVC representar um importante elemento urbano e também constituir-se em espaço de preservação ambiental, não atende a algumas das aspirações dos moradores e usuários, haja vista que não possui a mesma infraestrutura que os Parque de Maringá e Londrina, discutidos nos itens anteriores.

2.4 – Apreciação da evolução dos fragmentos florestais descritos no contexto urbano dos referidos núcleos urbanos

Esse item tem por objetivo sintetizar o exposto nos itens anteriores sobre os fragmentos florestais presentes nos principais núcleos urbanos fundados pela CTNP/CMNP, no decorrer do processo de colonização implantado nas regiões Norte e Noroeste do Estado do Paraná.

Após a análise do conteúdo histórico de fundação dos núcleos urbanos, assim como das plantas dos projetos urbanísticos, depreende-se que a existência de fragmentos de vegetação nativa nos referidos núcleos urbanos tem origem particular a cada cidade.

Em Londrina, a existência do Parque Arthur Thomas, está diretamente relacionada a geração inicial de energia e posterior doação da área ao município pela proprietária, em 1975, ou seja, a área atualmente ocupada pelo Parque, não fazia parte do projeto urbanístico inicial. Porém, a expansão do tecido urbano dessa cidade alcançou a área do Parque.

O alcance da área do Parque pela malha urbana favoreceu à sua formação, e conseqüente urbanização pelo Poder Público, que investiu no seu ordenamento para uso público, dispondo-o ao uso, a partir de 1987.

No caso de Maringá, o projeto urbanístico de Macedo Vieira, com dimensões maiores ao de Londrina, já contemplava a presença da florestal original, na condição dos bosques (I e II). Porém, o processo de urbanização dessas áreas demandou certo tempo, pois a fundação da cidade deu-se em 1947 e o Parque do Ingá (Bosque I) foi aberto à visitação pública somente em 1971.

Igualmente, o Parque dos Pioneiros (Bosque II), possui infraestrutura externa para uso público desde o início da década de 1980. Considerando-se a data de

fundação da cidade de Maringá, nota-se que desde a sua incorporação ao uso público são passados mais de três décadas.

Situação um pouco mais complexa é a do Horto Florestal, ainda de propriedade da CMNP, localizado inicialmente na periferia da malha urbana planejada, apresenta sérios problemas de ordem estrutural e ambiental, desde 2003, encontra-se fechado ao público.

Em Umuarama, o mais novo empreendimento urbano, no grupo dos núcleos urbanos principais, são as duas áreas florestadas associadas ao projeto inicial, o Bosque Uirapuru e o Parque Municipal dos Xetás, sendo este último encontrava-se na periferia do projeto inicial apresentando particularidades em relação ao tamanho muito inferior aos demais. Isso reflete a nova conduta empresarial da empresa a de ampliar cada vez mais lucros, a partir desse tipo de espaço.

Os dois fragmentos florestais vêm sendo constantemente equipados com infraestrutura básica, como: pista de caminhada, algumas trilhas, espaço físico para atividades de educação ambiental, sanitários, lixeiras, entre outros. Assim como, estão sendo aos poucos incorporadas pela população, embora apresente problemas de ordem ambiental relacionados ao conteúdo urbano.

A condição dos fragmentos florestais em Cianorte, objeto desse estudo é peculiar, considerando a recente transformação dessas áreas em parque. Quando compara-se, o PCVC, às áreas de Maringá e Londrina, este ocupa posição inferior, no que tange a organização, equipamentos e uso público. Em relação às áreas presentes em Umuarama, a situação ocupa posição melhor, principalmente relacionada à questão da preservação ambiental.

Entretanto, sem desconsiderar as particularidades de cada uma das áreas com a presença da vegetação nativa, embora alteradas, existentes nos núcleos urbanos principais, com certeza, todos os fragmentos florestais, em escalas diferentes, estão sendo gradativamente absorvidos pela população como espaços de lazer e, também buscam atender objetos preservacionistas.

CAPITULO III – A EXPANSÃO URBANA DE CIANORTE E A PRESENÇA DO PARQUE CINTURÃO VERDE

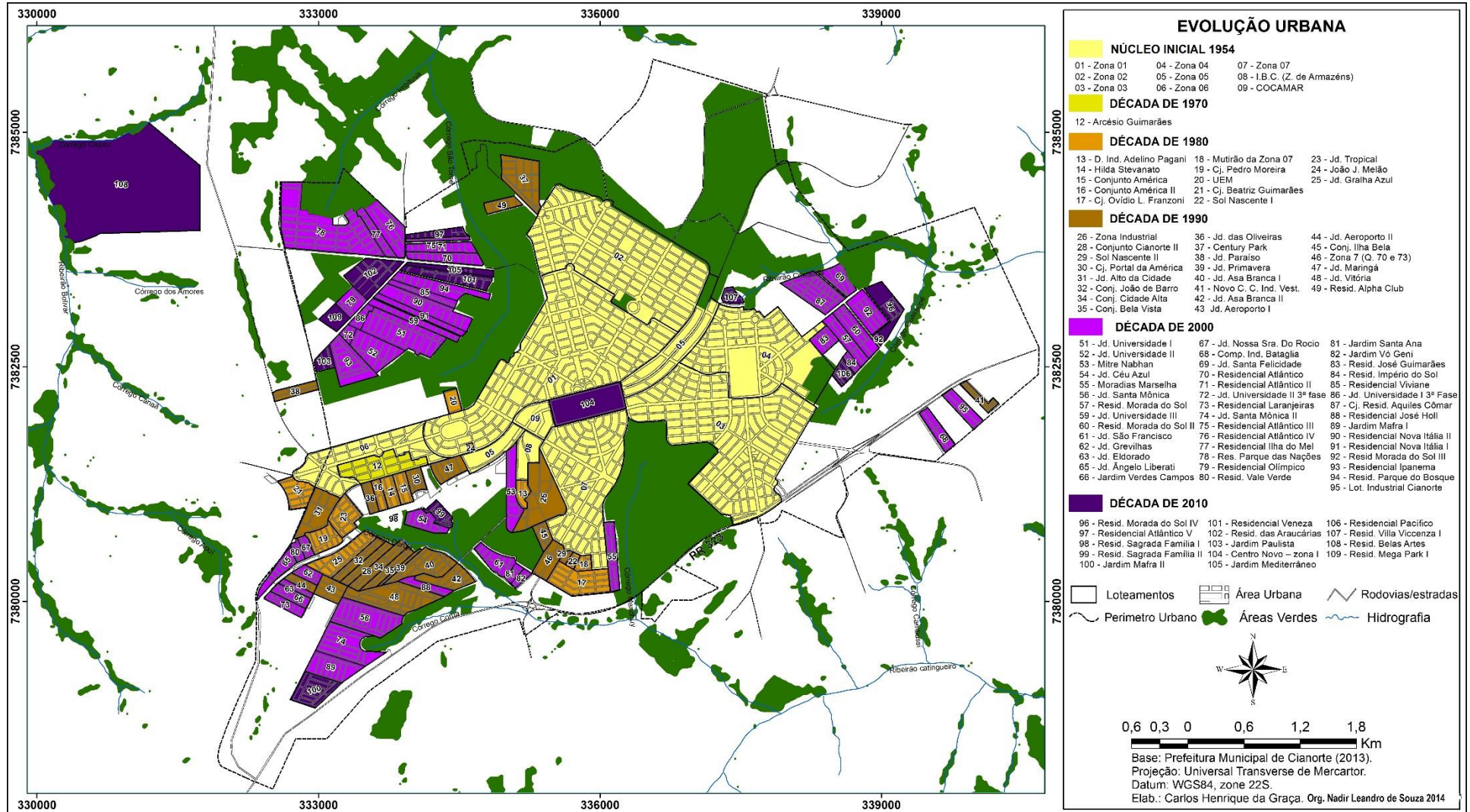
Esse capítulo aborda a presença e influência do Parque Cinturão Verde no arranjo da cidade de Cianorte. Nesse contexto, analisa-se a expansão do tecido urbano que transpôs as áreas dos fragmentos florestais que compõem o Parque, alcançando outras áreas florestadas, que passam a compor o seu território. Avalia-se, também, que a presença do PCVC favorece a desconexão do traçado urbano original com as áreas adicionadas a malha urbana, resultando na formação de duas cidades, a do traçado original, ladeada pelo Parque e outra externa a sua área. Ainda, nesse capítulo, busca-se identificar os reais pretextos que contribuíram para a manutenção dos fragmentos florestais em algumas áreas do entorno da malha urbano do projeto de Jorge de Macedo Vieira.

A análise se fez com base na malha urbana de Cianorte, observando sua expansão ao longo das décadas, e com apoio nos estudos de Fachini (1987); Gasparetto et al. (1995); Cioffi et al. (1995); Dias (1998); Rego (2001; 2004; 2009); Campos Filho (2001); Meneguetti (2009); Dalberto (2009); Lotufo (2011); Casagrande (2012); legislação municipal, fontes primarias, entre outros, que darão sustentação científica a análise.

Como ponto de partida, tem-se o plano urbanístico elaborado por Jorge de Macedo Vieira, em 1953, pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, até os dias atuais (2014).

A produção do espaço urbano de Cianorte apresenta-se de forma evolutiva na Figura 19, com informações que permitem distinguir as fases de expansão da malha urbana de Cianorte, desde sua implantação até o ano da realização desse estudo (2014). Os loteamentos dispostos na Figura 19 estão identificados com números, obedecendo a data do decreto municipal que autoriza a sua construção.

Figura 19: Evolução da malha urbana de Cianorte



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento de Cianorte.2014 – Org. Nadir Leandro de Souza.

Os loteamentos identificados com n^{os}: 10; 11; 27; 33; 50; 58; 64 localizam-se nos Distritos de São Lourenço e Vidigal, não alcançados por esse estudo, pela razão do PCVC localizar-se na sede do Município.

3.1 – A primeira fase de expansão de Cianorte: atuação privilegiada da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

A primeira fase de formação da cidade ocorreu entre 1953 até aproximadamente 1978, ano da implantação do primeiro loteamento, por iniciativa do poder público municipal, numa área reloteada da CMNP.

Essa fase foi marcada pelo monopólio das vendas dos lotes urbanos ofertados pela CMNP, restringindo-se às terras pertencentes a empresa loteadora, sendo a forma urbana associada ao projeto inicial. (FIGURA 20).

A cidade que se desenhou nesse momento, suprimiu diversas partes do projeto urbanístico de Macedo, a exemplo de um bairro residencial inteiro (Zona 5)¹⁰, e grande parte de outro (zona 6), que não foram executados, além das áreas marginais às florestas, os edifícios públicos que não foram construídos, o espaço destinado para à construção do complexo esportivo, entre outros, marcando a cidade pelas décadas seguintes, por espaços vagos por todas as partes.

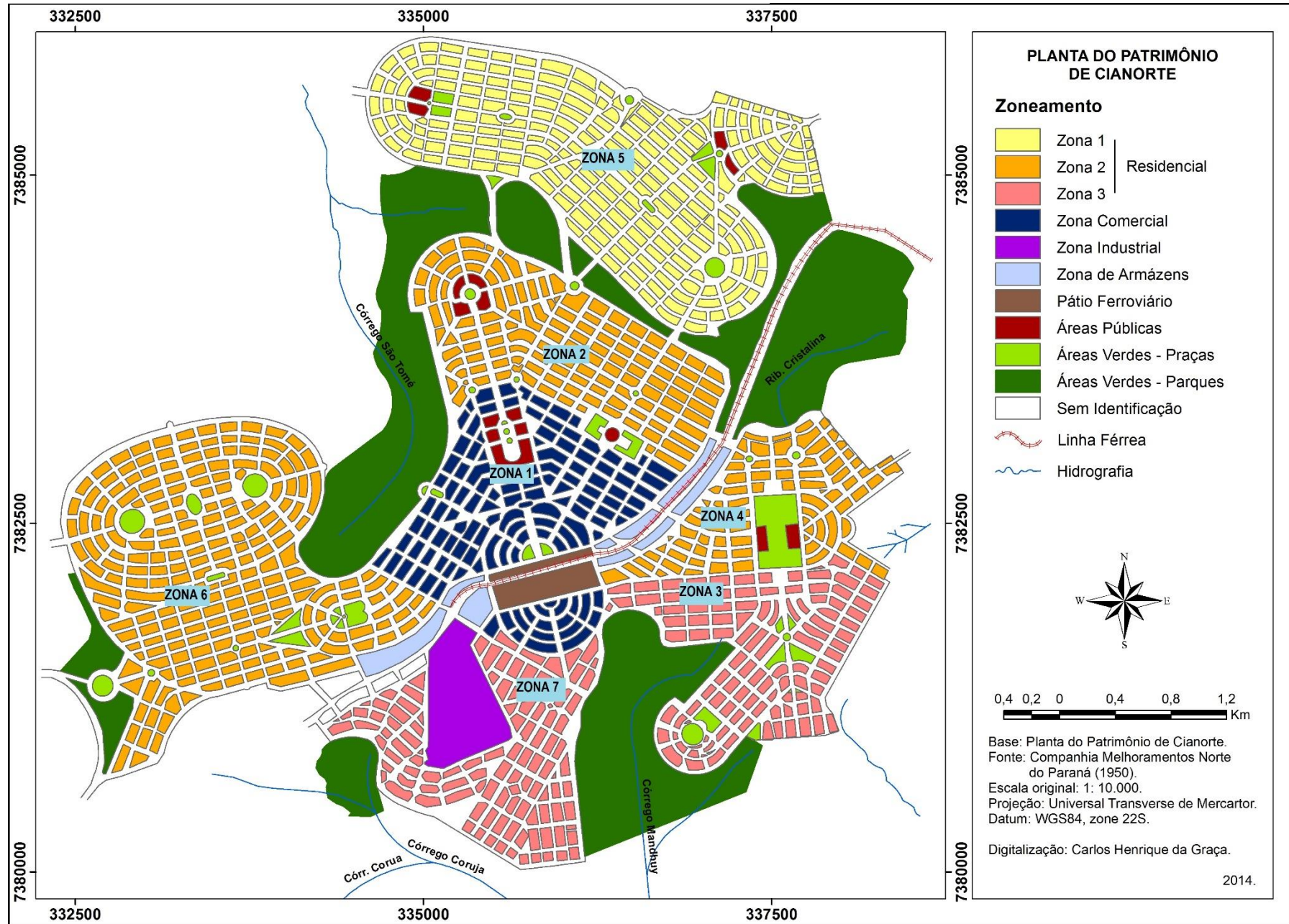
O núcleo, inicialmente construído (Parte amarela da Figura 19)¹¹, era composto por 8.666 unidades residenciais, num terreno de 9.648.925 m². Desse total, fazem parte as áreas que foram destinadas pela CMNP à um bosque com 228.000 m²; que, no início da década de 1990, foi transformado no primeiro módulo do PCVC; as áreas institucionais com 545.222 m² e; as áreas designadas às praças com 237.737 m², totalizando 1.010.950 m². (CIOFFI et al., 1995; DIAS, 1998).

A área disponibilizada para o plano urbanístico de Jorge de Macedo Vieira era de 18 000 000m², compreendido na Figura 20, superior ao que foi construído.

¹⁰ A Municipalidade denominou Zona 5 a área que no Plano Original era identificada como Zona de Armazéns.

¹¹ Corresponde a porção de cor amarela da Figura 19, identificada como núcleo inicial.

Figura: 20 – Planta do Patrimônio de Cianorte – Projeto de Jorge de Macedo Vieira



Fonte: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1950)

A área foi reduzida a pedido da CMNP, na gestão do Prefeito Francisco H. A. Negrão (1977-1983), em função do baixo ritmo de ocupação da área planejada e assim reduzir as despesas com impostos urbanos, que passaram a ser cobrados da Companhia entre 1963-1969.

As áreas não implantadas, embora projetadas pelo plano urbanístico de Macedo, correspondem a toda Zona 5, onde ocorreu na parte desmatada, a divisão dos lotes e das diversas praças, além da implantação das vias principais, mas acabou sendo ocupada por lavouras, primeiramente o café e atualmente o cultivo da cana de açúcar. As vias principais foram transformadas em carregadores (estradas vicinais). No projeto original, essa zona aparece com sua porção sul/sudeste/leste envolvida pela vegetação, o que remete a forma de um cinturão verde.

Para Dias (1998, p.110), a manutenção da floresta nas proximidades dessa zona tinha por objetivo “[...] alocar uma série de elementos que oferecessem as amenidades necessárias para caracterizar essa área residencial como sendo mais ‘nobre’).

A Zona 5 foi incorporada ao Perímetro Urbano de Cianorte em 1996, mas continua ocupada por lavouras na área que foi desmatada. Entretanto, resta uma porção ainda com cobertura vegetal nativa conectada PCVC, módulo Perobas, de propriedade da CMNP.

A Zona 6, outro bairro a sofrer alteração pela CMNP, foi reduzida. Contudo, permaneceu com a cobertura vegetal nativa até início da década de 2010, quando foi desmatada numa ação que gerou descontentamentos em diversos setores da sociedade, embora tenha sido autorizada pelos órgãos ambientais.

O mesmo pode ser percebido na área planejada para a Zona 3 e Zona 7, assim como no entorno da Zona Industrial, onde porções destas não foram executadas. Assim como ocorreu com a Zona 5, a área eliminada da Zona 3, nunca foi construída, permaneceu com vegetação nativa, embora alterada, e a partir da década de 2000 passou a compor o PCVC, o módulo Mandhuy.

Em síntese, todas as áreas que não foram ocupadas no início da formação da nova cidade, ou foram vendidas como lotes rurais (chácaras e sítios), ou permaneceram sob posse da CMNP no aguardo do reaquecimento da economia, para haver a retomada do processo de venda e lucro. (DIAS, 1998).

As áreas que se mantiveram florestadas e, que décadas depois dariam origem ao Parque Cinturão Verde, foram identificadas em estudos de arquitetos e urbanistas (REGO, 2004; Dalberto, 2009; MENEGUETTI, 2009), como sendo a principal evidência que aproximaria o projeto urbanístico de Cianorte as conjecturas do urbanismo inglês de cidade-jardim, propostos por Ebenezer Howard e que foi materializada pelos arquitetos Raymond Unwin e Barry Parker ao projetarem a primeira cidade jardim, Letchworth, a alguns quilômetros de Londres. (CAMPOS FILHO, 2001).

Outros aspectos remetem a esse mesmo entendimento, como a linha férrea; seguida pela Zona Industrial e Armazéns, a localização do comércio na área central e os espaços públicos.

No entanto, de acordo com Lotofu (2011, p.31), “o modelo de Howard propunha uma reorganização progressiva da sociedade capitalista dentro de uma estrutura autossustentável de comunidades cooperativas”. Uma cidade com essas características traria em sua estrutura a moradia de baixo custo com qualidade ambiental, a aquisição da terra para a formação da cidade por uma comunidade, a repartição do lucro obtido pelo loteador para toda a comunidade, a propriedade coletiva dos lotes rurais e urbanos. Elementos que não foram encontrados na nova cidade da Companhia. (DALBERTO, 2009).

As áreas florestadas, uma das evidências de cidade-jardim, são relegadas a segundo plano pela CMNP, que realiza a divisão dos lotes independente da sua existência. (Figura 21).

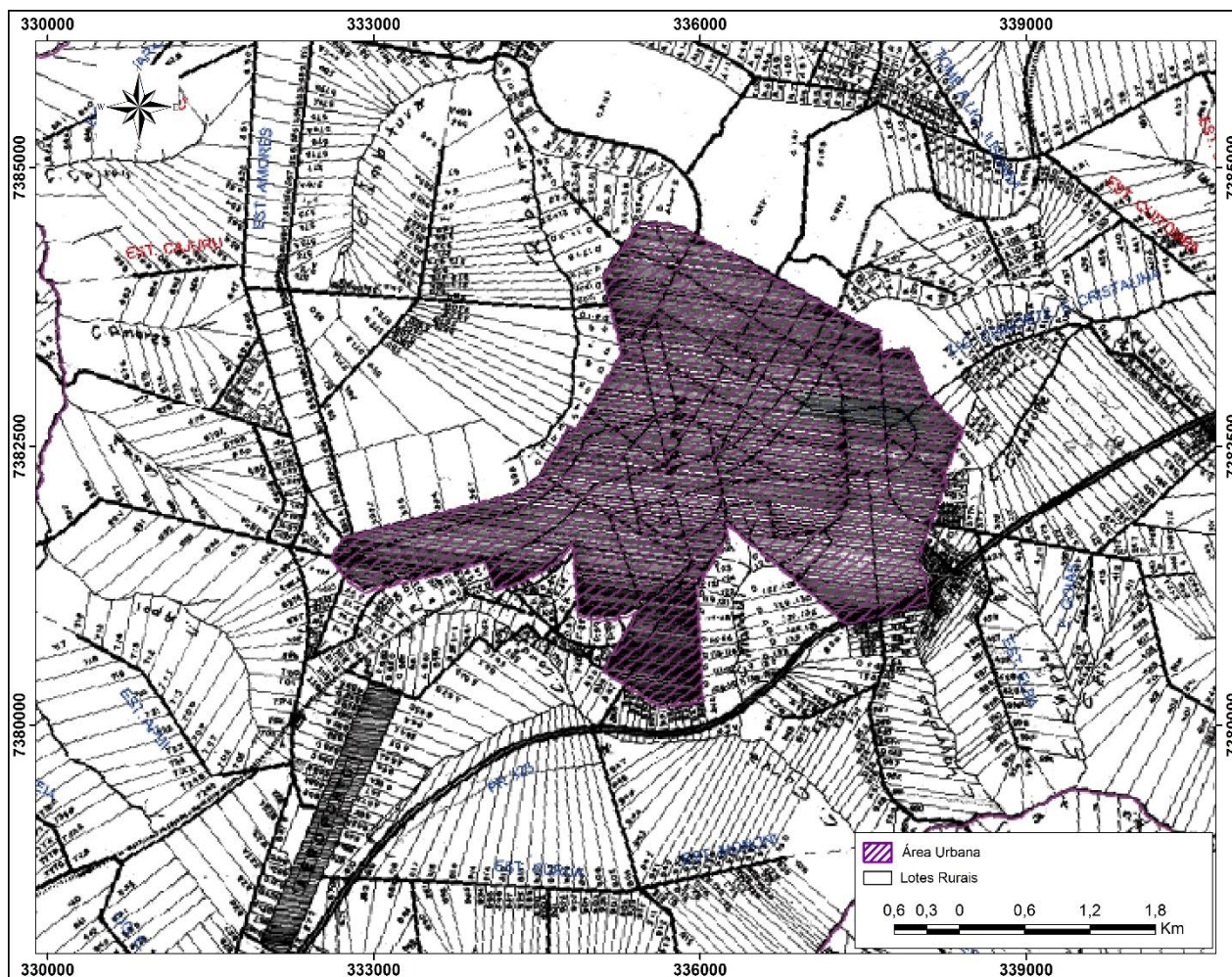
Essa ação da CMNP, em dividir em lotes todas as áreas, com ou sem cobertura florestal, seria um indicador que, no futuro, estas seriam objetos de comercialização e não de preservação como planejado por Macedo, para ser um cinturão verde envolvendo, em parte a cidade, evitando, assim, a formação da cidade em “mancha de óleo¹²” contínua.

A CMNP vendeu todos os lotes da margem esquerda da bacia do Ribeirão São Tomé que, em parte, não faziam parte do Projeto de Macedo. Essas propriedades rurais têm como limite das terras da CMNP o Ribeirão São Tomé.

¹² O termo “mancha de óleo” é utilizado para designar o crescimento rápido, extenso e, por vezes, irresponsável de uma cidade ou área metropolitana, abarcando um vasto território, ou seja um crescimento não planejado e não controlado. Glossário do desenvolvimento territorial, 2011

Logo, compreende-se que a área florestada do Setor Noroeste permanecerá propriedade da CMNP e dos proprietários dos lotes rurais. Sendo a margem direita do Ribeirão São Tomé, da CMNP e, a margem esquerda dos proprietários dos lotes rurais. Situação que passa a ser alterada com a formação do Parque Cinturão Verde em 2000.

Figura 21: Mapa de Cianorte, destacando-se a zona rural – subdivisão em lotes



Fonte: Prefeitura Municipal de Cianorte, 2006

A vegetação nativa fez parte do plano urbanístico de Cianorte, ou seja, da “cidade planejada”, mantida na “cidade implantada” em alguns lotes do entorno imediato da cidade, funcionando como uma muralha que de certa forma impedia o surgimento de loteamentos oriundos de terceiros e, assegurando a exclusividade da Companhia¹³.

¹³ Os termos “Cidade Planejada” por Macedo Vieira; “Cidade Implantada” pela Companhia Melhoramentos e; “Cidade Construída” pelos interesses imobiliários e poder público, encontram-se em (DALBERTO (2009).

Dias (1998, p.120) assegura que

[...] a maior parte do total de lotes colocados à disposição na cidade (71,63%), o foi no período de 1953 a 1979, quando a CMNP agia com exclusividade para abrir loteamentos previstos no seu plano original. O crescimento nos anos oitenta, em área loteada, foi modesto, quando comparado com a retomada nos anos noventa, que apresentou um crescimento superior, num menor período de tempo, que a década anterior.

Entretanto, mesmo não ocorrendo o sucesso de vendas esperado pela empresa, a década de sessenta apresentou importante crescimento urbano; e, de acordo com Dias (1998), o aumento populacional foi da ordem de 475%, com uma média de 1900 habitantes/ano e, com a construção de 380 novas habitações/ano. Porém, mesmo com esse significativo crescimento, o período representou a ocupação de apenas 53% da área projetada pela CMNP, para abrigar a cidade.

De acordo com Dias (1995), a CMNP colocou à venda, nessa fase, a maior parte do total dos lotes (71,63%), pois tinha exclusividade em abrir novos loteamentos previstos no plano original. Atuando como um agente fundiário-imobiliário-monopolista na oferta da terra urbano.

Dessa forma, até os anos finais da década de 1970, não houve significativas alterações na malha urbana inicial de Cianorte. O processo de produção do espaço urbano de Cianorte, nessa fase, manteve-se nas áreas do projeto original da CMNP.

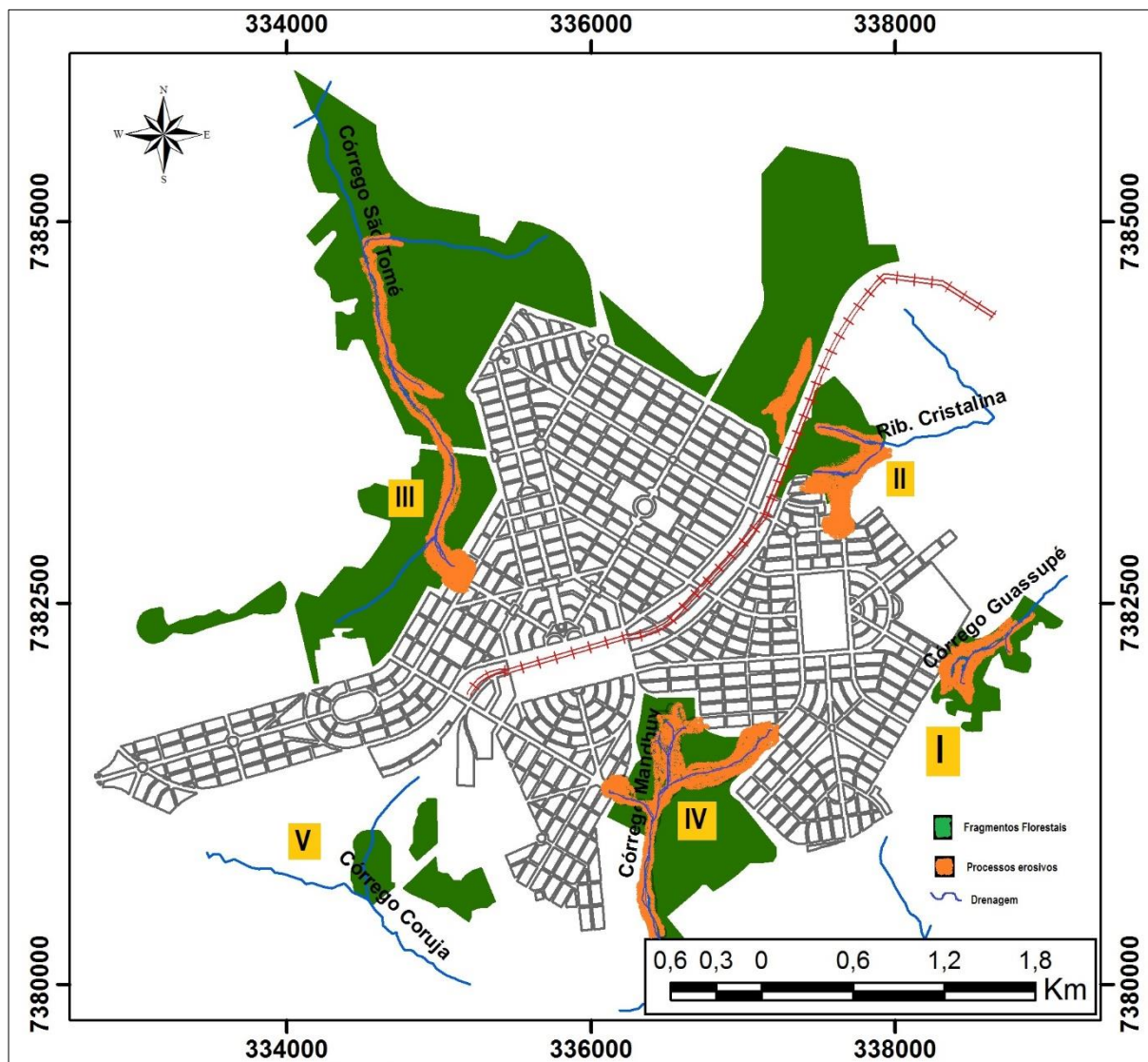
3.2.1 – As florestas existentes no plano original de Jorge de Macedo Vieira e os processos erosivos

Concomitante a esse período de ocupação dos lotes disponibilizados à venda pela Empresa proprietária, as áreas florestadas que cercavam o núcleo urbano inicial, acomodavam expressivos desequilíbrios hidrológicos, na forma de erosões¹⁴, localizadas nas nascentes e canais dos corpos hídricos e também

¹⁴ Os problemas relacionados aos processos erosivos que acometeram o Noroeste do Paraná, aí incluído o município de Cianorte, em áreas urbanas e periurbanas, foram tão graves que levou o Governo Estadual a criar um órgão específico para o combate e controle da erosão a Superintendência de Controle de Erosão do Paraná - SUCEPAR - em 1976, sendo extinta em 1987 e substituída pela Superintendência e Controle de Erosão e Saneamento Ambiental –

em vários pontos na malha urbana e na área rural, originados, principalmente, devido a remoção generalizada da floresta e a consequente exposição dos solos altamente friáveis, combinados com o desenvolvimento urbano. (Figura 22).

Figura 22: Pontos de erosão na cidade de Cianorte – Paraná



Fonte: FACHINI, M. P. 1987- Com adaptações da autora.

Os processos erosivos, ocorridos de forma mais intensa nas três primeiras décadas de formação de Cianorte, contrariam os conceitos do urbanismo culturalista, aos quais arquitetos e urbanistas associam a cidade de Cianorte,

SUCEAM. Em 1996, mediante fusão com o Departamento de Recursos Hídricos do IAP deu origem a Superintendência de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA - entidade autárquica estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público, vinculada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA). (GASPARETTO et al., 1995; CASAGRANDE, 2012).

onde a cidade além de ser bem delimitada, forma um “diálogo perfeito com a natureza” (DALBERTO, 2009, p.45).

Contudo, o diálogo perfeito dos culturalistas não evitou a manifestação dos fenômenos erosivos em Cianorte, que segundo estudo de Gasparetto et al. “[...] manifestam-se, essencialmente, como erosão laminar, sulcos, ravinas, voçorocas e movimento de massa”. (GASPARETTO et al., 1995, p.187).

As ações de combate aos processos erosivos foram primeiramente realizadas pelas autoridades municipais com a participação da Companhia, como é possível confirmar nos depoimentos a seguir, encontrados em Cioffi et al. (1995, p.11).

No início a Cia. Melhoramentos pavimentou um trecho que houve a necessidade de um combate à erosão das avenidas aqui para oeste [...]. A Cia., às suas despesas, construiu galerias, conduziu toda esta água na tubulação apropriada, até o leito do ribeirão São Tomé e aproveitou para construir um trecho de pavimentação nesta avenida (Av. Espírito Santo). (Dr. Paulo de Moraes Barros Neto).

Com o desmatamento começou a erosão. O primeiro asfalto que saiu foi em 1962. Ali na rua Piratininga. A Cia. que fez. Eles fizeram tubulações puxando a água lá prá baixo, eu dizia: ‘Esse negócio deveria começar lá em baixo, fazer a tubulação que a água já encontraria um meio de não fazer erosão...’. Ali na Serraria da Cia. ficou uma erosão feia. (José Sebastião Pereira, funcionário da CMNP).

A erosão estava invadindo Cianorte (1964). Foi um fato inédito fizemos curvas de nível como primeira atitude para combater a erosão da Mãe Biela, como era chamada a erosão da Av. Maranhão. (Nelson Prendin – 5º Prefeito de Cianorte).

As causas responsáveis desse desarranjo ambiental na nova cidade da CMNP, com traços de cidade-jardim, está, segundo Gasparetto et al. (1995, p. 188), nas características da malha urbana, “[...] com traçado inadequado, ruas perpendiculares às curvas de nível, *que* concentram o escoamento pluvial, e lançam nas vertentes ou nas cabeceiras de drenagem, hoje já transformadas em voçorocas, um grande volume de água”.

Essas áreas são importantes para o desenvolvimento do estudo em tela, pois os fragmentos florestais estão justamente nesses espaços, e que em décadas posteriores, foram transformados em áreas de preservação ambiental, o Parque Cinturão Verde de Cianorte.

A seguir serão apresentados os setores de maior gravidade erosiva, objeto de pesquisa de Fachini (1987), e que atualmente, quase todos, já fazem parte do PCVC. Na Figura 22 identificam-se os cinco pontos críticos, em 1976.

Os principais focos erosivos identificados por Fachini (1987) se estabeleceram em todas as cabeceiras e vales dos corpos hídricos que circundam o projeto original de Macedo.

- I. Nascentes do córrego Guassupé, no setor Leste da cidade (Figura 22), havia “[...] uma voçoroca de grandes proporções, cujo desenvolvimento ocupou as quadras 35, 36 e 64 e, os lotes A150, A151 e A152”. (FACHINI, 1987).

As obras de contenção da erosão, nesse setor, resultaram na amenização dos processos, mas não na sua estabilização. Igualmente, outros setores críticos do sítio urbano de Cianorte, ainda apresentam recorrentes processos erosivos.

Em 2014, o local passou a receber entulhos da construção civil numa tentativa de preencher a voçoroca que alcançou outras áreas de propriedade da CMNP. A deposição de materiais nesse local será realizada pela Associação dos Transportadores de Entulhos e Agregados de Cianorte (Astencia), autorizada pelos órgãos ambientais. A concessão do terreno, feita pela Cia Melhoramentos, tem prazo de um ano. (PMC/notícias, 2014).

As quadras 35, 36 e 64 foram projetadas, mas não puderam ser vendidas devido a erosão e continuam como propriedade da CMNP. Já os lotes A150, A151 e A152, além do A153, foram doados ao Município, como parte do PCVC, o módulo Cristalino, já que não tinham utilidade comercial para a empresa por se localizarem em zonas de instabilidade declarada.

- II. Nascentes do Ribeirão Cristalina, no Setor Nordeste (Figura 22) - Fachini (1987) constatou dois grandes focos erosivos nessa área, um junto a linha férrea; e outro numa vasta área de abrangência, alcançando e destruindo ruas e avenidas. Foi recomendada sua preservação, por terem sido seriamente afetados com os processos erosivos.

Atualmente, esse local está recebendo a instalação de um loteamento (107), que ocupará, em sua primeira fase, exatamente a área antes ocupada pela Serraria da CMNP, ponto de intenso processo erosivo, naquele momento.

A segunda fase do loteamento, irá ocupar uma área que foi aos poucos sendo desmatada nas cabeceiras do Ribeirão Cristalino.

- III. Bacia do Ribeirão São Tomé, no Setor Noroeste (Figura 22), que de acordo com Fachini (1987) apresentava-se florestada, com grande foco erosivo na cabeceira do Córrego e nos afluentes, que se iniciava na periferia urbana e se prolongava mata adentro.

A ação erosiva dificultou a ocupação das áreas vazias próximas a área floresta desse setor que permaneceram desocupadas até meados da década de 1990. Já as áreas com cobertura vegetal desse setor pertencentes a CMNP, no ano 2000 foram doadas ao Município para formar o PCVC, o módulo Fantasminha.

- IV. A Bacia do córrego Mandhuy, Setor Sul da cidade (Figura 22), acomoda uma área, com sérios eventos erosivos, resultando num conjunto de voçorocas em todos os canais de drenagem formadores do córrego homônimo.

Uma parte da área da bacia do Mandhuy, a porção onde se localiza as principais nascentes do córrego, correspondem ao Bosque com área de 228 000,00m², existente no plano urbanístico executado pela CMNP. Constitui-se na única área destinada à preservação no plano mencionado, mas que permaneceu sob posse da CMNP, até início da década de 1990. É possível verificar na Figura 23, o arruamento projetado, fazendo a ligação entre a Zona 3 e a Zona 7.

Os problemas de ordem ambiental que contribuíram para redução das vendas dos lotes urbanos do plano original de Cianorte, levaram a CMNP deixar a área sem lotear. Porém, retirou as madeiras nobres, restando apenas a mata secundária, que se assemelha uma espécie de cerradão, afetada constantemente pelos incêndios. (FACHINI, 1987; CIANORTE, 2009; SOUZA, 2010).

Em 1994, a área destinada ao bosque foi repassada ao Município, que por sua vez a transformou no primeiro módulo do PCVC, o Mandhuy. Em 2000 a CMNP doou quase todo o restante da área como parte do acordo que lhe foi autorizado desmatar 230 hectares no entorno da malha urbana e em alguns lotes rurais de sua propriedade. Entretanto, devido às pressões da sociedade, desmatou 200 hectares, pois foi impedida pela justiça de desmatar o restante.

- V. A Bacia do córrego Coruja não fez parte do estudo de Fachini (1987). Note-se na Figura 23, que não há referência sobre a mesma. A razão para essa ausência está no fato de que o núcleo urbano planejado e que vinha sendo executado, não atingia essa área. No entanto, após a segunda fase de expansão da malha urbana de Cianorte (que será analisada no próximo item), a Bacia do Córrego Coruja passa a ser loteada pela iniciativa do Governo Municipal e de empreendedores imobiliários privados.

Em 1995, estudo realizado por pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá (GASPARETTO et al.,1995) identificou situação semelhante na Bacia do córrego Coruja, às apresentadas nas décadas de 1960, 1970 e 1980 nos outros setores da malha urbana de Cianorte.

As cabeceiras de nascentes, ostentam formas semicirculares restritas e rupturas de vertentes bem marcada. Elas ocorrem, com maior frequência no alto curso dos afluentes do córrego Coruja e de alguns afluentes do ribeirão Catingueiro, situados no setor sul do núcleo urbano.

No interior desses anfiteatros e cabeceiras, são comuns a ocorrência de *piping*, responsáveis pela ampliação das cabeceiras das voçorocas. (GASPARETO et al.,1995, p.188)

As áreas das nascentes do córrego Coruja, também foram inseridas na área do PCVC em 2000. Assim como as outras, não eram recomendadas para ocupação.

Com as informações analisadas até então, nota-se que as fragilidades ambientais, associados ao modesto êxito de comercialização de lotes urbanos pela CMNP favoreceu à manutenção das florestas existentes nas áreas das nascentes dos córregos e ribeirões, assim como nos fundos de vale.

Cabe esclarecer que no projeto urbanístico de Jorge de Macedo Vieira, havia a presença de fragmentos florestais, acompanhando os corpos hídricos que circundam a malha urbana, entretanto, não faziam parte do projeto. A única área de preservação com cobertura florestal nativa prevista, era a área das nascentes do córrego Mandhuy, com 228.000 m².

3.3 - A segunda fase de expansão de Cianorte: extrapolação do plano original de Jorge de Macedo Vieira

A segunda fase de expansão da malha urbana de Cianorte começa a se desenhar a partir dos anos finais da década de 1970, e se completa no final da década de 1990, tendo como principal característica a redução do monopólio de vendas de lotes da Companhia Melhoramentos, ocorrendo “[...] o rompimento com o plano urbanístico projetado pela mesma”. (DIAS, 1998, p, 115).

Esta fase de expansão da malha urbana de Cianorte, pode ser dividida em dois períodos: o primeiro compreende os anos finais da década de 1970 e toda a década de 1980, marcado pelo crescimento territorial lento, sucedendo quase uma paralização, mas havendo adição de partes à malha urbana existente, não mais se restringido ao projeto urbano da CMNP.

Enquanto que o segundo período se desenvolve em toda a década de 1990 e caracteriza-se pela ampliação da área de expansão para o setor sudoeste da cidade e também pela participação de empreendimentos privados.

3.3.1. Primeiro período (1978 – 1989) - crescimento lento e adição de novas áreas.

O início da segunda fase é marcado pelo lançamento em 1978 de 228 unidades, em uma área com 86.834,69m² de propriedade da CMNP, que corresponde a trechos da Zona 6, pertencente ao plano urbanístico inicial. Esse loteamento identificado na Figura 19 com o n° 12, denominado Arcésio Guimarães, também conhecido como Vila Popular, foi o único instalado em toda a década.

A construção do loteamento Arcésio Guimarães deveu-se a interferência do poder público municipal para a CMNP relotear a área, frente a demanda por moradias que então passa a ocorrer.

O fato da CMNP relotear a área para formar o loteamento acima mencionado, demonstra que sua influência, embora menor, estará presente também nessa fase. O nível de controle da Companhia sobre o espaço urbano de Cianorte é o que também contribui para diferenciar as fases.

Na década de 1980, como indica a Figura 19 e a Tabela 1, ocorre evolução lenta da expansão urbana, com poucos espaços sendo ocupados e

mesmo assim grande parte deles ocorreu em áreas remanescentes do plano original da CMNP.

De acordo com Dias (1998, p.119) a razão para o baixo crescimento territorial de Cianorte deve-se ao,

[...] deslocamento de parte da população rural para outros centros urbanos maiores – como por exemplo Maringá – ou novas frentes de colonização fora do estado, como resultado das alterações que se processavam no chamado período de Modernização Agrícola.

Bataliotti (2004) atribui à saída da população do campo, à transformação do espaço agrário formado no modelo de pequenas propriedades produtoras de café, implantado pela CMNP e a substituição dos cafezais por outras atividades, a exemplo do cultivo da cana e pastagens.

Essas novas atividades agrárias conduziram a modificação da estrutura fundiária que reduziu o número de pequenas propriedades e, conseqüentemente, favoreceu a saída de milhares de trabalhadores do campo.

Nesse contexto, em Cianorte, na década de 1970 ocorreu declínio populacional (7,72%); devido às transformações da agricultura e da incapacidade dos setores econômicos urbanos de absorver a mão-de-obra migrante do campo. (BATALIOTTI, 2004).

Foram construídos na década de 1980, 13 novos loteamentos, totalizando 1.824 unidades, sendo que 8 desses loteamentos, foram construídos em áreas do Plano Original, mas que não haviam ainda sido ocupados. Entretanto, a ação loteadora não coube a CMNP, mas, sim, ao poder público e a iniciativa privada (Tabela 1).

Com base ainda na Tabela 1, observa-se que os primeiros loteamentos (19, 20, 21, 23 e 25) que extrapolam a área do Plano Original, passam a ser construídos a partir do ano de 1987. Até então, tudo o que se referia a loteamentos ocorria nas áreas do projeto da CMNP.

A partir desse período, passa a ocorrer adição de território à malha urbana da cidade implantada, em áreas antes destinadas à agricultura, ou seja, em chácaras e sítios antes ocupados por café e pastagens. (DIAS, 1998).

Tabela 1 – Loteamentos implantados nas décadas de 1970 e 1980 – Cianorte

| Nº. Lot. | Nome do Loteamento | Unidade | Localização | Ano Aprovação | Tipo de Iniciativa |
|-------------|---------------------------|---------|--|------------------|-----------------------|
| 12 | Arcésio Guimarães | 228 | Zona 6 - Plano Original | 1977 | Pública |
| 13 | Dist. Ind. Adelino Pagani | 0 | Zona Armazém – Plano Original | 1986 | Privada |
| 14 | Hilda Stevanato | 94 | Entorno da Faixa de domínio da Ferrovia – Plano Original | 1986 | Pública |
| 15 | Conj. América | 101 | Entorno da Faixa de domínio da Ferrovia – Plano Original | 1986 | Privada |
| 16 | Conj. América II | 66 | Entorno da Faixa de domínio da Ferrovia – Plano Original | 1986 | Privada |
| 17 | Conj. Ovídio Franzoni | 420 | Zona 7 - Plano Original | 1987 | Pública |
| 18 | Mutirão Zona 7 | 65 | Zona 7 – Plano Original | 1987 | Pública |
| 19 | Conj. Pedro Moreira | 173 | Fora do Plano original | 1987 | Pública |
| 20 | UEM –Extensão | 1 | Fora do Plano Original | 1987 | Pública |
| 21 | Conj. Beatriz Guimarães | 150 | Fora do Plano Original | 1988 | Pública |
| 22 | Conj. Sol Nascente | 36 | Zona 7– Plano Original | 1989 | Pública |
| 23 | Jd. Tropical | 193 | Entorno da Faixa de domínio da Ferrovia – Plano Original | 1989 | Privada |
| 24 | João José Melão | 12 | Zona 6 – Plano Original | 1989 | Privada |
| 25 | Jd. Galha Azul | 285 | Fora do Plano Original - Entorno sul da Faixa de domínio da Ferrovia | 1989 | Privada |

Fonte: Plano Diretor - Secretaria de Desenvolvimento de Cianorte – 2014

Organização: Nadir Leandro de Souza

Mesmo havendo decréscimo populacional, havia demanda de lotes para abrigar a população que migrava do campo para a cidade. O poder público viu-se na tarefa de responder às necessidades de moradia para um contingente que não poderia arcar com os elevados preços de lotes disponíveis de propriedade da CMNP, no plano original. Assim, nesse período, foram disponibilizados 1.167 lotes (Tabela 1), em conjuntos habitacionais realizados mediante investimentos públicos voltados a moradia, localizados no setor sudoeste da cidade. (DIAS, 1998).

Os bairros residenciais populares implantados no setor sudoeste, a partir da década de 1980, e também na década de 1990, que será discutida no próximo item, ocuparam, em parte, áreas insalubres, de baixo valor comercial; como é o caso do Jardim Tropical (Nº 23), e Jardim das Oliveiras (Nº 36 - década de 1990) separados por um lixão, que ocupou as áreas das nascentes do córrego Coruja¹⁵, desativado em 1990.

¹⁵ Canal de drenagem que percorre áreas de preservação das imediações do módulo Corujinha do PCVC.

Entretanto, o lote ocupado por esse lixão continua vago, frente a impossibilidade de uso. Já as águas do Córrego Coruja permanecem recebendo o chorume, que deverá permanecer fluindo por décadas.

A instalação de loteamentos na porção sudoeste da Cidade Implantada, alcançou partes das áreas da bacia do Córrego Coruja, especialmente, em suas nascentes, aumentando a pressão antrópica sobre a área, contribuindo para acentuar os processos erosivos, discutidos no item 2 desse capítulo.

Em entrevista ao A CMNP dispunha (dispõe até então), de terras localizadas em solos mais adequados para ocupação, como por exemplo a Zona 5, tendo em vista a experiência relacionada a erosão que causou severos prejuízos ao seu empreendimento e também ao erário público. No entanto, não dispôs de outras áreas, pois objetiva valorizar e lucrar com os lotes que ainda não tinham sido vendidos, diante da demanda por novos lotes.

Jornal 'Folha de Cianorte' o então secretário de Desenvolvimento de Cianorte Sr. Nelson Magron Junior, assegura que:

[...] haja cerca de 200 alqueires livres, maior parte da Companhia Melhoramentos, para loteamentos e áreas comerciais. Isso, se ocupado hoje, aumentaria o tamanho do município em torno de 30% em área urbanizada. Somente dentro do município há vazios que a área ultrapassa os 70 alqueires. E que parte começa a ser ocupada já em 2014 com a construção do Centro Novo (antiga Esplanada), no terreno em frente à rodoviária. Também há espaços vazios no Parque Industrial, no Cianortinho, na Zona 4 e na Zona 5 (saída para Vidigal). (JORNAL FOLHA DE CIANORTE, 2013).

As áreas do plano original reloteadas pela CMNP foram repassadas ao Poder Público, para instalação de conjuntos habitacionais financiados por instituições ligadas ao Estado, em áreas menos valorizadas. Como as áreas na Zona 7, onde foram construídas 65 unidades; o reloteamento de partes da Zona 6; e as faixas de terras no entorno do domínio da Ferrovia¹⁶.

Nesse período, ocorreu a primeira inserção de loteamento em parte da área florestada, no que se convencionou denominar 'cinturão verde', no plano urbanístico de Macedo Vieira, com a implantação do Campos de Extensão da Universidade Estadual de Maringá, em 1987. O Campus foi construído numa

¹⁶ A linha férrea alcançou Cianorte em 1972, e foi construída algumas centenas de metros após a Estação Ferroviária.

área doada ao Município pela CMNP, que por sua vez, repassou a área para a instalação do Campus de Extensão da UEM.

Havendo a necessidade da legalização da área utilizada pela Universidade, o legislativo aprovou a doação do terreno e o executivo sancionou a Lei nº 3.626/11¹⁷ de 19 de abril. Contudo, a doação não se consumou, o que gerou disputa entre os poderes (legislativo e executivo). Levando o poder executivo a fazer uma contraproposta, que foi aceita pela Universidade, em repassar, no momento (2014), apenas 38.626m², onde localizam-se as construções do Campus de Extensão, de um total de 184.840m².

A análise dos documentos sobre essa situação conduziu a um dado curioso. O fato dessa área destinada ao Campus de Extensão Universidade Estadual de Maringá ter sido totalmente incluída às novas áreas do Parque Cinturão Verde em 2013, mediante legislação (Lei 4.088/13)¹⁸ sancionado pelo Chefe do Poder Executivo.

A área corresponde a um lote remanescente da Gleba Patrimônio, onde está localizado o núcleo urbano de Cianorte. Teve parte da área desmatada no momento de formação do núcleo urbano, sofrendo novos desmates em meados da década de 1980, como anteriormente dito, para instalação da Extensão do Campus da UEM, que divide o espaço com uma escola da Rede Municipal de Ensino. Abriga, também, o viveiro municipal sob administração da APROMAC.

O que justifica sua inclusão no território do Parque Cinturão Verde é a presença de importante fragmento florestal nesse lote de terras, conectado ao módulo Fantasmilha.

Outra ação invasiva ocorrida na área florestada do entorno da cidade foi a inserção de uma Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário, em 1986, no setor NW da cidade. O Poder Público adquiriu um lote de aproximadamente 9 hectares, para a construção da estação de tratamento e executou a obra em parceria com a SANEPAR. A conclusão da obra só ocorreu em 1988. De acordo

¹⁷ Lei nº 3.626/11 – Art. 1º - “Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação do Lote nº 598-R [...], subdivisão do Lote nº 598 [...], com área de 184.840,00m² [...] à Universidade Estadual de Maringá, para manutenção e instalação de cursos superiores no referido imóvel”.

¹⁸ Lei nº 4.088/13 – Art. 1º - “Ficam incluídos no ‘Parque Cinturão Verde de Cianorte’, criado pela Lei Municipal nº 2.067/2000, de 28 de abril de 2000 os seguintes imóveis. Item III – Imóvel: Lote nº 598R, subdivisão do Lote nº 598 [...], com área de 184.840,00m²”.

com Cioffi et al. (1995), a construção da estação de tratamento e a instalação de rede de esgoto sanitário, possibilitou o crescimento vertical da cidade.

Conclui-se que as modificações significativas na área florestada, ocorridas nesse período de expansão da malha urbana de Cianorte, resumiram-se na área destinada ao Compus de Extensão da UEM e a construção da estação de tratamento de esgoto.

A inclusão das áreas da bacia do Córrego Coruja na malha urbana, consistirá em fator relevante para a formação futura de um dos módulos do Parque Cinturão Verde: o Corujinha.

A área florestada no entorno da cidade de propriedade da CMNP, segundo dados do Plano de Manejo do Módulo Mandhuy, 1994, era aproximadamente de 600 hectares.

Os remanescentes florestais localizados no perímetro urbano de Cianorte, passaram a ser, por meio de legislação (Lei Municipal nº 604) área de preservação do meio ambiente, em 26 de junho de 1980.

No final da década em 1988, as áreas de remanescentes florestais citadas na lei anterior foram transformadas em Sítio Ecológico de Relevância Cultural e recebeu a denominação de Parque do Cinturão Verde de Cianorte. (Lei Municipal 1.098 de 14 de junho de 1988).

Os dois casos de desmatamentos ocorridos nesse período ferem as duas leis municipais. Porém, a municipalidade não transformou essas áreas em patrimônio do município. Portanto, a propriedade das mesmas permaneceu da CMNP; situação que favoreceu seu completo descaso.

A municipalidade também não demonstrou ser suficientemente competente, para requerer a propriedade das áreas florestadas frente ao poderio econômico e político dessa empresa.

3.3.2. Segundo período (1990 – 1999) - ascendência do setor privado na expansão da malha urbana.

O período que se desenvolve por toda a década de 1990, caracteriza-se pelo predomínio dos investimentos privados na construção de loteamentos e redução de investimentos públicos no setor imobiliário.

A participação da CMNP, nesse período, dá-se na forma de venda de lotes a terceiros para loteamentos urbanos.

Nesse período foram construídos 22 loteamentos, num total de 2.912 unidades, sendo que 44 lotes foram destinados ao setor industrial da Confecção e o restante, 2.868 para residências; dessas, a maioria 80,4 % o que corresponde a 2.306, era do tipo popular¹⁹, destinadas às classes de menor poder aquisitivo, continuação da ação iniciada na década de 1980, tendo a participação do poder público no financiamento, embora menor (25%). (Tabela 2).

A localização de 18 desses loteamentos foi em continuação aos estabelecidos na década de 1980, ou seja, inseridos na parte Sudoeste da Cidade. Desses, 11 loteamentos localizam-se fora do plano original, em áreas tradicionalmente rurais (Tabela 2).

A incorporação de todos esses loteamentos à malha urbana de Cianorte provocou acréscimo contínuo da área existente, com uma única ressalva, o Jardim Cassidori e Bongiorno, que tiveram os nomes alterados para Jardim Paraíso (38), localizado na porção extremo Oeste, na Estrada dos Amores, saída para São Tomé, isolado da malha urbana nessa fase. Trata-se de uma ocupação irregular de área antes destinada a atividades agrícolas.

O Jardim Paraíso classifica-se como loteamento clandestino ou ilegal e, o Poder Público encontrou sérias dificuldades para incorporá-lo enquanto Zona de Regularização Fundiária. As dificuldades para a regularização do loteamento referem-se a sua localização, na área da bacia do Ribeirão Bolívar, manancial de abastecimento da cidade de Cianorte.

¹⁹ Os loteamentos de moradias populares estão identificados na Tabela 2 com as iniciais M.P.

Tabela 2: Loteamentos implantados na década de 1990 - Cianorte

| Nº Lot. | Nome do Loteamento | Unidade | Localização | Ano Aprovação | Iniciativa Loteadora |
|---------|--|---------|--|---------------|----------------------|
| 26 | Zona Industrial | 31 | Zona 8 – Plano Original | 1990 | Privada |
| 28 | Conjunto Cianorte II – M.P ²⁰ | 184 | Zona Rural – Fora do Plano Original | 1991 | Pública |
| 29 | Sol Nascente II – M.P | 34 | Zona 7 – Plano Original | 1991 | Pública |
| 30 | Conj. Portal da América | 76 | Entorno da Faixa de domínio da Ferrovia – Plano Original | 1991 | Privada |
| 31 | Jd. Alto da Cidade – M.P | 96 | Zona Rural – Fora do Plano Original | 1991 | Privado |
| 32 | Conj. João de Barro – M.P | 150 | Zona Rural – Fora do Plano Original | 1992 | Pública |
| 34 | Conj. Cidade Alta – M.P | 179 | Zona Rural – Fora do Plano Original | 1992 | Pública |
| 35 | Conj. Bela Vista – M.P | 178 | Zona Rural – Fora do Plano Original | 1992 | Pública |
| 36 | Jd. das Oliveiras M.P | 69 | Entorno da Faixa de domínio da Ferrovia – Plano Original | 1992 | Privada |
| 37 | Century Park | 348 | Áreas Florestadas da CMNP | 1992 | Privada |
| 38 | Jd. Paraíso – M.P | 75 | Zona Rural - irregular | 1993 | Privada |
| 39 | Jd. Primavera – M.P | 38 | Zona Rural – Fora do Plano Original | 1994 | Privada |
| 40 | Jd. Asa Branca I – M.P | 284 | Zona Rural – Fora do Plano Original | 1995 | Privada |
| 41 | Novo Centro Compl. Industrial do Vestuário | 13 | Rodovia 323 | 1995 | Privada |
| 42 | Jd. Asa Branca II – M.P | 290 | Zona Rural – Fora do Plano Original | 1996 | Privada |
| 43 | Jd. Aeroporto I – M.P | 181 | Zona Rural – Fora do Plano Original | 1996 | Privada |
| 44 | Jd. Aeroporto II – M.P | 117 | Zona Rural – Fora do Plano Original | 1996 | Privada |
| 45 | Conj. Ilha Bela – M.P | 53 | Zona 7 – Plano Original | 1998 | Privada |
| 46 | Zona 7 (Quadras 70 e 73) – M.P | 51 | Zona 7 - Plano Original | 1998 | Privada |
| 47 | Jd. Maringá - | 110 | Entorno da Faixa de domínio da Ferrovia – Plano Original | 1999 | Privada |
| 48 | Jd. Vitória – M.P | 327 | Zona Rural – Fora do Plano Original | 1999 | Privada |
| 49 | Residencial Alpha Club | 28 | Área Florestada CMNP | 1999 | Privada |

Fonte: Plano Diretor - Secretaria de Desenvolvimento de Cianorte – 2014
Organização: Nadir Leandro de Souza

²⁰ Moradia Popular (M.P).

Outros problemas também foram observados como a ausência de infraestrutura exigida, como pavimentação (Figura 23), guias e sarjetas, bocas de lobo, drenagem – galerias pluviais e emissários com dissipadores -, arborização urbana, fundo de vale com área verde para o Parque Cinturão Verde, recuperação de área degradada, com posterior autorização do Conselho Municipal de Urbanismo, Conselho Municipal do meio Ambiente, IAP e emissão de Decreto do chefe do Poder Executivo.

Figura 23: Jardim Cassidori/Jardim Paraíso - ausência de infraestrutura



Fonte: <http://www.tribunadecianorte.com.br/cidades/cassidori-faca-sol-ou-chuva-moradores-nao-tem-sossego-25568/> Acesso 01/06/2014.

No início de 2014, os poderes executivo e legislativo optaram pela regularização definitiva da área, passando de Zona de Regularização Fundiária – ZRF; para Zona Especial de Interesse Social – ZEIS. Nessa condição, passa a receber infraestrutura urbana.

Para sanar os problemas de infraestrutura, a solução veio com a autorização de um novo loteamento em 2014²¹, vizinho desse, que deverá arcar com a construção das galerias pluviais até o Ribeirão Bolivar, a jusante da área de captação da SANEPAR.

²¹ Esse loteamento não consta nesse estudo, pois foi autorizado em maio de 2014.

Algumas áreas disponíveis do projeto original, na Zona 7, também foram loteadas por ação de investimentos públicos, que contribuiu para essas novas incorporações (Tabela 2).

No início da década de 1990, uma construtora adquiriu da CMNP 33,88 ha de área florestada, no setor nordeste da cidade, próximo à área da Estação de Tratamento de Esgoto da SANEPAR, onde inseriu dois loteamentos – Residencial Alpha Club (49), com prédios de apartamento, para classe média e o Century Park (37), um condomínio fechado de alto padrão (Tabela 2).

O exemplo acima segue a conduta da CMNP, em negociar aquilo que entende lhe pertencer, mas que por força de lei municipal não seria mais passível de desmatamento, muito menos de venda, pois constituía o Parque do Cinturão Verde, que passou a existir pela Lei nº 1.098/88, porém só existia no papel.

A construção desses dois loteamentos também alterou o projeto original. Contrastou a boa forma urbana desenhada no Projeto Urbanístico de Macedo Vieira, arremetendo a malha urbana em áreas do ‘Cinturão Verde’, que no traçado urbano original emoldurava a Zona 1, 2 e 6, além de porções da zona 3 e 7.

A inserção desses dois loteamentos em área antes florestada, somados a área da SANEPAR, produziu uma lacuna na floresta, nitidamente percebida em imagens aéreas. (Figura 24).

Figura 24: Área desmatada com destaque para os loteamentos Century Park, Alpha Club e Estação de Tratamento de Esgoto da SANEPAR



Fonte: Adaptado de GOOGLE EARTH (2013)

Analisando o mapa de lotes rurais de Cianorte, expresso na Figura 21, nota-se que a CMNP dividiu em lotes as terras com cobertura florestal, indicando a intencionalidade de venda futura. Diante disso, a atitude da empresa não surpreende, se confirma.

O entorno do loteamento Alpha Club (49) é contornado por pista de caminhada e pista de ciclismo. A pista de caminhada é interligada a pista de caminhada que margeia o módulo Fantasminha, utilizadas pela comunidade em geral.

Enquanto que, o entorno do loteamento Century Park, que foi alterado pela Lei Municipal nº 2.584/2005 de loteamento comum para Loteamento Fechado Century Park, é diretamente conectado a Reserva Century Park, módulo Uruçora, não existindo via de tráfego entre a floresta e o loteamento. (CIANORTE, 2005).

Com a transformação desse loteamento para o tipo fechado marca o início de uma nova tendência imobiliária em Cianorte, bem comum em muitas cidades brasileiras, a da produção imobiliária de áreas residenciais fechadas, onde busca-se “estar entre os seus e não lidar com as diferenças [...] a convivência entre as diferenças se anula, promovendo o esfacelamento de um atributo da cidade.” (SPOSITO, 2011, p.141).

Ainda com relação ao caso do loteamento fechado, a mata e os muros o envolve, protegendo-o (no caso os moradores) do externo, distanciando os desiguais.

A obrigatoriedade de via de tráfego no entorno das matas existentes no interior no Perímetro Urbano de Cianorte, ocorreu com a legislação que dispõe sobre o Sistema Viário Básico do Município de Cianorte, Lei nº 2.778/2006, que define em seu artigo 6º, §5º, que, “[...] as matas existentes no perímetro urbano deverão ser margeadas por uma via pública de no mínimo 15,00 metros sendo 9,00 metros de caixa de rolamento e 3,00 de passeio de cada lado”. (CIANORTE, 2006).

A construtora responsável pelos loteamentos ora analisados manteve um dos lotes adquiridos da CMNP, com cobertura florestal, sob sua propriedade, conectado a Reserva Florestal – Century Parque, interrompendo os módulos Perobas e Fantasminha; e, até a data de desenvolvimento desse estudo, não havia se manifestado em doá-lo ao Município.

A empresa loteadora em função de legislação federal, manteve na área do loteamento Century Park), a Reserva Florestal e a doou ao Município que a transformou no módulo Uruçora pela Lei Municipal nº 1.625/1995, tornando-se no segundo módulo do Parque Cinturão Verde. (CIANORTE, 1995).

Na segunda fase de expansão da malha urbana de Cianorte, compreendida nesse estudo em dois períodos que se complementam, incide a ruptura entre a forma urbana prevista no Projeto Urbanístico de Macedo Vieira e executada, em parte, no núcleo original gerido pela CMNP; e as áreas acrescentadas à malha urbana.

O traçado urbano, nas áreas adicionadas, resume-se numa forma que se distancia do planejado e executado pela CMNP. A cidade apresenta-se claramente dividida em duas, com características próprias, como afirma Dalberto (2009, p.55): “Com os novos loteamentos na área de expansão, surgiram as diferenças de identidade entre o núcleo inicial e as novas áreas urbanas”.

Nesse estudo, questiona-se os cuidados ambientais atribuídos no projeto original de Macedo Vieira, entretanto reconhece-se que a construção das novas áreas de ampliação da cidade nas décadas de 1980 e 1990, não apresentaram preocupação ambiental próxima daquela expressa na cidade construída pela CMNP.

Não foram observados cuidados ambientais mínimos. O que cooperou para os desequilíbrios na rede de drenagem, potencializando os fenômenos erosivos. Também as áreas de vegetação nativa presentes nos fundos de vale (Córrego Coruja e Córrego Curuá) foram quase dizimadas, pelo corte raso e fogo.

Encontram-se no setor Sudoeste, áreas com cobertura vegetal nativa, pertencentes a CMNP, separando, em parte, as áreas do plano original das áreas dos novos loteamentos, em sua maioria de residência popular. O que comprova as observações feitas em Dalberto (2009), que a CMNP dispunha de lotes rurais no entorno da área urbana, mas não tinha interesse em lotear para atender a demanda social formada por grupos sociais economicamente menos favorecidos.

O módulo Mandhuy do Parque Cinturão Verde²², foi formado nessa fase, em 1993. A área que passou a compor esse módulo refere-se ao bosque localizado entre a Zona 3 e a Zona 7 que consta no Projeto Urbanístico de Jorge de Macedo Vieira, entretanto com área superior à que foi doada (20,9763 ha), no original teria 22,8 hectares.

3.4 - A terceira fase de expansão de Cianorte: novos eixos de expansão da malha urbana

A terceira e última fase de expansão da malha urbana de Cianorte, analisada no contexto desse estudo, se desenvolve a partir da década de 2000 até 2014, ano da finalização dessa pesquisa.

Antes de expor as análises referente a essa fase, é essencial retomar o processo de formação do Parque Cinturão Verde, pois é no início dessa fase que o mesmo é legalmente formado, como discutido no Capítulo 2. Assim como, também será nessa fase de expansão da malha urbana de Cianorte, que o Parque será significativamente ampliado, com área florestadas que passam a constar do perímetro urbano devido o processo de crescimento horizontal de Cianorte.

No entanto, o que permite considerar esse recorte como uma fase distinta é o alargamento da malha urbana de Cianorte seguindo dois novos eixos. Sendo um eixo a Leste, com uma miscelânea de residências destinadas a classe média e loteamentos de programas habitacionais financiados pelo governo federal, e outro eixo, de maior expressão em termos de número de lotes que refere-se ao setor Noroeste, transpondo as matas da Bacia do Ribeirão São Tomé, o módulo Fantasminha do Parque Cinturão Verde.

Como a expansão do tecido urbano, nessa fase, ocorre para três direções opostas, denominadas de eixos, nesse estudo, e que serão decisivas para a ampliar e pressionar a área do Parque Cinturão Verde, a análise ocorrerá em separado.

²² Criado pela Lei Municipal n° 1.534/1993.

3.4.1- Setor Sudoeste: continuidade do processo estabelecido nas décadas de 1980 e 1990.

O setor Sudoeste é prolongado nessa fase, com a construção de novos loteamentos alcançado a periferia da BR 323, com o mesmo padrão que vinha se desenvolvendo, ou seja, com loteamentos para residências populares com investimento privado.

Nesse setor foram construídos 18 loteamentos, somente nessa fase, em uma área de 1.336.046 m² (133,60 ha) com 2.180 unidades. Essa área propaga-se margeando a Rodovia 323, separada desses novos loteamentos pela bacia do córrego Curuá, que ainda possui parte da vegetação nativa no chamado fundo de vale.

Observa-se, também, a implantação de loteamentos²³ em espaços antes vagos, entre o plano original e a área após o córrego Coruja, antes ocupada por chácaras de pequena extensão e terras pertencentes a CMNP.

Nessa área desocupada, há a presença de importantes fragmentos florestais, parte deles pertence a CMNP e outros que compõem os fundos de vale do córrego Coruja de propriedade dos donos dos lotes rurais que foram loteados.

Encontra-se também nessa área o módulo Corujinha com 11,7414 hectares, que passou a existir no início dessa fase de expansão da malha urbana de Cianorte, como explicado no início desse item.

3.4.2 – Eixo Leste: alargamento da malha urbana

O processo de ocupação da porção leste da cidade de Cianorte passou a ocorrer nos primeiros anos da década de 2000, tendo seu primeiro loteamento autorizado em 2002, de um total até hoje (2014) de 10 loteamentos, ocupando uma área de 952.814 m², com 1.481 unidades.

²³ Loteamentos inserido na área interna, entre o plano original e a bacia do Córrego Coruja: 54, 61, 81,82, 98 e 99.

A área desse setor, assim como as outras que já vinham sendo loteadas, era ocupada por lotes rurais. Localizada entre o Ribeirão Cristalina e seu afluente, o córrego Guassupé.

O Residencial Aquiles Cômar (87), com 484 unidades, juntamente com o Moradias Marselha (55), inserido na Zona 7, no entorno do módulo Mandhuy, constituem-se nos dois únicos loteamentos de programas habitacionais de moradias populares, financiados por agências governamentais desde 1992.

A construção desse loteamento de moradias populares desagradou alguns investidores do setor imobiliário, inclusive, quanto ao local escolhido para a construção das residências, sob argumento de desvalorização comercial daquele setor.

Uma cidade ainda em formação como Cianorte que apresenta diversos vazios urbanos, mantém a sua marca, de acomodar quem pode comprar, tendo dificuldade de acolher todos os seus moradores, pois o passaporte é o nível do poder aquisitivo.

Percebe-se que não ocorreu incentivos à construção de moradias populares por quase duas décadas em Cianorte, visto que, o loteamento Aquiles Cômar, mesmo tendo sido autorizado em 2007, somente foi entregue às famílias em 2013, mediante investimentos do Programa do Governo Federal “Minha Casa Minha Vida”.

A ausência de investimentos em moradias populares por parte dos gestores públicos, favoreceu a ação do setor imobiliário privado, frente à crescente demanda por habitações em Cianorte. Situação que se tornou insustentável, pois as camadas sociais de menor poder aquisitivo não dispõem de recursos para arcar individualmente, com os custos da casa própria, necessitando de investimentos governamentais.

Ainda nesse contexto, os investimentos destinados às habitações populares tiveram maior estímulo na década de 1980 e nos primeiros anos da década de 1990. A partir desse momento, prevaleceu a supremacia do setor privado, que passou a dirigir o crescimento espacial da cidade de Cianorte, ocorrendo o encolhimento da ação da Companhia Melhoramentos, advindo os novos traçados urbanos em prejuízo da boa forma urbana.

A expansão do tecido urbano para o Setor Leste alcançou áreas próximas a fundos de vale, com cobertura vegetal, como a do córrego Guassupé, onde,

em suas nascentes, localiza-se o módulo Cristalina do Parque Cinturão Verde, instituído em 2000.

3.4.3 – Eixo Noroeste: ocupação de espaços separados do plano original pelo “Cinturão Verde de Jorge de Macedo Vieira”

No eixo Noroeste foram aprovados entre 2001 a janeiro de 2014 a construção de 23 loteamentos com 3.789 unidades, dispostos em uma área de 2.912.032 m² ou 291,20 ha. Fazendo analogia com o plano original, discutido no item 1 desse capítulo, o mesmo possuía mais de 9 milhões de m², divididos em mais de 8 mil unidades.

Os loteamentos do eixo Noroeste ocuparam áreas rurais de pequenos sítios e chácaras, que estavam separados da cidade pela floresta de propriedade da CMNP e dos sitiantes que eram seus vizinhos.

A partir da definição de formar o Parque Cinturão Verde, a CMNP foi autorizada pelos órgãos municipais e estaduais a efetuar o desmate de 231 hectares em área urbana (148) e rural (83). O desmate ocorreu em 2000, no mesmo ano da formação do PCVC. E, em 2001 foi autorizado os dois primeiros loteamentos (51 e 52), que fazem parte do conjunto de loteamentos do Setor Noroeste, localizados aos fundos da área desmatada pela Companhia.

Passados 14 anos da ação do desmatamento a CMNP não apresentou nenhum indício de loteá-la. O que conduz ao entendimento, de que o procedimento da Empresa conduz ao entendimento de que aguarda valorização para no futuro obter maiores lucros. A área desmatada corresponde a um grande vazio entre a Zona 6 e os novos loteamentos do eixo Noroeste, ora ocupado por capoeiras ora pelo cultivo de mandioca.

Os lotes rurais foram parcelados individualmente, em momentos diferentes da fase analisada. Assim, era comum haver um loteamento já formado ao lado de uma roça de café ou pastagem, o que estimulava o proprietário vizinho a também lotear seu sítio ou sua chácara.

A situação exposta no parágrafo anterior, continua ocorrendo, tendo em vista a existência de diversos lotes rurais vagos nesse setor. Em maio de 2014 foi autorizado o Loteamento Jardim Botânico, oriundo do parcelamento dos Lotes rurais n.ºs. 970 e 971, que se localizam após uma chácara, que ocupa os lotes

nºs 972 e 973, conforme pode ser verificado na Figura 22, conservando entre ambos um espaço rural.

Além de terem sido parcelados em ocasiões diferentes, também não houve nenhum direcionamento que os conectasse ao desenho do projeto urbanístico de Macedo Vieira. Segundo Dalberto (2009) tal fato favoreceu a formação de uma malha desconexa, como já vinha ocorrendo com os loteamentos inseridos no setor sudoeste da cidade.

Cada loteamento apresenta certa individualidade, expressando-se, principalmente, nas vias de tráfego, causando descontinuidade do sistema viário entre os loteamentos e desses com o plano original. Dalberto (2009, p.59), explica que essa intermitência deve-se ao fato de que “cada proprietário tinha a liberdade para lotear seu lote rural, sem se preocupar com o loteamento do vizinho, esta forma de parcelamento favoreceu a descontinuidade de vias entre os bairros”. O que resultou em vários pontos da malha que apresentam inconsistência, com cruzamentos mal resolvidos, e vias sem continuidade. (DALBERTO, 2009).

Quanto à visível separação entre essas duas partes da cidade, a presença do módulo Fantasminha corrobora para o isolamento das mesmas, uma com vias largas e amplamente conectada entre si; a outra uma colcha de tiras de retalhos, como é visível no mapa de expansão urbana de Cianorte, expresso na Figura 19 que, inclusive, traduz o padrão da forma de dividir os lotes rurais executada pela Companhia Melhoramentos.

Cada uma das tiras de retalho, com larguras e tamanhos diferentes, forma um loteamento que expressa no nome e no traçado o desejo do proprietário ou do empreendedor imobiliário e juntos formam uma cidade a parte, sem forma e sem identidade.

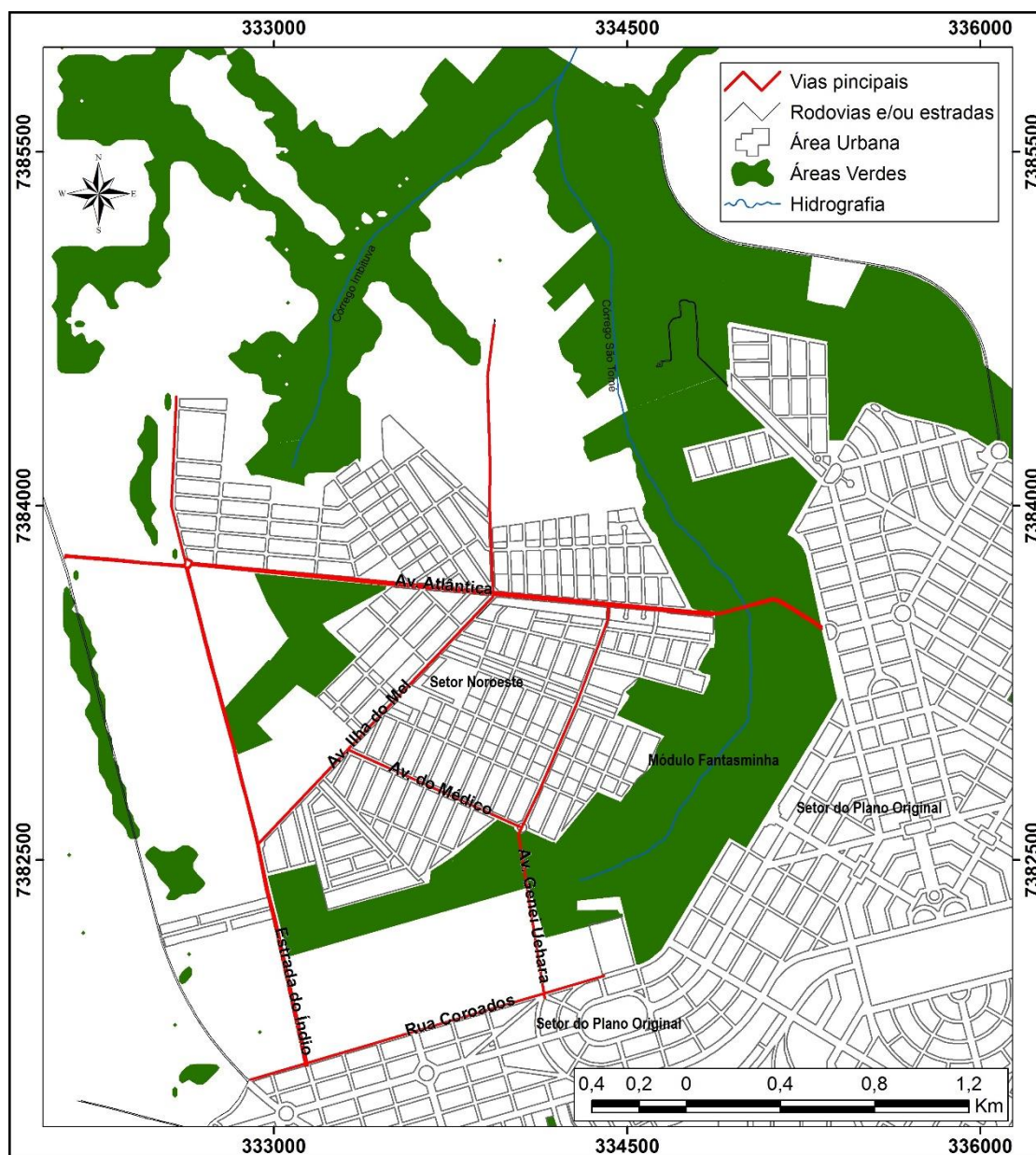
Entretanto, não se pode deixar de lembrar que a municipalidade aprovou cada um desses loteamentos nas condições requeridas pelos proprietários ou empresas loteadoras, além de que não existia na legislação qualquer exigência de que nas áreas de expansão o traçado urbano deveria seguir o projeto de Macedo Vieira, tampouco, a municipalidade preocupou-se em construir essa exigência.

Uma análise cuidadosa da área ocupada pelos loteamentos no Setor Noroeste, permite visualizar que as principais vias de tráfego estabelecidas

nesses loteamentos, correspondem aos carregadores (estradas vicinais) (Figuras 19 e 21) construídos pela CMNP para atender os lotes rurais. Logo, não seriam propriamente adequados para o fluxo de tráfego urbano.

Como todo esse setor é disjuncto do plano original devido a existência do fragmento florestal que forma o módulo Fantasmilha (Figura 19), observam-se sérios problemas de ordem viária, que dificulta a conexão do Setor Noroeste, com a área da cidade implantada pela CMNP. (Figura 25).

Figura: 25 – Vias de tráfego entre os loteamentos do Setor Noroeste e o Plano original



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento de Cianorte, 2014

A conexão viária desse setor com o plano original é realizada por duas vias que exercem o papel de ligação. Uma (Av. Atlântica) atravessa o módulo Fantasminha conectando a Zona 1 que acolhe boa parte do fluxo de veículos e de pessoas que se deslocam diariamente desses loteamentos em direção ao plano original, tendo em vista que os principais serviços de comércio, bancos, saúde, educação, e os locais de trabalho, encontram-se no plano original. A outra opção é a Avenida Genei Uehara que conecta a Zona 6, porém, desemboca em uma via de caixa menor (Rua Coroados), desfavorecendo a fluidez e causando estrangulamento do tráfego. (Figura 25).

O módulo Fantasminha potencializa os problemas relacionados a mobilidade tanto de pedestres como de veículos. Sendo que, para as pessoas que se deslocam de uma área para outra (plano original/ loteamentos do setor Noroeste) as dificuldades passam a ser maiores, na passagem da Avenida Atlântica, que cruza o módulo Fantasminha, devido a presença da mata de ambos os lados, mesmo tendo sido alargada e iluminada, tem-se a sensação de insegurança.

O asfaltamento e alargamento dessa via (Avenida Atlântica) com a construção de calçadas para pedestres ampliou a pressão antrópica sobre o fragmento florestal, que já vinha tendo seu equilíbrio ecossistêmico perturbado com a existência da estrada que historicamente o atravessava. É comum encontrar nessa via animais atropelados, mesmo tendo os dois lados isolados com cercas de alambrado, o que também afeta a mobilidade da fauna silvestre.

Dois outros pontos da cidade também sofrem interferência na dinâmica do tráfego devido a presença do PCVC, as avenidas Minas Gerais, entorno do módulo Perobas e Piauí, entorno do módulo Mandhuy (Figura 26).

A avenida Minas Gerais responde pela circulação de veículos pesados (caminhões e carretas) e, devido a modificação em suas vias ampliou-se os problemas no entorno do módulo Perobas, tanto de ordem ambiental como a manutenção da pista. A circulação desse tipo de veículo também afeta o uso da pista de caminhada, principalmente, nos horários de maior fluxo de veículo. O barulho é intenso e a presença de resíduos devido à queima de combustíveis incomoda os usuários da mesma.

Os loteamentos que fazem divisa com o módulo Fantasma²⁴, por força da legislação federal²⁵ que determina a todo imóvel rural manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, observando-se os percentuais mínimos de acordo com a localização da propriedade, atendem a exigência legislativa com a manutenção de cobertura florestal nos fundos de vale, conectada a área desse módulo do Parque Cinturão Verde.

Figura: 26 - Localização das avenidas Piauí e Minas Gerais no entorno do PCVC



Fonte: Adaptado de GOOGLE EARTH (2013)

A ocupação com loteamentos de quase toda a vertente da margem esquerda do Ribeirão São Tomé, a partir da década de 2000, rompe com a atuação da Companhia Melhoramentos em utilizar a área vegetada para inibir a construção de loteamentos feitos por donos de lotes rurais próximos à cidade.

Nesse contexto, Dias (1998) afirma que os fragmentos florestais, denominados “Cinturão Verde”, não está presente simplesmente como elementos paisagístico, mas como anteparo aos interesses imobiliários monopolistas da empresa na cidade, “garantindo, em certa medida e por algum tempo, a manutenção da sua expansão territorial dentro dos limites indicados no plano original”. (DIAS, 1998, p.140).

²⁴ Loteamentos vizinhos do módulo Fantasma: 51; 52; 59; 70; 71; 75; 85; 90; 91; 93; 94; 97; 101; 103; 105;

²⁵ Código Florestal de 1965, revogado e substituído pelo Novo Código Florestal, criado pela Lei nº 1.651, de 25 de maio de 2012.

A análise feita em Dias (1998) é também registrada pela municipalidade na confecção do Plano Diretor em 1995, ao afirmar que:

Durante seu processo de crescimento a cidade de Cianorte foi contida pelas reservas florestais, na sua grande maioria de propriedades da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná. Dificuldades de acesso às outras áreas situadas além destas reservas impuseram um crescimento urbano atípico em relação às demais cidades. Pouquíssimos são os espaços loteados (dentro do plano original) ainda vazios. (CIANORTE, 1995).

As reservas florestais presentes em Cianorte, mesmo tendo sido conservadas como objeto de manobra comercial, dentro da lógica do capital no início da construção dessa cidade permanecem majestosas no espaço urbano de Cianorte, constituindo-se em um patrimônio natural de valor ímpar, que desafia o repensar sobre novas possibilidades de como ocupar o espaço urbano, quando esse abriga elementos naturais tão frágeis como as florestas e a vida que nelas se abrigam. Assim, como reinventar alternativas ecológicas que permitam preservá-las e mantê-las, como registro vivo de uma história de muita gente, oriundas de muitos lugares.

Os fragmentos florestais presentes em Cianorte, nas palavras de Serrano (2007, p.12) “[...] testemunham a existência de uma era, representam nossas ‘ilusões da eternidade’”, resguardado do apagamento provocado pelas transformações do tempo histórico a construção de Cianorte, na condição de uma natureza que é ao mesmo tempo natural, mas também cultural.

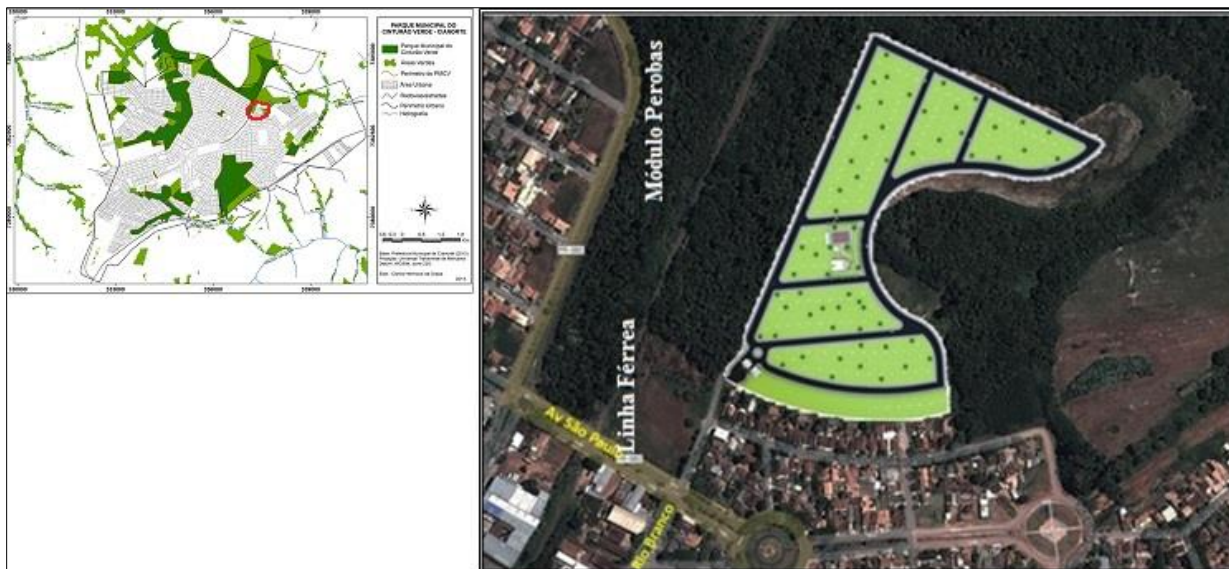
3.4.4 – Loteamentos isolados das áreas de expansão

Na terceira fase de expansão urbana de Cianorte ocorreu, ainda, a construção de loteamentos isolados, como é caso do loteamento Residencial Villa Vicenza (107,) nas proximidades da Linha Férrea, na área antes ocupada pela Serraria da Companhia Melhoramentos, local de ocorrência de fenômenos erosivos nas décadas de 1960 a 1980 (Figura 27).

Este loteamento ocupará uma área não recomendada para ocupação de acordo com estudos de Fachini (1987), por constituir-se nas cabeceiras das

nascentes do Ribeirão Cristalina (Figuras 1 e 3). Além de que, a mesma foi considerada no Plano de Manejo do PCVC (2010), como área para expansão do Parque Cinturão Verde.

Figura: 27 – Recorte da localização do Loteamento Villa Vicenza



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1658602&page=9>

Fachini (1987, p.10;13) fez a seguinte observação sobre essa área:

Quanto aos focos erosivos localizados junto da estrada de ferro, em uma das inúmeras nascentes do Ribeirão Cristalina, observa-se que está em fase de assoreamento. É necessário ressaltar que esta área não pode ser desmatada, embora a vegetação seja secundária, apresenta no momento um certo estágio de equilíbrio. (Grifo nosso).

No Decreto de aprovação desse loteamento (Nº84/2013), além das obras e serviços costumeiramente exigidos para novos loteamentos, a partir da Lei Municipal nº 2.748/2006, a municipalidade determinou a execução de obras complementares necessárias à contenção da erosão e o reflorestamento de fundo de vale. Esse cuidado por parte da municipalidade indica que a área ainda não se encontra em equilíbrio ambiental satisfatório.

O loteamento Villa Vicenza (107) estará cercado por quase todos os lados por vegetação nativa, entretanto terá que construir uma via com 15m de largura separando-o da área florestada e pista de caminhada com acesso livre para uso público. A vegetação do seu entorno ainda não faz parte do território do PCVC, mas provavelmente virá a ocorrer de acordo com a legislação municipal.

Um pouco mais a frente desse loteamento, em áreas ainda utilizadas para atividades agrícolas, mas já inseridas no perímetro urbano de Cianorte desde 2006, a instalação de um empreendimento imobiliário na forma de condomínio fechado, de alto padrão, teve o pedido de licença ambiental negada pelo IAP.

A necessidade de licença ambiental para a construção de loteamentos é uma das exigências da Lei Municipal nº 2.748/2006. Sendo que, a razão para a negativa está na via de acesso dos inquilinos, que se daria por uma estrada sem pavimentação que atravessa o módulo Perobas e, que seria asfaltada.

O Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMMA) juntamente com o Ministério Público posicionaram-se contrários o uso da estrada. Porém, sugeriram que a ligação desse loteamento com a cidade poderia ser efetuada pelo Setor Leste, ocupado por residências populares, o que não agradou os proprietários do empreendimento, “pois não querem que o acesso ao condomínio passe por um bairro pobre”. (JORNAL TRIBUNA DE CIANORTE, 2013).

A negativa por arte do IAP a esse loteamento, com base na situação dos demais módulos não se sustenta, tendo em vista que o módulo Fantasminha é cortado por uma via de grande fluxo de trânsito. Outra situação semelhante está na área do córrego Coruja, que praticamente toda a área já faz parte do PCVC e é também cortada por uma via, a Avenida Coruja.

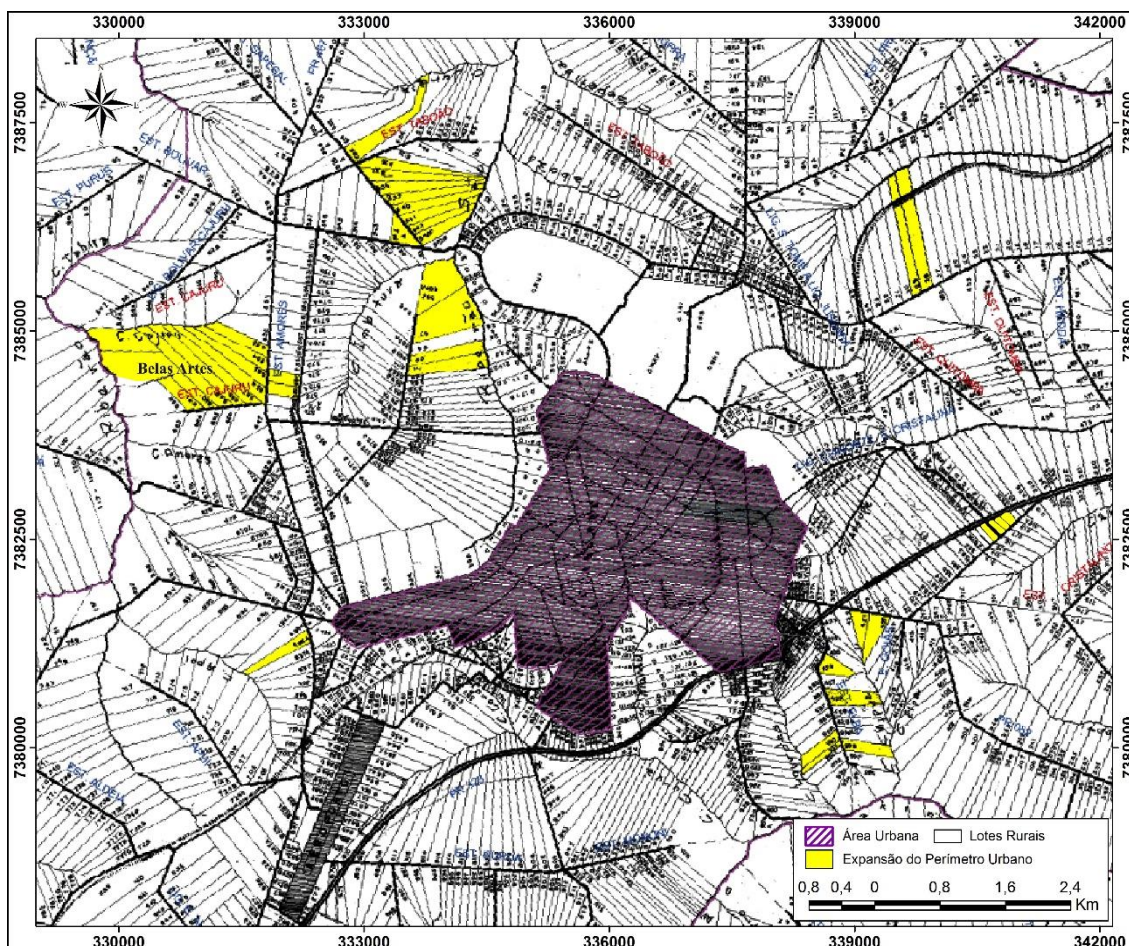
Uma situação curiosa no que se refere a oferta de novas unidades residenciais está na autorização, em outubro de 2013, do Loteamento Residencial Belas Artes (108), inteiramente fora do perímetro urbano. Questiona-se a real necessidade de novas unidades residenciais frente à disponibilidade de espaços ainda vazios no interior da cidade. (Figura 19)

O loteamento, também de caráter fechado, ocupará um espaço de 1.271.964,17m², área superior a todos os loteamentos juntos construídos no Setor Leste da cidade e, será ofertado 2.170 unidades residenciais.

A municipalidade acomodou o novo loteamento na área urbana com modificações do perímetro urbano por meio da Lei Municipal nº 3.653/2011 que inclui os lotes rurais que serão transformados em loteamentos, mesmo estando separado por áreas agrícolas.

Outros lotes rurais²⁶ desconectados da área urbana por áreas agrícolas também foram incluídos no perímetro urbano (Figura 28). De tal modo, a cidade está onde houver algum proprietário rural que almeje transformar sua roça em área urbana.

Figura: 28 - Mapa Rural de Cianorte, subdivisões dos lotes – Áreas de expansão do perímetro urbano destacadas em amarelo



Fonte: Prefeitura Municipal de Cianorte – Organizado por Nadir Leandro de Souza, 2014

Frente ao exposto, percebe-se que a cidade implantada pela Companhia Melhoramentos é fruto de um projeto urbanístico de traçados rígidos, evidencia

²⁶ Lei nº 3.109/2008 – Inclui ao perímetro urbano os lotes nº: 525; 536; 537; 538; 539; 540; 542; 542-C; 542-B; 545; 544; 543; 542-A;

Lei nº 3.332/2009 – Inclui ao perímetro urbano os lotes nº: 426; 428-B, 988 e 990;

Lei nº 3.271/2009 – Inclui ao perímetro urbano os lotes nº: 357; 357-A; 358; 359; 359-A; 359-B; 359-C; 359-D; 359-E; 359-F e 360-A;

Lei nº 3.340/2009 – Inclui ao perímetro urbano os lotes nº: D-69 e D-70;

Lei nº 3.645/2011 – Inclui ao perímetro urbano os lotes nº: 420 e 421;; 584; 584-A/D-67;

Lei nº 3.685/2011 – Inclui ao perímetro urbano os lotes nº: 696-A-2; 696-A-3; 696-A-4; 696-A-5; 696-A-7; 696-A-8; 696-A-9;

Lei nº 3.763/2012 – Inclui ao perímetro urbano o lote 29-R;

Lei nº 4.210/2013 – inclui ao perímetro urbano o lote 28-R.

que a boa forma urbana se perde, ao se espalhar como “mancha de óleo”, o que tanto preocupava os urbanistas das cidades-jardins.

Após a década de 1980, a Companhia Melhoramentos teve sua influência reduzida na organização do espaço urbano de Cianorte, função que passou a ser exercida pelo Poder Público e pelas empresas imobiliárias. Porém, preservou muitos terrenos dentro do perímetro urbano, como, por exemplo a Quadra 25-A na Zona 1, com área de 142.500 m², outrora utilizada pela Rede Ferroviária, onde ainda se localiza a Estação Ferroviária.

No projeto original de Jorge de Macedo Vieira esta área foi destinada a ser pátio de manobras da Ferrovia. O tamanho da área do pátio de manobras, indica que a CMNP tinha claros objetivos em promover o desenvolvimento da nova cidade para ser um grande centro urbano, de importância regional. Entretanto, a formação do núcleo urbano não se desenvolveu de acordo com os planos da empresa, as vendas dos lotes foram inferiores ao planejado e a estrada de ferro somente chegou a Cianorte em 1972, onde também encontrou sua última estação.

A Companhia Melhoramentos dispôs a área para loteamento comercial. Mas, devido às modificações que irá ocorrer no espaço urbano de Cianorte, com esse loteamento, onde será implantado o Novo Centro (104) (Figura 29) de Cianorte, a Municipalidade convocou audiência pública para discutir a questão, em março de 2011.

Figura: 29 – Croqui do Novo Centro de Cianorte (Loteamento n° 104)



Fonte: Prefeitura Municipal de Cianorte, 2013

Em 2012 a CMNP foi autorizada a lotear a área de acordo com o Decreto Municipal nº 195/2012. Entretanto, as obras estruturais só começaram a ser executadas em maio de 2014, devido a negativa da América Latina Logística, que possui a concessão da Linha Férrea, em aceitar a extinção da mesma na área urbana de Cianorte.

Diante da posição da América Latina Logística – ALL, o projeto inicialmente proposto sofreu modificações para manter os sete metros às margens da Linha Férrea até a Av. América, da Av. Pará até a Av. Maranhão. No entanto, a CMNP doou essa área de domínio da Ferrovia à Prefeitura Municipal de Cianorte, pois argumenta que o espaço havia sido doado a antiga Rede Ferroviária Federal, em regime de comodato. Contudo, a Rede Ferroviária Federal foi repassada pelo sistema de concessão para a ALL, diante disso o comodato voltou a pertencer a CMNP, circunstância que os dirigentes da ALL discordam.

No mesmo dia (28/05/2014) que iniciaram-se as obras estruturais do “Novo Centro”, o trem da ALL chegou apitando na Estação Ferroviária, como não ocorria há muitos anos. Os acontecimentos ocorridos na antiga “Esplanada” (denominação popular da área) nesse dia provocaram curiosidade nas pessoas que por ali se encontravam (Figura 30).

Figura: 30 – Início das obras de infraestrutura do Novo Centro



Fonte: Jornal Folha de Cianorte, 28/05/2014.

A América Latina Logística está realizando reformas na linha férrea para que o trem volte a circular até Cianorte, inclusive, o trem que reavivou lembranças a muitos moradores, trazia dormentes para completar a reforma na ferrovia. A recuperação da linha férrea é uma determinação da ANTT (Agência Nacional de Transporte Terrestre), que exige a realização de obras no trecho entre Cianorte e Maringá e devem ser cumpridas até setembro desse ano (2014).

A presença da linha férrea em Cianorte é tão discreta que mal dá para saber onde se encontra, visto que para a mesma ser construída foi necessário rebaixar o terreno mediante profundas escavações. Há apenas dois cruzamentos, um na Av. São Paulo e outro com a Rua Corumbá, que a linha férrea aparece.

3.4.5 – Síntese da evolução urbana de Cianorte

A expansão do tecido urbano de Cianorte, como explicitado nos itens descritos anteriormente se desenvolve em fases bem caracterizadas, estabelecendo-se de acordo com a conjuntura econômica em diferentes escalas (local, regional e nacional) que, no caso de Cianorte, ordena o movimento populacional. Primeiramente, entre campo e cidade; e segundo, a saída de população de Cianorte para outros centros urbanos e, finalmente a ascensão do crescimento populacional de Cianorte, no contexto da Mesorregião Noroeste Paranaense.

A base econômica de Cianorte, em sua primeira fase, esteve assentada na atividade cafeeira, que ao entrar em decadências por razões locais e nacionais, desencadeou a transferência de muitos moradores da zona rural, e aumento significativo da população urbana, mas ao mesmo tempo, como é perceptível na Figura 31, ocorre perda da população absoluta para outros centros urbanos, assim como para outras frentes de colonização.

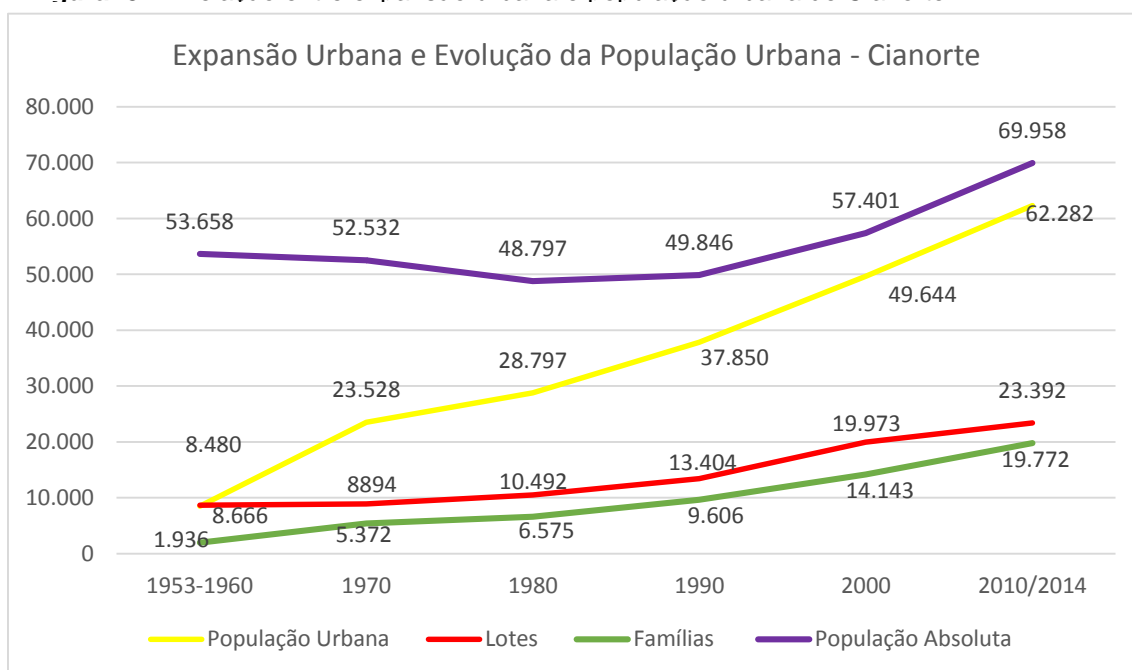
Nessa fase, o setor agrário de Cianorte passa por reestruturação, reduzindo os cafezais e inserindo culturas variadas e pastagens, o que causou a redução da mão-de-obra e conseqüente êxodo rural.

O ritmo lento do crescimento da população de Cianorte iniciou-se próximos aos anos de 1970 e prologou-se anos após 1990, quando finalmente

há um expressivo crescimento, movido pelas atividades econômicas ligadas ao setor secundário, nas indústrias de confecção que impulsionou a abertura de novos loteamentos frente a procura por moradias, principalmente do tipo populares, necessitando da interferência do poder público para atender a demanda estabelecida.

A realização das análises das fases de expansão da malha urbana de Cianorte, como já dito, encaminhou esse estudo para o questionamento quanto a real demanda por lotes para uma população que apresentou crescimento lento por décadas seguidas. Para responder a essa questão recorreu-se aos dados dos censos demográficos realizados pelo IBGE. As variáveis selecionadas foram: população absoluta, população urbana e o n° de famílias²⁷, além do total de lotes abertos nas décadas correspondentes obtidos junto a Secretaria de Desenvolvimento Municipal de Cianorte e estão demonstradas na Figura 31.

Figura: 31 - Relação entre expansão urbana e população urbana de Cianorte



Fonte: IBGE 1960; 1970; 1980; 1990; 2000; e 2010; Secretaria de Desenvolvimento Municipal – Organizado pela autora.

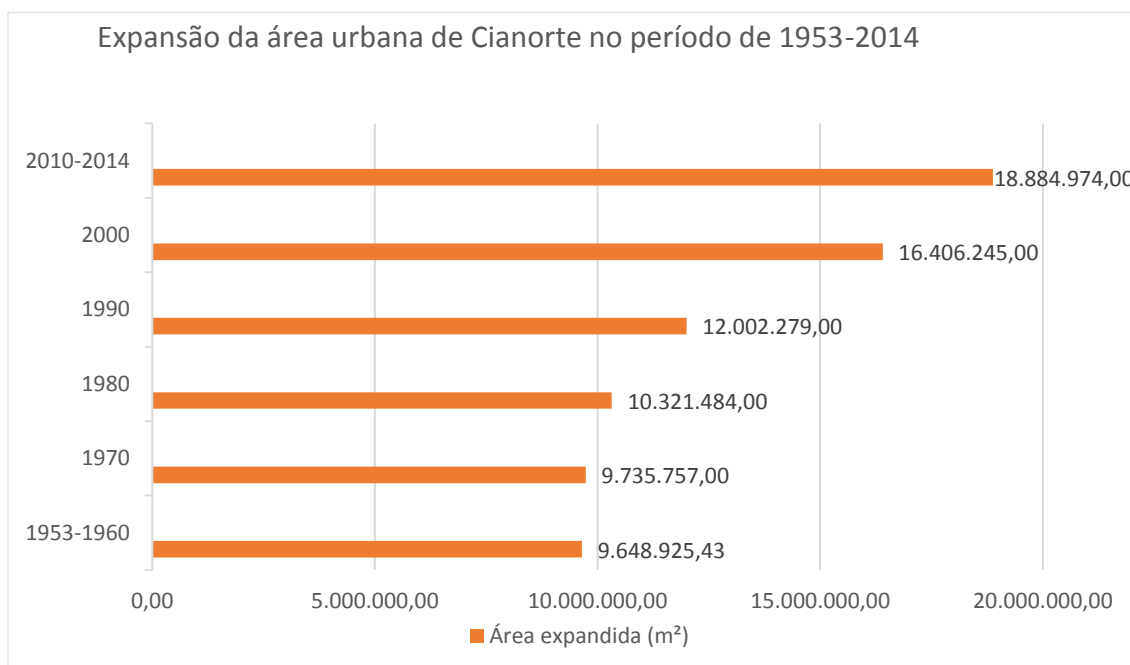
Com base na comparação dos dados nota-se que há uma constante superioridade de oferta de lotes em relação ao número de famílias apontadas

²⁷ Para conhecer o n° de famílias utilizou-se a média do total de pessoas/domicílios, sendo até 1989 = 4,38; em 1990 = 3,94; em 2000 = 3,51 e; em 2010 = 3,15. Essa média foi dividida pelo total de pessoas residentes na zona urbana.

pelo IBGE. Então, conclui-se que, há sobras de lotes, o que não significa oferta satisfatória de domicílios, pois a aquisição de um lote requer que haja a construção da moradia e nem sempre o investimento tem esse objetivo.

A Companhia Melhoramentos planejou Cianorte para ser um grande centro urbano. A área inicialmente desenhada, com mais de 18 milhões de m², posteriormente, reduzida para um pouco mais de 9 milhões m², foi atingida de acordo com os dados da Figura 32, mas não em terras de propriedade da CMNP, e sim em áreas de terceiros que transformaram áreas rurais em espaços da cidade.

Figura:32 – Expansão da área urbana de Cianorte no período de 1953-2014.



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Municipal – Organizado pela autora.

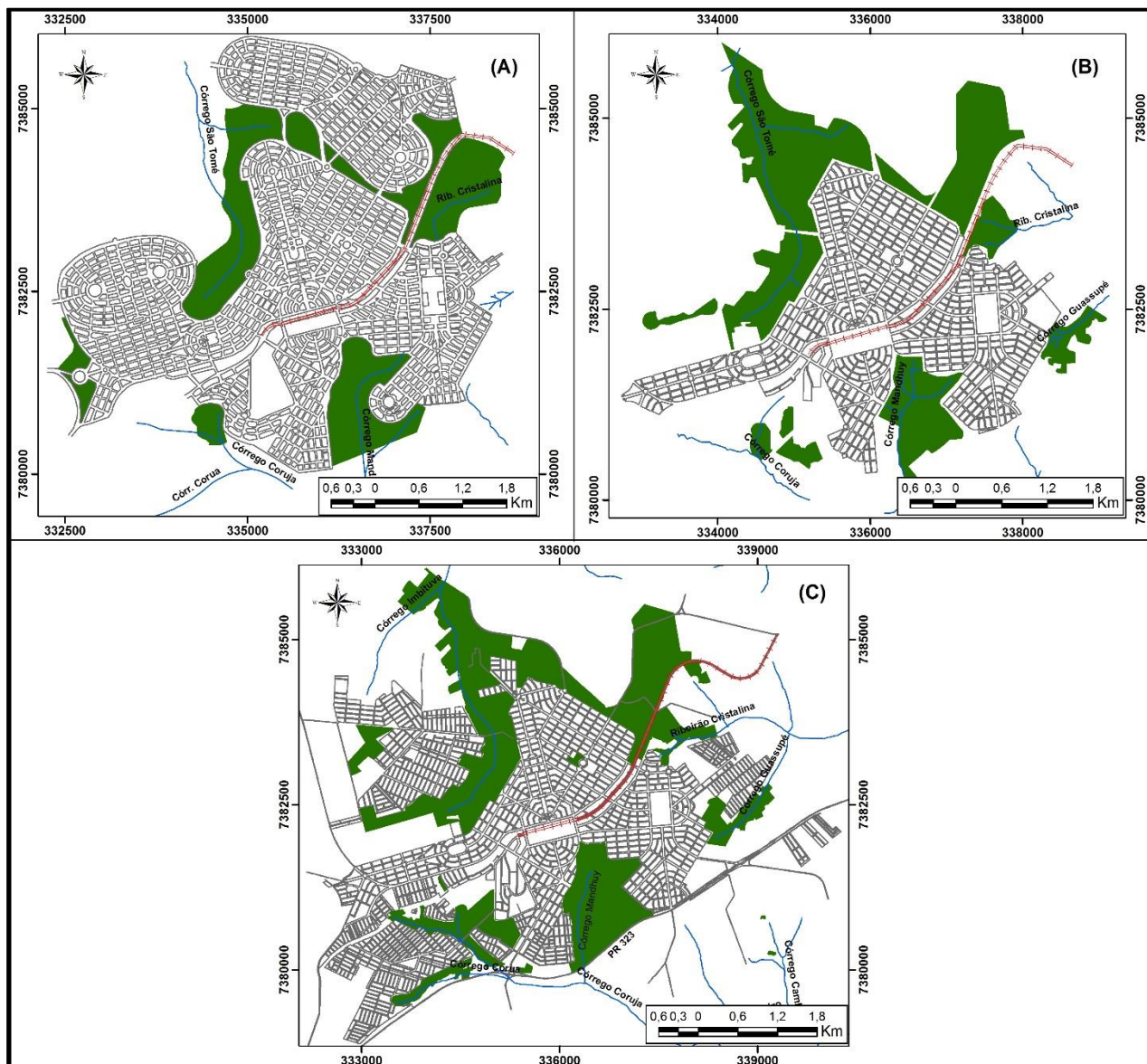
Entretanto, para atingir a área de 18 milhões m² foram necessários mais de 60 anos, mesmo assim expandindo-se em outras direções, não ocupando todos espaços delineados por Macedo Vieira, mas ampliando o tecido urbano para áreas onde historicamente desenvolvia-se atividades agrárias.

Os momentos da construção do lugar Cianorte, assim como da formação do Parque Cinturão Verde resume-se aos três mapas dispostos na Figura 33.

A cidade planejada pela CMNP 33 (A) com traçado arquitetônico que lhe assegura a boa forma urbana, de acordo com estudos de Dalberto (2009), foi construída apenas em parte 33 (B). A cidade consolidada 33 (C) é a expressão

das relações de poder e troca, conflitos e acertos, próprios da construção do Lugar, uma vez que, acomoda todas as diferenças, sejam positivas ou negativas, e marcam na paisagem cada uma delas.

Figura: 33 – (A) Cidade Planejada por Macedo Vieira; (B) Cidade Construída; (C) Cidade Consolidada



Fonte: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná; Secretaria de Desenvolvimento de Cianorte – Organização: Nadir Leandro de Souza; Desenho: Carlos Henrique da Graça, 2014.

Quanto à presença de cinturões verdes, mesmo fazendo parte do plano urbanístico de Jorge de Macedo Vieira, não foram completamente acolhidos pelos objetivos capitalistas da empresa loteadora, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Só não foram erradicados devido a três fatores: o primeiro está associado ao baixo índice de vendas dos lotes, no início do processo de ocupação de Cianorte; o segundo relaciona-se aos desequilíbrios de ordem

ambiental, expressos nos fenômenos erosivos que atingiram o núcleo urbano, principalmente nas áreas das bacias hidrográficas onde estão os mais significativos fragmentos de cobertura florestal; e, por último, a luta de grupos sociais organizados, que manifestaram-se em defesa dos remanescentes florestais para que fossem definitivamente incorporados ao patrimônio público e protegidos por legislação específica.

Nos dias atuais a malha urbana de Cianorte ocupa uma área de mais de 34 milhões de m², espalhando-se para todas as direções, inclusive, como ora discutido, em áreas isoladas do perímetro urbano, formando ilhas urbanas. E ajustando-se a esse tecido urbano embaralhado, está o Parque Cinturão Verde. Não mais na figura de um cinturão, mas como um Parque intra-urbano.

A expansão do tecido urbano de Cianorte contribuiu para também ampliar o território do Parque Cinturão Verde, assunto que será discutido no item seguinte.

3.4.6 – Expansão da área do Parque Cinturão Verde

A área do Parque Cinturão Verde foi ampliada devido à expansão da malha urbana que alcançou outras áreas com cobertura vegetal que já não podiam ser mais desmatadas.

Todos os setores que participaram do crescimento espacial da cidade de Cianorte têm contribuído com novas áreas de fragmentos florestais que vão aos poucos sendo incluídas ao território do Parque. Algumas áreas, dentre as que foram, até o momento incluídas, poderão vir a constituir outros módulos, como é o caso dos fragmentos florestais da bacia do Córrego Imbituva, onde suas nascentes já fazem parte do PCVC e com a completa ocupação daquela área, todo o vale desse corpo hídrico terá o mesmo destino.

A certeza de que novas áreas, além das que já foram inseridas e que serão apresentadas a seguir, passem a fazer parte do território do Parque, está no aparato legislativo construído para proteger todos os fragmentos de vegetação nativa, que existem na área do perímetro urbano de Cianorte, inclusive nas áreas de futuras expansões, como também já ocorre.

A partir de 2006 com a publicação da Lei Municipal nº 2.748/2006, Cap. IV, Art. 6º, § IX, todos os novos loteamentos que forem instalados nas

proximidades de áreas com vegetação, deverão atender as seguintes especificidades: construir via pavimentada separando o loteamento das áreas florestadas; reflorestar o fundo de vale; cercar a área florestada com alambrado com altura de 2,00m, na malha 7x7 e construir pista de caminhada ao longo da via marginal (com 15 m de largura) ao fundo de vale, com calçamento obedecendo a largura de 1,5m e 1,5m com plantio de grama. (CIANORTE, 2006).

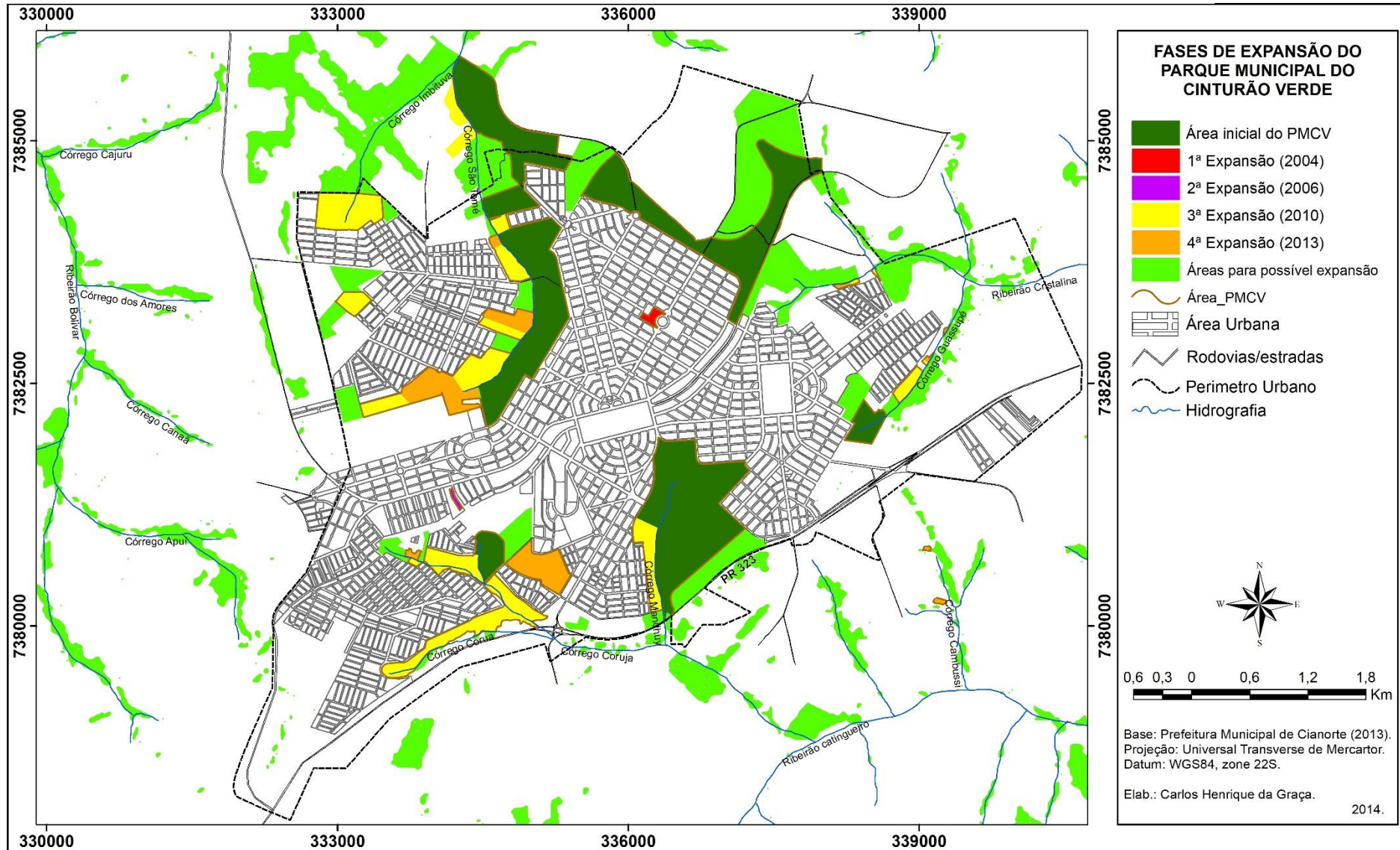
A Lei Municipal acima mencionada também criou mecanismos para proteger os fragmentos florestais existentes em área do perímetro urbano inclusive nas áreas de expansão urbana, em seu artigo, 6º, § XV, onde define que “todas as reservas florestais existentes na área urbana ou de expansão urbana são consideradas para efeito desta lei como áreas de preservação ecológica”.

As reservas florestais transformadas em áreas de preservação ecológica, também segundo a mesma lei, artigo, 3º, § VIII, garante que “São áreas a serem doadas ao Município com o fim de proteger o meio ambiente natural. São fundos de vale, reservas florestais, entre outras, a critério da prefeitura municipal.” (Grifo nosso). (CIANORTE, 2006).

Todas as novas áreas incluídas no Parque Cinturão Verde estão representadas no mapa atual do Parque (Figura 34). As inclusões ocorreram em quatro momentos diferentes. Sendo a primeira em 2004; a segunda em 2006; a terceira em 2010 e a quarta em 2013. As áreas que ainda não fazem parte do Parque Cinturão Verde, mas que são potencialmente propícias a compô-lo estão nominadas como áreas de expansão.

A expansão urbana para os setores: Noroeste, Sudoeste e Leste favoreceu a ampliação do Parque Cinturão Verde, com a inclusão de parte das Reservas Florestais de Fundo de Vale pertencentes aos lotes rurais, transformados em área urbana. A doação das áreas florestadas para o Município teve amparo da Lei nº 2.748/2006 que possibilita esse processo sem ônus para o erário público.

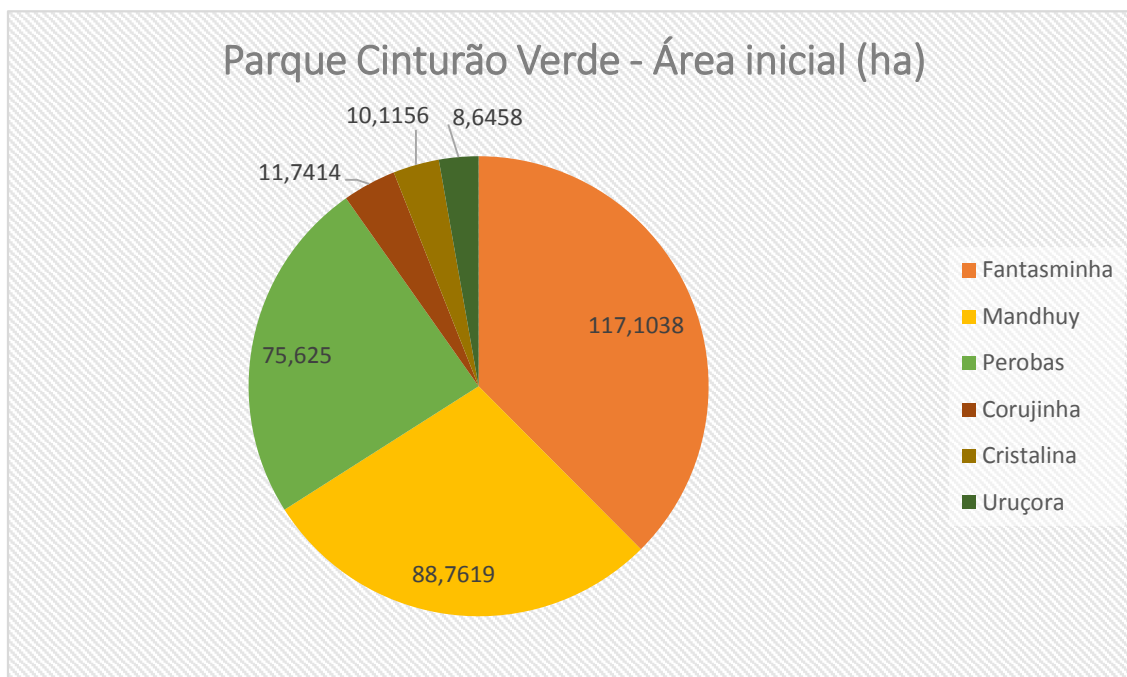
Figura: 34 - Parque Cinturão Verde – Fases de expansão da área



Fonte: Secretaria Municipal do Meio Ambiente – Organizado por: Nadir Leandro de Souza

O Parque Cinturão Verde, formado em 2000 com área de 311,9935 hectares, devido a descontinuidade entre os fragmentos teve sua área organizada em 6 módulos: Fantasmilha, Mandhuy e Perobas, os três maiores e Cristalina, Uruçora e Corujinha com áreas menores. (Figura 35).

Figura:35 – Área original do Parque Cinturão Verde – 2000



Fonte: Secretaria do Meio Ambiente de Cianorte

Em 2004 ocorreu a primeira ampliação do PCVC com uma área de 32.485 m² ou 3,2485 ha, situada na Zona 1, Quadras 15-A e 15-C, onde está localizada a SANEPAR (Figura 37), na porção central da cidade, constituindo-se em um remanescente da floresta nativa bastante alterado, também conhecido como Bosque da Igreja Matriz ou Bosque da SANEPAR. (CIANORTE, Lei Municipal n° 2.444 de 2004).

Com base ainda na Figura 36 percebe-se a existência de outro bosque localizado do lado direito da área inserida. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente não soube informar a razão desse bosque não ter sido somado a área do Parque até então. Além de que, aparentemente a área desse bosque possui condições ambientais melhores, do que a área incluída.

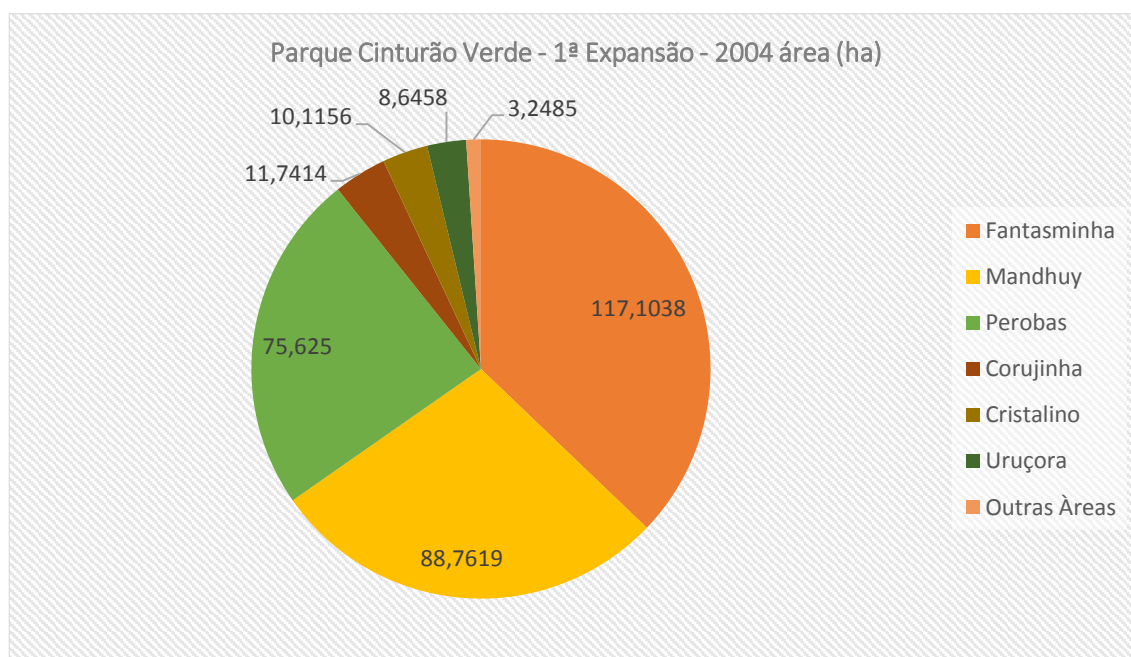
Figura: 36 - Localização do bosque remanescente de floresta nativa incluído no território do PCVC em 2004 – circulado em amarelo.



Fonte: GOOGLE EARTH, 2013 – adaptado.

A inclusão dessa área ao território do Parque Cinturão Verde não alterou o tamanho dos módulos, devido a sua distância em relação a estes, modificando somente a área total do PCVC que passou para 315,2420 hectares. (Figura 37).

Figura: 37 – Área do Parque Cinturão Verde – 2004



Fonte: Secretaria do Meio Ambiente de Cianorte

Em 2006, outra área remanescente, a Quadra A16-1, com 11.393 m², (1,1393 ha) localizada na Zona Armazém, ao lado do Tiro de Guerra. Essa área, embora pequena guarda importantes exemplares da floresta nativa. (CIANORTE, Lei Municipal nº 2.655 de 2006) (FIGURA 38).

Figura: 38 - Localização do bosque remanescente de floresta nativa incluído no território do PCVC em 2004 – circulado em laranja.

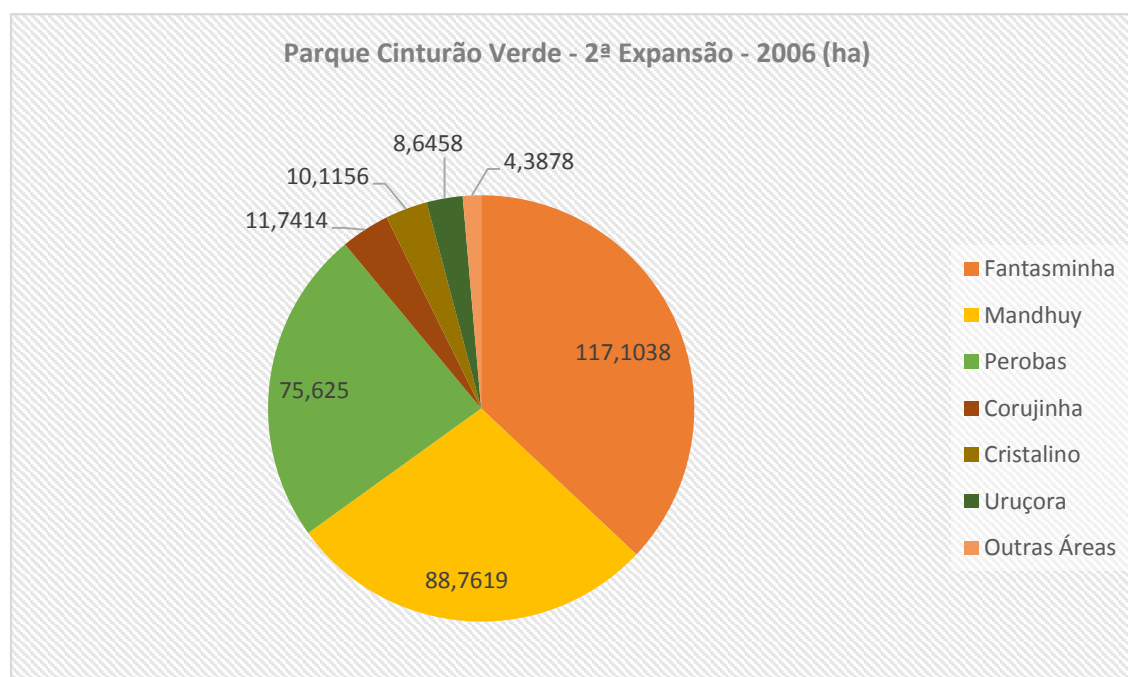


Fonte: GOOGLE EARTH, 2013 – adaptado.

Assim como a área anterior, a área próxima ao Tiro de Guerra insere-se em local exposto a pressão antrópica de toda ordem. Logo, a sua preservação está associada a intensas ações de recuperação e manutenção.

Também, nesse caso, não adveio ampliação da área dos módulos, pela mesma razão que da anterior, havendo, entretanto, acréscimo da área total do Parque que passou para 316,3813. (Figura 39).

Situação que deve ser avaliada é a verdadeira importância dessas duas pequenas áreas para o contexto da conservação ecológica.

Figura: 39 – Área do Parque Cinturão Verde – 2006

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente de Cianorte

A maior ampliação do Parque Cinturão Verde deu-se em 2010, com a inserção de 1.077.489 m² ou 107,7489 ha, o que corresponde a 35,53% da área do Parque formado em 2000 (Tabela 3).

A área inserida ao Parque, nesse momento, corresponde a 32 fragmentos florestais, parte dos loteamentos construídos a partir da década de 1990 no processo de expansão da área urbana de Cianorte e, que possuíam cobertura florestal em seu território na forma de reserva legal, áreas remanescentes ou área de preservação permanente (Tabela 3).

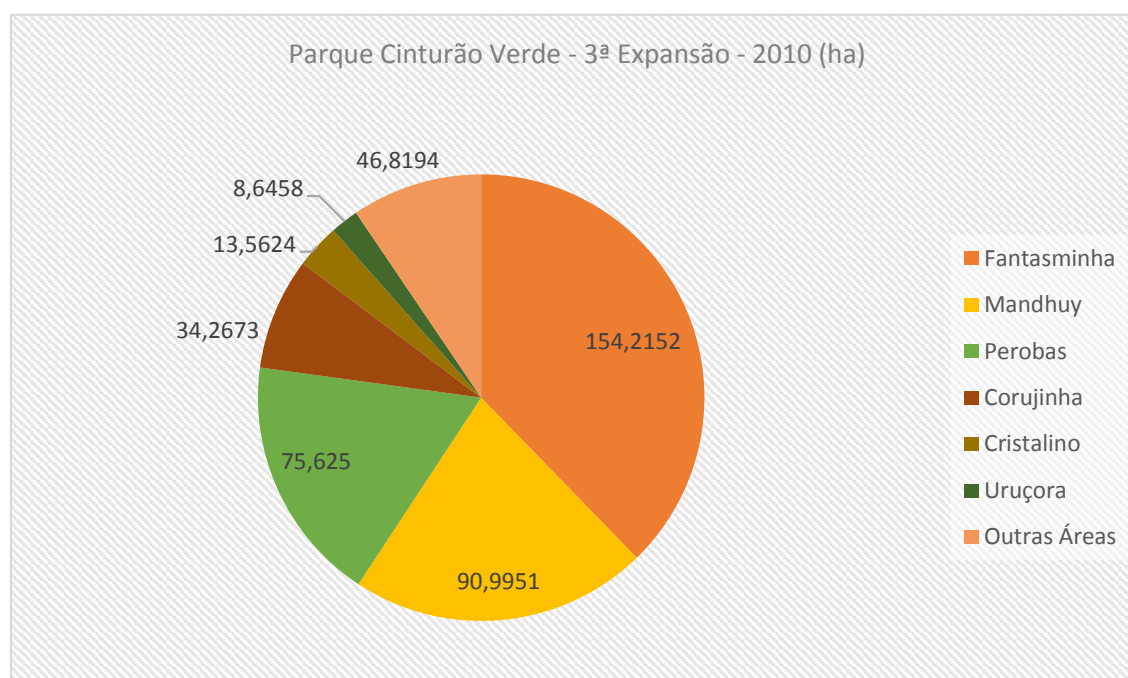
Observa-se na Tabela 3, que as áreas incluídas em 2010, por estarem nas bacias dos corpos hídricos que cercam o núcleo urbano inicial, são quase todas continuidades dos módulos que formam o Parque, constituído em 2000. Logo, os módulos tiveram suas áreas ampliadas significativamente, conforme pode-se constatar na Figura 40. Desse modo, os módulos: Fantasmilha, Mandhuy, Corujinha e Cristalino apresentaram alteração em suas áreas. E a área total do Parque Cinturão Verde alcançou 424,1302 ha.

Tabela: 3 – Terceira Expansão do PCVC - Áreas incluídas em 2010

| Loteamentos (n°) | Tipo de área incluída ao PCVC | Localização da área | Área incluída (m ²) |
|--|-------------------------------|------------------------------|---------------------------------|
| Residencial Olímpico (79) | APP | No entorno do loteamento | 60.500,00 |
| Residencial Ipanema (93) | RL | No entorno do Loteamento | 29.047,73 |
| Residencial Atlântico IV (76) | APP- Fundo de Vale | Nascente do Córrego Imbituva | 52.238,14 |
| Residencial Ilha do Mel (77) | APP | Nascente do Córrego Imbituva | 15.624,77 |
| Parque das Nações (78) | APP - Fundo de Vale | Nascente do Córrego Imbituva | 142.379,73 |
| Residencial Nova Itália I (91) | APP - Fundo de Vale | Bacia do Ribeirão São Tomé | 17.212,35 |
| Alpha Club (49) | RL | Bacia do Ribeirão São Tomé | 14.730,00 |
| Residencial Atlântico I (70) | APP - Fundo de Vale | Bacia do Ribeirão São Tomé | 29.725,07 |
| Residencial Atlântico II (71) | APP - Fundo de Vale | Bacia do Ribeirão São Tomé | 32.724,68 |
| Residencial Atlântico III (75) | RL | Bacia do Ribeirão São Tomé | 8.343,33 |
| Residencial Viviani (85) | APP - Fundo de Vale | Bacia do Ribeirão São Tomé | 54.450,00 |
| Jardim Universidade I (51) | APP | Bacia do Ribeirão São Tomé | 97.987,02 |
| Jardim universidade III (59) | APP | Bacia do Ribeirão São Tomé | 19.226,00 |
| Condomínio Cinturão Verde Obs. Loteamento cancelado | APP - Fundo de Vale | Bacia do Ribeirão São Tomé | 96.716,40 |
| Conj. Residencial Cianorte II (28) | APP - Fundo de Vale | Bacia do Córrego Coruja | 9.387,20 |
| Conjunto Cidade Alta (34) | APP | Bacia do Córrego Coruja | 8.662,76 |
| Conjunto Bela Vista (35) | Área Verde | Bacia do Córrego Coruja | 10.622,05 |
| Jardim Primavera (39) | APP - Fundo de Vale | Bacia do Córrego Coruja | 3.279,49 |
| Jardim Asa Branca (40) | APP - Fundo de Vale | Bacia do Córrego Coruja | 38.577,15 |
| Jardim Asa Branca II (42) | APP - Fundo de Vale | Bacia do Córrego Coruja | 65.118,42 |
| Jardim Céu Azul (54) | APP – Fundo de Vale | Bacia do Córrego Coruja | 37.125,08 |
| Jardim São Francisco (61) | APP - Fundo de Vale | Bacia do Córrego Coruja | 41.811,85 |
| Jardim Santa Ana (81) | APP – Fundo de Vale | Bacia do Córrego Coruja | 4.856,08 |
| Jardim Vó Geny (82) | APP – Fundo de Vale | Bacia do Córrego Coruja | 5.819,14 |
| Jardim Santa Mônica (56) | APP - Fundo de Vale | Bacia do Córrego Curuá | 29.872,66 |
| Jardim Santa Monica II (74) | APP - Fundo de Vale | Bacia do Córrego Curuá | 45.900,11 |
| Jardim Vitória (48) | APP- Fundo de Vale | Bacia do Córrego Curuá | 30.287,00 |
| Jardim Império do Sol (84) | APP- Fundo de Vale | Bacia do Córrego Guassupé | 6.086,20 |
| Residencial Morada do Sol (57) | APP- Fundo de Vale | Bacia do Córrego Guassupé | 9.476,84 |
| Residencial Morado do Sol II (60) | APP - Fundo de Vale | Bacia do Córrego Guassupé | 13.520,08 |
| Residencial Morada do Sol III (92) | APP - Fundo de Vale | Bacia do Córrego Guassupé | 5.385,03 |
| Jardim Santa Felicidade (69) | APP | Bacia do Ribeirão Cristalina | 18.464,41 |
| CMNP (Prox. ao Lot. N° 55) | APP – Fundo de Vale | Bacia do Córrego Mandhuy | 22.332,98 |

Fonte: Cianorte - Lei Municipal n° 3.460 de 2010 – organizado pela autora, 2014 – RL (Reserva Legal); APP (Área de Preservação Permanente).

As áreas de cobertura florestal da bacia do Córrego Curuá, Ribeirão Cristalino e Ribeirão Imbituva, que até então não faziam parte do Parque, passaram a somar com porções significativas, possibilitando inclusive que ocorra a formação de novos módulos.

Figura: 40 – Área do Parque Cinturão Verde – 2010

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente de Cianorte

Em 2013, ocorreu a quarta expansão do PCVC, com a inclusão de áreas que juntas somam um total menor que a anterior, mas de importância para o território do Parque. A área inserida, nesse momento, pela Lei Municipal nº4.088 de abril de 2013, compreende 653.114 m² ou 65.311499 ha (Tabela 4).

Tabela: 4 – Quarta Expansão do PCVC - Áreas incluídas em 2013

| Loteamentos (n°) | Tipo de área incluída ao PCVC | Localização da área | Área incluída (m ²) |
|--|-------------------------------|------------------------------|---------------------------------|
| Jardim Universidade II 2ª Fase (52) | RL | Bacia do Ribeirão São Tomé | 42.780,70 |
| Residencial Parque do Bosque (94) | RL | Bacia do Ribeirão São Tomé | 33.368,99 |
| Área Compus/extensão - UEM (20) | Remanescentes | Bacia do Ribeirão São Tomé | 184.840,00 |
| Residencial Atlântico V (97) | APP - Fundo de Vale | Bacia do Ribeirão São Tomé | 16.232,13 |
| Residencial Morada do Sol IV (96) | APP - Fundo de Vale | Bacia do Córrego Guassupé | 32.276,63 |
| Residencial Sagrada Família (98) | APP - Fundo de Vale | Bacia do Córrego Coruja | 5.156,82 |
| CMNP | Remanescentes | Bacia do Córrego Coruja | 183.000,00 |
| Conj. Hab. Aquiles Comar (87) | APP | Bacia do Ribeirão Cristalina | 38.805,86 |
| Clube Associativo Rural Primavera I | APP - Fundo de Vale | Área Rural | 22.209,80 |
| Clube Associativo Rural Pantanal | APP - Fundo de Vale | Área Rural | 55.064,00 |
| Chácara de Lazer Parque dos Ipês | RL | Área rural | 27.320,06 |
| Residencial Quintino Francisco de Oliveira | RL | Distrito de Vidigal | 12.060,00 |

Fonte: Cianorte - Lei Municipal nº 4.088 de 2013 – organizado pela autora, 2014

Foram incluídas nesse momento áreas de loteamentos autorizados a partir de 2010, com exceção da Reserva Legal do Loteamento Jardim Universidade II (52) e do Loteamento Conjunto Habitacional Aquiles Comar (87), que foi autorizado na década de 2000, mas sua construção foi concluída em 2013.

A novidade nas áreas incluídas em 2013, está nos loteamentos em áreas rurais, onde as áreas de reserva legal ou de preservação permanente passaram a compor o PCVC, porém são bosques disjuntos e distantes do território do Parque.

Os loteamentos Chácara Primavera e Pantanal situam-se na bacia do Córrego Cambuci, ao sul da Rodovia 323. Enquanto que o loteamento Parque dos Ipês localiza-se na Bacia do Ribeirão Carandaí, em direção ao Distrito de Vidigal e a área de Reserva Legal do Loteamento Residencial Quintino Francisco de Oliveira, também localizado em Vidigal.

Ainda com base na Tabela 4, nota-se que houve a inclusão de todo o lote que acomoda o Campus de Extensão da UEM, sem mencionar na Lei nº4.088 de 2013, que a área de 184.840m² acomoda instalações prediais – Escola Municipal, Campus de Extensão da UEM e Viveiro Municipal (FIGURA 41).

Figura: 41 – Localização da área remanescente de floresta nativa, onde localiza-se o Campus Extensão da UEM - incluída no território do PCVC em 2013 – circulado em vermelho



Fonte: GOOGLE EARTH, 2013 - adaptada.

Porém, a preservação dessa área é imprescindível pois nela se encontram as nascentes do Ribeirão São Tomé, que percorre o módulo Fantasmilha.

Observa-se igualmente na Figura 41 que a área acima mencionada é vizinha da área desmatada pela Companhia em 2000. A imagem de satélite gerada em 2013 mostra que a área, razão de contestações por grupos sociais, ambientalistas, órgãos ambientais, poder público e proprietária, permanece desocupada.

Dentre as áreas incluídas em 2013, destaca-se uma área com 183.000 m², que pertencia a CMNP, e faz parte dos remanescentes florestais da bacia do córrego Coruja, destacada em amarelo na Figura 42, a seguir. Nota-se que a área é quase completamente cercada por loteamentos, que passaram a ser construídos a partir da década de 2000.

Figura: 42 – Localização da área remanescente de floresta nativa incluída no território do PCVC em 2013– circulado em amarelo e áreas remanescentes pertencentes a CMNP em vermelho



Fonte: GOOGLE EARTH, 2013 – adaptada.

Esta área, ainda com cobertura florestal, compunha o loteamento original, no projeto de Jorge de Macedo Vieira, mas foi mantida com vegetação com a redução da área do loteamento pela CMNP.

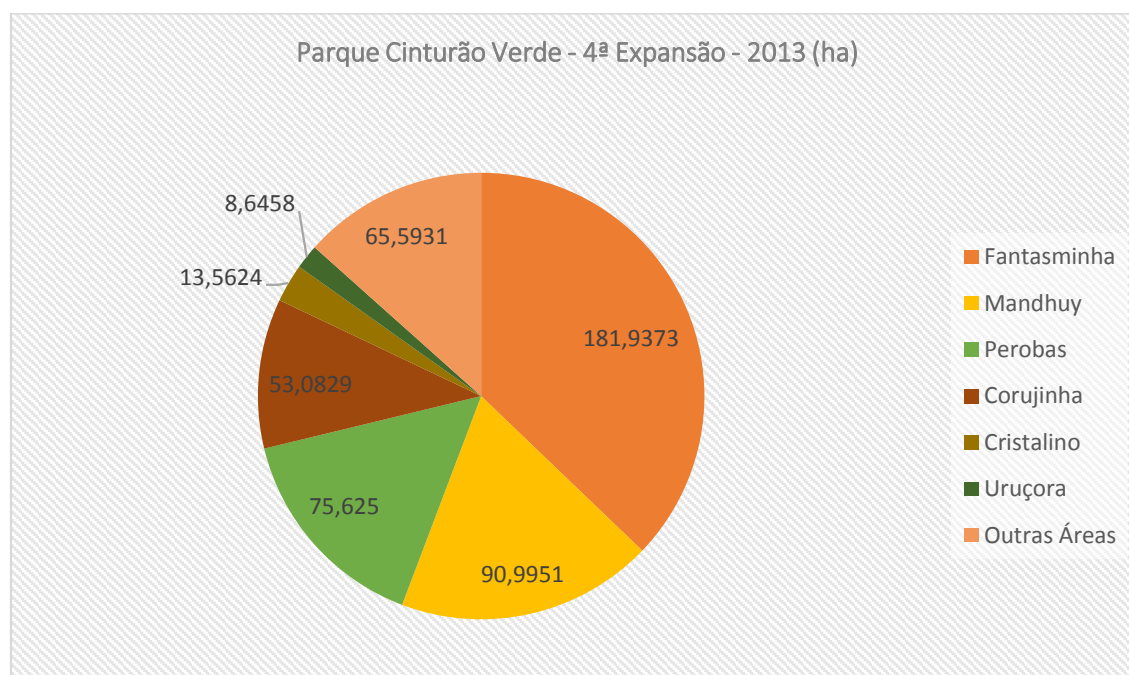
A Companhia Melhoramentos ainda é proprietária de uma área vizinha a esta com cobertura florestal de grande valor ambiental, separada apenas por uma via, a Av. Coruja, mas conectada ao módulo Corujinha.

Com a inclusão ocorrida em 2013 o território do Parque Cinturão Verde acresceu 15%. Os módulos que tiveram alteração de área foram o Corujinha e o Fantasmilha. As demais áreas inseridas ao Parque, nesse ano, encontram-se dispersas. Algumas são continuações de áreas inseridas em 2010, e outras estão em área rural e uma no Distrito de Vidigal. (FIGURA 43).

Assim, a área total do Parque Cinturão Verde alcançou, em 2013, 489,4413 hectares. Distribuídos em diversos fragmentos florestais.

As áreas que foram sendo inseridas ao Parque e que se aproximam dos módulos existentes, foram considerados, por esse estudo, como expansão dos referidos módulos. Entretanto, não há nenhuma menção da Secretaria Municipal do Meio Ambiente sobre esse ponto.

Figura:43 – Área do Parque Cinturão Verde – 2013



Fonte: Secretaria do Meio Ambiente de Cianorte

Outra questão importante a ser lembrada associa-se ao fato de que as áreas que constituíram inicialmente o Parque Cinturão Verde, foram alvo de estudo multidisciplinar para a construção do Plano de Manejo concluído em 2009 e tornado documento norteador em 2010, mediante Decreto Municipal nº 034/2010.

Todas as áreas inseridas ao Parque Cinturão Verde (177,4481 ha) a partir de 2004, devem passar pelo mesmo processo de estudo que contemple toda a

sua estrutura do meio físico, biológico e antrópico. Permitindo conhecer a sua potencialidade ecológica e assim nortear as ações do gestor, mediante plano de manejo.

Em todas as bacias hidrográficas existentes na área urbana de Cianorte, ainda há significativas áreas a serem incluídas no território do Parque Cinturão Verde.

No Setor Noroeste, não foram incluídas as áreas de APP em fundo de vale ou áreas de Reserva Legal dos seguintes loteamentos: Mega Park I (109); Residencial Nova Itália II (90); Residencial Veneza (101); Jardim Mediterrâneo (105); Residencial Araucárias (102) e Jardim Paulista (103). Com exceção do Residencial Nova Itália, todos os demais loteamentos foram autorizados na década de 2010.

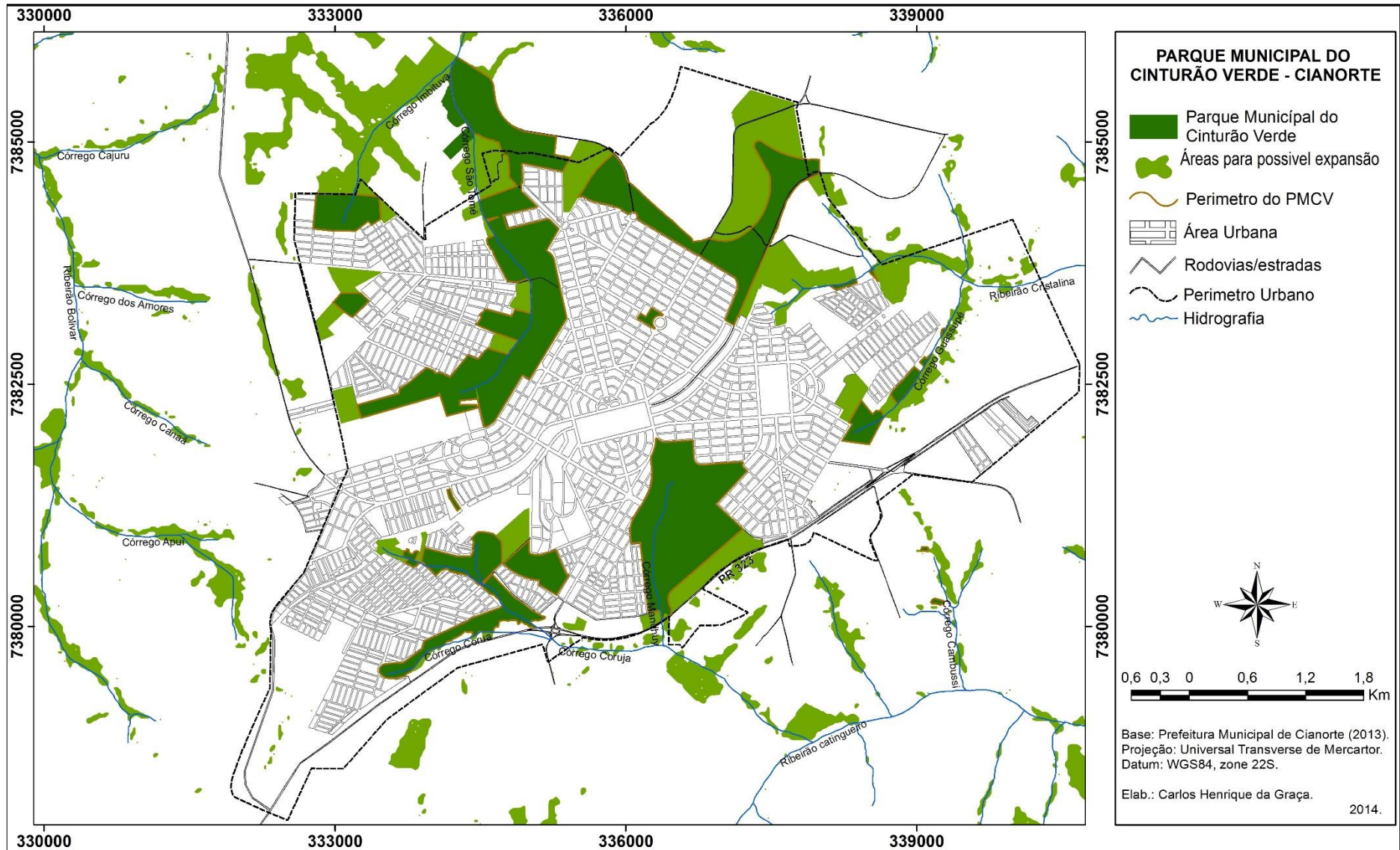
Na área da bacia do Córrego Coruja não faz parte do Parque Cinturão Verde os fragmentos florestais das nascentes desse corpo hídrico e um importante bosque conectado a área do módulo Corujinha, de propriedade da CMNP, destacado na Figura 42.

As áreas florestadas de fundo de vale do córrego Curuá, praticamente todas foram incluídas ao PCVC, com exceção da APP do loteamento Residencial José Holl (88). Enquanto que, na bacia do córrego Guassupé ainda não ocorreu a doação da APP do loteamento Residencial Pacífico (106).

A doação das áreas anteriormente citadas irá proporcionar a proteção da maior parte dos fragmentos florestais existentes na malha urbana de Cianorte. Entretanto, as áreas de maior expressão, em termos de área e qualidade ambiental, localizam-se no Setor Nordeste, em continuidade ao módulo Perobas e são propriedades da CMNP, que em 2000 doou parte da área ao município, mas manteve ainda significativa porção florestada sob seu domínio.

Com as áreas incluídas em 2004, 2006, 2010 e 2013 o PCVC possui atualmente 489 hectares distribuídos em diversos fragmentos, como ora discutido. (FIGURA 44).

Figura: 44 – Parque Cinturão Verde de Cianorte em 2013



Fonte: Secretaria do Meio Ambiente de Cianorte, 2014

Com as inclusões de áreas, ora discutidas, o Parque Cinturão Verde além de ampliar seu território também tem trazido maiores problemas para serem equacionados pelo gestor – SEMMA, desde a fiscalização diária, os cuidados com incêndios, a recuperação das áreas degradadas com plantio de espécies nativas, a retirada de espécies exóticas, a coleta de resíduos no entorno e interior das áreas, entre outros.

Algumas medidas administrativas que ficaram sob responsabilidade do poder público, na área inicial do Parque, como o cercamento das áreas, a construção de pistas de caminhadas e a recuperação da área florestada, passaram a ser responsabilidade do proprietário do loteamento ou do empreendedor imobiliário, que deverá cumprir todas essas ações, como requisito para obter autorização para instalação do loteamento.

É também durante o processo de autorização de instalação de novos loteamentos que já se estabelece o procedimento de doação das áreas florestadas ao município para compor o Parque Cinturão Verde.

CAPITULO IV – O PARQUE CINTURÃO VERDE DE CIANORTE NO CONTEXTO DA MALHA URBANA DE CIANORTE E DAS ÁREAS PROTEGIDAS

Nesse capítulo, procede-se uma avaliação do Parque Cinturão Verde de Cianorte, quanto à sua condição de Unidade de Conservação, do grupo de Proteção Integral, na categoria Parque. A categorização na qual se encontra, essa área protegida, tem suscitado alguns questionamentos, frente às exigências e aos objetivos determinados no Sistema de Unidades de Conservação – SNUC.

Essa perspectiva de análise, será embasada no aparato legislativo, que disciplina o conteúdo preservacionista, das áreas naturais protegidas no Brasil, especificamente as Unidades de Conservação – UCs, considerando-se a Lei Federal nº 9.985/2000 que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Assim sendo, a organização desse tema percorrerá de maneira concisa a evolução histórica do tema unidades de conservação²⁸. E, para enriquecer o debate, outras unidades de conservação, também serão consideradas, especialmente aquelas instituídas nos núcleos urbanos de Londrina, Maringá e Umuarama, formados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, assim como Cianorte, que apresentam características próximas ao Parque Cinturão Verde de Cianorte, objeto desse estudo.

4.1 – A trajetória histórica das unidades de conservação no Brasil

A demarcação de áreas naturais para fins de proteção ambiental, não é propriamente um acontecimento da atualidade e, está associado a intensificação da crise ambiental. Entretanto, passa primeiro pela iniciativa das sociedades humanas que evolui no decorrer da sua história. (MEDEIROS, 2007).

O interesse em preservar determinadas áreas naturais remonta a milhares de anos, como é o caso das reservas de caça na antiga Pérsia, atual Irã, por volta de 5.000 a.C; mas, há registros mais antigos encontrados na Mesopotâmia. Além desses exemplos, têm-se os mais recentes, encontrados na antiga Roma, entre outros. (PAZ et al., 2006).

²⁸ Informações detalhadas sobre a evolução histórica das Unidades de Conservação no Brasil, podem ser encontradas em ARAÚJO, 2007 - *Unidades de Conservação no Brasil: da República à Gestão de Classe Mundial*.

Como marco das áreas naturais protegidas no Ocidente convencionou-se atribuir a iniciativa aos Estados Unidos da América com a instituição da 1ª área protegida, o Parque Nacional de Yellowstone, 1872, de acordo com a linha de entendimento que valoriza a manutenção de áreas naturais de beleza e importância estética singular, isoladas da presença humana. (PAZ et. al., 2006; COSTA, 2007; MEDEIROS, 2007).

No Brasil, o processo de proteção de áreas naturais demandou certo tempo, devido talvez, a sua condição de colônia, terra de exploração e conseqüente devastação da floresta, que segundo Urban (1998, p.37) “[...] atravessou diferentes fases: extração do pau-brasil, cultivo de cana-de-açúcar, algodão, cacau e café e, por fim, a intensa ocupação urbana”.

A história das áreas naturais protegidas no Brasil iniciou-se no final do século XIX, em 1876, quando foi proposto, pelo engenheiro André Rebouças a criação de Parques Nacionais nas áreas de Sete Quedas (PR) e da ilha do Bananal, nos rios Tocantins e Araguaia (TO), movido pela recente criação do Parque Yellowstone, alguns anos antes. (COSTA, 2007).

Araújo (2007), explica que as condições políticas, sociais, econômicas e culturais vigentes nesse momento histórico no Brasil, não favoreciam as propostas de André Rebouças. Os portugueses que aqui chegaram vieram em busca de riqueza, e seria obtida sem muito trabalho, mas com muita ousadia, extraindo dos solos brasileiros tudo o que pudesse, sem maiores sacrifícios, tampouco sem preocupação com o futuro. (ARAÚJO, 2007).

Mesmo durante o período colonial, já havia algumas áreas naturais protegidas, com outras denominações que antecedem a classificação de unidade de conservação, como os hortos e os jardins botânicos, criados a partir da chegada da família real portuguesa no País. Entretanto, os ideais de Rebouças só se concretizaram em 1937 com a criação do primeiro Parque Nacional de Itatiaia (RJ), com base no Código Florestal de 1934²⁹, que também pode ser considerado como o marco legislativo das áreas naturais protegidas no Brasil. (PAZ et al., 2006).

²⁹ Código Florestal de 1934 - Decreto 23.793 -, que estabeleceu em seu art. **Art. 9º**. Os parques nacionais, estaduais ou municipais, constituem monumentos públicos naturais, que perpetuam em sua composição florística primitiva, trechos do país, que, por circunstâncias peculiares, o merecem. (<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23793-23-janeiro-1934-498279-publicacaooriginal-78167-pe.html>) (Acesso. 16 de jun. 2014)

A partir da década de 1930, ocorreu importante avanço para a construção de um aparato legislativo, em prol da defesa das áreas naturais protegidas, bem como a ampliação da quantidade e extensão de áreas protegidas no Brasil. Um novo Código florestal, promulgado em 1965, transformou os parques como a mais relevante categoria para fins de proteção integral.

A criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, em 1967 possibilitou um maior aparelhamento das Unidades de Conservação federais do país. Mas, a regulamentação da categoria Parque somente ocorreu em 1972, com o Decreto nº 84.017 de 21 de setembro de 1979, definindo melhor as bases para a criação e gestão dos Parques Nacionais.

Existem no Brasil, cinco tipos de áreas protegidas e estão previstas na legislação: áreas de preservação permanente; reservas florestais legais; as terras indígenas; áreas de reconhecimento internacional e as unidades de conservação. (MEDEIROS e PEREIRA, 2011). Entretanto, devido ao contexto histórico, as unidades de conservação representam a tipologia mais antiga de área protegida no Brasil. (PÁDUA, 2003).

A Constituição Federal acolheu o direito ao “meio ambiente ecologicamente equilibrado” no art. 225, § 1º, III, que atribuiu ao Poder Público (Federal, Estadual ou Municipal) e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações. A Constituição Federal brasileira de 1988 incumbe ao Poder Público assegurar a efetividade desse direito ao

[...] definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, §1º, III).

Essa norma foi regulamentada em 18 de julho de 2000, pela Lei nº 9.985/2000, versada como Lei do SNUC, que “regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências”, e, conforme estabelece seu art. 1º, institui critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

A Lei do SNUC define unidade de conservação (UC) como sendo,

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionadas, com características naturais relevantes, legalmente instituído

pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime espacial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (Artigo 2º).

A criação do SNUC em 2000 corresponde ao antigo anseio de ambientalistas, e setores ligados à questão da preservação ambiental e, traz em seu bojo definições, critérios e objetivos para orientar a implantação, organização e manejo de unidades de conservação, sob as várias tipologias e categorias, inclusive os parques.

A instituição desse aporte legislativo, previsto no SNUC, busca padronizar, dirigir e ordenar, de maneira geral, mediante normas e regras legais, as finalidades da criação de unidades de conservação, com relação a sua proteção.

As UCs no Brasil estiveram subordinadas ao Serviço Florestal de 1938 a 1962; depois ao Departamento de Recursos Naturais Renováveis – DRNP, entre 1962 a 1967; ao Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal – IBDF, 1967 a 1989; ao Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA de 1989 a 2007 e, a partir de agosto de 2007, as UCs federais passaram a ser administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Esse órgão foi criado a partir de uma reestruturação do IBAMA, anteriormente responsável por tais atribuições.

As unidades de conservação integrantes do SNUC estão distribuídas em dois grandes grupos, segundo o Art. 7º da Lei Federal nº 9.985/2000, apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2: Categorias do Sistema Nacional de Unidades de Conservação

| GRUPOS | CATEGORIAS |
|--|--|
| <p><u>Unidades de Proteção integral</u> Têm como objetivo preservar a natureza, sendo permitido somente o uso indireto dos recursos naturais, exceto nos casos previstos em lei.</p> | Estação Ecológica |
| | Reserva Biológica |
| | Parque Nacional |
| | Monumento Natural |
| | Refúgio de Vida Silvestre |
| <p><u>Unidades de Uso Sustentável:</u> Têm como objetivo adequar o processo de integração da conservação ambiental com o uso sustentável de parcela dos recursos naturais existentes.</p> | Área de Proteção Ambiental |
| | Área de Relevante Interesse Ecológico |
| | Floresta Nacional |
| | Reserva Extrativista |
| | Reserva de Fauna |
| | Reserva de Desenvolvimento Sustentável |
| | Reserva Particular do Patrimônio Natural |

Fonte: BRASIL, 2000

Até o período da década de 1990, existiam 36 classificações de UCs no Brasil, muito embora, somente 11 eram reconhecidas pelas resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA³⁰.

No que diz respeito à constituição de Unidades de Conservação, estas podem ser criadas pelos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), por meio de decreto ou de lei: mas, sua extinção somente pode ser feita por meio de lei.

4.2 – A formação do Parque Cinturão Verde de Cianorte sob os preceitos da Legislação

Nesse contexto, o Parque Cinturão Verde de Cianorte foi constituído em 28 de abril de 2000, segundo a Lei Municipal nº 2.067/2000, tendo ainda como marco legal o art. 5º, aliena “a”, do Código Florestal Brasileiro, instituído pela Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 e alterações posteriores; e nas disposições da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, art. 2º, incisos I e IV, art. 4º, inciso II e art. 9º, inciso VI, da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e posteriores.

Em 18 de julho de 2000, foi promulgada a Lei Federal nº 9.985, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, revogando o art. 5º do Código Florestal (op. cit.) que deu sustentação legal para a constituição do PCVC. Essa particular alteração, conduziu a área, recentemente formada, para o SNUC, agora na condição de Unidade de Conservação, sob nova designação legal de “Parque Natural Municipal” (art. 11, § 4º, da Lei Federal nº 9.985/2000).

As Unidades de Conservação que foram formadas antes da promulgação da Lei Federal 9.985/2000, e que recebiam outras denominações, tem passado por recategorização, para assim estarem em acordo com as diretrizes desse instrumento legal, é o que determina o SNUC.

As unidades de conservação e áreas protegidas criadas com base nas legislações anteriores e que não pertençam às categorias previstas nesta Lei serão reavaliadas, no todo ou em parte, no prazo de até dois anos, com o objetivo de definir sua destinação com base na categoria e função para as quais foram criadas, conforme o disposto no regulamento desta Lei. (Artigo 55) (GRIFO NOSSO).

³⁰ Categorias reconhecidas pelo Conama/1990: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Estação Ecológica; Floresta Nacional (Estadual, Municipal); Horto Florestal; Jardim Botânico; Jardim Zoológico; Monumento Natural; Parque Nacional (Estadual, Municipal); Reserva Biológica e Reserva Ecológica.

A unidade de conservação formada em Cianorte, na categoria Parque, foi abarcada pelas diretrizes do SNUC, não necessitando ser reavaliada, pois essa categoria (Parque Municipal) foi preservada na nova legislação.

A conformidade do PCVC às diretrizes do SNUC, na categoria “Parque” está contido notadamente no que tange à sua finalidade expressa no art. 3º de seu diploma legal (Lei Municipal nº 2.067/2000), ao assegurar que tem por finalidade conciliar a proteção da flora, fauna e dos demais recursos ambientais com a utilização para objetivos educacionais, científicos e de lazer, justamente compatível com a Lei Federal que instituiu o SNUC (art. nº 11) e, a proibição da supressão da cobertura vegetal art. 5º, que assume o princípio básico que orienta a sua categoria de unidade de conservação do grupo de Proteção Integral, na categoria de Parque Natural Municipal.

Em âmbito regional, nos núcleos urbanos de Londrina, Maringá e Umuarama, que também possuem áreas naturais protegidas, oriundas do mesmo processo de colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que formou Cianorte, ocorreu procedimento semelhante ao do Parque Cinturão Verde de Cianorte, quanto a classificação dessas áreas.

Em Londrina, o Parque Municipal Arthur Thomas, criado pela Lei Municipal nº 2.564 de 17 de setembro de 1975, com 85,47 hectares, destina-se a proteção da fauna e flora e das nascentes dos rios e córregos da região, possibilitando a realização de pesquisa e estudos científicos e, atividades de educação ambiental. De acordo com o Plano de Manejo, “O Parque está classificado entre as Unidades de Conservação de Proteção Integral, pelo art. 8º. O art. 11 que explicita as principais características desta categoria, deixando claro o § 4º deste artigo que estas normas se referem também aos parques estaduais”. (LONDRINA, 2004, p.2.39).

Em Maringá foram mantidos três importantes fragmentos florestais, sendo dois bosques constantes do Projeto Urbanístico de Jorge de Macedo Vieira; e um horto florestal. Esses fragmentos florestais, também foram alcançados pelas modificações legislativas, que disciplina o conteúdo das áreas naturais protegidas, particularmente, as UCs.

Assim, o Parque do Ingá, o Parque dos Pioneiros (Bosque II) e o Horto Florestal Dr. Luiz Teixeira Mendes (Propriedade privada) são categorizados como Área de Proteção Ambiental (APA), do grupo de Unidades de Conservação de Uso

Sustentável do SNUC. Esse grupo de UCs têm como objetivo adequar o processo de integração da conservação ambiental com o uso sustentável de parcela dos recursos naturais existentes.

No SNUC art. 15, APA é definida como:

[...] uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Em Umuarama, o Parque Natural Municipal dos Xetás, criado em 1993 sob o Decreto Municipal nº 73, com área de 19,98 hectares, conhecida também como Bosque do Índio, é classificado como unidade de conservação de proteção integral, na categoria parque.

Afastando-se um pouco do contexto regional, a cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná abriga diversas áreas naturais protegidas, como é o caso do Parque Barigui, com características muito diferentes do PCVC, pois apresenta ampla infraestrutura de Parque Urbano³¹, tendo em comum a classificação de Parque desde 1972. Em 1994 o então Prefeito Jaime Lerner, por meio de Decreto Municipal nº 252/1994, transformou a área em unidade de conservação. (SOUZA, 2010).

A partir da constituição do SNUC, a categorização do Parque Barigui é reafirmada no seu plano de manejo, na passagem em destaque,

[...] Parque Natural Municipal Barigui, sob os enfoques federal, estadual e municipal, [...] se enquadra na categoria de unidade de conservação de proteção integral. Segundo a lei do SNUC, “as unidades da categoria de Parque Nacional, quando criadas pelo Estado ou Município, são denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal” (CURITIBA, p. 6, 2007). (GRIFO NOSSO).

Os exemplos anteriormente mencionados de áreas naturais protegidas seguem as normativas especificadas na Lei do SNUC, o que explica a categorização dessas áreas, como unidades de conservação, encaixando-se em um ou outro grupo, sendo que o grupo de UCs do grupo de proteção integral é constituída somente por terras

³¹ O conceito de Parque Urbano será detalhado em tópico específico, neste texto.

públicas; enquanto que as pertencentes ao grupo de uso sustentável podem ser formadas por áreas públicas e privadas.

Assim, de acordo com o SNUC, art. 11, § 1º, a área da unidade de conservação, do tipo integral, é de posse e domínio públicos. De tal modo, constituem-se em bem público, inalienável e indisponível. Logo, se a área que forma um parque é pública, o diploma de criação configura a destinação do bem público, tornando-o indisponível, se privado o domínio, o Poder Público promoverá sua desapropriação.

A área compreendida pelo Parque Cinturão Verde de Cianorte é de domínio público, como determina a legislação, fruto de um processo de luta de grupos sociais de diversos setores da sociedade de Cianorte, que se organizaram para transformar os fragmentos florestais em um bem público, com a finalidade de proteger aspectos relevantes do meio físico.

Para Costa (2007), a criação de uma unidade de conservação ocorre mediante diploma legal, como se deu o processo de constituição do Parque Cinturão Verde de Cianorte. Contudo, a existência efetiva só é assegurada mediante a adoção de medidas palpáveis, tais como: demarcação fundiária; instalação de infraestrutura; colocação de recursos humanos, entre outros. Condicionantes esses, identificados no PCVC.

Diante disso, nota-se que o aparato legislativo historicamente construído, sobre as áreas protegidas no território brasileiro, oferece sustentação legal, para que o Parque Cinturão Verde de Cianorte constitua-se em uma unidade de conservação, do grupo de proteção integral, na categoria de Parque Natural Municipal.

Seguindo esse entendimento e, para que não advenha nenhuma suspeição quanto à ampla certeza do tipo de área protegida, a qual o Parque Cinturão Verde de Cianorte se insere, optou-se em fazer nesse estudo, uma análise minuciosa do conjunto de artigos que compõem a Lei nº 9.985/2000, que institui o SNUC, regulamentada no Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 e, assim identificar elementos que subsidiem a afirmação posta no parágrafo anterior.

Nesse intento, verificou-se que de acordo com os dispositivos da Lei nº 9.985/2000, no art. 3º, as UCs de todos os níveis hierárquicos (federal, estadual e municipal) formam um conjunto que constituem o SNUC.

Entretanto no art. 6º, parágrafo único faz-se uma ressalva, determinando que UCs estaduais e municipais poderão integrar o SNUC, de forma excepcional e a juízo crítico do CONAMA, caso tenham sido

[...] concebidas para atender a peculiaridades regionais ou locais, possuam objetivos de manejo que não possam ser satisfatoriamente atendidos por nenhuma categoria prevista nesta Lei e cujas características permitam, em relação a estas, uma clara distinção. (SNUC, 2000).

A observação constante do art. 6º, parágrafo único, refere-se às áreas protegidas idealizadas em sistemas próprios de Estados e Municípios, como é caso do Município de Curitiba que organizou, através da Lei Municipal nº 9.804/2000 o Sistema Municipal de Unidades de Conservação (SMUC), estabelecendo critérios e procedimentos para implantação de suas áreas naturais protegidas. (MEDEIROS, 2007).

No SMUC de Curitiba há diversas categorias que não existem no SNUC, como por exemplo: Parques Lineares; Parques de Lazer; Bosques Nativos Relevantes; Bosque de lazer etc. (CURITIBA, 2000). Em Cianorte não há sistema municipal de UCs, dessa forma, as áreas protegidas, instituídas nesse município, serão enquadradas nas categorias do SNUC.

Consta no SNUC, art. 50, que o Ministério do Meio Ambiente - MMA, em colaboração com o IBAMA e os órgãos estaduais e municipais competentes, organizem um cadastro nacional de UCs, contendo dados pertinentes de cada unidade de conservação.

Com o objetivo de definir os procedimentos para a organização do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, o MMA emitiu a Portaria nº 380/2005.

A referida Portaria determina que é o órgão gestor que deverá solicitar a Diretoria de Programa Nacional de Áreas Protegidas – DAP, a sua inscrição, ou seja, será inscrito um responsável (pessoa física) pela UC. Após cadastrar-se como usuário, este irá proceder a inclusão dos dados da UC que se deseja inserir no CNUC. Iniciando-se pelo nome da UC, seguido pelo instrumento legal de sua criação (lei ou decreto, também chamado de diploma legal). Apenas com inserção dessas duas informações, se corretas, a UC já estará cadastrada no CNUC. Em seguida, terá os demais dados alimentados no Sistema pelo gestor, ora cadastrado. (BRASIL,2005).

Mediante as informações inseridas no CNUC é que o MMA verifica se a UC atende os requisitos necessário para fazer parte do SNUC.

A partir do momento que uma UC passa a compor o CNUC ela estará apta a receber recursos de compensações ambientais, além de apoios dos programas e projetos do MMA, como define a Resolução do CONAMA n° 371/2007.

A possibilidade de receber recursos, apoios de programas e projetos do MMA, resume-se na principal vantagem da UC solicitar sua inclusão no CNUC. Entretanto, caberá somente ao gestor a decisão de inserir ou não a UC no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação.

O PCVC ainda não faz parte do CNUC, e de acordo com o chefe do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, em Cianorte, Sr. Antonio Carlos Cavalheiro Moreto, o Parque poderá ser inserido desde que “a administração da Unidade efetue o referido cadastramento que não é obrigatório”. (MORATO, 2014).

A administração do PCVC vem incorporando as orientações contidas no SNUC em seus procedimentos, como é o caso da ampliação da sua área, que deu-se de acordo com os parâmetros legais do SNUC, art. 22, § 6° que norteia os procedimentos de ampliação dos limites de uma UC, sem, no entanto, ocorrer modificação nos limites originais. O Parque Cinturão Verde de Cianorte foi criado em 2000, e teve sua área ampliada³² em anos seguintes (2004, 2006, 2010 e 2013) por meio de lei municipal, como regulamenta o art. 22.

Entretanto, alguns pontos do art. 22, § 2°, não foram observados, como a necessidade de estudos técnicos e de consulta pública.

Acredita-se que a razão para a isenção de estudos técnicos nas novas áreas inseridas ao PCVC, esteja no fato das mesmas serem conectadas a área original, o que favoreceu sua investigação técnica no momento da construção do plano de manejo, não havendo, portanto, a necessidade da realização de novos levantamentos técnicos.

Enquanto que a dispensa da consulta pública esteja associada a intenção espontânea dos proprietários em doar as áreas de Reserva de Floresta Legal e Áreas de Preservação Permanente, fundos de vale, para o Município de Cianorte com posterior inclusão ao Parque.

³² A ampliação do PCVC é discutida no Capítulo 4 desse estudo.

Quando se trata de UCs localizadas em área urbana o SNUC apresenta algumas limitações ou deficiências. Como a constante no art. 25, que determina que todas as UCs, exceto APA e RPPN, carece de uma zona de amortecimento (ZA) e, no parágrafo único do art. 49, consta que as zonas de amortecimento não podem ser transformadas em zona urbana, situação difícil de ser equacionada. O Parque Cinturão Verde, como já assinalado nesse estudo, justamente por estar localizado em área urbana, não dispõe de ZA.

A ausência e impossibilidade de formar a Zona de Amortecimento, associado à disposição em faixa estreita com forma de ferradura dos principais fragmentos florestais que constituem o PCVC compromete a qualidade dos seus ecossistemas, pois acentua o chamado efeito de borda, que de acordo com Araújo (2007), “O efeito de borda engloba uma série de consequências deletérias sobre a biota florestal, que resultam da interação entre dois ecossistemas adjacentes, quando esses são separados por uma transição abrupta”. (ARAUJO, 2007, p.19).

A transição abrupta, mencionada por Araujo (2007), ocorre com o PCVC, na passagem da área natural (o parque) para área urbana, sem existir nenhum elemento que amenize a transição.

O efeito de borda para o PCVC causa o ressecamento pelo vento, alagamento em alguns pontos pela chuva, poluição sonora e perturbação por vegetação invasora, reduzindo em muito a área de floresta afetivamente protegida na UC.

Ainda de acordo com o art. 49, a área de uma UC do Grupo de Proteção Integral, como é o caso dos Parques, para os efeitos legais, é considerada zona rural. Situação contraditória para as UCs localizadas em área urbana, como é o caso do objeto desse estudo. Entretanto, não consta nenhuma restrição no SNUC, para a instituição de UCs, de Proteção Integral, em cidades.

Uma referência constante no SNUC sobre UCs em área urbana está no art. 46 e 47 de particular importância para o PCVC, devido sua característica locacional urbana e ligada aos corpos hídricos do município. O art. 46 (Lei nº 9.985/2000), assegura que,

A instalação de redes de abastecimento de água, esgoto, energia, e infraestrutura urbana em geral, em unidades de conservação onde estes equipamentos são admitidos depende de prévia aprovação do órgão responsável por sua administração, sem prejuízo da necessidade de elaboração de impacto ambiental e outras exigências legais.

Enquanto que o art. 47, da mesma lei, determina que,

O órgão ou empresa, público ou privado, responsável pelo abastecimento de água ou que faça uso de recursos hídricos, beneficiário da proteção proporcionada por uma unidade de conservação, deve contribuir financeiramente para a proteção e implementação da unidade, de acordo com o disposto em regulamentação específica.

O sistema de abastecimento de água e tratamento do esgoto em Cianorte é realizado pela SANEPAR, que para atender a demanda de água, capta esse recurso do Ribeirão Bolivar. A bacia desse corpo hídrico começa³³ a fazer parte da área de expansão da malha urbana de Cianorte, como discutido no capítulo 4, entretanto suas áreas de cobertura florestal ainda não fazem parte do território do Parque Cinturão Verde.

Parte da rede de esgoto percorre o território do Parque Cinturão Verde, no módulo Mandhuy e também na bacia do Córrego Coruja, até alcançar uma Estação de Tratamento, que se localiza fora do perímetro urbano da cidade e, no módulo Fantasminha. Sendo que nesse último a situação é um tanto quanto preocupante, pois a Estação de Tratamento de Esgoto, dessa bacia, localiza-se entre as áreas do módulo e, a rede de esgoto percorre todo esse módulo.

Outra situação que merece análise é a constante no art. 31 do SNUC, que proíbe a introdução nas UCs de espécies não autóctones (entenda-se animais e vegetais). Porém, a presença de animais domésticos, próprios da fauna urbana, são comuns no entorno e interior de UCs localizadas em cidades, situação do Parque Cinturão Verde de Cianorte, favorecendo contato entre espécies de hábitos e necessidades diferentes.

A proibição de animais domésticos em áreas protegidas é um dos princípios contidos no Decreto Federal nº 84.017/1979, que regulamenta os Parques Nacionais e, que possui aplicação direta sobre UCs. Para essa análise é relevante ressaltar o art. 16, da mencionada lei, que dispõe que, “os animais domésticos, domesticados ou amansados, sejam aborígenes ou alienígenas, não poderão ser admitidos nos Parques Nacionais”. E no art. 17, determina a remoção dessa categoria de animal.

Frente ao contido no Decreto Federal e a condição especial do PCVC tem-se então, uma importante contradição. As cidades são também lugar de morada de

³³ - Instalação do Loteamento Condomínio fechado Bela Artes (2013)

muitos animais, principalmente cães e gatos e, que não reconhece limites entre espaço urbano e espaço natural, por serem construções humanas.

A fauna do PCVC é composta por certa variedade de espécies, sendo as mais comuns: *Nasua nasua* (quatis), *Sphiggurus villosus* (ouriço-caixeiro), *Didelphis albiventris* (Gambá), *Cebus apela* (macacos), *Dasypus novemcinctus* (tatus), muitos pássaros e visitantes de maior porte como *Leopardus pardalis* (jaguatiricas) que circulam pelos fragmentos florestais. Como não poderia ser diferente, esses animais são próprios das áreas florestadas e os domésticos *Canis familiaris* (cães), *Felis catus* (gatos), cavalos, habitam as cidades, e o Parque está na cidade.

O plano de manejo do Parque Cinturão Verde, adverte sobre a presença de animais domésticos, define como estratégias de ação: retirar os animais domésticos do interior do parque; fiscalizar a presença de cães na pista de caminhada; alertar os condutores de animais quanto à proibição da sua permanência nas proximidades do parque.

As estratégias de ação acima descritas aproximam-se da utopia. A UC está na cidade, separada na maioria das vezes por uma via de tráfego de alguns metros de largura e uma cerca de alambrado. Os usuários do PCVC, principalmente idosos, costumam fazer caminhadas acompanhados pelos seus amigos cães, fato normal no cotidiano urbano, e muito mais quando esse sujeito dispõe de uma área ampla e segura para suas atividades de lazer e contemplação.

Os animais silvestres deixam a mata em busca de alimentos (Figura 45), que são, em muitos casos, oferecidos propositalmente, pelos moradores do entorno e por frequentadores da área. Outras fontes de alimentos são as lixeiras das vias imediatas a área do PCVC. O trânsito desses animais, por vezes, resulta em atropelamentos, principalmente de quatis, macacos, gambas e até aves. (PAIOLA et al., 2012).

Segundo estudo de Paiola et al. (2012), os quatis formam o grupo de maior incidência de atropelamentos do PCVC, seguido pelos macacos, tatus, lagartos, ouriços, cobras e gambas.

A particularidade da localização (urbana) do PCVC potencializa os atropelamentos e as fugas de animais silvestres, mas animais de áreas protegidas localizadas em zonas rurais e que estejam próximas a vias de tráfego também são vítimas desse tipo de problema.

A oferta de alimentos a animais se repete em todos os tipos de ambientes onde eles estejam. Pessoas que gostam de animais (domésticos ou silvestres) sentem-se compelidas a alimentá-los, por cuidado e não por maldade. Desconhecem as necessidades da fauna silvestre, não compreendem que sua ação pode contribuir para a morte ou adoecimento do animal. Assim, é primordial envolver os moradores e usuários de um lugar que acomoda uma área protegida, para que possam assimilar informações sobre a forma apropriada de conviver com as espécies da fauna silvestre, existentes naquele espaço.

Figura 45: Bando de *Nasua nasua* (Quatis) evadindo-se da mata em direção as residências.



Fonte: Plano de Manejo do Parque Cinturão Verde de Cianorte, 2010.

Como se vê, a questão relacionada à fauna (doméstica e silvestre) associada ao Parque Cinturão Verde de Cianorte, apresenta-se sob variados aspectos. Tem-se as situações que envolvem animais que são atraídos para as residências mediante oferta de alimentos, assim como, a situação dos animais domésticos que circulam pelo interior e entorno do Parque.

Também, há os casos de determinadas espécies da avifauna do PCVC que causam certo desconforto aos moradores, principalmente para aqueles que residem no seu entorno imediato, pois são espécies que conseguiram se adaptar ao convívio humano. Como, a *Tyto alba* (Coruja-de-igreja) que constroem seus ninhos em casas e igrejas, fazendo muito barulho a noite e deixando fezes e egragópilas próximos aos

locais de seus ninhos. A *Zenaida auriculata* (pomba-de-bando), devido a sua grande população e comportamento de bando causa uma série de problemas pelo excesso de fezes depositadas onde se alojam.

Aves exóticas também se constituem em problema para o PCVC, a exemplo do *Passer domesticus* (pardal), que encontra ambiente propício à fixação em razão da proximidade dos ambientes urbanizados junto ao Parque. O plano de manejo da unidade recomenda sua completa erradicação. Outra vez, faz-se nesse estudo, o questionamento: onde termina a cidade e começa o Parque? Na última rua ou avenida no entorno da área? Na cerca de alambrado? O pardal desconhece essa informação, assim como os bandos de quatis e macacos-prego.

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente tem se utilizado de diferentes estratégias para sensibilizar as pessoas que insistem em alimentar a fauna do Parque Cinturão Verde, expondo-a a riscos. A mensagem contida na Figura 46, expressa, com certo humor, as recomendações feitas aos animais, com objetivo de provocar mudanças de comportamento nas pessoas.

A educação e interpretação ambiental tem se constituído em um dos objetivos (SNUC, art. 4º, XII), que vem recebendo constante atenção do gestor da UC através de programas de incentivo a divulgação do conteúdo ambiental do PCVC.

Figura: 46 – Placa educativa no entorno do Parque Cinturão Verde de Cianorte



Fonte: Nadir Leandro de Souza, 2014.

Fomentar a educação ambiental é importante para a preservação do PCVC. O fato de estar localizado em área urbana potencializa as pressões antrópicas de toda ordem.

De acordo com Divisão de Educação Ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, as ações para promover a educação ambiental envolvem palestras em escolas e instituições, visitas monitoradas ao Parque, cursos técnicos de educação ambiental, intercâmbios com outros municípios, atividades de sensibilização da população e produção de materiais didáticos e de marketing (como folders, revistas³⁴ camisetas e bonés). (SMMA).

Desde 2009 acontece a Mostra Científica do Parque Cinturão Verde (Figura 47), promovida pela Secretaria do Meio Ambiente, junto às escolas de todos os níveis e também abrangendo o Ensino Superior e comunidade.

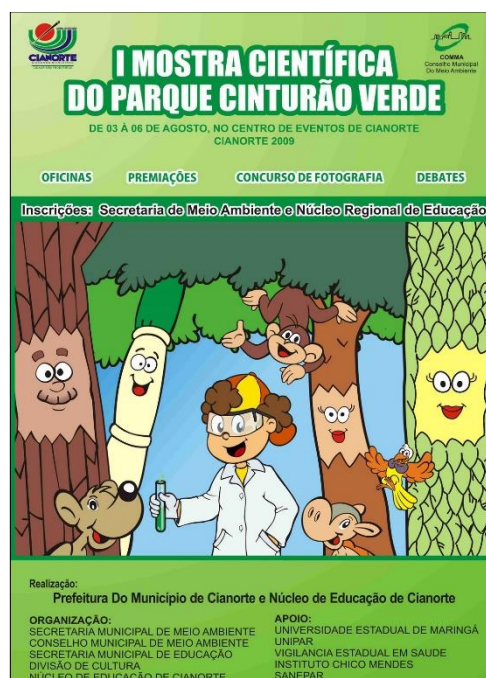
As atividades que englobam essa Mostra Científica, incluem Oficinas, Concurso de Fotografias, Debates e Apresentação de projetos construídos por alunos de todos os níveis de ensino, como já explicado.

A SMMA, por meio da Divisão de Educação Ambiental, vem promovendo outras atividades junto às escolas de Cianorte, para aproximar unidade de conservação e comunidade.

Outros tópicos do SNUC considerados relevantes para a estruturação da unidade de conservação constam nos artigos 27 e 28 que trazem outras obrigadoriedades às UCs, como dispor de plano de manejo e possuir um Conselho Consultivo, respectivamente.

O Conselho Municipal do Meio Ambiente do PCVC foi criado em 2006 e apresenta caráter consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador, cujo objetivo é a coordenação do sistema, a execução e fiscalização da política e o gerenciamento do

Figura: 47 – Folder da Primeira Mostra Científica do Parque Cinturão Verde



Fonte: Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Cianorte. 2009.

³⁴ - Revista “Família Cinturão Verde” – editada desde 2009

Fundo Municipal do Meio Ambiente, assim como das atividades e programas que visem garantir a qualidade de vida da população do município de Cianorte.

O plano de manejo do PCVC foi construído com base nas orientações contidas no Roteiro Metodológico para Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto, proposto pelo IBAMA (1996), feitas as adaptações necessárias pela condição local, onde se insere a UC; “Termo de Referência”, elaborado pela Comissão Permanente de Licitação do Município de Cianorte e a Universidade Estadual de Maringá; diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e; informações processadas pela análise do meio biótico e abiótico. O plano de manejo foi construído entre 2008 a 2009 e, passou a vigorar em março de 2010, mediante Decreto Municipal nº 034/2010.

Para encerrar a análise do conteúdo do SNUC, naquilo que diz respeito aos propósitos desse estudo, considerou-se relevante averiguar o art. 4º da Lei 9.985/2000 que apresenta os objetivos³⁵ traçados para as unidades de conservação, dos quais o PCVC tem condições ambientais e estruturais de alcançar os seguintes:

- I - Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais.

A área onde se assenta o PCVC encontra-se alterada devido as atividades econômicas desenvolvidas no decorrer do processo de ocupação do lugar, primeiramente a cafeicultura, que promoveu a retirada da floresta em corte raso, posteriormente a inserção das pastagens e outras culturas como a cana-de-açúcar e a soja.

A combinação desses fatores alterou os ecossistemas florestais dos fragmentos que fazem parte do Parque Cinturão Verde de Cianorte, em graus diferentes de antropismo. (CIANORTE, 2010).

³⁵ Lei nº 9.985/2000 - Art. 4º O SNUC - Demais objetivos: II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Os mosaicos de formações florestais secundárias abrigam certa variedade de animais, mas que são importantes para a manutenção do equilíbrio biológico da unidade.

A avifauna, de acordo com levantamento realizado, para a construção do plano de manejo, é o grupo mais expressivo identificado na área do PCVC, 88 espécies de aves, dentre as quais, o *Falco deiroleucos* (falcão-de-peito-vermelho) ameaçada de extinção.

Outros animais, que geralmente são poucos frequentes em ambientes com aspectos semelhantes ao PCVC, como a *Lutreolina crassicaudata* (cuíca-de-calda) e o *Oryzomys* sp. (rato-do-mato), abonam a necessidade de conservação da área. (CIANORTE, 2010).

Os três objetivos seguintes podem ser encaixados em ações combinadas, a começar pela recuperação e restauração dos ecossistemas formadores do PCVC.

- III - Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos e; IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados.

O gestor do PCVC, Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMA), vem desenvolvendo ações nesse propósito, como o reflorestamento de áreas degradadas, sendo que já plantou mais de 280 mil mudas de árvores de espécies nativas nos módulos do PCVC (Corujinha, Mandhuy, Fantasma e Cristalino), promovendo o processo de restauração de cerca de 170 hectares do Parque.

O plantio das mudas é feito pela Brigada Florestal da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, com a participação da comunidade e de empresas que patrocinam o plantio em algumas áreas. Há também a participação de estudantes de todas as idades, que acontece em épocas comemorativas, como na Semana do Meio Ambiente, em junho e; na Semana da Árvore em setembro. (Figura 48).

O processo de recuperação das áreas degradadas do PCVC, segundo informações da SMMA, já apresenta resultados positivos, pois com a melhoria na qualidade da vegetação tem surgido populações de animais (quatis, ouriços, gambás e tatus) nos módulos Mandhuy e Corujinha, onde não eram encontrados.

As ações para induzir a recomposição da cobertura florestal das áreas degradadas do PCVC levaram os técnicos da SMMA a empreenderem algumas medidas radicais com o objetivo de reduzir a presença de *Panicum maximum* (capim

colonião) e *Pteridium arachnoideum* (samambaia). A retirada dessas espécies invasoras ocorreu com uso de máquina pesada (Figura 49), considerado pelo IAP ato criminoso, culminando em multa no valor de Cem mil Reais para o Município.

Figura 48: Ação de Reflorestamento no PCVC – (A) Projeto Guardiões da Natureza; (B) Crianças - Projeto Florestas Patrocinadas; (C) Brigada da SMMA; (D) Alunos da Educação Infantil - Ensino Fundamental.



Fonte: Cianorte (Secretaria do Municipal do Meio Ambiente), 2014.

Figura 49: Retirada de vegetação rasteira (capim coloniã e samambaia) do PCVC com uso de máquina pesada



Fonte: Nadir Leandro de Souza, 2002.

O reflorestamento das áreas degradadas do Parque Cinturão Verde imita de longe a experiência ocorrida com a Floresta da Tijuca do Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro. Quando em 1861, o então Imperador D. Pedro II, incumbiu o major Manuel Gomes Archer da tarefa de restaurar a referida floresta. Segundo, Lima (2007, p. 13-14) “Acher usava, mudas de plantas ao contrário de sementes ou árvores já crescidas”. Para o reflorestamento Archer plantou mais de 60 mil mudas que tinha como principal finalidade reflorestar área para proteger permanentemente os mananciais que abasteciam a cidade do Rio de Janeiro. (SILVA, 2007; MENEZES, 1999).

O romancista José de Alencar emite comentários sobre o reflorestamento da Floresta da Tijuca, em seu romance ‘Sonhos d’Ouro’, escrito em 1872, critica a conduta humana de destruir e depois reconstruir:

Viva a imagem da loucura humana! Refazer à custa de anos, trabalho e dispêndio de grande cabedal, o que destruiu em alguns dias pela cobiça de um lucro insignificante! Aquelas encostas secas e nuas, que uma plantação laboriosa vai cobrindo de plantas emprestadas, se vestiam outrora de matas virgens, de árvores seculares, cujos esqueletos carcomidos às vezes se encontram ainda escondidos nalguma profunda grotta. Veio o homem civilizado e abateu os troncos gigantes para fazer carvão; agora, que precisa da sombra para obter água, arroja-se a inventar uma selva, como se fosse um palácio. (SONHOS D’OURO - JOSE DE ALENCAR, 1872).

Cada sociedade tem suas razões para imprimir suas pegadas e construir a identidade do seu lugar. No Rio de Janeiro, o que movia a recuperação da mata nativa era a falta de água, enquanto que em Cianorte a causa está em recuperar um patrimônio natural, que por disposição de alguns deve ser reconstruído e preservado.

Para atingir o décimo objetivo proposto pelo SNUC para as UCs, a estrutura gerencial do PCVC requer avanços.

- X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;

Desde sua criação, em 2000, o Parque Cinturão Verde de Cianorte tem sido administrado pela Secretaria Municipal do Meio ambiente, cujas ações e atividades são avaliadas e executadas, após análise e deliberação do COMMA.

Dessa forma, a estrutura administrativa da SMMA é a mesma que executa as atividades relacionadas ao Parque com apoio de pessoal terceirizado, não há pessoal

contratado especificamente para executar os serviços de administração e gerenciamento do PCVC.

A carência ou ausência de pessoal específico para atuar junto às UCs tem sido uma das preocupações de Pádua (2002), que defende a organização de planos de carreira, de perspectivas de melhoras profissionais ou de continuidade administrativa para trabalhadores que atuam em unidades de conservação.

No plano de manejo faz-se a recomendação de que o PCVC seja gerenciado por um órgão em separado com dedicação exclusiva, mas atrelado a SMMA e ao COMMA. Essa medida traria maior agilidade nas atividades de administração, o que se justifica frente a sobrecarga de trabalho da SMMA.

Nessa estrutura administrativa, o Secretário do Meio Ambiente desempenha tanto as funções de Secretário e presidente do COMMA, como de gestor da UC.

Atualmente a equipe de trabalho da SMMA é composta de 15 servidores lotados na Secretaria; 4 Guarda Parques para toda área do Parque; 25 trabalhadores que atuam no serviço de roçada e limpeza rotineira do Parque; 25 brigadistas que desempenham ações de combate a incêndio e prevenção; 2 técnicos de nível superior, sendo 1 biólogo e engenheiro florestal; 7 servidores que atuam na produção de mudas para o processo de reflorestamento; 8 servidores que desenvolvem atividades de poda e corte raso de espécies invasoras, somando-se ao todo 86 trabalhadores envolvido nas questões de cunho ambiental do Município de Cianorte. (CIANORTE, 2010).

A Lei Federal nº 9.985/2000 recomenda que se “busquem conferir às unidades de conservação, nos casos possíveis e respeitadas as conveniências da administração, autonomia administrativa e financeira”. (SNUC art. 5, XII).

Pádua (2002, p. 10) alerta que,

[...] altos executivos, como secretários de meio ambiente ou diretores não dominam e não podem perceber sequer a diferença de um parque urbano para um parque estadual, quanto mais a diferença de estação ecológica, ou APA ou floresta ou horto florestal [...], embora sejam pessoas preparadas [...].

As limitações administrativas mencionadas dificultam o alcance do décimo objetivo, tendo em vista que os estudos, pesquisas e monitoramentos passam primeiramente pela autorização e organização gerencial da unidade de conservação.

O objetivo XII do SNUC que consiste em favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico, tem sido, em alguma medida, promovido, especialmente a educação e interpretação ambiental, como anteriormente discutido.

Entretanto, de acordo com os dados levantados no plano de manejo, o PCVC não apresenta ainda um Programa de Educação ambiental (EA) formalizado e estruturado pelo gestor. Diante da situação posta, recomenda-se que se organize um programa com bases sólidas do ponto de vista teórico e metodológico para direcionar as atividades educativas a serem desenvolvidas no Parque, tendo como público alvo as instituições de ensino de todos os níveis, com o objetivo de envolver a comunidade como um todo no propósito de assegurar a sustentabilidade da unidade de conservação.

Deve-se reconhecer que mesmo sem um programa de EA estruturado a SMMA desenvolve diversas atividades principalmente com estudantes. Uma atividade que merece ser mencionada refere-se ao concurso que escolheu o nome da Mascote do Parque Cinturão Verde, um Quati, animal da fauna da Parque, que foi “batizado” de Ivinho pelas crianças. (Figura 50).

Figura 50: Concurso para escolha da mascote do Parque Cinturão Verde (A) Equipe da SMMA analisando os desenhos das mascotes; (B) Mascote Ivinho, desenho de Diana de Faria Goldin



Fonte: Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Cianorte, 2011.

As atividades de recreação em contato com a natureza, propostas também nesse objetivo, ainda são incipientes, tendo em vista a pequena infraestrutura

disponível no entorno do Parque. Encontram-se instalados, até o momento, 12 pistas de caminhadas interligadas às ATIs, aparelhos de alongamento e parque infantil.

A infraestrutura insuficiente no Parque tem sido uma das principais reclamações dos moradores de Cianorte, uma vez que, aspiram por áreas livres para as práticas recreativas, preferencialmente associadas a área.

Devido ao Parque Cinturão Verde constituir-se em uma área com diferentes estágios degradacionais, atividades relacionadas ao turismo ecológico ainda não são desenvolvidas, até mesmo as trilhas existentes (Trilha da Peroba e a do Fantasminha) foram fechadas por recomendação do plano de manejo, devido a fragilidade ambiental da área e da inadequada infraestrutura que poderia resultar em risco ao visitante.

A possibilidade da prática do turismo ecológico ou ambiental, como alguns preferem denominar, é apontada no plano de manejo da UC como promissora. Esse tipo de turismo poderá ser associado ao turismo de negócio que ocorre em Cianorte desde a década de 1980, movido pela sua principal atividade econômica desde então, a indústria do vestuário, que recebe centenas de visitantes em busca desse tipo de mercadoria.

Os objetivos propostos pela Lei 9.985/2000 do SNUC para as unidades de conservação e analisados, norteiam as estratégias de ações para o PCVC, no seu plano de manejo. Desse modo, a partir da formação da UC, os trabalhos de proteção, recuperação e restauração dos corpos hídricos, dos solos, da cobertura florestal e do envolvimento da comunidade tem sido constante.

Ao término da análise da legislação que orienta e disciplina, a formação e organização das áreas protegidas no Brasil, especificamente as UCs, conclui-se que o Parque Cinturão Verde de Cianorte constitui-se em uma unidade de conservação, pertencente ao Grupo de Proteção Integral, na categoria Parque e, como foi instituído pelo Poder Público Municipal, classifica-se como Parque Natural Municipal.

Nessa perspectiva, não há impropriedade legal quanto a classificação do PCVC como unidade de conservação. Tanto que, todas as ações administrativas do Parque são conduzidas de acordo com os ditames da Lei Federal nº 9.985/2000 que institui o SNUC.

Porém, devido à localização do Parque Cinturão Verde de Cianorte ser em espaço urbano, é alvo de muitas pressões próprias das cidades, que se transformam em fatores limitadores para o alcance dos propósitos de preservação para os quais foi

criado. Daí decorre os questionamentos quanto a sua condição de unidade de conservação.

O Estatuto das Cidades, Lei Federal nº 10.257/2001, afiança a política urbana e, foi concebido dentro do conceito de sustentabilidade ambiental das cidades, como deixa claro já o seu artigo 2º, ao afirmar que “A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana [...]”. A preocupação com o meio ambiente urbano está expressa nos itens I e IV do art. 2º, a saber:

I – garantia do direito a idades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; (sem grifo no original).

IV - planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente. (GRIFFO NOSSO).

Nessa concepção, o Estatuto das Cidades expressamente assegura como instrumentos da política urbana o zoneamento ambiental (art. 4º, III, "c") e a instituição de unidades de conservação (art. 4º, V, "e"), ferramentas que garante a legalidade do Parque Cinturão Verde de Cianorte como unidade de conservação.

Como ora comentado, o PCVC é muito pressionado pelas atividades humanas que ocorrem em seu entorno o que compromete sua integridade.

Além das pressões do entorno, o formato e tamanho da sua área também representa um importante obstáculo, mesmo que, atualmente, corresponda a quase 500 hectares, é constituída por um mosaico de fragmentos de vegetação alterada, alguns com tamanhos individuais inexpressivos, como é o caso das áreas isoladas³⁶, que foram recentemente inseridas ao seu território, dispersas no interior da malha urbana, e outras áreas localizadas em zona rural completamente desconexa aos módulos maiores. Essas áreas de tamanhos reduzidos não apresentam condições ambientais adequadas para sustentar ecossistemas, que justifique sua preservação.

A peculiaridade da sua localização urbana, mesmo estando quase completamente isolado com cercas de alambrado favorece a entrada constante de pessoas no seu interior por diferentes razões: em busca de lenha, extração de

³⁶ - As novas áreas inseridas ao território do PCVC é objeto de análise desse estudo no Capítulo 3.

espécies florestais, plantio de espécies exóticas (banana, café, vassoura, verduras, legumes etc.); além da presença de indigentes e delinquentes para esconder produtos de furtos, toxicômanos, entre outros.

Os animais domésticos, como já discutido anteriormente, também adentram a área do Parque e acentuam os desafios de sua conservação. Animais de grande porte como equinos, são levados pelos proprietários para pastarem nas bordaduras do Parque, geralmente o gramado que emoldura alguns dos módulos. Os guarda-parques encontram muitas dificuldades para coibir a ação, devido a extensão do perímetro da área e a insistência dos proprietários dos animais.

As vias de tráfego no entorno e interior dos módulos representam sérios problemas para os animais silvestres, devido aos intensos ruídos causados pelos veículos e a poluição do ar, sem contar o risco de atropelamento dos animais.

Além das vias da malha urbana tem-se também a existência de rodovias que atravessam ou margeiam alguns dos módulos, como é o caso da Rodovia estadual PR- 082 que conecta Cianorte a Indianópolis, divide o módulo Perobas e, possibilita o atropelamento dos animais do Parque. O mesmo acontece em relação a PR-323 que liga Cianorte a Umuarama e a Maringá, próxima do módulo Mandhuy e das novas áreas insertas da bacia do córrego Curuá.

Alguns moradores do entorno dos módulos constroem trilhas para atravessá-los, sem que haja a necessidade de contorná-los. Essa situação pode ser ampliada com a expansão da área urbana, a abertura de novos loteamentos, contornando fragmentos que antes se limitavam à zona rural.

Os resíduos³⁷ dispostos no Parque constitui-se em outro desafio para o gestor que tem atuado em diversas frentes com o intuito de amenizar o problema, realizando a coleta dos resíduos a investindo em ações de educação ambiental junto à comunidade.

Em alguns setores do PCVC, como o do entorno do módulo Perobas em área de propriedade da CMNP, ocorre o cultivo de cana-de-açúcar com uso de agrotóxicos.

As águas pluviais são encaminhadas para os corpos hídricos localizados na área do PCVC e, como há ligações clandestinas de esgoto, nessas galerias, ocorre a contaminação dos corpos d'água que percorrem o interior do PCVC. Esse problema

³⁷ - A problemática dos resíduos na área do PCVC é objeto de análise do Capítulo 3 desse estudo.

é acentuado com o sistema de tratamento de esgoto da SANEPAR localizado dentro dos limites da UC.

As pressões comentadas antes não são tão preocupantes para a integridade da UC, quanto o risco de incêndios, provocados por variadas razões. A preocupação com essa possível ameaça fez com que gestor organizasse uma Brigada de incêndio para combater focos de queimadas na área e entorno do Parque. Cianorte também conta com uma divisão do Corpo de Bombeiros, que atua em conjunto com a Brigada de incêndio quando há necessidade.

A probabilidade de incêndios na área do PCVC é tão significativa que o mesmo está em segundo lugar na lista de risco do Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PREVIFLOR) para o Estado do Paraná, projeto atrelado ao IAP, atrás somente do Complexo da Ilha Grande e a frente do entorno do Parque Nacional do Iguaçu. (IAP, 2014).

4.3 – O ICMS Ecológico e o Parque Cinturão Verde de Cianorte

Os municípios brasileiros, assegurados pela Constituição Federal, têm direito de receber parcela dos impostos federais e estaduais. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, de caráter estadual, deve ser rateado entre Estados e Municípios, sendo que 75% do montante pertence aos Estados e o restante, 25% é direcionado aos municípios daquele Estado.

A Constituição Federal brasileira de 1988 no artigo 158, que trata dos recursos financeiros, no inciso II, do parágrafo único, abre uma possibilidade que permite os Estados estabelecer através de leis específicas critérios para nortear o repasse de créditos provenientes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS a que os municípios têm direito. Por este parágrafo até 25% do ICMS da parte que pertence aos Municípios será distribuído, ou seja, até um quarto dos 25% pode ser dividido entre os Municípios que investirem em ações de interesses sociais, ambientais ou de gestão.

Os critérios que podem ser utilizados para permitir as transferências dos recursos referentes à cota-parte, do total dos 25% a que se refere o artigo 158, de acordo com Loureiro (2002, p. 51) “guardam relação com temas sociais, ambientais ou de gestão”. Os fatores que operacionalizam os critérios são: Agricultura;

Colaboração Mútua; Educação; Indústria; Patrimônio Cultural; População Rural; Saúde e Meio Ambiente. (LOUREIRO, 2002).

Quando os critérios utilizados pelos Estados para repasse do referido recurso focam temas ambientais convencionou-se denominá-lo ICMS Ecológico.

Loureiro (2002, p. 52) apresenta uma lista significativa de ações que podem contribuir para o estabelecimento do critério ambiental, definindo como este pode vir a ser,

[...] utilizado em relação a várias temáticas ambientais, tais como unidades de conservação e terras indígenas, coleta e destinação final do lixo, mananciais de abastecimento, esgotamento sanitário e seu tratamento, captação, tratamento e distribuição da água potável. Política Municipal de Meio Ambiente, visando à elaboração e efetivação da Agenda 21 Local (Conselho Municipal do Meio ambiente, legislação, fundo municipal do meio ambiente, telefone verde, paisagismo, uso do solo urbano e orçamento ambiental); ações de controle de queimadas e combate a incêndios (número de propriedade rurais pelo inverso das queimadas, além da existência de brigadas voluntárias e educação ambiental), conservação e manejo do solo (aptidão agrícola dos solos, práticas mecânicas e vegetativas de conservação, além de coleta e destinação final adequada das embalagens de veneno) e educação ambiental.

Cada Estado tem autonomia para definir quais critérios serão utilizados para determinar o rateio entre os municípios desta parte do imposto. Assim, como os Municípios também têm autonomia assegurada na CF, Artigo 160, em direcionar os recursos recebidos de acordo com seus interesses.

Para Nadir Junior (2006, p. 94),

o ICMS Ecológico foi instituído com finalidades estabelecidas de acordo com as prioridades de cada Estado da Federação em nível ambiental e até mesmo social, estimulando os Municípios a adotarem mecanismos de incentivo à recuperação e à preservação ambiental, tais como: criação e manutenção de unidades de conservação; recompensar os Municípios que possuem áreas protegidas em seu território e que, desta forma, estão impedidos de destinar a área para atividades produtivas tradicionais que poderiam gerar uma maior arrecadação e conseqüente participação na repartição do ICMS; ações de saneamento básico; manutenção de mananciais de abastecimento público de água; apoio às comunidades indígenas, enfim, todas as ações voltadas para a melhoria de qualidade de vida que promovam o equilíbrio ecológico e o desenvolvimento sustentável.

O Estado do Paraná foi o pioneiro a adotar critérios ambientais para o repasse do ICMS. Sendo que o ICMS Ecológico teve origem na mobilização dos gestores municipais, associado aos interesses da Assembleia Legislativa em aprimorar as

políticas públicas de relevante interesse ambiental, pois foi na Constituição Estadual de 1989 que esse mecanismo foi criado. (LOUREIRO, 2002)

Ficou estabelecido pela Constituição Estadual de 1989, no Artigo 132, em seu parágrafo único que:

O Estado assegurará, na forma da lei, aos municípios que tenham parte de seu território integrando unidades de conservação ambiental, ou que sejam diretamente influenciados por elas, ou àquelas com mananciais de abastecimento público, tratamento especial quanto ao crédito da receita referida no art. 158 parágrafos único II da Constituição Federal.

A Lei Complementar nº 59/91, de 01/10/91, regulamentou artigo 132 da Constituição Estadual. Esta lei passou a ser conhecida como Lei do ICMS Ecológico.

No Paraná, a entidade responsável a que se refere o art. 5º é o Instituto Ambiental do Paraná – IAP, que editou a portaria nº 263/98 para regulamentar o proposto da Lei 59/91, que normatiza os procedimentos em relação ao ICMS Ecológico por Biodiversidade, como é denominado no Paraná. Esta Portaria estabelece os procedimentos de cálculo. Para Loureiro (2002, p. 56-57), é na verdade

[...] um índice ambiental (que) deverá ser calculado, por município, originado pela impossibilidade do uso do solo para atividades produtivas incompatíveis com a necessidade da conservação da biodiversidade, por constituir ou a totalidade dos territórios destes municípios em unidade de conservação ou outras áreas especialmente protegidas.

O índice ambiental é gerado a partir de análise profunda da qualidade das unidades de conservação, tendo algumas referências mínimas, como: os objetivos de manejo da respectiva categoria; a gestão; ações de apropriação social, questões relacionadas ao entorno, a qualidade dos recursos hídricos, a representatividade da unidade, equipamento outras, e o reconhecimento da UC pela comunidade, além de outras. (LOUREIRO, 2002).

Nesse sentido, Nadir Junior (2006, p. 95), assim escreve:

O nível de qualidade pode aumentar, manter-se ou diminuir, implicando o aumento, manutenção ou redução do percentual de participação do município. No caso da existência de ações que afetem negativamente as unidades de conservação, impedindo ou ameaçando a reprodução dos ecossistemas representados ou a qualidade da água dos mananciais de abastecimento exclui o crédito do ICMS (Ecológico), até que cessem as causas e os danos sejam reparados.

Os recursos do ICMS Ecológico transformaram-se em importante mecanismo em favor da gestão ambiental, refletindo positivamente na conservação da biodiversidade, dos mananciais de abastecimento e das unidades de conservação, além das terras indígenas e dos Faxinais, no Paraná.

Reforçando essa ideia, faz-se a leitura da análise de Loureiro (2002), onde o autor justifica o valor do ICMS Ecológico como estímulo aos municípios em criar unidades de conservação mantê-las e preservá-las. Aqui está, talvez a explicação da municipalidade cianortense, em inserir áreas distantes a área total do PCVC, uma vez que quanto maior a área, maiores também serão a possibilidade de ampliar o repasse do ICMS Ecológico.

Entretanto, o autor citado faz ressalvas quanto à importância do ICMS Ecológico como instrumento de preservação alegando ser este “meio e não fim”. Entendendo que para se alcançar os objetivos estabelecidos pela legislação, a conservação da biodiversidade e de mananciais de abastecimento, se faz necessário à conjugação de ações do Estado, através dos seus tomadores de decisão e do envolvimento da sociedade.

Os Municípios, Estados, Distrito Federal e União em razão do princípio constitucional sustentado pelo Artigo 160 da CF têm autonomia para dispor dos recursos financeiros recebidos, entre estes, o ICMS Ecológico, as ressalvas referem-se aos recursos que por força da legislação devem ser destinados à saúde e a educação, além é claro da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ainda pelo Artigo 160, parágrafo único, a União pode condicionar os repassos ao pagamento por parte dos demais entes de seus créditos devidos.

Frente ao exposto os municípios têm a liberdade de definir o destino desses recursos que o fazem de acordo com suas necessidades administrativas. Logo, gastar esses recursos em prol do meio ambiente vai depender do nível de consciência ecológica do gestor municipal e do envolvimento da sociedade.

O Estado do Paraná encontrou um mecanismo para induzir os gestores municipais a gastar, ao menos parte, dos recursos oriundos do ICMS Ecológico com questões ambientais relacionada com a preservação da biodiversidade e manutenção da qualidade dos mananciais de abastecimento, o gabarito vertical, forma de análise utilizada pelo IAP, que analisa, através de critérios avaliativos as unidades de conservação e a qualidade da água.

Os recursos provenientes do ICMS Ecológico tem sido a principal fonte de renda para a gestão do PCVC, além de outras ligadas a SMA. Esse recurso repassado ao município tem, por finalidade a melhoria da qualidade ambiental da UC e também de conjunto ambiental do município.

O município de Cianorte vem recebendo repasses desse imposto do governo estadual desde o ano de 1997 com a formação do Módulo Mandhuy e Uruçora (Tabela 5)

Nota-se que os valores vêm aumentando a cada ano, sendo que a partir de 2002, já com o PCVC formado (2000) ocorre um significativo impulso.

Entretanto, as novas áreas inseridas ao Parque a partir de 2010 ainda não interferem no cálculo do imposto. Até o momento a área do Parque considerada pelo IAP para efeito do cálculo do ICMS Ecológico é de 313,30 hectares.

Tabela 5 – Repasses anuais de ICMS Ecológico do governo do Paraná ao município de Cianorte

| Ano | Valor Repassado (R\$) | Ano | Valor Repassado (R\$) |
|------|-----------------------|------------------|-----------------------|
| 1997 | 4.292,69 | 2006 | 779.304,60 |
| 1998 | 11.029,72 | 2007 | 818.809,80 |
| 1999 | 11.409,22 | 2008 | 1.064.684,32 |
| 2000 | 13.881,61 | 2009 | 848.854,43 |
| 2001 | 81.741,78 | 2010 | 931.783,55 |
| 2002 | 369.470,84 | 2011 | 1.084.366,14 |
| 2003 | 513.790,57 | 2012 | 1.037.067,01 |
| 2004 | 598.648,43 | 2013 | 1.326.634,10 |
| 2005 | 522.933,39 | 2014 (até março) | 340.293,06 |

Fonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente/IAP/DIBAP/ICMS Ecológico por Biodiversidade, 2014.

Quase todos os parques dos principais núcleos urbanos da CMNP, analisados nesse estudo, estão inscritos no ICMS Ecológico, com exceção do Horto Florestal (Maringá) e do Bosque do Uirapuru (Umuarama). (Tabela 6). Os valores atribuídos a cada unidade decorrem das avaliações efetuadas pelo IAP.

Os valores dispostos a seguir permitem verificar que o Parque do Ingá, em Maringá, mesmo constituindo-se em uma área de 47 hectares, ou seja inferior ao Parque Arthur Thomas (60,25), em Londrina, recebe valores superiores a esse. O

nível da qualidade ambiental da unidade de conservação representa uma das principais variáveis avaliadas.

Tabela 6 - Repasses de ICMS Ecológico para as unidades de conservação de Maringá, Londrina e Umuarama.

| Valores repassados – Período: 1997-2010 | | | | | |
|---|-------------------------------|--|--|------------------------------------|--|
| ANO ³⁸ | MARINGA | | LONDRINA | UMUARAMA | CIANORTE |
| | Parque Ingá Área: 47,30 ha | Parque dos Pioneiros Área: 57,31 ha | Parque Arthur Thomas Área: 60,25 ha | Parque dos Xetas Área: 19,98 ha | Parque Cinturão Verde Área ha ³⁹ |
| 1997 | 49.474,44 | 13.438,70 | 19.714,84 | 4.856,73 | 4.292,69 |
| 1998 | 84.992,49 | 12.836,41 | 20.221,88 | 10.484,13 | 10.245,72 |
| 1999 | 86.479,29 | 11.317,34 | 20.860,88 | 8.821,76 | 11.409,22 |
| 2000 | 104.422,32 | 15.770,89 | 27.589,64 | 12.583,63 | 13.881,61 |
| 2001 | 124.345,61 | 18.048,54 | 34.421,27 | 13.030,71 | 81.741,78 |
| 2002 | 124.114,06 | 19.726,49 | 35.097,37 | 13.301,28 | 369.470,84 |
| 2003 | 148.270,74 | 23.773,96 | 45.623,47 | 15.242,97 | 513.790,57 |
| 2004 | 172.759,20 | 27.700,48 | 50.685,91 | 14.347,38 | 598.648,43 |
| 2005 | 153.646,32 | 24.698,18 | 49.528,35 | 11.483,45 | 522.933,39 |
| 2006 | 172.614,39 | 27.747,24 | 68.687,91 | 13.599,59 | 779.304,60 |
| 2007 | 212.556,83 | 32.759,63 | 85.190,11 | 16.533,72 | 818.809,80 |
| 2008 | 256.159,21 | 45.123,24 | 104.779,95 | 23.796,01 | 1.064.684,32 |
| 2009 | 198.784,71 | 32.976,32 | 89.158,90 | 19.305,78 | 848.854,43 |
| 2010 | 217.273,43 | 36.451,99 | 102.801,00 | 21.110,09 | 931.783,55 |
| 2011 | 252.852,66 | 42.421,12 | 119.634,99 | 24.566,94 | 1.084.366,14 |

Fonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente/IAP/DIBAP/ICMS Ecológico por Biodiversidade, 2014

4.4 – Parque Cinturão Verde de Cianorte: unidade de conservação com função de Parque Urbano

³⁸ O IAP disponibiliza informações sobre os recursos destinados às unidades de forma individual até o ano de 2010. Solicitou-se informações sobre os anos de 2012; 2013 e do 1º semestre de 2014, mas não houve resposta dos Instituto.

³⁹ O PCVC sofreu diversas alterações em sua área, sendo que até o ano 2000 possuía área de: 14,68 ha; em 2001 – 232,38; e a partir de 2002 até hoje (2014) recebe recursos sobre uma área de 313,30 ha. Porém, desde 2013 possui área de 489 ha. Situação que se assemelha é a do Parque Arthur Thomas que atualmente apresenta 86,94 hectares.

Os parques urbanos diferenciam-se das unidades de conservação no quesito finalidade, ou seja, para quais objetivos foram criados. Os primeiros têm como finalidade principal oferecer opções de lazer e recreação à população, enquanto que, as unidades de conservação têm por objetivo primeiro a preservação da natureza. Porém, tanto um quanto o outro pode atender objetivos proposto para outra categoria. Por exemplo: um parque urbano pode acomodar aspectos relacionados às questões ecológicas e, unidades de conservação podem oferecer serviços típicos de parques urbanos, como é o caso do PCVC.

Ao percorrer a história da criação dos parques urbanos, é possível encontrá-los já no século X na Inglaterra, como processo de melhora de alguns bosques cercados para formação de reservas de caça. (SILVEIRA, 2013).

Entretanto, o parque urbano tem suas raízes vinculadas ao processo de Revolução Industrial, propriamente no século XIX, frente a necessidade das populações urbanas que passam a reivindicar espaços de lazer na cidade industrial.

Os parques e as reivindicações permanecem na atualidade como conteúdo importante nas cidades de praticamente todo o mundo.

Scalise (2002, p. 17), resume esse contexto ao afirmar que,

Os parques são equipamentos públicos urbanos difundidos a partir das experiências inglesas, francesas e americanas e surgiram de ações concretas, em situações geográficas e historicamente específicas. A provisão de parques públicos é função do município, e ocorre a partir da necessidade de existência de tais equipamentos, de sua presença nos planos e da tendência contemporânea das reivindicações por parques e áreas verdes.

O Passeio Público do Rio de Janeiro, pode ser considerado o primeiro parque urbano do Brasil, criado em 1783, quando o Brasil ainda era colônia de Portugal. Com a transferência da Coroa Portuguesa para o Brasil, em 1808, muitas mudanças passam a ocorrer no espaço urbano das cidades brasileira, e conseqüentemente novos parques urbanos serão construídos. (MACEDO; SAKATA, 2003).

Embora não haja consenso entre pesquisadores sobre a melhor definição a atribuir-se aos parques urbanos, Macedo e Sakata (2003, p.14) compreendem que são,

[...] todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciado em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno.

A Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo considera que os parques urbanos, equivalem a grandes espaços verde localizados em área urbanizada de uso público, com objetivo de propiciar recreação e lazer aos seus visitantes. Muitos parques urbanos oferecem serviços culturais, como museus, casas de espetáculos e centro culturais e educativos, além de acomodar atividades esportivas, dispendo de quadras, campos, ciclovias etc. (SÃO PAULO, 2013).

A definição dada aos parques urbanos pela SMA/SP é abrangente, acolhendo diferentes possibilidades de uso. Já Lima et al. (1994, p.15) relaciona os parques urbanos às funções ecológicas, estética e de lazer, em um contexto de área verde, mas com “uma extensão maior que a praça e jardins públicos”.

A definição de “Parque Urbano” disposta na página eletrônica do Ministério do Meio Ambiente traduz o entendimento de Lima et al. (1994), citado no parágrafo anterior.

Essas informações do Ministério do Meio Ambiente fundamentam-se no Art. 8º, § 1º, da Resolução CONAMA nº 369/2006, onde considera-se área verde “o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização”. (CONAMA, 2006).

O Ministério do Meio Ambiente ao explicar onde se encontram as áreas verdes evidencia a diferença entre parque e unidade de conservação. “[...] em áreas públicas; em áreas de preservação permanente (APP); nos canteiros centrais; nas praças, parques, florestas e unidades de conservação (UC) urbana; nos jardins institucionais, e nos terrenos públicos não edificadas”. (BRASIL, 2014). (GRIFO NOSSO).

Os parques urbanos desempenham tanto funções ambientais como sociais e, quando são melhores equipados com atrações e serviços voltados ao público, suas funções sociais resultam em melhorias na qualidade de vida da população do lugar onde se inserem, que devolvem ao Parque cuidados e sentimentos de pertencimento.

Quando se analisa alguns aspectos do PCVC é notório sua semelhança com um Parque urbano. Como por exemplo: as vias pavimentadas do seu entorno, que também funcionam como acesso a ele; o uso informal de passagens pelo interior dos módulos, como caminhos secundários para pedestres e até ciclistas; a prática de esportes recreativos no seu entorno; a presença marcante das pistas de caminhada em todos os módulos, convida a população ao contato diário com o Parque; a

existência de alguns parques infantis e alongadores e, de Academias da Terceira Idade (ATIs) completam o cenário para o lazer e a contemplação; além de ser elemento de descontinuidade na distribuição da malha urbana.

Na condição de parque urbano, o Parque Cinturão Verde de Cianorte, é favorecido pela infraestrutura da cidade em relação aos serviços de saúde, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, rede de energia elétrica e telefonia. Prestação de serviços bancários, oficinas, postos de gasolina, rede hoteleira e outros que possam contribuir para a tranquilidade do visitante em seu período de estada ou mesmo permanência na cidade.

Porém, como já analisado, a infraestrutura existente na cidade que beneficia é a mesma que pressiona as condições ambientais do PCVC, incluindo o crescimento e desenvolvimento populacional e suas consequências sobre o Parque.

Como função ecológica das áreas verde urbanas, apontadas por Lima et al. (1994) e corroboradas por Loboda e De Angelis (2005), estão direcionadas basicamente à redução dos impactos da poluição e contaminação dirigidas à natureza, em função das atividades antrópicas promovidas no espaço urbano.

Os parques urbanos favorecem a proteção de ecossistemas essenciais a dinâmica da vida nas cidades, como a proteção dos corpos hídricos, a permeabilidade do solo, a manutenção e recuperação das matas ciliares e, por conseguinte, dos habitats da fauna e da flora, a atenuação dos problemas atmosféricos e sonoros, correspondem a algumas das funções ecológicas desses espaços públicos.

Como visto anteriormente, Lima et al. (1994) assinalam as funções de lazer para as áreas verdes, entre elas os parques urbanos, entretanto Mazzei et al. (2007, p.39) entendem que estas áreas

[...] não são necessariamente voltadas para a recreação e o lazer, objetivos básicos dos espaços livres, porém devem ser dotadas de infraestrutura e equipamentos para oferecer opções de lazer e recreação às diferentes faixas etárias, a pequenas distâncias da moradia.

Para Ribeiro (2003) entre as diversas funções atribuídas às cidades, estão àquelas que sustentam a qualidade de vida de sua população. Os parques assim como as praças públicas, quadras esportivas constituem-se em equipamentos urbanos de uso da coletividade, assim

Os equipamentos de consumo coletivo servem para qualificar a vida urbana. Podem ser voltados à saúde, como postos de serviços de saúde, rede de abastecimento de água e de coleta de esgoto. Podem ser destinados ao lazer como praças públicas, quadras esportivas, parques, enfim, áreas destinadas à contemplação ou à prática do lazer associativo. (RIBEIRO, 2003, p.325)

Nessa perspectiva, o PCVC desempenha funções que qualifica a vida do cidadão urbano, tanto moradores quanto usuários: produz melhoria no seu estado de saúde; promove o desenvolvimento humano, ao possibilitar o uso dos equipamentos existentes em seu entorno; favorece comportamentos de sociabilidade o que culmina em prováveis redução de custos com cuidado de saúde e serviços sociais.

Mesmo constituindo-se em unidade de conservação, seu entorno é sem dúvida um espaço para ser munido com equipamentos de parque urbano, podendo ser aos poucos transformado em um espaço para todos os gostos, desde aqueles que apreciam as academias de ginástica à aqueles que simplesmente perambulam ao ar livre em busca de ar puro, sons de pássaros, verde da mata, convivência com outros, estar em um espaço público que tem como objetivo cuidar do meio natural, mas o meio social, em uma cidade não pode ser ignorado.

CAPÍTULO V – O ENTORNO DO PARQUE CINTURÃO VERDE E AS IMPLICAÇÕES PARA SUA PRESERVAÇÃO

Esse capítulo apresenta as especificidades do entorno imediato do Parque Cinturão Verde. Seu conteúdo abrange aspectos fundamentais, como: a presença das pessoas e suas aspirações; os usos atualmente conferidos a área; as atividades antrópicas próprias de espaço urbano e; a infraestrutura dos domicílios localizados no entorno imediato do Parque e também dos bairros a ele conectados.

Nesse sentido, considera-se como entorno do Parque Cinturão Verde, suas áreas limítrofes, compostas pelos bairros imediatos e por propriedades rurais.

A existência de uma área, de uso e ocupação controlada, no entorno de unidades de conservação constitui-se em exigência do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Anteriormente, era denominada, pelo CONAMA de Zona Tampão. Devido à localização do Parque Cinturão Verde, ser, quase completamente, em área urbana, não apresenta Zona de Amortecimento (ZA).

De acordo com a Lei 9.985/2000, art. 25 que regulamenta as UC's: "As unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos".

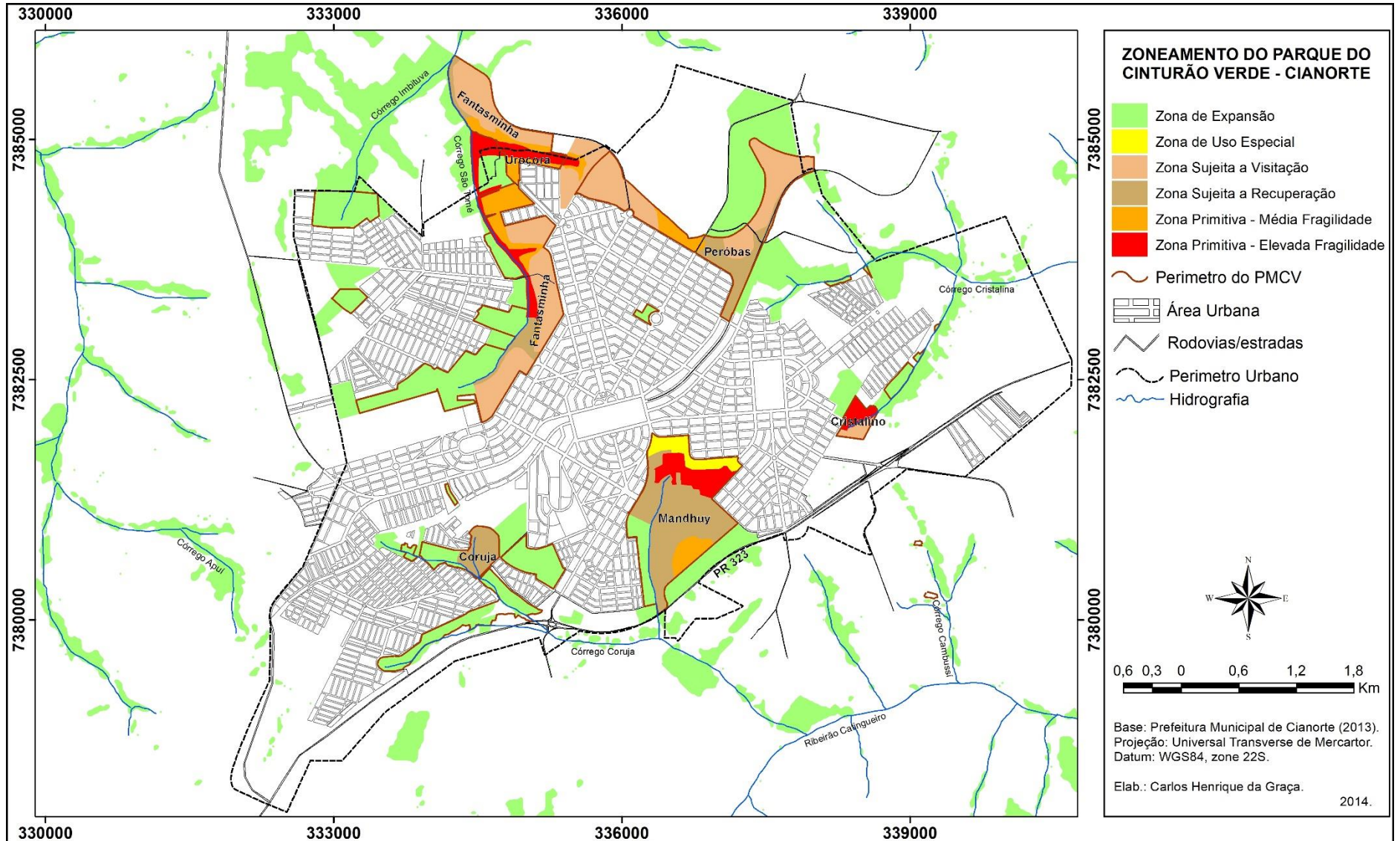
Cabe esclarecer que, no art. 2, inciso XVIII, da referida lei, a zona de amortecimento refere-se ao entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de amortecer os impactos negativos sobre a unidade, oriundos dessas atividades que possam afetar a manutenção e o desenvolvimento da fauna, da flora, dos processos ecológicos e dos processos hídricos que estão protegidos no interior da unidade.

O conceito de zona de amortecimento baseia-se no princípio que as áreas protegidas, não são ilhas e, portanto, "mantêm relações de troca de matéria e energia com sua vizinhança. Da mesma forma a fauna silvestre não reconhece os limites administrativos das UC's e circula em ambientes que ultrapassam suas fronteiras". (SÃO PAULO, 2009, p. 23).

O zoneamento construído para atender os objetivos de manejo do Parque Cinturão Verde e prescrito pelo IBAMA (2005); (Figura 52) resultou, com algumas adequações, nas seguintes zonas de manejo.

- a) Zona Primitiva de Elevada Fragilidade Ambiental – Tem como principal objetivo resguardar essas áreas e a proteção integral dos ecossistemas naturais, sustentando-se o sistema natural livre, principalmente da degradação advinda de processos erosivos. Essa zona contempla partes dos módulos Fantasminha, Mandhuy e Cristalino.
- b) Zona Primitiva Medianamente Frágil – Tem por objetivo manter a qualidade natural do ambiente, permitindo o acesso limitado e o estabelecimento de algumas facilidades aos visitantes, para fins educativos e científicos, está incluída nessa zona e localiza-se principalmente nos módulos Fantasminha, Uruçora e das Perobas.
- c) Zona de visitação e Uso Extensivo – Como é composta por áreas naturais ou alteradas, onde a estado ambiental apresenta-se estável, possibilita o acesso intensivo, destina-se ao uso público mais intenso, havendo então, a possibilidade da realização de passeios ecológicos, atividades recreativas e de pesquisa.
- d) Zona de Recuperação – É uma zona de caráter provisório e, a partir do momento que ocorrer a recuperação dos ecossistemas nela envolvidos, a mesma poderá ser incorporada às demais zonas antes descritas. Porém, dependerá da sua capacidade de suporte e locais que possam restringir seu acesso. Toda a área do módulo Corujinha, grande parte da porção sul do módulo Mandhuy e parte do módulo das Perobas.
- e) Zona de Uso Especial - É formada por áreas naturais ou alteradas pela ação antrópica, existindo edificações dentro dos limites do Parque, com a finalidade de desenvolver atividades recreativas, à manutenção das atividades do Parque, como recepção ao visitante, Centro de Educação Ambiental/Secretaria do Meio Ambiente, também acomoda o Posto do Policia Militar Ambiental.

Figura 51- Zoneamento do Parque Municipal Cinturão Verde



Fonte; Souza, N.L. 2010.

5.1 – Exterioridades e aspirações dos moradores do entorno do Parque Cinturão Verde

A identificação dos bairros imediatamente periféricos, no entorno do PCVC fez-se a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no Universo Censitário, Censo de 2010.

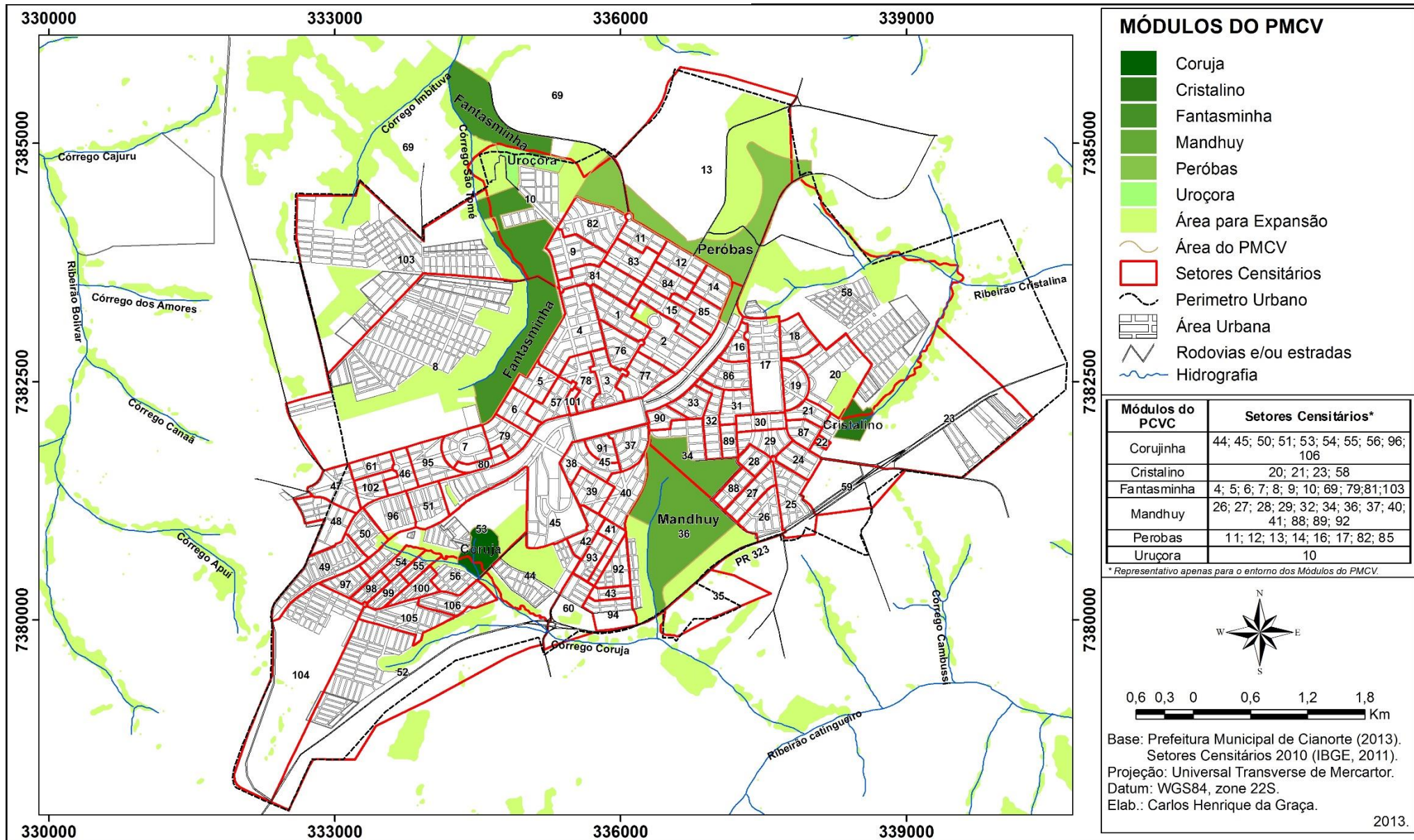
O município de Cianorte foi distribuído pelo IBGE em 113 setores censitários. Desses, 106 cobrem a área sede do município e, 7 setores abrangem os dois distritos: São Lourenço e Vidigal. Dos 106 setores censitários da área sede, 92 estão no perímetro urbano e, o restante (14 setores) pertencem a zona rural. Para fins desse estudo, e seguindo o critério de proximidade, abstraiu-se 46 setores censitários, que se aproximam fisicamente da área dos módulos que juntos compõem o território do Parque (Figura 53).

Dos 46 setores censitários selecionados, 44 são exclusivamente urbanos, 1 (n° 69), que aproxima-se do módulo Fantasminha é classificado, pelo IBGE, como sendo do tipo Zona rural, exclusive aglomerado rural, que tange esse módulo em parte do seu entorno. O setor censitário de n° 13, presente no entorno do módulo Perobas recebe a tipologia de: Área não-urbanizada de cidade ou vila. Essa condição explica a ausência de alguns equipamentos urbanos, como pavimentação, iluminação e arborização no logradouro em determinados domicílios.

O setor censitário identificado com o n° 45 propaga-se desde o entorno do módulo Perobas até as proximidades do módulo Corujinha. Diante dessa situação, optou-se em considerá-lo como entorno do módulo Corujinha, tendo em vista sua maior influência sobre este.

O módulo Uruçora, o menor em área, encontra-se imediatamente envolto, em parte pelo módulo Fantasminha e, conectado ao setor censitário n° 10, porém esse setor também vincula-se ao módulo Fantasminha. Frente a essa situação, optou-se em analisar os dados desse setor relacionando-o ao módulo Fantasminha. Assim, o módulo Uruçora não aparecera nas análises discutidas a seguir.

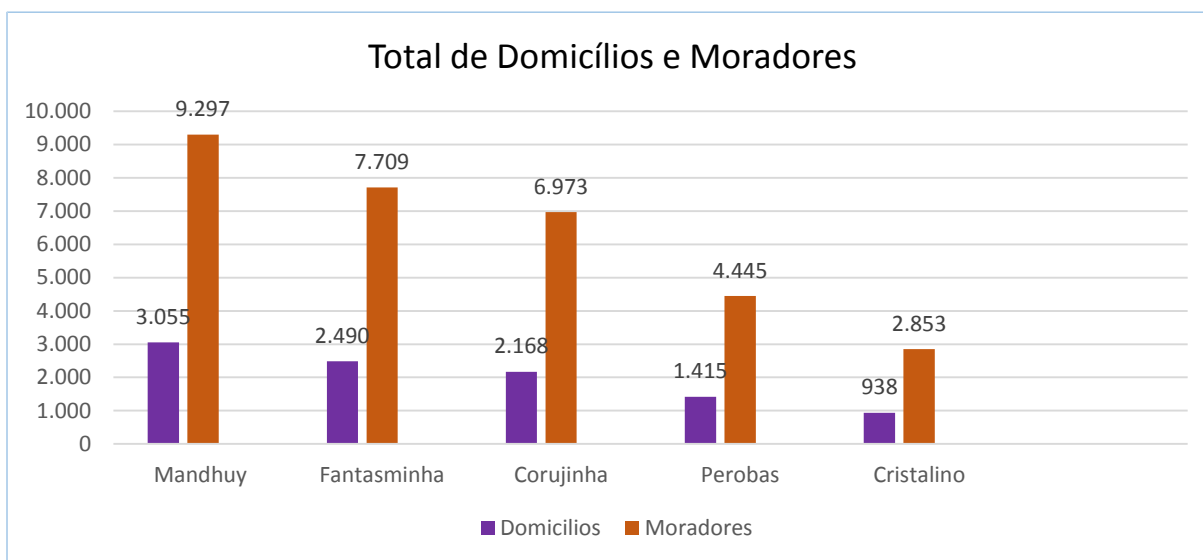
Figura 52 - Setores Censitários no Entorno do Parque Cinturão Verde de Cianorte



Fonte: IBGE – Censo (2010)

No ano de 2010, o número total de domicílios existentes no entorno imediato do Parque é de 10.066 unidades distribuídas entre os 6 principais módulos do PCVC, sendo que o módulo Mandhuy tem em seu entorno o mais expressivo número de habitações com 3.055, seguido pelo entorno do módulo Fantasmilha com 2.490 domicílios e, o módulo Corujinha com 2.168 (Figura 53). (IBGE, 2010).

Figura 53 – Total de domicílios e de moradores nos Setores Censitários do entorno do PCVC



Fonte: Elaborada pela autora

Nos setores censitários selecionados residiam 31.277 pessoas em 2010, sendo aproximadamente 30% e no entorno do módulo Mandhuy; mais de 24% no entorno do módulo Fantasmilha e; com mais de 22% residiam nas proximidades do módulo Corujinha, o que corresponde a 2/3 de toda a população residente nas vizinhanças do PCVC. O restante distribui-se nos módulos Perobas (com mais de 14%) e Cristalino (>9%) do total de pessoas que se enquadram na condição aqui discutida. Nesse interim, cabe informar que a população de Cianorte, em 2010, era 69.958 pessoas, dessas 62.282 residiam na zona urbana, 32.200 mulheres e 30.082 homens (Tabela 7).

O maior adensamento urbano (domicílios e pessoas) presente nas áreas periféricas do módulo Mandhuy, deve-se principalmente a distribuição de sua área na malha urbana, apresentando-se quase ilhado na mesma, além de que, seu entorno abriga também novos bairros de caráter popular, onde os tamanhos dos lotes são menores daqueles primeiros, loteados pela CMNP no plano piloto quando da

formação da cidade de Cianorte. Logo, acomoda maior número de domicílios e igualmente maior número de pessoas.

Das 31.277 pessoas residentes nos setores selecionados: 6,65% encontravam-se na faixa etária de zero a 4 anos de idade, o que representa 2.087 pessoas, das quais 657 no módulo Mandhuy; 477 pessoas residentes no módulo Corujinha, e com número bem próximo a esse, 470 pessoas, no módulo Fantasminha (Tabela 7).

Tabela 7 – População por faixa etária nos setores censitários selecionados no entorno do PCVC

| Módulos PCVC | Total de pessoas | Faixa etária | | | |
|--------------|------------------|--------------|--------------|---------------|--------------|
| | | 0 a 4 anos | 5 a 14 anos | 15 a 59 anos | 60 ou mais |
| Corujinha | 6.973 | 477 | 1.136 | 4.722 | 638 |
| Cristalino | 2.853 | 223 | 396 | 1.986 | 248 |
| Fantasminha | 7.709 | 497 | 1023 | 5.491 | 698 |
| Mandhuy | 9.297 | 657 | 1.356 | 6.153 | 1.131 |
| Perobas | 4.445 | 233 | 568 | 2.990 | 654 |
| Total | 31.277 | 2.087 | 4.479 | 21.342 | 3.369 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 – dados do Universo por setor censitário
Elaboração: Souza. N, L. 2014.

A população de crianças, jovens e adolescentes com idade compreendida entre 5 a 14 anos representavam 14,32% do total ou 4.479 indivíduos, que somadas à população de idosos acima de 60 anos, 10,77% do total equivalente a 3.369 pessoas, totalizam 7.848 pessoas ou 25,09% do total da população residente nos setores escolhidos, configurando um público potencial para o desenvolvimento de atividades físicas próprias para a terceira idade, ou como alguns preferem, a melhor idade, e de lazer e educação ambiental nas áreas do PCVC (Tabela 7).

O Parque Cinturão Verde dispõe de uma estrutura física elementar, que funciona como atrativo para as pessoas, de modo geral, independente da faixa etária a que pertencem e se residem ou não no seu entorno. Mas, para aqueles que moram diante do Parque ou em suas proximidades ou tem como parte do seu lugar de morada, para alguns a própria extensão do seu quintal. Então, os equipamentos favorecem a aproximação com o Parque, permitindo que o percebam como opção de recreação, lazer e contemplação. E assim, passam a identificá-lo e valorizá-lo como patrimônio coletivo que qualifica o cotidiano da comunidade que o rodeia.

Para corroborar esse entendimento aponta-se Furlan (2004), que ao analisar os conceitos de identidade e lugar em Ilhabela, litoral de São Paulo, observa que:

A percepção do lugar pode ter um caráter individual, mas que se projeta como percepção coletiva, na medida em que expressa seletivamente aquilo que uma pessoa, grupo social ou segmento cultural tem como interesses diante daquilo que está acostumado a observar e vivenciar. A identidade está profundamente enraizada ao contexto sociocultural de um lugar (FURLAN, 2004. p.234).

Os equipamentos que compõem a estrutura do Parque estão dispostos, nos módulos, em sua parte externa, sendo composta por pista de caminhada (30 km), campos de futebol, ciclovia (4 km) algumas áreas recreativas (parques infantis) com gangorra, barras de alongamento, balanço, escorregador de metal, aparelhos para alongamento e ATI's (Academia de Terceira Idade). Entretanto, em todo o entorno não há bebedouros e sanitários para uso público (Tabela 8).

Tabela 8 – Infraestrutura existente nos módulos do Parque Cinturão Verde

| Módulos PCVC | Principais equipamentos | | | | |
|--------------|-------------------------|-------------------|-----------|-----------------|-------|
| | Pista de caminhada | Campos de futebol | Alongador | Parque infantil | ATI's |
| Corujinha | 1 | 1 | - | - | - |
| Cristalino | - | - | - | - | - |
| Fantasmilha | 1 | - | 2 | - | 3 |
| Mandhuy | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 |
| Perobas | 1 | - | 1 | - | - |

Fonte: Levantamento de campo realizado no entorno do PCVC
Elaboração: Souza. N, L. 2014.

O uso desses equipamentos pelos moradores do entorno imediato do módulo Mandhuy, foi objeto de pesquisa da autora e, concluiu-se naquele momento, que há ausência de alguns equipamentos para uso público tais como: trilhas, quadras para a prática de esportes, melhorias no parque infantil etc., e os existentes – pista de caminhada, brinquedos infantis, alongadores, carecem de manutenção (SOUZA, 2010).

No levantamento realizado para a confecção do plano de manejo do Parque, 87% dos entrevistados sugeriram a inserção de mais equipamentos de diversão, demonstrando que têm expectativas diversas de lazer na área do Parque, para além da preservação da natureza ou da biodiversidade. A seguir estão alguns dos anseios dos entrevistados:

[...] devia ter um lago e equipamentos para fazer exercícios como o Parque do Ingá e o de Campo Mourão. [...] gostaria que fosse igual como em Campo Mourão, porque lá foi feito um trio no meio. [...] prá dizer que é parque precisa limpar por dentro. [...] gostaria de ter locais para piquenique. [...] uma aguinha para o povo se divertir, para fazer churrasco. [...] podia fazer um bosque, banquinhos, para fazer reunião aos domingos, jogar baralho. (CIANORTE, 2010, p, 167).

As aspirações dos usuários em relação a área, também chamou a atenção por algumas se contraporem completamente às finalidades as quais o Parque se destina. Como, por exemplo, a inserção de um zoológico com animais, lago com pedalinhos, churrasqueiras, quiosques dentro da mata, entre outros. (SOUZA, 2010).

A sugestão de inserção de zoológico no PCVC, também remete aos que existiram no Parque do Ingá em Maringá e no Parque Arthur Thomas em Londrina. Ambos fechados devido à baixa qualidade do local dispensada aos animais. A existência de zoológico em uma UC é completamente equivocada, pois foge dos seus objetivos que é de manter as condições dos ambientes naturais e não transformar o espaço em espetáculo da vida silvestre para os humanos.

A contraposição desses anseios da população que utiliza ou gostaria de fazer uso do Parque Cinturão Verde, e por este ser uma área de relevante interesse de valores de uso, apresenta questões relacionadas direta ou indiretamente a sua condição estabelecida enquanto área de preservação. Assim, há de se ter claro para a população as atividades passíveis de serem realizadas neste tipo de espaço natural, que se limita ao desenvolvimento de pesquisa científica, a educação ambiental e o lazer, incluso neste o turismo.

De acordo com informações do plano de manejo do Cianorte (2010); Souza (2010) e Souza e De Angelis (2011) é possível deduzir que a população residente em Cianorte apreende o Parque mais como uma área com função sociocultural, potencializada nos bairros onde o poder aquisitivo limita a compra de lazer. Ou seja, numa razão quase diretamente proporcional o Parque terá maior importância ambiental para aqueles indivíduos com renda maior e, para aqueles com renda inferior aos primeiros o valor sócio cultural será expressivo.

Em estudo realizado por Souza (2010), sobre a função social e ambiental do Parque Natural Municipal Barigui, em Curitiba/Pr, também observou maior interesse dos usuários nas estruturas voltadas às funções sociais do referido Parque, e isso se

deve, aos atrativos voltados às atividades de recreação e cultura, a amplitude da área e à qualidade da estrutura, do que suas funções ambientais, entretanto alerta que

[...] o lazer e as atividades de recreação realizadas em áreas verdes são essenciais [...] tais áreas não se destinam somente a esta finalidade. Assim, cabe destacar, também, a proteção dos ecossistemas, da biodiversidade, da permeabilidade do solo, das matas ciliares e de habitats da fauna e da flora, além do controle da poluição hídrica, atmosférica e sonora. Portanto, além da real importância para a vida urbana, compreendendo objetivos fundamentais da existência destes espaços, as áreas verdes são possuidoras da capacidade de desenvolvimento e manutenção da estabilidade e do equilíbrio das relações da cidade com seu meio ambiente [...] (SOUZA, 2010, p.37).

Numa primeira perspectiva analítica, deve-se compreender o que seja o ambiental nas cidades. Costuma-se associar o ambiental apenas ao natural. Entretanto, o ambiental, principalmente nas cidades, também contempla o social. Como enfatiza a autora: “[...] o ambiental não se restringe ao conjunto de dinâmicas e processos naturais, mas das relações entre estes e as dinâmicas e processos sociais” (SPÓSITO, 2003, p. 295).

Nessa perspectiva, os parques urbanos, independente da sua finalidade são compreendidos pelas populações como espaços para lazer. E no caso do Parque Barigui, em Curitiba/Pr, a sua infraestrutura representa, em grande parte, as aspirações dos moradores de Cianorte para que sejam inseridas no Parque Cinturão Verde.

O Parque Barigui é considerado bem estruturado [...] por comportar amplo estacionamento, churrasqueiras, banheiros, restaurantes, bares, quadras de esporte, equipamentos para atividades físicas [...], iluminação para atividades noturnas, bancos para estar, arborização, aspectos de limpeza, pista pavimentada para pedestre, ciclovia e pavilhão para eventos, dentro outros elementos (SOUZA 2010, p. 100).

O autor *op. cit.*, pontua que, para o usuário utilizar os componentes da estrutura dispostas na área de um parque, “torna-se crucial encontrar, no local, alimentação, água e sanitários”. (SOUZA, 2010, p.100).

O PCVC poderia acolher os moradores mais propensos a prática de atividades recreativas. Como se percebe, o entorno dos módulos Corujinha, Cristalino e Mandhuy reside mais de 60% (2.017 pessoas) dos idosos, com mais de 60 anos, e 64,47% das crianças, adolescentes e jovens entre 5 e 14 anos (2.888 pessoas), desejosos por espaços de recreação e lazer. (Tabela 7).

Para Dumazedier (2004), cada membro da família, reivindica repouso, o que, segundo o autor “resulta na procura de condições *optima* de areação, insolação, áreas

verdes e isolamento. Nos dias de hoje, elas tendem fazer parte do mínimo vital que cada indivíduo tem direito de exigir para seu descanso” (DUMAZEDIER, 2004, p.126).

Quando o lazer não pago é escasso, o indivíduo poderá buscá-lo mediante compra. Porém, para cerca de 60% dos responsáveis pelos domicílios do entorno dos módulos Corujinha, Cristalino e Mandhuy, a renda concentra-se na faixa de até 3 salários mínimos (Tabela 9).

Dos 10.066 responsáveis por domicílios dos setores do entorno do PCVC, 23,49% encontravam-se sem rendimento ou com rendimento mensal inferior a um salário mínimo (s.m); a maior parcela dispunha de 1 a 3 s.m, representando 52,82 % de os responsáveis pelos domicílios; na faixa entre 3 a 10 s.m somavam-se 21,32 % destes e com renda superior a 10 s.m, o total era de 2,37% dos responsáveis. A maioria ou 86,44% dos responsáveis por domicílio com renda superior a 20 s.m residiam nos domicílios do entorno dos módulos Fantasmilha e Perobas, enquanto que 67,85% dos sem rendimento e com renda inferior a 1 s.m residiam no entorno dos módulos Corujinha, Cristalino e Mandhuy (Tabela 9).

Tabela 9 – Renda do responsável pelo domicílio dos setores censitários no entorno do PCVC

| Faixa de renda do responsável pelo domicílio | Módulos do Parque Cinturão Verde | | | | | | | | | |
|--|----------------------------------|------------|------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|
| | Corujinha | | Cristalino | | Fantasmilha | | Mandhuy | | Perobas | |
| | Total | % | Total | % | Total | % | Total | % | Total | % |
| Sem rendimento | 125 | 5,76 | 39 | 4,16 | 237 | 9,53 | 160 | 5,24 | 98 | 6,92 |
| Até 1 s.m | 445 | 20,48 | 180 | 19,19 | 232 | 9,31 | 655 | 21,44 | 193 | 13,64 |
| Mais de 1 a 3 s.m | 1279 | 58,95 | 556 | 59,27 | 884 | 35,50 | 1874 | 61,34 | 724 | 51,16 |
| Mais de 3 a 5 s.m | 202 | 9,32 | 122 | 13,00 | 506 | 20,32 | 264 | 8,06 | 223 | 15,76 |
| Mais de 5 a 10 s.m | 97 | 4,47 | 37 | 3,94 | 461 | 18,51 | 93 | 3,04 | 142 | 10,03 |
| Mais de 10 a 20 s.m | 16 | 0,74 | 3 | 0,31 | 128 | 5,14 | 7 | 0,23 | 25 | 1,77 |
| Mais de 20 s.m | 4 | 0,18 | 1 | 0,11 | 42 | 1,69 | 2 | 0,65 | 10 | 0,72 |
| Total | 2168 | 100 | 938 | 100 | 2490 | 100 | 3055 | 100 | 1415 | 100 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 – dados do Universo por setor censitário
Organização: Souza, N, L. 2014.

Os três módulos do PCVC, citados anteriormente, encontram-se na porção sul da cidade de Cianorte, envoltos por bairros populares, que abrigam residências, cujo o planejamento urbano, realizado pela CMNP foram destinadas às classes operárias (CMNP, 1975), o que reforça as observações feitas em Dias (1998), ao afirmar que o zoneamento efetivado por esse agente colonizador induziu intencionalmente a

dinâmica de urbanização desigual, a linha férrea atendia a intencionalidade da CMNP em apartar socialmente os bairros.

O gestor público (Municipalidade) vem historicamente cooperando para a manutenção dessas distinções espaciais na cidade de Cianorte. No caso específico do Parque, as diferenças saltam aos olhos do observador, mesmo aquele mais desatento, percebe a qualidade dos equipamentos da infraestrutura construída no entorno do PCVC, entre os módulos localizados ao sul e ao norte da linha férrea, que está posicionada sobre o espigão principal e divide a cidade em dois compartimentos.

Nos módulos Fantasminha e Perobas, localizados ao norte da ferrovia, os equipamentos são de melhor qualidade, como a pista de caminhada com pavimentação em perfeitas condições, os postes de iluminação do tipo Republicano (Figura 54), a presença das palmeiras imperiais, defronte ao módulo Perobas, os cuidados com o gramado, o que resulta em um arranjo urbano de uma beleza singular.

Figura 54 –Postes de iluminação do tipo republicano no entorno do módulo Perobas do Parque Cinturão Verde



Fonte: Nadir Leandro de Souza, 2014

Enquanto que, nos módulos Cristalino e Corujinha os materiais utilizados para a confecção da infraestrutura, quando há, é nitidamente inferior. A pista de caminhada, com muitas imperfeições, localizada na porção leste e nordeste do módulo Mandhuy também recebeu iluminação específica, pois está inserida em uma ampla área

gramada, no entanto, os postes são de alumínio bem diferentes dos republicanos existentes no entorno dos módulos Fantasmilha e Perobas (Figura 55).

Figura 55 – Postes de alumínio no entorno do módulo Mandhuy do Parque Cinturão Verde



Fonte: Nadir Leandro de Souza, 2014

A pista de caminhada no entorno do módulo Mandhuy é interrompida (Figura 58) nas proximidades da erosão conhecida como Mão Biela. Esta área, de domínio da erosão, pertence a CMNP.

Em partes do entorno do módulo Mandhuy o espaço recoberto com gramas permite a introdução de equipamentos de recreação para uso da população, porém o que se tem são alguns pequenos campos de futebol e dois parques infantis, todos em condições precárias. Entretanto, apesar da qualidade inferior dos equipamentos e da estrutura física a presença do PCVC resulta em um acabamento urbanístico importante.

O tratamento diferenciado dirigido aos módulos, pelo gestor público, é percebido pelos usuários e moradores dos bairros que margeiam os módulos Cristalino, Corujinha e Mandhuy, localizados ao sul da ferrovia. Quando questionados sobre os cuidados com o Parque, pela equipe que elaborou o plano de manejo do Parque, alegaram que:

Lá no parque de cima mora o pessoal da elite, aqui moram os trabalhadores, e quem não trabalha em facção está na fábrica. Lá é mais bem cuidado, tem pista e é mais limpo. Lá em cima eu sei que a polícia passa mais vezes. O parque de cima é mais bem organizado, este aqui (*módulo Mandhuy*) é uma bagunça, lá em cima é difícil ver coisas quebradas, é mais bem cuidado. Espero que eles (*gestor*) façam as mesmas melhorias de lá em cima. Devia fazer a trilha [...], aqui também tem gente. Cianorte tem pouco local de lazer e a trilha da Perobas (*localizada no módulo Perobas*) é muito longe. (CIANORTE, 2009, p.180) (Grifos nossos).

Alguns moradores do entorno dos módulos Fantasminha e Perobas apresentam conhecimento ignóbil, em relação aos espaços dos módulos Mandhuy, Corujinha e Cristalino, ao considerarem importante a formação do Parque, alegam que “Se eles (CMNP e Poder Público) mexessem (nos fragmentos florestais), isso ia dar tudo favela, igual lá em baixo, na cidade”. Note-se, em Cianorte não há nenhum local que assemelha-se a favelas. (CIANORTE, 2010, p. 181).

O módulo Mandhuy, passou por intenso processo de regeneração (Figura 56), a partir da consolidação do Plano de Manejo, em 2010, como a recomposição da vegetação que encontrava-se significativamente alterada (Figura 58), com espécies nativas, instalação de cerca de alambrado, ampliação da pista de caminhada, coleta constante de lixo, entre outras ações que vêm apresentando modificações positivas no conjunto da paisagem.

Nessa perspectiva, as ações implementadas no módulo Mandhuy, parte do Parque Cinturão Verde, já apresentam resultados. Os mesmos atores sociais que participaram da sua alteração, por meio do corte raso, da retirada das espécies e do fogo, também são capazes de promover a interferência positiva nos processos de resiliência da cobertura vegetal, e assim, acelerar o que levaria décadas para ocorrer (Figura 57).

De acordo com informações dos técnicos da SMMA, a presença de algumas espécies, como a *Pleopeltis pleopeltifolia* (Raddi) Alston (samambaias) impedia o desenvolvimento de outras espécies.

Ao dar início ao processo de recuperação da cobertura florestal do módulo Mandhuy, a partir de 2008, 64 hectares, dos 88 hectares que compreende a área do módulo Mandhuy (Figura 58) encontravam-se, “[...] intensamente alterada, devido ao corte indiscriminado das espécies mais valiosas e aos incêndios constantes, o que resultou numa condição de extrema degradação, [...] encontram-se recobertos por capoeira.” (SOUZA,2010, p.76).

Figura 56 - Realização de melhorias e processo de reflorestamento do módulo Mandhuy. A) Retirada de capim colônio e samambaias; B) Mudanças de espécies nativas plantadas nas áreas limpas; C) Mudanças desenvolvidas; D e E) Pista de caminhada no setor oeste do módulo e F) Área Recuperada do Módulo Mandhuy

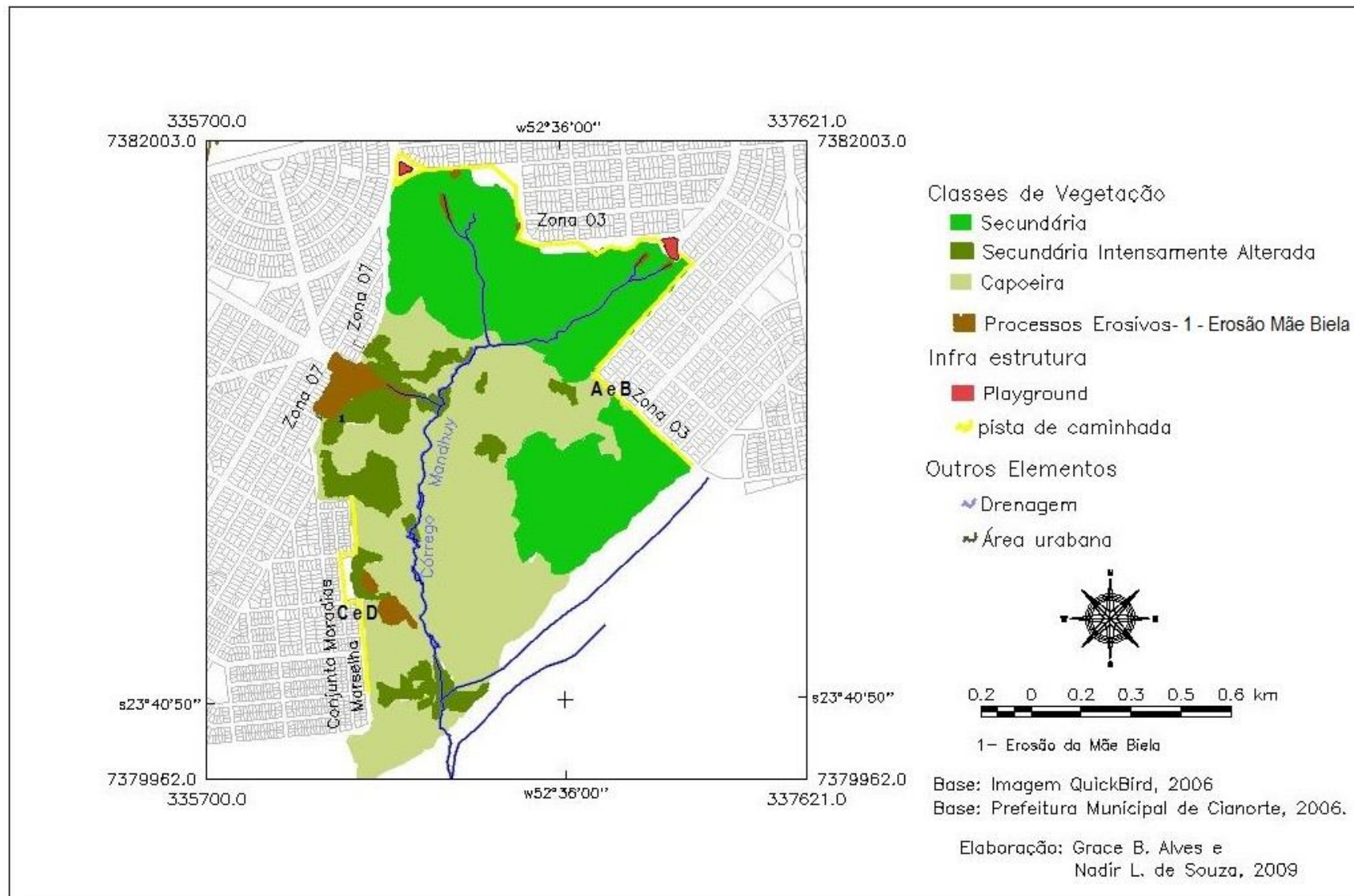


Figura 57– Entorno do módulo Mandhuy/PMCVC – área correspondente ao item A da Figura 56



Fonte: Nadir Leandro de Souza, 2014.

Figura 58 - Aspectos da cobertura vegetal do módulo Mandhuy – PCVC



Fonte: SOUZA, 2010

Na página oficial da Prefeitura Municipal de Cianorte, o Parque Cinturão Verde é representado pelos módulos Fantasmilha, Uruçora e Perobas (Figura 59). O módulo Mandhuy e os bairros do seu entorno, mesmo compondo um conjunto harmônico entre natureza e cidade não aparece em nenhuma imagem ilustrativa do PCVC.

Figura 59: Vista aérea do PCVC – Módulos Fantasmilha, Uruçora e Perobas.



Fonte: http://www.cianorte.pr.gov.br/secretarias/meio-ambiente/_PM de Cianorte, 2014.

Em outras imagens, (Figura 60) também disponíveis no mesmo endereço eletrônico, mantem-se o destaque para esses módulos. Realçando a parte do entorno acessível à população. A esquerda destaca-se a entrada da Trilha do Fantasmilha e parte da pista de caminhada, e a direita a pista de caminhada no entorno do módulo Perobas.

Frente ao exposto fica uma certeza: os intentos do zoneamento do novo núcleo urbano, implantado pela CMNP, se mantiveram até então. A população identifica dois parques em condições extremas: o de cima e o de baixo. Ou melhor, um ao norte da linha férrea: belo, limpo, atrativo para o turismo e lazer, o cartão postal de Cianorte; e outro ao sul da ferrovia: perigoso, sujo, feio, alvo de queimadas, escuro etc.

Figura 60 - Parte do Parque Cinturão Verde de Cianorte (Módulos Fantasmilha e Perobas)



Fonte: <http://www.cianorte.pr.gov.br/secretarias/meio-ambiente> - PM Cianorte, 2014.

As ações de cuidados e melhorias realizadas pelo gestor no PCVC só é possível mediante recursos que são derivados da contribuição de todos os cidadãos cianortenses. Portanto, a partilha igualitária dos mesmos deve ser observada como parte das políticas públicas, incluindo a participação do cidadão, para que a diferenciação urbana, planejada e implementada pelo agente colonizador, não seja alentada ainda mais.

O exposto acima é visivelmente percebido pelo morador do entorno do módulo Mandhuy, em seu depoimento: “A gente paga o mesmo imposto que eles lá”, referindo-se aos moradores do entorno dos módulos Fantasmilha e Perobas. (CIANORTE, 2010. p. 179).

Porém, Furlan (2004), adverte que as políticas públicas com participação social ainda se encontram em construção no Brasil e mesmo quando há o envolvimento do cidadão,

[...] são fragmentários, e muitas vezes cooptados por interesses maiores, conduzidos já no seu nascedouro, por ideologias que vedam os olhos dos cidadãos e que mutilam sua autonomia e prática democrática de tomada de decisão. Na verdade em muitas iniciativas os processos participativos impõem uma nova identidade aos cidadãos não incentivando sua capacidade de poder ver, analisar, refletir e tomar decisão (FURLAN, 2004.p. 226-227).

De modo geral, as políticas públicas poderiam ser melhor implementadas a fim de atenuar, nas cidades, os processos cada vez mais complexos de controle. Silva e Hainard (2003) listam alguns desafios urbanos como: moradias saudáveis e seguras, acesso à água tratada, ar limpo; sistema de esgoto, serviços de recolhimento e

tratamento de lixo doméstico; transporte público; informação e educação para todos, principalmente em matéria de saúde e nutrição; garantia de condições de vida decentes e existência de espaços verdes (SILVA; HAINARD, 2003).

Para esse estudo, a dimensão gênero, circunscreve-se ao número de indivíduos e distribuição entre gênero responsáveis pelos domicílios, expressos na tabela a seguir (Tabela 10).

Tabela 10—Distribuição entre Gênero e Responsáveis pelo domicílio no entorno do PCVC

| Módulos PCVC | Total de domicílios | Distribuição de Gêneros e Responsável pelo domicílio | | | | | | | |
|--------------|---------------------|--|--------------|-----------------|--------------|----------------|--------------|-----------------|--------------|
| | | Homens | | | | Mulheres | | | |
| | | Total De Resp. | % | Total De Indiv. | % | Total de Resp. | % | Total de Indiv. | % |
| Corujinha | 2.168 | 1446 | 67 | 3429 | 49 | 722 | 33 | 3544 | 51 |
| Cristalino | 938 | 692 | 74 | 1412 | 49,5 | 246 | 26 | 1441 | 50,5 |
| Fantasmilha | 2.490 | 1596 | 65,1 | 3695 | 47,93 | 894 | 35,9 | 4014 | 52,07 |
| Mandhuy | 3.055 | 2007 | 68 | 4516 | 49 | 1048 | 32 | 4781 | 51 |
| Perobas | 1.415 | 934 | 66 | 2102 | 47,29 | 481 | 34 | 2343 | 52,71 |
| Total | 10066 | 6.675 | 66,32 | 15154 | 48,45 | 3.391 | 33,68 | 16123 | 51,55 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 – dados do Universo por setor censitário
Organização: Souza. N, L. 2014.

A Tabela 10 permite visualizar 1/3 dos domicílios situados no entorno do Parque Cinturão Verde tem as mulheres como responsável (33,68%), não havendo significativas variações entre os domicílios que contornam os módulos, situação que se repete quando se analisa os setores censitários individualmente. Porém, mesmo quando as mulheres não são as responsáveis direta pelo domicílio, na visão de institutos de pesquisa, a exemplo do IBGE, serão elas que, de acordo com os estudos de SILVA e HAINARD (2003),

[...] sabem do que precisam para acessar os recursos e serviços. Para elas, o valor de uma casa se expressa na diversidade e na qualidade dos serviços disponíveis, na oferta de comércio próximo, na facilidade de acesso ao trabalho e de ter quem cuide das crianças, nos espaços de lazer, numa boa rede de transporte e no diz respeito à segurança. (SILVA e HAINARD, 2003, p. 73).

Outro dado interessante está na distribuição do número de indivíduos entre homens e mulheres, nos conjuntos de setores censitários no entorno de cada um dos módulos, note-se nos dados da tabela que o total absoluto de mulheres é sempre

superior ao total de homens, mantendo-se a porcentagem, com pequenas variações entre um conjunto e outro. Em resumo, os homens representam 48,45% do total da população do entorno do PCVC, o que corresponde a 15.154 pessoas, enquanto que as mulheres somam 16.123 pessoas, ou seja, 51,55% do total de moradores.

Para atingir um empoderamento (político e social) que favoreça a participação de todo agente social, a condição de alfabetizado ou não é de se apreciar. O IBGE considera que uma pessoa seja alfabetizada se ela for capaz de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece (IBGE, 2011).

Para efeito desse estudo considerou-se apenas a normatização do IBGE, independentemente do nível de educação formal que um indivíduo pode receber durante toda a sua vida. Assim, das 31.277 pessoas residentes no entorno do Parque Cinturão Verde, 88,49%, ou seja, 27.677 pessoas, encontravam-se na condição de alfabetizados. O restante, 3.600 pessoas dividem-se entre os menores de 5 anos, não considerados na análise do IBGE, (2.087 pessoas); e as pessoas com mais de 5 anos que se enquadram na condição de analfabetos 1.513 pessoas, (4,84%), são indivíduos que de fato não estão aptos na condição de alfabetizados (Tabela 11).

Tabela 11 - Moradores alfabetizados residentes no entorno do Parque Cinturão Verde

| MÓDULOS PCVC | Total de moradores | Menores de 5 anos | Pessoas com mais de 5 anos alfabetizadas | Pessoas com mais de 5 anos analfabetas | |
|-----------------|-----------------------|----------------------|--|---|-------|
| Corujinha | 6973 | 477 | 6040 | 456 | 7,00% |
| Cristalino | 2853 | 223 | 2488 | 142 | 5,40% |
| Fantasmilha | 7.709 | 497 | 7034 | 178 | 2,31% |
| Mandhuy | 9297 | 657 | 8069 | 571 | 6,60% |
| Perobas | 4445 | 233 | 4046 | 166 | 3,73% |
| Total | 31.277 | 2.087 | 27.677 | 1513 | 4,84% |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 – dados do Universo por setor censitário
Organização: Souza, N, L. 2014.

É possível ainda abstrair da Tabela 11 maiores informações como a porcentagem de analfabetos em cada módulo, vê-se então que as taxas de analfabetos dos módulos Corujinha, Cristalino e Mandhuy, são consideravelmente superiores aos dos moradores do entorno dos módulos Fantasmilha e Perobas, alcançando as classes operárias, expostas às maiores privações de atenção do poder

público em suas necessidades. Mas é no entorno dos módulos Corujinha e Mandhuy, onde estão os maiores índices de analfabetismo.

A escolaridade é um condicionante importante para disseminar as ações de preservação em áreas protegidas. Nesse viés, os resultados alcançados no plano de manejo da unidade demonstram que

[...] grande parte dos entrevistados (37%) informou ter até a 4ª série do ensino fundamental, 27% dos moradores tinham ensino médio completo, 18% deles tinham ensino médio incompleto, 9% deles tinham ensino fundamental incompleto e 9% tinham ensino fundamental completo (CIANORTE, 2010, p.63).

Frente aos dados do IBGE (2010), e do plano de manejo (2010) nota-se que o nível de escolaridade assenta-se, principalmente, em poucos anos de bancos escolares, o que constitui em um fator que merece ser considerado para a implementação de ações para o desenvolvimento da Educação Ambiental.

Considerando-se as especificidades e aspirações dos moradores do entorno imediato do PCVC que, possivelmente, representam os anseios da maioria dos moradores de Cianorte, o item a seguir busca investigar as pretensões desses sujeitos em relação ao Parque Cinturão Verde.

5.1.1. Aspirações dos moradores de Cianorte em relação ao Parque Cinturão Verde

A presença de áreas verdes em cidade, independente da categoria a que se enquadrem, acende pretensões nos moradores que a nota como possibilidade em potencial para desfrutar do seu espaço. Representam a oportunidade para a prática de lazer, atividades físicas e contemplação.

Mazzei et al. (2007, p. 37) conceituam as áreas verdes urbanas como: “qualquer espaço urbano fora das edificações e ao ar livre, de caráter aberto e, independente do uso, é destinado ao pedestre e ao público no geral”, ou seja, espaços livres para o lazer.

Os moradores das cidades buscam estar em contato com a natureza, para sair da rotina da vida urbana, que muitas vezes conduz ao estresse. Por essa ótica, as cidades que dispõem desse tipo de área, a exemplo de Curitiba, capital paranaense, a cidade de São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Brasília, capital do país, entre tantas outras, com infraestrutura para uso público, acolhem diariamente muitos visitantes,

principalmente aos finais de semana, para a prática de atividades esportivas e participar de eventos culturais, ou simplesmente contemplam espaços em contato com a natureza.

Loboda e De Angelis (2005, p.131) compreendem que a qualidade de vida urbana relaciona-se a vários fatores entre os quais estão “[...] ligados à questão ambiental. No caso do ambiente, as áreas verdes públicas constituem-se elementos imprescindíveis para o bem estar da população, pois influencia diretamente a saúde física e mental da população”.

A presença do público nas áreas verdes, principalmente em parques, está diretamente associada a existência de estrutura física, também conhecida como aspectos de ordem material (bancos, quadras esportivas, áreas para piqueniques, bebedouros, iluminação, sanitários, acessibilidade etc.) e a presença de vegetação, animais, água (lagos, rios), que remete ao ideário natural, além da possibilidade de poder circular por trilhas naturais.

Entretanto, para Mazzei et al. (2007, p.39) as áreas verdes não têm por finalidade exclusiva a recreação e o lazer, “[...] porém, devem ser dotadas de infraestrutura e equipamentos para oferecer opções de lazer e recreação às diferentes faixas etárias, a pequenas distâncias da moradia”.

Mas quando a área é uma unidade de conservação a situação de uso deve observar uma série de normas estabelecidas pelos órgãos ambientais, pois sua finalidade relaciona-se, primeiramente, a conservação e recuperação dos seus atributos ambientais. Sendo permitidas apenas o turismo ecológico que não ofereça risco aos seus ecossistemas.

O fato do Parque Cinturão Verde de Cianorte constituir-se em uma UC limita o acesso da população. Mesmo assim, dispõe de alguma estrutura, como citado no item anterior, porém, aquém do que se espera frente a demanda reprimida por espaços de lazer existente em Cianorte.

O aparato material para acolher os visitantes remete o PCVC a uma situação contraditória, pois ao mesmo tempo em que ostenta um respeitável conteúdo natural, com considerável riqueza de espécies da fauna e flora e processos ecológicos importantes, em plena cidade, não acomoda os anseios da população, que espera poder usufruir de um espaço onde seja possível realizar atividades análogas aquelas que ocorrem em outras cidades brasileiras que dispõem de espaços semelhantes.

As observações feitas pelos moradores e usuários (CIANORTE, 2010; SOUZA, 2010), em relação aos usos atribuídos ao PCVC expressam o desejo desses em relação a área. Na tentativa de tornar o mais claro possível suas aspirações, os moradores de Cianorte, por diversas vezes, fazem menções aos parques de Maringá e de Curitiba.

Os moradores que citam o Parque do Ingá, em Maringá, já tiveram a oportunidade de visitá-lo e usufruir do seu espaço. Alunos da rede básica de ensino de Cianorte costumam visitar esse parque localizado na cidade vizinha⁴⁰. As visitam têm por objetivo conhecer o Parque e um pouco da cidade de Maringá.

O Parque Barigui e o Jardim Botânico, ambos localizados em Curitiba, também são lembrados pelos moradores, quando o assunto é infraestrutura. Enquanto que, o Parque Arthur Thomas, localizado em Londrina, com estrutura física semelhante ao Parque Ingá, foi pouco mencionado.

No entanto, os parques de Umuarama, com pouca ou quase nenhuma estrutura física para os visitantes, não representa atração para os moradores de Cianorte.

As estruturas e equipamentos dos parques existentes nas cidades de Londrina e Maringá (Tabela 12) constituem-se no ideal de parque urbano para os moradores de Cianorte. A carência por espaços de lazer não pago, em Cianorte explica o anseio dos moradores por espaços onde o indivíduo seja oportunizado a desenvolver atividades esportivas, prática de exercícios físicos, estabelecimento de novas relações de convivência, aprendizados de cidadania, empoderamento cultural das pessoas que passam a valorizar, respeitar e estreitar laços de harmonia e pertencimento com o Parque.

As trilhas, o espelho de água, mas, principalmente, a possibilidade de adentrar ao parque, leva o morador de Cianorte a reivindicar também essas condições. Fica evidente a necessidade de se construir estrutura física mínima na área do PCVC. A falta de sanitários, bebedouros e segurança já deveria ter sido equacionada.

No Parque Arthur Thomas, em Londrina, as trilhas totalizam 8 percursos diferentes dentro da mata. Um detalhe importante é que a área desse parque é inferior ao do módulo Mandhuy do PCVC, que possui atualmente 489 hectares.

⁴⁰ Maringá localiza-se a 70 km de Cianorte

Tabela 12 - Infraestrutura dos parques de Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama.

| Equipamentos/Estrutura | Londrina | Maringá | | | Umuarama | | PCVC Cianorte |
|--|----------------------------|-------------------------------|---|--------------------|---------------------|--------------------|--------------------|
| | Parque Arthur Thomas | Parque do Ingá Bosque I | Parque dos Pioneiros Bosque II | Horto Florestal | Parque dos Xetás | Bosque Uirapuru | |
| Aparelhos de exercícios Físicos | - | X | X | - | - | - | X |
| Bancos | X | X | X | - | - | X | X |
| Bebedouro | X | X | X | - | - | - | - |
| Campo de Futebol | - | - | - | - | - | - | X |
| Cerca de Alambrado | X | X | X | X | X | X | X |
| Ciclovia | - | - | X | - | - | - | - |
| Edificação Institucional | X | X | X | - | X | - | X (Mandhuy) |
| Equipamentos para usuários da Terceira idade | X Externo | X Externo | X Externo | - | X Externo | X Externo | X Externo |
| Espaço p/ jogos de mesa | X | - | - | - | - | X | - |
| Espelho de água p/ uso (Lago/fonte) | X | X | X | X | - | - | Corpos Hídricos |
| Estacionamento | X | X | X | X | - | - | - |
| Iluminação | X | X | X | - | - | X | X |
| Lixeiras | X | X | X | - | - | X | X |
| Mirante | X | - | - | - | - | - | - |
| Museu Interativo | - | X | - | - | - | - | - |
| Parque Infantil | X | X | - | - | - | X | X (Mandhuy) |
| Pavimentação entorno | X | X | X | X | X (parte) | X | X (partes) |
| Pista de caminhada | X | X | X | X | X | X | X |
| Ponto de água (torneira) | X | X | X | - | - | - | - |
| Ponto de ônibus | X | X | - | - | - | - | - |
| Quadra Esportiva | - | - | - | - | - | - | - |
| Quiosque de alimentação/Souvenir | X | X | - | - | - | - | - |
| Sanitários | X | X | - | - | - | - | - |
| Segurança | X | X | X | - | X | - | - |
| Telefone Público | X | X | X | - | - | - | - |
| Tirolesa e arvorismo | - | X | - | - | - | - | - |
| Trilhas | X | X | - | - | - | - | - |

Fonte: Souza, (2014); Bataliotti (2010); Bovo e Amorim (2011); SMMA de Umuarama (2014).
Organização: SOUZA, N.L., 2014.

Também no Parque do Ingá, em Maringá, a existência de trilhas permite ao visitante caminhar dentro da mata, com atividades acompanhadas por monitores. Esse tipo de atividade poderá vir a ser implementada no PCVC, quando forem melhorados os níveis de recuperação ambiental da sua área.

Uma das funções das unidades de conservação está em fomentar a educação ambiental e, para o PCVC constitui-se em um dos seus objetivos. Manter a área totalmente isolada com cercas de alambrados, não favorece a humanização, o convívio e a melhoria das condições ambientais da unidade. Como o PCVC é uma unidade de conservação, a visita pública em seu espaço deve seguir as orientações do Ministério do Meio Ambiente (M.M.A.) juntamente com a Secretaria de Biodiversidades e florestas; Diretoria de Áreas Protegidas. As diretrizes para visita em UC foram organizadas pelo MMA, devido ao aumento significativo de visitantes em áreas de conservação em todo Brasil, o objetivo desta elaboração é em princípio a conservação da biodiversidade:

[...] deve ser cuidadosamente planejada para que possa cumprir os objetivos de sua criação, além de funcionar como uma ferramenta de sensibilização da sociedade sobre a importância da conservação da biodiversidade e como um vetor de desenvolvimento local e regional. (BRASIL, 2006. p. 7.).

Entre as diretrizes estabelecidas neste documento do MMA está a necessidade de uma estrutura mínima que mantenha a integridade do ambiente assim como dos visitantes e que a visita possa satisfazer as expectativas dos visitantes no que diz respeito à qualidade e variedade das experiências, segurança e necessidade de conhecimento (BRASIL, 2006).

Nesse sentido, a visita do PCVC depende da organização e planejamento do órgão gestor. Entretanto, apesar de ser composto pelos fragmentos florestais existentes desde a origem da cidade, foi elevado a condição de parque há pouco mais de uma década. A sua pouca idade representa uma das razões para sua carência estrutural.

O item a seguir detalha os aspectos relacionadas ao entorno, trazendo para análise os seguintes aspectos: pavimentação, iluminação pública, coleta de lixo, destinação dos efluentes domésticos, acesso a água e energia elétrica, além da arborização.

5.2 – Infraestrutura e saneamento ambiental no entorno do Parque Cinturão Verde de Cianorte

As condições estruturais de saneamento ambiental podem ser compreendidas como o conjunto de medidas que objetivam manter ou alterar positivamente as condições do meio, e assim alcançar salubridade ambiental. Todavia, a oferta do saneamento está associada a outros sistemas constituídos por uma base física e uma base educacional, legal e institucional. Então, para minimizar os efeitos dos danos ao meio se dá através do acesso a água potável, coleta e disposição de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, planejamento de uso da terra urbana, entre outros serviços e obras especializadas, com o objetivo de resguardar e aprimorar as condições da população.

A área no entorno dos módulos, que formam o PCVC, apresenta diversos serviços essenciais em sua infraestrutura. Para fins desse estudo selecionou-se os seguintes serviços: acesso a rede de água, destinação e tratamento dos efluentes domésticos e coleta e disposição de resíduos de diferentes categorias. Discute-se também nesse item a oferta de iluminação pública e a presença de arborização no logradouro dos domicílios. A Tabela 13 a seguir exhibe a disponibilidade desses serviços nos domicílios do entorno de cada um dos módulos.

Tabela 13 - Infraestrutura dos domicílios do entorno do Parque Cinturão Verde

| Módulos do PCVC | Infraestrutura do entorno do PCVC (% de domicílios) | | | | | | | |
|-----------------|---|--------------|---------------------|--------------------|-----------------|--------------------|--------------|--------------|
| | Total de domicílios | Rede de água | Rede pluvial esgoto | Coleta de resíduos | Rede de energia | Iluminação pública | Pavimentação | Arborização |
| Corujinha | 2168 | 99,86 | 9,36 | 99,90 | 99,90 | 97,65 | 97,23 | 95,25 |
| Cristalino | 938 | 97,44 | 30,00 | 97,65 | 100 | 94,88 | 94,00 | 91,36 |
| Fantasminha | 2490 | 99,44 | 68,15 | 99,74 | 99,91 | 99,43 | 99,18 | 98,76 |
| Mandhuy | 3055 | 99,90 | 91,55 | 100 | 100 | 99,80 | 99,44 | 98,79 |
| Perobas | 1415 | 99,72 | 77,31 | 99,85 | 100 | 98,51 | 97,17 | 97,95 |
| Total | 10066 | 98,52 | 59,30 | 98,70 | 99,97 | 97,00 | 96,52 | 95,66 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 – dados do Universo por setor censitário
Organização: Souza. N, L. 2014.

A Tabela 13 evidencia importantes aspectos do nível de oferta dos serviços de saneamento básico nos domicílios do entorno do PCVC. Sendo que, o abastecimento

de água que é proveniente da rede geral de distribuição da Companhia de Abastecimento e Saneamento do Paraná (SANEPAR), que também presta serviço de coleta e tratamento do esgoto e gerencia a coleta e destinação dos resíduos sólidos em Cianorte, alcança número bem próximo ao total (98,52%) dos domicílios em análise, assim como a coleta de resíduos domésticos (98,70%). Porém, a coleta de esgoto é disponibilizada para menos de 60% desses domicílios (59,30%).

No tocante à iluminação pública e a existência de energia elétrica nos domicílios alcança índices elevados, com cobertura próxima a 100% dos domicílios e, é realizada pela Companhia de Energia Elétrica do Paraná (COPEL).

A pavimentação está presente em quase todos os logradouros, alcançando mais de 95% desses. Fato que se assemelha a presença da arborização viária nos mesmo, de acordo com o IBGE. O quesito arborização será discutido mais adiante, visto que o IBGE considera arborizado a face ou face confrontante do domicílio, e também a presença de árvores no canteiro central, o que resulta em elevados índices de arborização, no entanto a ausência de árvores nesses logradouros do entorno do PCVC é nitidamente perceptível.

A disponibilidade desses serviços favorece a conservação dos componentes bióticos e abióticos de toda e qualquer área destinada a preservação, especialmente àqueles localizadas em área urbana. De outro lado, a ausência ou a baixa eficiência de alguns dos serviços, que compõem a infraestrutura de saneamento ambiental do entorno da área de preservação ambiental, pode potencializar a pressão sobre o conjunto do seu ecossistema. Diante disso, a eficácia dos serviços selecionados, disponíveis no entorno Parque serão analisados particularmente, frente aos objetivos de preservação desse espaço.

5.2.1 – Abastecimento de água nos domicílios de entorno do PCVC

É indispensável lembrar que o acesso a água é basilar à existência vegetal e animal. Para o gênero humano a água apresenta inúmeras utilidades desde processos de irrigação, indústria, geração de energia, transportes, preservação da fauna e flora, diluição de efluentes e abastecimento doméstico. (SCARLATO; PONTIN, 1999).

O abastecimento de água, em 2010, nos domicílios do entorno do PCVC, derivado da rede geral de abastecimento era de 98,52% do total de domicílios (urbanos/rurais), os demais domicílios (149 - 1,48%) dependem de água de poço ou

nascente (Tabela 13). Sendo que, 102 domicílios do entorno do módulo Uruçora pertencem ao Setor Censitário de nº 69, que corresponde a área rural, somados aos 13 domicílios do entorno do módulo Fantasminha, num total de 115. No caso dos domicílios do entorno do módulo Cristalino, os 24 domicílios estão em chácaras inseridas no Perímetro Urbano.

Assim, amparados nos dados da Tabela 14 pode-se afirmar que o acesso a água tratada pelos moradores do entorno do PCVC corresponde ao ideal.

Tabela 14 – Situação do abastecimento de água nos módulos do entorno do PCVC

| Módulos do PCVC | Abastecimento de água da rede geral | | | | |
|-----------------|-------------------------------------|-------------|--------------|------------|-------------|
| | Total de domicílios | Com acesso | % | Sem acesso | % |
| Corujinha | 2168 | 2165 | 99,86 | 3 | 0,14 |
| Cristalino | 938 | 914 | 97,44 | 24 | 2,56 |
| Fantasminha | 2490 | 2375 | 95,38 | 115 | 4,62 |
| Mandhuy | 3055 | 3052 | 99,90 | 3 | 0,10 |
| Perobas | 1415 | 1411 | 99,72 | 4 | 0,28 |
| Total | 10066 | 9917 | 98,52 | 149 | 1,48 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 – dados do Universo por setor censitário
Organização: Souza. N, L. 2014.

5.2.2 – Infraestrutura para coleta de esgoto doméstico.

A infraestrutura ofertada, para a coleta e tratamento dos efluentes domésticos, nos domicílios de entorno do PCVC, com base nos dados obtidos junto ao Censo 2010/IBGE, disponíveis na Tabela 15, representa um dos maiores problemas para a manutenção do equilíbrio ambiental do Parque.

O serviço de coleta e tratamento dos efluentes domésticos é disponibilizado para 5.969 domicílios, ou seja, menos de 60 % das residências. Os fatores que dificultam a ampliação desse serviço estão na insuficiência de lagoas de tratamento em todas as bacias hidrográficas.

Tabela 15 – Destino de esgoto doméstico dos domicílios do entorno do Parque Cinturão Verde

| Módulos do PCVC | Aceso a rede de esgoto Tipo de destinação | | | | | | | | |
|-----------------|--|--------------|--------------|---------------|-------------|------------------|--------------|---------------------|----------|
| | Total de domicílios | Rede pluvial | | Fossa séptica | | Fossa rudimentar | | Vala/Rio/Outro tipo | |
| | | Total | % | Total | % | Total | % | Total | % |
| Corujinha | 2168 | 203 | 9,36 | 209 | 9,64 | 1756 | 81,00 | 0 | 0 |
| Cristalino | 938 | 282 | 30,00 | 6 | 0,64 | 650 | 69,36 | 0 | 0 |
| Fantasmilha | 2490 | 1593 | 63,98 | 203 | 8,70 | 694 | 27,87 | 0 | 0 |
| Mandhuy | 3055 | 2797 | 91,55 | 25 | 0,82 | 233 | 7,63 | 0 | 0 |
| Perobas | 1415 | 1094 | 77,30 | 16 | 1,30 | 305 | 21,40 | 0 | 0 |
| Total | 10066 | 5969 | 59,30 | 459 | 4,55 | 3638 | 36,15 | 0 | 0 |

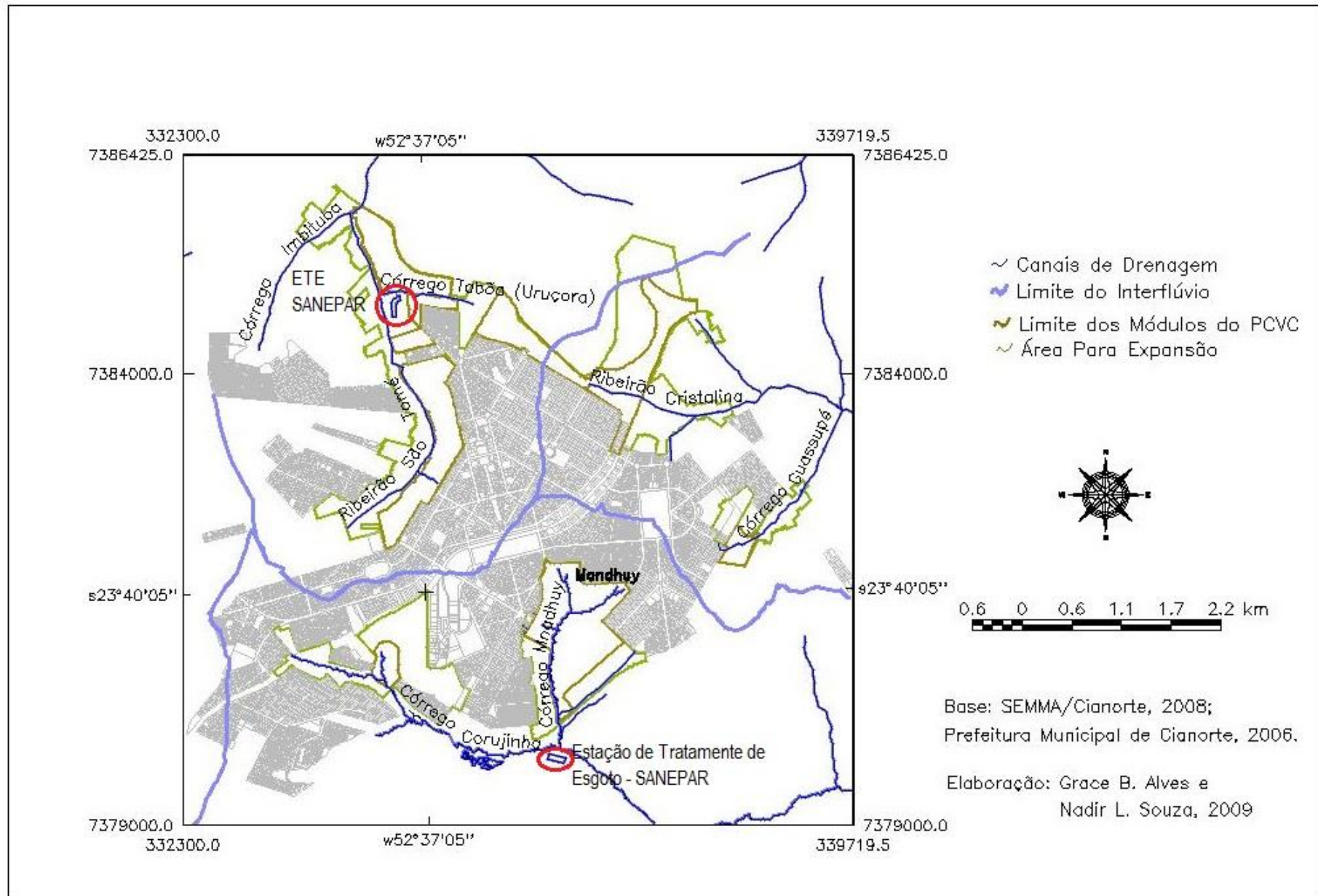
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 – dados do Universo por setor censitário
Organização: Souza, N, L. 2014

Nessa perspectiva, é importante retomar que a cidade de Cianorte localiza-se no platô alto das cabeceiras de córregos que percorrem o interior de cada módulo do PCVC, e assim formando um sistema de drenagem independente, essa situação, conseqüentemente interfere no destino dos efluentes para as bacias de tratamento. De acordo com informações do Plano de Manejo (CIANORTE, 2010), a solução para levar os efluentes até as lagoas existentes seria por meio de recalque, mas o custo operacional desse mecanismo é elevado. Outra solução possível consistiria na construção de mais lagoas de recepção e tratamento de resíduos para todas as bacias.

Por meio dos dados constantes na Tabela 15, pode-se inferir que os domicílios do entorno do módulo Mandhuy são os melhores atendidos por esse serviço de saneamento, pois 91,55% dos seus domicílios são cobertos pela coleta de esgoto da rede pluvial da SANEPAR. A explicação para essa porcentagem expressiva está na presença, de uma estação de tratamento na bacia do córrego Mandhuy. A tubulação de esgoto, desse bairro percorre, em parte, o interior desse módulo.

Os domicílios do entorno dos módulos Corujinha e Cristalino, que são atendidos pelo serviço de coleta e tratamento de esgoto, têm seus efluentes destinados a estação de tratamento da bacia do córrego Mandhuy (Figura 61).

Figura 61 - Mapa da rede de drenagem da área urbana de Cianorte



Fonte: SOUZA, (2010)

No entorno dos módulos Fantasminha e Perobas tem respectivamente 63,98% e 77,30% dos domicílios atendidos por rede de captação de esgoto que são destinados a Estação de Tratamento localizada na área interna do módulo Fantasminha. (Figura 61).

A preocupação quanto a captação e tratamento dos efluentes domésticos dos domicílios do entorno do PCVC é corroborada pelo fato de mais de 36% de residências destinarem o esgoto em fossas rudimentares, também conhecidas como fossas negras. A maioria das residências do entorno dos módulos Corujinha e Cristalino, 81% no primeiro e 69,36% no segundo apresenta essa destinação para o esgoto doméstico.

Contudo, domicílios localizados na margem esquerda do ribeirão São Tomé que percorre o módulo Fantasminha e que correspondem ao Setor Censitário nº8, onde se localiza os loteamentos: Jardins Universidade e Atlântico I, II, III e VI, também destinam os efluentes doméstico em fossas rudimentares. O recurso recomendado pelas autoridades sanitárias, seria a fossa séptica, quando da ausência da rede geral de esgoto.

Souza e Antonelle (2010, p.4) definem fossa negra, como sendo “buracos rudimentares feitos no solo que em grande parte são os responsáveis pela contaminação das águas subterrâneas”.

A contaminação dos corpos hídricos foi constatada no levantamento de dados para compor o plano de manejo da unidade. Verificou-se, que em alguns pontos dos canais de drenagem a presença de “pequenas poças fétidas e esverdeadas pela presença de algas, características de esgoto doméstico”. (CIANORTE, 2009, p.53).

Nesse contexto, Scarlato e Pontin (1999) comentam que:

Os esgotos urbanos constituem miscelâneas de vários resíduos, entre os quais, pela quantidade, se destacam os de origem orgânica. Restos de alimentos, sabões e detergentes [...] as gorduras, os carboidratos, os materiais proteicos, os fosfatos e as bactérias [...] (SCARLATO e PONTIN, 1999, p.29)

A presença de esgoto doméstico nas águas fluviais do PCVC contrapõe-se aos dados da Tabela 15, pois nela não consta nenhum domicílio do entorno do PCVC que destine seus efluentes para vala ou rio. Então como se explica esse visível paradoxo?

Os canais de drenagem natural existentes no Parque, também são condutores das águas das chuvas, que alcançam os córregos e ribeirões, via tubulação, especialmente construídas em diversos pontos, para essa finalidade. Pelas tubulações também chegam aos canais material de esgoto, proveniente de ligações clandestinas, assim como efluentes de indústrias, de postos de gasolina, e de pocilgas das áreas rurais periurbanas. (CIANORTE, 2010).

De acordo com os dados do Censo 2010 (IBGE) não foi identificado número expressivo de domicílios que diante de sua face ou na face confrontante, existisse vala, córrego ou corpo d'água onde habitualmente ocorria lançamento de esgoto doméstico, ou valeta, por onde escorria, na superfície, o esgoto doméstico a céu aberto. Apenas no entorno do módulo Corujinha, no setor censitário nº 56 foram encontrados 2 domicílios que se enquadravam nessa descrição. Logo, os dados do IBGE (2010) confirmam as conclusões expostas no plano de manejo e no estudo de Souza (2010), que ao observar o córrego Mandhuy, homônimo ao módulo concluiu que:

A probabilidade de existirem ligações clandestinas de esgoto nas galerias de água pluviais é grande, tendo em vista que, durante as observações de campo, num dia sem chuva, percebeu-se constante fluxo de águas nas galerias internas do Módulo, com espuma, denunciando a presença de sabões e detergentes, utilizados em ambientes domésticos ou mesmo em estabelecimentos comerciais da área de entorno do Mandhuy, [...] (SOUZA, 2010, p.62)

As incongruências, quanto ao destino do esgoto doméstico dos domicílios do entorno do Parque Cinturão Verde, carecem de ações educativas e fiscalizatórias, visto que, em algumas áreas disponibiliza-se de rede de captação de esgoto e tratamento como é o caso do entorno do módulo Mandhuy, sendo portanto, incompatível com a unidade de conservação o despejo de dejetos de qualquer natureza nos canais de drenagem que ali se localizam.

As ligações clandestinas e o destino inadequado dos efluentes domésticos, como aqueles destinados em fossas antissépticas, não são os únicos responsáveis pela contaminação de parte dos canais de drenagem que percorrem a área do Parque Cinturão Verde. Em 2008, a SANEPAR foi condenada a pagar R\$ 200 mil ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, por desviar esgoto de uma Estação Elevatória para o Ribeirão São Tomé, também conhecido como Fantasminha, que corre na área do módulo homônimo. A Ação

Civil Pública foi movida contra a empresa pela Associação do Meio Ambiente de Cianorte (Apromac), em 2002. (AngeloRigom.blogspot, 2008).

Situação semelhante ocorreu em 2013, quando novamente a SANEPAR, em Cianorte foi multada pela IBAMA em Um milhão de Reais, na Operação Água Grande, da Polícia Federal, por cobrar para tratar o esgoto e não estar dando o tratamento correto ao resíduo. Como os corpos hídricos do Parque Cinturão Verde são os receptores do esgoto tratado, se esses não forem adequadamente tratados, as águas do PCVC serão contaminadas. (Gazeta de Maringá, 2013).

Isso leva à reflexão sobre a seriedade de manter-se a salubridade dos canais de drenagem assim como, da manutenção da qualidade dos lençóis freáticos, visto que estes podem vir a ser fontes de abastecimento no futuro para a cidade. Por conseguinte, uma política de preservação de todo o ecossistema formado pelo Parque Cinturão Verde, torna-se necessário não somente como representante da cobertura vegetal outrora existente, mas também para a própria preservação dos lençóis freáticos e dos corpos hídricos ali localizados.

No intento de equacionar essas contradições, Guerra e Cunha (2005) compreendem que “a gestão dos problemas ambientais urbanos implica uma construção social em que o Estado-Governo compartilhe com a sociedade civil as responsabilidades das decisões e das execuções.” (GUERRA; CUNHA, 2005, p. 41).

A participação da sociedade civil é comprometida pela histórica deficiência cultural de atuação nos processos decisórios, que é fortalecida pela falta de informação e conhecimentos sobre as questões ambientais.

5.2.3 - Coleta de resíduos domésticos nos domicílios do entorno do PCVC

A coleta de resíduos domésticos, também denominada lixo domiciliar, como antes mencionado, é feita pela SANEPAR, que além da coleta diária, administra o Aterro Sanitário onde é feita a disposição final desses materiais.

De acordo com os dados dispostos na Tabela 16 é seguro inferir que aproximadamente 100% dos domicílios dos setores censitários identificados como entorno do PCVC são atendidos pela coleta de resíduos. A exceção é dos domicílios do entorno do módulo Uruçora (analisados com os dados do módulo

Fantasminha) onde apenas 1/3 desses dispõe desse serviço, os demais queimam ou enterram seus resíduos.

Tabela 16 - Coleta de resíduos nos domicílios de entorno do PCVC

| Módulos do PCVC | Total de domicílios | Coleta de resíduos domésticos nos domicílios | | | |
|-----------------|---------------------|---|--------------|---|-------------|
| | | Domicílios com acesso ao Serviço de limpeza pública | % | Domicílios sem acesso ao Serviço de limpeza pública | % |
| Corujinha | 2168 | 2166 | 99,90 | 2 | 0,10 |
| Cristalino | 938 | 916 | 97,65 | 22 | 2,35 |
| Fantasminha | 2490 | 2383 | 95,70 | 107 | 4,30 |
| Mandhuy | 3055 | 3055 | 100 | 0 | 0 |
| Peroba | 1415 | 1414 | 99,93 | 1 | 0,07 |
| Total | 10066 | 9934 | 98,70 | 132 | 1,30 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 – dados do Universo por setor censitário
Organização: Souza. N, L. 2014

Os dados da Tabela 16 demonstram que a cobertura da coleta dos resíduos realizada nos domicílios do entorno do Parque Cinturão Verde, aproxima-se dos 100%. Os domicílios não alcançados pela coleta de resíduos estão localizados no domínio rural, que apresentam diversas formas de destinação dos resíduos, como enterrar em vala, incinerar e partes são transformados em adubos. Nota-se que o maior número de domicílio nessa condição está no conjunto do entorno do módulo Fantasminha. Isso deve-se a existência de área rural em seu entorno.

O nível de cobertura de resíduos nos domicílios (Tabela 16), contrapõem-se a realidade observada no interior e em alguns setores do entorno do Parque Cinturão Verde (Figuras 62, 63 e 64).

O grande volume de lixo na área externa e interna do PCVC representa um dos pontos fracos apontados na Matriz de Avaliação Estratégica do Plano de Manejo (2010), onde faz-se referência a deposição de resíduos domésticos e de construção ao redor do Parque. Sugere que se faça a limpeza interna permanente do Parque e destinação dos resíduos em locais adequados; a identificação dos potenciais poluidores e ao contínuo processo de educação ambiental. (CIANORTE, 2010).

Figura 62 - Interior do módulo Fantasmilha - presença de lixo no leito do rio Fantasmilha



Fonte: Plano de Manejo – Encarte III, 2010.

Figura 63 – Interior do módulo Mandhuy - Leito e margens do córrego Mandhuy repleto de lixo.



Fonte: Nadir Leandro de Souza, 2013

Figura 64 - Resíduos carregados pelas águas pluviais para o leito do córrego Fantasmilha



Fonte: Plano de Manejo – Encarte III, 2009.

Em reportagem veiculada pelo jornal “A Tribuna de Cianorte” do dia 27 de novembro de 2013 (Figura 65), chama a atenção com o título da matéria: “Parque Cinturão Verde vira lixeira para os desavisados”.

Figura 65 - Resíduos domésticos fazem parte da paisagem em alguns pontos do Parque



Fonte: TRIBUNA DE CIANORTE, ed. n° 998,

O jornal pontua que,

Na contramão das reclamações dos serviços públicos, alguns moradores de Cianorte não colaboram em nada quando o assunto é preservação ambiental. Exemplo disso é a situação de uma estrada rural que passa por dentro do Parque Cinturão Verde, localizada na estrada para Vidigal no primeiro acesso à direita. A estrada não tem nome, pois se trata de um acesso clandestino que não existe “no papel”, pelo menos foi essa informação repassada pela Prefeitura de Cianorte, mas é facilmente localizada. Logo na entrada os lixos domésticos chamam a atenção: sofá, capacete, Cd’s, para-choque de veículo, televisores, calotas e móveis destruídos contrastam com a natureza do cenário, assim como o mau cheiro exalado no local. (TRIBUNA DE CIANORTE, 2013)

Na mesma reportagem são apresentados aos leitores os locais adequados para destinação de alguns resíduos que não são alvos da coleta executada pela SANEPAR.

Entulho: depósito localizado no cruzamento das avenidas Allan Kardec e Maranhão - Vila Sete - (somente carrinhos de animais);
 Madeira: depósito localizado no cruzamento das avenidas Allan Kardec e Maranhão - Vila Sete - (móveis velhos, sofás e madeiras em geral);
 Galhada: Av. Ceará (após o córrego Guassupé, 500 m à direita);
 Eletroeletrônico: Viveiro Municipal Benedito Zanzarine (quintas-feiras, das 14h às 16h). (TRIBUNA DE CIANORTE, ed. n° 998, 27/11/2013).

Todos esses resíduos inadequadamente dispostos na área do PCVC, como mostrado na reportagem, possuem locais próprios para serem depositados. As pessoas não o fazem por diferentes motivos, dentre os quais está o desconhecimento dos locais para deposição, em função da pequena divulgação dos mesmos por parte do gestor municipal. Alguns moradores não querem custear a retirada desses materiais dos seus quintais e os dispõem longe do alcance da sua visão, dessa maneira acreditam que o problema esteja resolvido. Contudo, não compreendem que sua atitude, na verdade, resulta em outros problemas de ordem econômica, social, estética e, de salubridade ambiental.

Albertin (2011), elaborou diagnóstico da gestão dos resíduos sólidos nos municípios da bacia hidrográfica do Rio do Índio, da qual o município de Cianorte faz parte. O referido autor identificou que os resíduos gerados no município de Cianorte são gerenciados pela SANEPAR, desde 2002.

O pagamento realizado para a SANEPAR é partilhado entre consumidores e poder público. Os consumidores (água) realizam o ressarcimento a SANEPAR através da fatura da água/esgoto e o poder público complementa esse pagamento pelos serviços prestados de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos.

Barakat (2009, p. 43), explica como ocorre a cobrança dos serviços prestados pela SANEPAR ao Município de Cianorte,

[...] opera sob concessão os serviços de coleta e disposição final dos resíduos sólidos urbanos, opera e cobra, como concessionária dos serviços prestados, tarifa pelos seus serviços, como o fazem, por exemplo, as empresas concessionárias dos serviços de abastecimento de água e esgoto, luz e telefonia e etc.

A prestação desse serviço ao município de Cianorte foi regularizada pela Lei nº 2.215/2001, que autorizou o executivo a outorgar a concessão de serviços de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos. O contrato de concessão sob nº 001/02 entre as partes (município de Cianorte e a SANEPAR), envolve toda a cadeia de atividades relacionadas a coleta de lixo orgânico nos domicílios, de porta em porta, dos materiais recicláveis, que são entregues à Associação dos Catadores, seguindo o mesmo roteiro da coleta normal, também são coletados os resíduos dos serviços de saúde, transporte,

acondicionamento em Aterro Sanitário e tratamento do material percolado em lagoas de estabilização. (BARAKAT, 2009).

Em Cianorte, são gerados em média 1.170 t/mês de resíduos, enquanto que a média de geração *per capita* é de 0,518 kg/hab/dia. Os resíduos orgânicos são coletados numa frequência diária na região central da cidade, enquanto que nos bairros é executada de 2^a a 3 vezes por semana. Os materiais recicláveis são coletados 1 vez por semana em cada logradouro. (ALBERTIN, 2011).

Com base na média de geração dia por habitante em Cianorte, calcula-se a quantidade de resíduos gerados pelos domicílios do entorno do PCVC. Se cada pessoa em Cianorte gera 0,518 kg/dia, então 31.277 indivíduos que residem no entorno do PCVC, produzem 16.201 kg/dia; o que representa 486/t/mês de resíduos.

Como já exposto, os dados do IBGE (2010) indicam que todos os resíduos dos domicílios do entorno do Parque são coletados. Uma vez que, o poder público municipal de Cianorte dispõe de um sistema de coleta e tratamento de resíduos para toda a cidade, mediante concessão ora descrita. Então, porque há tantos resíduos no interior da unidade de conservação?

Os resíduos dispostos nos logradouros, poderiam constituir-se na resposta a esse questionamento, porém os dados do IBGE (2010) não acusam a presença de depósitos de lixo nos logradouros dos setores censitários analisados. Além do mais, o gestor público do mesmo modo executa serviço de varrição semanal em todos os logradouros por meio da SANEPAR, como afirma Albertin (2011),

A limpeza urbana, que compreende os serviços de varrição e capina dos espaços públicos urbanos, é realizada em 100% dos municípios pesquisados. [...] Os resíduos provenientes da varrição, em Cianorte, são triturados em equipamentos apropriados para tal finalidade, resultando em compostos que são aplicados em hortas comunitárias, jardins, canteiros e praças municipais. (ALBERTIN, 2011, p. 81-82)

Mesmo com todo esse aparato para a gestão dos resíduos em Cianorte a presença de lixo espalhado pelos logradouros é uma realidade facilmente notada. As causas para esse contrassenso são diversas. Todavia, pode-se afirmar sem equívoco que são frutos da ação coletiva de todos os sujeitos envolvidos: o gestor público, a empresa concessionária responsável por toda a

cadeia de coleta e o cidadão. Cada um no seu papel de agente responsável pelo lugar de morada, pois lixo lançado nas ruas, nas praças, enfim nos espaços públicos acaba sendo carreado para os canais de drenagem do interior do Parque Cinturão Verde, patrimônio natural de todos, tornando-o poluído, esteticamente repulsivo, e dificultando sua manutenção, denunciando a cultura da individualidade que requer investimento educacional.

Guimarães (2010) explica que para educar ambientalmente é preciso ir além de sensibilizar as pessoas para os problemas relacionados ao ambiente.

Só a compreensão da importância da natureza não é o bastante para ser levada à sua preservação por nossa sociedade. Sensibilizar envolve também o sentimento de amar, o ter prazer em cuidar, como cuidamos dos nossos filhos. É o sentido de doação, de integração, de pertencimento à natureza.

É preciso ainda, e sobretudo, a mobilização, o pôr a ação em movimento. É incorporar (razão e emoção) à questão ambiental no cotidiano de nossa ação como prioridade. É uma mudança de atitude nossa com nós mesmos, em uma nova visão de mundo; nossa com os outros e o ambiente que nos envolve, em uma ação solidária. (GUIMARÃES, 2010, p. 101).

Ainda para Guimarães (2010),

A natureza do problema está, portanto, no atual modelo de sociedade, fragmentária, reducionista, individualista, consumista, concentradora de riqueza, exploratória, que se volta para a degradação, antagônico às características de uma natureza que é complexa, coletiva, sistêmica, sinérgica, que recicla, que se volta para a vida. (GUIMARAES, 2010, p.100).

Uma área destinada a preservação, localizada em espaço urbano torna-se atrativa, também pela sua paisagem natural. No entanto, quando esse valor é minimizado, através de ações que a desqualifique, sua estética, sua beleza é afetada, bem como seu valor natural.

A presença constante de resíduos na área do Parque levou a Secretaria Municipal do Meio de Cianorte, solicitar junto ao Conselho Municipal do Meio Ambiente, a permissão para contratar uma equipe de trabalhadores para recolher resíduos nas principais ruas e avenidas de Cianorte e assim evitar que esses resíduos adentrem as bocas de lobo e sejam carreados para o interior do Parque.

Diante da estrutura de coleta e disposição final em aterro sanitário, a varrição dos logradouros, descrita anteriormente, a necessidade de contratação

desses trabalhadores têm sido uma das soluções encontradas para reduzir o volume de lixo no Parque Cinturão Verde. (SMMA, 2014).

5.2.4 – Iluminação pública e acesso à energia elétrica nos domicílios do entorno do PCVC

A iluminação pública dos logradouros do entorno do PCVC alcança patamares próximo a 100%, ressalve-se alguns domicílios que se encontram em condição de chácaras, como é o caso daqueles no entorno do módulo Cristalino e Fantasminha.

Em alguns trechos do entorno de alguns módulos, onde há pistas de caminhada, começou a ser implantado em 2011 sistema de iluminação pública específico. Uma das áreas contempladas foi a pista de caminhada no entorno do módulo Perobas, que tem início na Avenida São Paulo e segue até o Largo da Concórdia. A iluminação das pistas de caminhada permite o uso do entorno imediato do Parque, no período noturno, para caminhadas e exercícios nas Academias de Terceira Idade (Figura 61).

Ainda com base na Tabela 17, nota-se que praticamente todos os domicílios do entorno do PCVC tem acesso a rede de energia elétrica ofertada pela COPEL. Sendo que, apenas três domicílios no entorno do Fantasminha, que utilizam-se de outros meios para suprir a necessidade de energia elétrica.

Tabela 17 – Iluminação pública e acesso a rede de energia elétrica pelo domicílio do entorno do PCVC

| Módulos do PCVC | Total de domicílios | Acesso a rede de energia elétrica e iluminação pública | | | |
|-----------------|---------------------|--|--------------|--------------------|--------------|
| | | Serviço de energia | % | Iluminação pública | % |
| Corujinha | 2168 | 2166 | 99,90 | 2117 | 97,65 |
| Cristalino | 938 | 938 | 100 | 890 | 94,88 |
| Fantasminha | 2490 | 2487 | 99,88 | 2323 | 93,40 |
| Mandhuy | 3055 | 3055 | 100 | 3049 | 99,80 |
| Peroba | 1415 | 1415 | 100 | 1394 | 98,51 |
| Total | 10066 | 10063 | 99,97 | 9772 | 97,00 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 – dados do Universo por setor censitário
Organização: Souza. N, L. 2014

A iluminação dos logradouros do entorno do PCVC, especialmente daqueles adjacentes a área, favorece a segurança dos moradores das proximidades e os usuários, além de que, constitui-se em um antigo anseio de todos.

5.2.5 – Arborização nos logradouros dos domicílios do entorno do PCVC

De acordo com as informações obtidos no Censo 2010/IBGE, 95% dos domicílios do entorno do PCVC apresentam algum tipo de arborização em sua face, ou no canteiro, ou em sua face confrontante (Tabela 18). Esses valores passam a impressão de que a arborização do entorno do Parque não apresenta falhas ou total ausência de árvores.

Tabela 18 - Arborização nos logradouros dos domicílios do entorno do PCVC

| Módulos do PCVC | Total de domicílios | Arborização no logradouro | | | |
|-----------------|---------------------|---------------------------|--------------|------------|-------------|
| | | Sim | % | Não | % |
| Corujinha | 2168 | 2065 | 95,25 | 103 | 4,75 |
| Cristalino | 938 | 857 | 91,36 | 81 | 8,64 |
| Fantasminha | 2490 | 33 | 99,70 | 168 | 6,30 |
| Mandhuy | 3055 | 3018 | 98,79 | 37 | 1,21 |
| Peroba | 1415 | 1386 | 97,95 | 29 | 2,05 |
| Total | 10066 | 9630 | 95,66 | 436 | 4,34 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 – dados do Universo por setor censitário
Organização: Souza. N, L. 2014

Em trabalho realizado por Delespinasse et al. (2011), sobre inventário da arborização das principais cidades do Estado do Paraná, a cidade de Cianorte aparece com 50% da sua área inventariada quanto a arborização e, que os maiores problemas apontados quanto ao desenvolvimento das mudas são a depredação e o vandalismo que tem destruído número importante de indivíduos nos logradouros de toda a cidade.

Nos logradouros adjacentes ao Parque a deficiência de arborização é relevante e chega até ser um contrassenso, pois destoa do conjunto da

paisagem, estar diante de uma área com vegetação nativa e não existir se quer uma árvore defronte ao domicílio. E quando a árvore existe, muitas são alvos de vandalismos e podas irregulares realizados pelo proprietário do domicílio ou pela Companhia de Energia Elétrica. Além de que, muitas árvores são utilizadas para acomodar as sacolas de resíduos até a passagem do gari no dia da coleta.

Essa questão cabe estudos mais detalhados para que se construa um diagnóstico da real situação da arborização no entorno do PCVC. A legislação municipal (Lei nº 1.277/1990) que estabelece o plano de arborização urbana, assegura em seu primeiro artigo que “as árvores existentes nas ruas, praças e parques do perímetro urbano da sede do Município [...] são consideradas bens de interesse comum para a população”. (CIANORTE, 1990).

A arborização externa ao Parque representa um elo desse ecossistema com o exterior, “permitindo a circulação de pássaros e insetos para além dos limites do Unidade de Conservação, permitindo trocas gênicas importantes para a saúde genética dessas espécies animais e dos vegetais que deles se servem para transporte de pólen ou sementes”. (CIANORTE, 2010). Além disso, alguns animais se utilizam da arborização dos logradouros para transitar entre os módulos, a exemplo de bandos de *Cebus apella* (macaco-prego) que são vistos nos módulos Fantasminha e Mandhuy, que se encontram distantes um do outro, evidenciando, ainda mais, a importância da manutenção dessa arborização.

5.2.6 – Pavimentação nos logradouros dos domicílios do entorno do PCVC

A pavimentação nos logradouros dos domicílios do entorno do PCVC apresenta-se com cobertura quase que total (96,52%), com reduzido número de domicílios que não dispõe dessa infraestrutura. (Tabela 19)

A pavimentação de todo sistema viário de Cianorte, não somente nos logradouros do entorno do PCVC, constitui-se em medida preventiva aos intensos processos erosivos sucedidos em sua malha urbana desde a fundação da cidade.

Tabela 19 - Pavimentação nos logradouros dos domicílios do entorno do PCVC

| Módulos do PCVC | Pavimentação do logradouro | | | | |
|-----------------|----------------------------|------------------|--------------|------------------|-------------|
| | Total de domicílios | Com pavimentação | % | Sem pavimentação | % |
| Corujinha | 2168 | 2108 | 97,23 | 60 | 2,77 |
| Cristalino | 938 | 882 | 94,00 | 56 | 6,00 |
| Fantasmilha | 2490 | 2314 | 92,93 | 176 | 7,07 |
| Mandhuy | 3055 | 3038 | 99,44 | 17 | 0,56 |
| Peroba | 1415 | 1374 | 97,10 | 41 | 2,90 |
| Total | 10066 | 9716 | 96,52 | 350 | 3,48 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 – dados do Universo por setor censitário
Organização: Souza. N, L. 2014

Em Cianorte os solos são derivados do arenito, com afloramentos de unidades estratigráficas: Formação Caiuá, recoberta por sedimentos Cenozoicos Paranaíba, altamente friáveis, que resultam em solos susceptíveis a processos erosivos. (FACHINI, 1987).

Além do tipo de solo outros fatores contribuíram para a ocorrência de intensos processos erosivos em Cianorte, como esclarece Fachini (1987),

A posição do sítio urbano e a ocupação urbana, possibilitaram à base natural de um alto potencial erosivo, decorrente da forma do seu traçado urbanístico, do sistema viário, da forma de ocupação do solo e à política de expansão. (FACHINI, 1987, p.4)

Os canais de drenagem que percorrem os módulos do PCVC, têm suas nascentes nos limites do perímetro urbano do plano urbanístico original, onde se desenvolveram áreas críticas, de alto índice de erodibilidade.

De acordo com Fachini (1987), o poder público de Cianorte efetuou diversas medidas para contenção dos processos erosivos, como terraciamientos das cabeceiras de drenagem, onde surgiram importantes voçorocas, a pavimentação do sistema viário que desempenha funções de canais, direcionando todo o fluxo de água proveniente das áreas elevadas, em direção aos córregos, além da construção de redes de galerias de águas pluviais, com a finalidade de conduzir as águas das chuvas até o lançamento em locais adequados nos canais naturais. (FACHINI, 1987).

Entretanto, as obras de controle da erosão que foram construídas no Programa de Controle de Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná, instituído em 1975 com recursos federais e estaduais, entre elas os emissários em tubulações de concreto armado, com a finalidade de carrear as águas pluviais drenadas pelas galerias, até locais adequados nos canais naturais, não tiveram manutenção constante e muitas foram destruídas agravando-se o problema da erosão no interior do PCVC. Como foi observado no Plano de Manejo da Unidade.

As ações antrópicas até o momento têm causado prejuízos irreparáveis, principalmente no que diz respeito ao sistema de descarga de água pluvial por meio do sistema de galerias. Como tais solos (de elevado teor de areia) não apresentam estrutura, pelos baixos teores de argila, qualquer obra de engenharia não encontra suporte lateral que venha a atender as necessidades de carga a que se necessite. Logo, as construções para implantação de dissipadores ou outras estruturas de condução de água serão facilmente destruídas e arremetidos para fora do local implantado. (CIANORTE, 2010, p.47-48)

Em síntese, a pavimentação do sistema viário de Cianorte, associado a outras medidas, como as já citadas, constitui-se numa ação que favorece a conservação de todo o sistema de drenagem do PCVC, desde que haja constante manutenção das estruturas de escoamento das águas pluviais provenientes da malha urbana.

Finalmente, a análise dos dados selecionados para compor a discussão aqui exposta, permite afirmar que a existência da Parque Cinturão Verde em Cianorte encontra-se em estágio inicial de transformação do lugar que acomoda uma área protegida, e da relação das pessoas para com ele. Longe ainda, de constituir-se em espaço ótimo de preservação, frente as pressões antrópicas de toda ordem que corroboram para a degradação ambiental de alguns dos seus ecossistemas. Revela as desigualdades típicas do meio urbano, fruto das lutas de classe, presentes na sociedade capitalista. Nesta direção, o PCVC, deve ser interpretado, não somente mediante critérios técnicos, mas principalmente à luz dos contrassensos, dos conflitos, das aspirações dos sujeitos que habitam Cianorte e das articulações que regem os intentos do gestor no contexto da preservação.

Os problemas encontrados no PCVC também estão presentes nos parques existentes em Londrina, Maringá e Umuarama, em graus de intensidades maior ou menor, dependendo da situação. Os processos erosivos, a deposição de resíduos, o despejo clandestino de esgoto doméstico e industrial, marcam a paisagem de todos os parques dessas cidades, trazidos para o debate por esse estudo.

A discussão aqui apresentada com base nos dados do IBGE (2010) e nas observações sistemáticas realizadas durante a construção dessa pesquisa, despontou, ainda, outras questões. De um lado, expôs a necessidade de repensar a rigidez dos objetivos propostos para Unidades de Conservação, quando estas encontrarem-se inseridas em espaço urbano. Será possível a coexistência de Unidades de Conservação e população em espaço urbano? Será possível gerir Unidades de Conservação sob as diretrizes do SNUC em contexto urbano carregado de diversidades socioculturais e econômicas?

De outro lado, é preciso pensar o que realmente se quer com a proteção do Parque Cinturão Verde, na medida em que as práticas dos moradores e usuários têm sido conflitantes para com seus objetivos. Espera-se valorizá-lo e torná-lo uma possibilidade de lazer de efetiva apropriação social ou, ao contrário, emoldurá-lo como um resquício intocável da natureza com cercas de alambrado e fiscais, e assim cada vez mais distanciá-lo das pessoas que o rodeia e deixam suas marcas.

CAPITULO VI – PARQUE CINTURÃO VERDE DE CIANORTE: PATRIMÔNIO NATURAL

No capítulo dois onde se discutiu a formação do lugar, incluindo análise sobre a existência e manutenção de fragmentos florestais na área urbana de Cianorte, que mais tarde possibilitou a formação do Parque, objeto desse estudo, sobressai-se a participação de alguns moradores que se empenharam, por meio de luta e organização social, preservar essas frações de vegetação nativa.

A preservação dos fragmentos de vegetação nativa em Cianorte, atualmente PCVC, resulta na composição de um espaço urbano singular. Fruto do conteúdo histórico decorrente do processo de colonização e, reivindicado pelos moradores que construíram expectativas e aspirações em relação aos fragmentos florestais, transformados em um bem coletivo, ou seja, em um patrimônio de todos.

Os fragmentos de floresta existentes na área urbana de Cianorte são importantes por abrigar significativa diversidade florística e fauna considerável, que só existe devido a existência dessa floresta, embora constituída por vegetação secundária e em diferentes estágios de regeneração, contribui para narrar o conteúdo histórico desse lugar.

É a partir desse encaminhamento que discutirá a questão da preservação dos bens culturais, naturais (ecológicos) e históricos, classificados como patrimônios, destacando, em virtude dos objetivos desse estudo, o patrimônio natural, passando primeiramente, pela construção dos significados do conceito de patrimônio ao longo da história.

Para embasar a construção desse capítulo, selecionou-se como aporte bibliográfico: Bo (2003) que discute a importância do patrimônio e as ações internacionais, via UNESCO, para preservá-lo; Almeida (2012), que ao fazer um breve retrospecto da questão patrimonial aborda a postura do Estado brasileiro na confecção de políticas para a gestão do patrimônio nacional; Scifoni (2006), que discute em seu estudo o patrimônio do litoral norte paulista, aborda também o significado da proteção do patrimônio natural, e apresenta novas condutas para análise; Zanirato (2006; 2010) tece considerações sobre o patrimônio natural para o turismo, mas percebe sérios desafios para adotar ações de sustentabilidade; França (2009), faz um levantamento do patrimônio ambiental de Londrina, cidade também construída pelo mesmo processo colonizador

imprimido a Cianorte pela CMNP; Geraldles (2006) que apresenta as condições para a constituição do patrimônio ambiental urbano da cidade de São Paulo; compõem o rol de pesquisadores os estudos de Zarattini e Irving (2012) que discutem as ressignificações do conceito de patrimônio natural ao longo da história e por fim, Luchiari; Bruhns e Serrano. (2007) que compilam diversos estudos sobre questões correlatas ao conteúdo em tela, na obra “Patrimônio, natureza e cultura”.

Essas obras foram escolhidas como referências para fornecer subsídios que leve a apreensão da temática. Logo, não se pretende elaborar um levantamento sobre a evolução histórica da proteção do patrimônio natural, mas utilizar essa bibliografia para permitir a compreensão do patrimônio natural em Cianorte, palco desse estudo. Além de que, um exame pormenorizado dessa temática evade-se aos intentos do presente estudo.

A construção do conceito de patrimônio natural contendo uma natureza como parte da herança cultural deixada às futuras gerações tem caminhado juntamente com a evolução do conceito de patrimônio cultural. Assim, o patrimônio natural emana das preocupações com o monumento, inicialmente, relacionado ao histórico e ao artístico, para só depois conformar, também, como monumento natural.

O sentido de monumentalidade contendo a grandiosidade e beleza deixa claro a preocupação estética do bem. O que de acordo Scifoni (2006, p.27) “Pressupõe, também, intocabilidade, ou seja, os grandes testemunhos da natureza que foram poupados da intervenção humana”. Essa condição de monumento atribuída ao patrimônio natural, reconhece a natureza como admirável, majestosa, mas ausente de condições humanas, “[...] intocável e disponível apenas para fruição visual”. (SCIFONI, 2006, p.28).

De acordo com Zarattini e Irving (2012) a condição de monumentalidade conferida ao patrimônio natural deve-se ao fato de que sua construção conceitual ocorrera no universo do patrimônio cultural. Mas, a superação dessa ideia de monumentalidade foi sendo aos poucos superada,

[...] seguindo o mesmo movimento de ampliação conceitual ocorrido no universo da cultura, o sentido atribuído ao conceito de patrimônio natural também foi ressignificado, sobretudo em decorrência da internalização da importância dos valores sociais associados aos

processos de proteção da natureza. (Grifo nosso) (ZARATTINI e IRVING, 2012 p.198)

Os valores os quais Zarattini e Irving (2012) se referem acima, Scifoni (2006, p .28) considera “a experiência pessoal e coletiva dos diversos grupos sociais”, elementos primordiais para compor os bens do patrimônio natural, pois são estes valores que “evidencia outras naturezas, apropriadas socialmente e vividas intensamente: a natureza como parte da memória coletiva, das histórias de vida, a natureza como componentes das práticas socioespaciais”. SCIFONI, 2006, p.28).

Apenas com o objetivo de exemplificar como é possível ter a natureza como parte da memória, cita-se a tentativa brasileira em inscrever o Pão de Açúcar, a Floresta da Tijuca e o Jardim Botânico como sítios do patrimônio natural mundial. Indicação que foi rejeitada pelo o Comitê, sugerindo-se, naquela oportunidade que os mesmos fossem inscritos na categoria de paisagem cultural. E que segundo Bo (2003), a proposta foi aceita para discussão pelo Bureau do Patrimônio Mundial, em sua reunião de março de 2002, e examinada pelo Comitê em junho de 2003. (SCIFONI, 2006).

A candidatura desses testemunhos naturais, componentes do lugar construído, proposta pelo Iphan, foi aprovada em julho de 2012, durante a 37ª Sessão do Comitê, realizada em São Petersburgo, na Rússia, onde recebeu o título de Patrimônio Mundial da Humanidade, na categoria Paisagem Cultural Urbana, composto pelo Pão de Açúcar, o Corcovado, a Floresta da Tijuca, o Aterro do Flamengo, o Jardim Botânico, a praia de Copacabana e a entrada da baía de Guanabara, além do Forte do Morro do Leme, o Forte de Copacabana e o Arpoador, o Parque do Flamengo e a enseada de Botafogo. (JORNAL DO BRASIL, 2012).

O patrimônio acima citado compreende elementos naturais e culturais. Rompe com a ideia de patrimônio como monumento, que tinha função memorial, também supera a visão de patrimônio centralizada no edificado, e com isso passou a permitir a valorização de outros objetos, como os derivados da natureza. (ZARATTINI & IRVING, 2012).

Nessa direção, Serrano (2007, p. 12) defende a ideia de que a natureza é um elemento cultural “a despeito de suas qualidades materiais particulares, à semelhança da memória social também tem sido objeto da produção de lugares-

memórias”. Para sustentar sua análise apresenta o Parque de Yellowstone, como marco da patrimonialização de espaços para amostras da natureza, com o objetivo de “perpetuar uma memória histórica associada à identidade cultural da nação”. (SEERANO, 2007, p.12).

6.1 – Construção do conceito de patrimônio ao longo da história

Percorrendo-se o processo histórico de formação do que viria a ser denominado “patrimônio”, percebe-se que, primeiro foi construído a ideia de Patrimônio Cultural para somente mais tarde ocorrer a inserção da natureza.

As primeiras preocupações em relação aos bens históricos despontam no final do século XVII, relacionada a construção das identidades nacionais, a exemplo da França que estrutura sua noção de patrimônio em seis eixos explicativos: o religioso, o monárquico, o familiar, o nacional, o administrativo e o científico, que explicitam as circunstâncias em que foram construídos os sentidos dirigidos ao patrimônio. (BO, 2001).

De acordo com Geraldine (2006), o termo patrimônio cultural foi sugerido pelo francês Hugues de Varine-Bohan, dividindo-o em três categorias de elementos, a saber: ambiental, compreendendo os elementos da natureza (rios, montanhas, vales e outros); o do conhecimento e as técnicas que possibilitam a sobrevivência humana na natureza, além dos costumes e crenças; e por último os objetos, obras, construções, artefatos e tudo o que resulta do emprego do patrimônio cultural sobre o patrimônio ambiental.

A preservação de bens considerados valiosos na França ocorre como afirmação da identidade nacional e a preocupação para resguardar esses bens que compreendem o patrimônio cultural, estando intimamente relacionada ao momento histórico da Revolução Francesa, onde segundo Bo (2006, p.22) “[...] firma-se junto à noção de patrimônio a ideia de serem necessárias políticas públicas para preservar e valorizar os bens representativos da nação”.

Para Zanirato e Ribeiro, (2006) o momento da Revolução Francesa encaminhou para um sentimento nacional expresso pela necessidade de salvaguardar edificações históricas que de alguma maneira exaltasse a grandeza do conceito de nação. Assim, no contexto da Revolução Francesa, foi construído o conceito de patrimônio nacional, superando as concepções de

patrimônio real, de caráter privado, e de museu, até então vigentes. (ALMEIDA, 2012).

Mesmo a França tenha sendo considerada um dos berços mais importantes para o desenvolvimento da ideia de preservação de bens culturais, Almeida (2012) assevera que a genealogia da questão patrimonial tem suas raízes no Renascimento, quando ocorre trabalhos de restauração de obras de arte em algumas cidades na Itália.

No entanto, os bens que representavam o patrimônio nacional, de acordo com Almeida (2012, p. 149) eram “os objetos de arte e edificações, correspondentes aos ideais renascentistas de arte e beleza e aos conceitos de grandeza e excepcionalidade”. Somente após a Segunda Guerra Mundial que ocorre significativa mudança quanto aos bens que compreendem o patrimônio, ou seja,

[...] deixa de ser uma essência da cultura aristocrática para expandir-se para além dos pertencimentos de classes sociais e para além das fronteiras geográficas entre o mundo rural e o mundo urbano. Os processos e práticas culturais começaram, lentamente, a ser vistos como bens patrimoniais, sem necessidade da mediação de objetos. Essa nova percepção surgiu da influência da prática de preservação oriunda de países asiáticos e dos países pré-industriais, cujo patrimônio, em sua maioria, é constituído de criações populares anônimas. (ALMEIDA, 2012, p. 150).

Assim como foi difícil considerar as obras culturais da humanidade como patrimônio, só ocorrendo no século XIX, após o movimento romântico e a luta de alguns que já se preocupavam com essa questão, a ideia de que a natureza poderia ser também considerada um patrimônio, tão importante quanto o patrimônio cultural, encontrou e ainda tem encontrado muita dificuldade. (ALMEIDA, 2012).

A dificuldade em atribuir significado de patrimônio aos bens da natureza pode ser explicada, segundo Bo (2003), por estar ligado durante muito tempo ao aspecto científico das questões relacionadas ao meio ambiente, pois foi somente com a instituição, nos Estados Unidos, em 1872, do primeiro parque natural, Yellowstone, que se inicia a ação do Estado para proteção da natureza e com a criação da Fundação do Patrimônio Mundial⁴¹, em 1965, quase um século

⁴¹ A ideia de combinar a conservação dos sítios culturais com a dos sítios naturais foi do Estados Unidos. Uma conferência na Casa Branca, em Washington, pediu em 1965 que criasse a referida fundação para que

depois, com o objetivo de se proteger sítios naturais e históricos é que são lançados as bases para negociações com vista a instrumento internacional de proteção, com a intenção de alcançar os dois conjuntos de bens a serem preservados. (BO, 2003).

Isto posto, cabe trazer para esta análise a definição da UNESCO, para o patrimônio natural: “os elementos contidos nas formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, habitats de espécies animais e vegetais ameaçados e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estética”.⁴²

A UNESCO traduz nessa conceituação de patrimônio natural, a preocupação que não fez parte do pensamento da sociedade por muitos séculos, ou seja, a possibilidade de extinção de muitos dos recursos naturais. Até então, a natureza esteve na condição de fornecedora de bens e por isso deveria ser dominada, e as vezes foi considerada um entrave ao desenvolvimento e ao progresso humano.

Sem sombra de dúvida, foi a UNESCO que buscou aglutinar as duas vertentes de bens: o natural e o cultural, sob a tutela de patrimônio. O direcionamento dessa agência da ONU, a favor dos bens naturais em inseri-los no bojo do patrimônio, está diretamente atrelado às preocupações com as questões ambientais dos anos setenta, que culminaram na realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo (Suécia) e da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (Paris) ambas no mesmo ano, em 1972, sendo a primeira em junho e a segunda nos meses de outubro e novembro. Entretanto, depois de seis anos é que o primeiro sítio natural foi inserido na lista do Patrimônio Mundial. E, como já era de se esperar foi inserido o Parque de Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1978.

Por meio da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, acima citada, foram identificados os bens que compõem o patrimônio

se estimulasse a cooperação internacional para proteger as “maravilhosas áreas naturais e paisagísticas do mundo e os sítios históricos para o presente e para o futuro de toda a humanidade”. Extraído de: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>. Acesso em: 22 jul. 2013.

⁴² Extraído de: http://www.unesco.org.br/areas/cultura/areatematicas/patrimonio/patrimoniomundial/index_html Acesso em: 4 ago. 2013.

mundial - naturais, culturais ou mistos – que expressam o valor agregado entre cultura e natureza. Estes bens são reconhecidos mundialmente por serem singulares e encontram-se localizados em diferentes lugares do mundo, mas têm em comum o reconhecimento por sua importância para a humanidade.

Os artigos 2 (patrimônio cultural) e 3 (patrimônio natural) da Convenção, instituem os bens passíveis de reconhecimento:

- monumentos (obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência);
- conjuntos (grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência);
- locais de interesse (obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico);
- monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;
- locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural.

A Convenção do Patrimônio Natural centra-se nas diversidades culturais e naturais das sociedades e dos lugares. Consolida-se enquanto instrumento base para implementar e fortalecer ações estratégicas de alcance mundial.

Entretanto, para Scifoni (2006), quando se analisa a quantidade de títulos conferidos pela UNESCO, evidencia-se o papel de destaque atribuído ao patrimônio cultural em prejuízo ao patrimônio natural, ou seja, menos de um

quarto corresponde a patrimônio natural. Somente a partir dos anos de 1980, foi ampliado o interesse pelo patrimônio natural em cerca de 78% dos bens reconhecidos pela UNESCO.

No âmbito brasileiro, a maior valorização dos bens culturais, também é evidente. Segundo Zaniratti (2012),

[...] a política hegemônica empreendida pelo Iphan, desde a sua fundação até final dos anos 90, privilegiou o compromisso com a preservação de edificações em 'pedra e cal', negligenciando naturalmente a importância dos bens naturais de valor global. (ZANIRATTI, 2012, p.202)

A importância dada aos bens de valor arquitetônico, artístico ou histórico expressava o pensamento daquele momento. Entretanto, com a participação de intelectuais como Mario de Andrade e Lucio Costa, novas leituras foram feitas sobre a ideia de patrimônio, permitindo novas inserções, tais como obras de arte e arquitetônicas, além de manuscritos, fotografias e artefatos indígenas. (BO, 2003).

6.2 – Estruturação legislativa do patrimônio natural no Brasil

No Brasil, os primeiros empenhos para institucionalizar a questão de patrimônio vieram na Constituição Federal de 1934, constando em seu Artigo 10º a responsabilidade da União e dos Estados de “proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico”. (BRASIL, 1934). Embora, o discurso do Estado brasileiro com demonstrações de preocupações com a memória, a identidade e com o patrimônio já se apresentava desde a década de 1920, e com maior vislumbre na década seguinte. (SCIFONI, 2006).

Esse momento, também se sobressai com a promulgação de uma série de leis de proteção à natureza, expressas em códigos (águas, minas, das florestas) e também em alguns decretos, a exemplo do Decreto de Proteção aos Animais. Destaca-se, nessa ocasião, a Constituição Federal de 1937 que reforça a ideia de proteção às áreas naturais. Inclusive é nesta década (1930) que foram criados os três primeiros parques nacionais brasileiros. O Parque Nacional de Itatiaia em 1937; e em 1939 os Parques Nacionais de Iguaçu e da Serra dos

Órgãos, inspirados no modelo norte-americano, concebido de forma a privilegiar a beleza excepcional cênica e paisagística. (IPHAN, 2004).

De acordo Scifoni (2006), a institucionalização de um aparato legislativo emergiu a partir da edição do decreto-lei federal nº 25, de 1937⁴³, elaborado por Mario de Andrade, que segundo a autora, ainda hoje é considerado o principal documento legal sobre a questão patrimonial no Brasil, mas é somente na Constituição Federal da República Federativa de 1988, que a questão do patrimônio natural e cultural foi definida de forma ampla e pormenorizada, em dois capítulos diferentes.

O Capítulo sobre o Meio Ambiente, que abarca o patrimônio natural, aparece configurado como “sítios de valor paisagístico e ecológico”, sugerindo, em parte, a valorização dos aspectos estéticos, legado da noção de monumento natural, de outro, o reconhecimento de um aspecto inovador, até então ao invocado: o ecológico, ou seja, a importância dada às relações e dos processos instituídos no dinamismo da natureza. (BRASIL, 1988; IPHAN, 2004; SCIFONI, 2006).

Já o Capítulo que aborda a Cultura revela como patrimônio cultural brasileiro, alguns conjuntos urbanos e sítios naturais, sendo a gestão atribuída aos órgãos culturais. Constituem o Patrimônio Cultural brasileiro, de acordo com Constituição Federal de 1988, artigo 216,

os bens, de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor históricos, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Nesta carta constitucional, pela primeira vez, há distinção entre patrimônio cultural e patrimônio natural, sendo este último submisso à designação de ambiental.

Algumas ações pertinentes a proteção do patrimônio natural brasileiro, já ocorriam, em alguns estados da federação, a exemplo do Estado do Paraná,

⁴³ Decreto Lei que criou o Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

que, segundo Scifoni (2006) foi o pioneiro nesse processo, antes mesmo da edição da Constituição de 1988, seguido por Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Sobre o pioneirismo do Estado do Paraná, Scifoni (2006), ressalta que,

No ano de 1948, num contexto de nova carta constitucional no estado do Paraná, foi criada uma divisão de patrimônio histórico, artístico e cultural no estado e, em suas atribuições, aparecia explícita a proteção do que hoje se chama de patrimônio natural. [...] Sete anos mais tarde, em 1953, foi editada a legislação estadual de proteção e, pela primeira vez no país, um estado dispunha sobre a proteção de um patrimônio histórico, artístico e natural. (SCIFONI, 2006, p. 87)

Estabelece-se, deste modo, no Estado, o apoio legal para a noção de patrimônio natural, definido, no artigo 1º, da Constituição do Paraná, como “[...] os monumentos naturais, os sítios e paisagens que importa conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana”. (PARANÁ, 1953).

Em 1966, o Estado do Paraná transformou o conjunto do Parque de Vila Velha, Furnas e Lagoa Dourada em patrimônio natural e na década de 1970 e 1980, além da Orla Marítima, em Matinhos, outras áreas, inclusive de maior dimensão foram tombadas, a exemplo da Serra do Mar e Ilha do Mel. (SEC/CPC, 2013).

No plano federal, foram selecionados e tombados diferentes tipos de bens naturais para tombamento, tais como áreas de morfologia singular⁴⁴ (morros, picos, serras); áreas de estruturas geomorfológicas especiais⁴⁵ (grutas); áreas verdes de importância e de valor de biodiversidade⁴⁶ (Parques Nacionais); áreas verdes inseridas em cidades associadas a edifícios de importância históricas⁴⁷, entre outros⁴⁸. (SCIFONI, 2006).

O Brasil já dispõe de respeitável aparato legislativo, que dá sustentação legal ao tombamento e conservação dos bens elencados que compõem a lista do patrimônio, seja mundial, nacional e também a nível municipal. Entretanto, Almeida (2012, p.153) assegura que o “Brasil ainda carece de uma legislação específica que atenda às recomendações da UNESCO a despeito de ser

⁴⁴Ex. Serra do Monto Santo-1983 (Monte Santo/BA) –; Moro do Valongo -1938 (Rio de Janeiro/RJ)

⁴⁵Ex. Gruta do Bonito, Grutas do Lago Azul – 1978 (Bonito/MS)

⁴⁶Ex. Parque Nacional Floresta da Tijuca – 1967 (Rio de Janeiro)

⁴⁷Ex. Passeio Público -1965 (Fortaleza); Parque Henrique Lage – 1957 (Rio de Janeiro)

⁴⁸Ex. Município de Parati – 1974 (Rio de Janeiro)

signatário da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de 1972”, quando versa sobre a paisagem cultural.

6.3 – Parque Cinturão Verde do Município de Cianorte: expressão emblemática da patrimonialização da natureza

O Parque Cinturão Verde do Município de Cianorte, enquanto representante da memória coletiva da sociedade cianortense, retrata, em parte, as nuances do processo de formação da cidade de Cianorte ao testemunhar, a título de exemplo, os interesses velados do agente colonizador e loteador do Município de Cianorte, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e também manifestar o traçado arquitetônico encaixado numa área onde a presença da floresta era inegável.

Ao considerar o PCVC um testemunho do processo de formação de Cianorte, enquanto lugar, inserimo-lo no contexto patrimonial, pois de acordo com a UNESCO, o patrimônio é um legado que as sociedades recebem do seu passado, é vivido no presente e assegurado às futuras gerações.

A condição de patrimônio, atribuída ao PCVC é afirmada na legislação do Município de Cianorte, em sua Lei Orgânica (2.655, de 28/03/2006), onde no Art. 208, que aborda os direitos da coletividade no tocante ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Determina no parágrafo 1º, que “Cabe ao Poder Público, na forma da lei, assegurar a efetividade deste direito. E no inciso XIV, indica a responsabilidade do Poder Público em: “incentivar e manter o ‘Parque do Cinturão Verde de Cianorte’, que fica reconhecido como **patrimônio ecológico, paisagístico, cultural e científico**”. (Sem negrito no original) (CIANORTE, 2006).

O Parque Cinturão Verde de Cianorte envolve a totalidade do lugar, o natural e o cultural. E, ao ser reconhecido como patrimônio mostra a esfera cultural e sociopolítica do momento histórico que é edificado.

Por isso, a análise de Luchiari (2007), que traz para reflexão a valorização da natureza como “patrimônio, herança e memória”, corresponde ao entendimento desse estudo que tem como pressuposto que: “o patrimônio natural, material ou imaterial, é, sempre, patrimônio cultural”, uma vez que, a “patrimonialização da natureza é uma ação política e cultural”, mesmo

reconhecendo que a natureza apresenta suas particularidades, sua lógica, seus processos e dinâmicas próprias. (LUCHIARI, 2007, P. 25; 27)

O PCVC assume a condição de elemento que resguarda do apagamento da memória individual e coletiva, o processo de construção de Cianorte e da região alcançada pela colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e, de maneira especial, em sua relação com a natureza. Sendo essa natureza primeiramente original, quase intocada, e que bruscamente é transformada em lugar.

A natureza que o PCVC abriga, expressa os novos ideais sobre os valores que inovaram o conceito de patrimônio. Como observa Scifoni (2006), os novos critérios de patrimônio acomodam “uma natureza transformada e apropriada socialmente, uma natureza ‘comum’, dos parques e áreas verdes urbanas, [...] com um amplo uso e, portanto, um amplo significado social”. Esse novo direcionamento emana, em parte, dos movimentos populares de contracultura ocorridos nos anos de 1980. (SCIFONI, 2006 p, 110)

Quando são incorporados, ao patrimônio natural e cultural, os novos valores de natureza transformada, com vasto apelo social, reduz-se o realce dado, até então, aos critérios estéticos, de grandiosidade e de beleza que advém da lógica da monumentalidade observada por Scifoni (2006).

A possibilidade de acoplar aos bens do patrimônio natural elementos culturais, bem como em sentido contrário, comportou maior dinamismo na seleção de novos sítios para tombamento. Por esta via, os fragmentos florestais que formam o PCVC emolduram o traçado arquitetônico inicial da cidade, planejado pela CMNP. Esta é a razão primeira que conduziu alguns grupos sociais a pelejar pela sua proteção. Nessa condição, a natureza se apresenta como ajuste da edificação humana, e esse fato não a desqualifica, enquanto relevante no contexto ecológico e científico.

O PCVC serve como ilustração, embora modesta, dessa nova orientação da UNESCO na composição do patrimônio, que tem buscado unir o conteúdo natural e social, sob a denominação de paisagem cultural.

Nessa perspectiva, o Parque Cinturão Verde de Cianorte, desvenda-se numa simbiose com o lugar construído, embaralha seus aspectos ambientais ao produto da cultura humana, onde um é o que é, em função da existência do outro. Ou seja, o parque só é área ambientalmente protegida porque foi acoplado a

edificação humana, ou seja, a cidade, tornando-se parte dela. Por esta via de compreensão, o PCVC não se caracteriza somente como uma área constituída de elementos naturais, mas sim representa toda uma construção cultural, passível de incorporar os novos conceitos de patrimônio que admite a complexidade da junção do natural e do cultural, discutidos já algumas décadas pela UNESCO.

O PCVC, enquanto patrimônio, assim avaliado pela legislação municipal, representa em toda a sua essência uma conquista social, fruto de reivindicações da sociedade civil cianortense, que exerceu seu papel de levar a esfera institucional e aos órgãos ambientais a importância de se proteger os fragmentos florestais.

Vale ressaltar, nesse contexto, os estudos de Lima (2010), que analisa o processo de negociação o que dele derivou o “Acordo do Cinturão Verde de Cianorte”, resultando na demarcação legal do PCVC. A autora desenvolve sua investigação, a partir da leitura jornalística, devido o caso ter repercutido na mídia entre 1998 a 2001.

Igualmente, Lima (2010), apresenta uma série de fatos que coadunam-se em comprovar a ação da sociedade civil de Cianorte, na luta para impedir que a proprietária da área, a CMNP, até então, alcançasse seus objetivos de desmatar toda ou a maior parte das matas ainda existentes nas áreas periféricas da cidade; e também alguns fragmentos localizados na parte interna da cidade.

Frente a essa situação, tem-se então um contrassenso, pois se as áreas com presença de vegetação nativa, pertenciam a CMNP, e a empresa alegava dispor de áreas verdes preservadas, sob forma de reserva legal o que lhe concederia a permissão de desmatar as áreas reclamadas, então por que isso não poderia a grosso modo ocorrer? Lima (2010, p.195) responde a esse questionamento afirmando que, “[...] o principal impedimento *seria* a legislação ambiental vigente. [...] a legislação ambiental impunha restrições a loteamento de áreas verdes”. Entretanto, se os locais com vegetação nativa, com o advir do tempo, fossem sendo alterados para capoeira ou vegetação rasteira, com presença de resíduos de toda ordem, a proibição para desmatar seria reconsiderada. (LIMA, 2010)

Sobre acordo anteriormente mencionado, Lima e Baitello Junior (2010, p.129) esclarece,

A proposta e objetivo do acordo eram garantir a preservação de uma parte da área (282.371 hectares, somados a outros 28.724 hectares de reserva legal), em detrimento do desmatamento e loteamento de uma outra parte (231.485 hectares). De imediato, Cianorte recebeu da CMNP a escritura relativa aos 282.371 hectares que formaria o atual Parque do Cinturão Verde. Porém, simultaneamente, a CMNP providenciou o desmatamento de aproximadamente outros 200 hectares, interrompido após liminar da Justiça, mobilização social e cobertura midiática.

O posicionamento da sociedade civil de Cianorte, especialmente de alguns grupos, frente a questão posta do processo de formação PCVC, tem o amparo teórico compreendido pelo lugar vivido e, nas ações da sociedade que se organiza e pleiteia a proteção de um bem que contribui para contar a história da coletividade. História que é marcada pela disputa, entre a contradição dos interesses público e o privado, sobre os elementos que compõem lugar.

Os fragmentos florestais presentes na área urbana de Cianorte, tornaram-se objetos de reivindicações da sociedade, primeiro em decorrência das ameaças que os atingiam, com destaque para os problemas que os limites do espaço urbano evocam. Assim, Lima e Baitello Junior (2010, p.130), recordam, que,

Enquanto as negociações para a derrubada da mata transcorriam, via ofícios e reuniões, a fumaça ampliava seu raio de ação nos contornos da área, denunciando um esquema predatório de eliminação contínua dessa vegetação. E não havia um responsável a ser punido por tais danos, pois a culpa sempre foi atribuída à comunidade, saída conveniente para justificar o desmatamento legalizado. A área foi sentenciada por constantes incêndios, despejo de lixo, depredação da flora e da fauna, e utilização do local para “desova” de objetos furtados, uso de entorpecentes e atos considerados ilícitos ou imorais. Não havendo como punir a coletividade, a punição recaía única e exclusivamente sobre a natureza.

A partir dessa reflexão, somos induzidos a advertir que os problemas ambientais percebidos na área do PCVC, no momento de sua constituição, ainda são importantes. Entretanto, a recuperação da vegetação e consequente presença da fauna é indiscutivelmente visível. Desse modo, a mesma comunidade que seria, sob o ponto de vista da antiga proprietária da área, como responsável pela sua depredação, é a mesma que também tem se ocupado com os cuidados que o Parque requer.

A atuação da sociedade civil em defesa de áreas para fins de proteção, em função da sua expressão cultural, como herança da coletividade, tem se repetido em muitos lugares no Brasil. As observações contidas em Scifoni (2006), destaca que a sociedade civil paulista tem constantemente se organizado em defesa do patrimônio natural, o que é evidente quando se analisa o número de bens tombados no Estado de São Paulo.

Scifoni (2006, p. 119) destaca que, em meio as razões que têm mobilizado a sociedade civil paulista em defesa dos bens naturais e culturais do Estado de São Paulo, são as constantes ameaças da possibilidade de redução das áreas verdes urbanas, de uso público ou coletivo por meio de concessões a setores privados ou por ampliação de área construída. Outra razão que a autora ressalva está na pressão exercida pelo mercado imobiliário para ocupação de áreas remanescentes, que ainda não haviam sido integradas ao processo de urbanização. Caso semelhante ao ocorrido em Cianorte, onde o intento da CMNP, seria o de ampliar a oferta de novas áreas para loteamento. Como atesta Lima (2010) “A CMNP tinha legalmente essas terras e havia o interesse em realizar o loteamento”. (LIMA, 2010, p. 195).

Têm sido também causas de reclamações da sociedade civil paulista, a possibilidade de apropriação pelo mercado imobiliário das áreas situadas na periferia ou fora de áreas urbanas, para fins de turismo de segunda residência. Mobilizações de grupos sociais, também ocorrem devido a atividades econômicas de elevado impacto ambiental, como é o caso da mineração, que desfigura paisagens expressivas. (SCIFONI, 2006, p. 119).

Scifoni (2006) aponta algumas estratégias de organização da sociedade paulista, que tem se mostrado muito produtora, como a busca de envolvimento de um número cada vez maior de indivíduos por meio de abaixo-assinados, de manifestações públicas, que repercutem nos meios de comunicação; a busca de fundamentação técnica; pressão política com lobbies junto a vereadores e deputados; criação de novas organizações da sociedade civil fundadas especificamente com o objetivo promover o debate sobre a proteção de determinada área.

Como fruto das lutas da sociedade paulista, tem-se o Parque da Aclimação, tombado como patrimônio para protegê-lo de possíveis concessões da área pública a particulares. Também serve de exemplo o Parque do

Ibirapuera, sob risco de ter sua área verde reduzida, para inserção de novas construções. Além do Parque do Povo, ameaçado pela construção de um shopping center. (SCIFONI, 2006).

Nessa perspectiva, as estratégias da sociedade civil cianortense ocorreram ao longo de vários anos (a partir dos primeiros anos da década de 1980) na tentativa de transformar os fragmentos florestais em uma área ambientalmente protegida, e de propriedade da coletividade. Lima (2010), com vasto material jornalístico sobre o momento mais crítico que antecedeu a constituição do PCVC, indica que, basicamente todas ações enumeradas por Scifoni (2006), foram percebidas em Cianorte. Desde o envolvimento de muitos indivíduos; as manifestações públicas, passando pelo amparo técnico-científico, com a confecção de laudo técnico por pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá; a formação de novas organizações, como os “Amigos do Cinturão Verde”, constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento científico; a Associação de Moradores dos Seis Conjuntos; a pressão política, entre outras ações.

Nesse sentido, observação bastante pertinente é feita por Lima e Baitello Junior (2010, p. 144),

É perceptível que a mobilização em Cianorte se deu em virtude de um foco específico, com o apoio de várias instituições – associações de moradores, escolas e sindicatos – e profissionais liberais em torno de um objetivo comum. Na sequência, quando o caso rumou para um desfecho, os atores sociais saíram de cena. Mas é importante frisar que foi a mobilização social, utilizando de estratégias midiáticas, que possibilitou outro desfecho para o caso do Cinturão Verde de Cianorte.

Entretanto, a conduta da imprensa, no caso em tela, segundo Codolo e Lima (2004, p.3), foi de “superficialidade de informações”. Os autores afirmam que não houve a construção de uma reportagem de fato sobre o caso, mas, sim, a publicação dos acordos realizados entre os entes interessados na questão, além de deturpação dos fatos e por conseguinte, desinformação da sociedade como um todo. (CODOLO & LIMA, 2004; LIMA 2010).

A disputa pela manutenção dos aspectos do lugar, como o ocorrido em Cianorte, vem de encontro com os apontamentos de Sturza (2005, p. 24), ao afirmar que os “Lugares não são apenas abstrações ou conceitos, mas são fenômenos experienciais diretamente do mundo vivido, cheio de significados,

objetos reais e atividades”. É por essa ótica, que a sociedade tem se organizado mesmo diante de situações que não há visivelmente a menor condição de ser modificada.

Para reforçar a afirmação acima, utilizamo-nos das análises de Lima e Baitello (2010, p.144), no episódio da formação do PCVC, analisado nesse capítulo,

Em princípio, tudo levava a crer que não haveria nada que impedisse a CMNP de continuar o desmate, pois tinha o aval das maiores autoridades ligadas ao assunto. Outro fator que soava como impedimento relacionava-se ao distanciamento físico da população com as áreas desmatadas, sendo que o impacto da derrubada da mata era vivenciado apenas pelos transeuntes e moradores do entorno. Porém, quando as fotografias de áreas devastadas ganharam campo nas páginas dos jornais e quando a televisão pautou o assunto, a opinião pública forçou as autoridades judiciárias e do Executivo a suspender o acordo, evitando o prosseguimento da derrubada das matas.

A manutenção dos fragmentos de floresta nativa, como é possível examinar, na área urbana de Cianorte aparece, em grande medida, como uma forma de garantir o uso e a apropriação social do espaço da cidade, ameaçado frente uma lógica de produção e reprodução da cidade, que prioriza o interesse de alguns grupos econômicos, que assimilam as áreas verdes urbanas, apenas como espaços disponíveis para ser incorporados ao anexo imobiliário.

Scifoni (2006), considera que a atuação de grupos econômicos do setor imobiliário expressa-se numa lógica “[...] produtivista, pois valoriza o construído e vê a área verde apenas como um espaço ocioso, disponível para ser ocupado, não levando em conta seu papel social e ambiental”. (SCIFONI, 2006, p. 120).

Não se pode deixar de observar que a luta da sociedade civil de Cianorte para preservar os fragmentos de floresta nativa, como um bem de toda a comunidade, passa a ocorrer de forma mais intensa somente quando a ameaça de extinção dos mesmos torna-se real. A coletividade até então, mesmo não desconsiderando a propriedade privada dos fragmentos florestais, esses já constavam como parte da vida cotidiana dos moradores de Cianorte. E, este modo, já eram, como assegura Scifoni (2006, p. 121) “vivenciados, percebidos e apropriados simbolicamente” pelos moradores, logo era imprescindível, o seu resguardo.

A preservação dos fragmentos florestais em Cianorte contribuirá para a construção da memória do lugar ao longo da história. Visto que, como afirma Sturza (2005), “lugar é um produto humano que sempre envolve a apropriação e transformação do espaço e da natureza, processos inseparáveis da reprodução e transformação da sociedade no tempo e no espaço”. E construído ou construindo-se “[...] o lugar é um arquivo de lembranças afetivas e realizações esplêndidas que inspiram o presente”. (TUAN, 1983, p. 171).

O fato de os moradores serem um tanto quanto indiferentes, aos fragmentos florestais, até a iminência de serem suprimidos, Tuan (1983) explica que não prestamos atenção aos objetos do lugar “[...] Eles são quase uma parte de nós mesmos, estão muito próximos para serem vistos”. (TUAN 1983, p. 159).

Sobre a importância dos objetos do lugar, a exemplo dos fragmentos florestais, que se tornariam o Parque cinturão Verde de Cianorte, Gonçalves (2010, p. 24) compreende que “[...] à medida que o homem intensifica as experiências vividas nos lugares, ativam-se os sentimentos de pertença e afetividade, bem como os seus pares antagônicos, o estranhamento e a rejeição”. No caso em tela, esses sentimentos funcionam como mola propulsoras que impulsionam os sujeitos em defesa da manutenção das áreas vegetadas.

A ação empreendida por diferentes sujeitos sociais em defesa do patrimônio, confirma a resistência destes, pela manutenção dos objetos do lugar vivido. Assim, de alguma maneira busca-se preservar não só os referenciais das lembranças coletivas, mas também manter os referenciais da natureza existentes no interior das cidades, que além de colaborar com a melhoria da qualidade ambiental, funciona como ponto de apoio para o imaginário dos grupos sociais.

Para Scifoni (2006, p.124), o patrimônio transforma-se em uma demanda social quando assegura a sua apropriação social contra a lógica de produção do espaço geográfico que privilegia o valor de troca.

Vale ressaltar, nesse contexto, as observações contidas em Luchiari (2007, p.33) ao abordar a patrimonialização do conjunto bens naturais e culturais

(...) a natureza e os bens culturais são dotados de um novo valor e devem ser protegidos, contraditoriamente, da ação humana e para a sobrevivência humana – seja na forma de recursos naturais ou de artefatos culturais dotados de memória social. Assim, de forma semelhante aos bens do patrimônio histórico e artístico nacionais, os

monumentos naturais, os sítios históricos e arqueológicos e as paisagens naturais relevantes devem ser protegidos da agência humana, e o aparato técnico, legal e administrativo dessa proteção se materializa no tombamento, instrumento regulador e normatizador no uso do território.

Para Scifoni (2006, p. 127),

[...] o patrimônio natural aparece como um campo de conflitos, de tensão entre o público e o privado que coloca de um lado as necessidades sociais concretas e, de outro, os interesses privados específicos. Essa tensão aparece a todo o momento na trajetória das próprias políticas de proteção do patrimônio natural e é administrada de diferentes formas pelo poder público, o que resulta, conseqüentemente, em diferentes políticas.

O PCVC faz parte da memória da cidade. Constitui-se em vestígios das características físicas do meio natural, e que foi apropriado coletivamente, ainda que de maneira simbólica, por meio da fruição visual. As lutas empreendidas pela proteção dos fragmentos florestais e posterior constituição do parque reafirmam o direito a cidade.

Na concepção de Lefebvre ter direito a cidade, significa direito à vida urbana, à habitação, à dignidade, significa pensar a cidade como espaço de usufruto do cotidiano. Assegurando que “O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa”. Entretanto, considera que “A vida comunitária em nada impede as lutas de classes. Pelo contrário. Os violentos contrastes entre a riqueza e a pobreza, os conflitos entre os poderosos e os oprimidos não impedem nem o apego à Cidade, nem a contribuição ativa para a beleza da obra”. Lefebvre avista na vida comunitária as lutas entre os diferentes grupos destacando que “Esses grupos rivalizam no amor pela sua cidade”. Cada um a seu modo, em busca dos seus interesses. (LEFEBVRE, 2008, p.12-13).

Mesmo que a cidade seja o lugar onde caracteristicamente a cultura sobreponha-se sobre a natureza, onde a transformação e o nível de controle das sociedades sobre o meio natural são mais incisivos, densos, eficazes e irrefragáveis é o lugar, segundo Drummond (2007, p.107), de “acumulação do patrimônio cultural/histórico”, é lugar de vivência.

CONCLUSÃO

Com os resultados da pesquisa, depois de analisar o processo de formação do Parque Cinturão Verde e sua influência no conjunto do conteúdo urbano, ficou notório que a cidade de Cianorte, desde a sua origem, esteve atrelada à existência dos fragmentos florestais, esboçados no projeto urbanístico de Macedo Vieira.

A capacidade transformadora dos grupos humanos, expressa sobre os recursos naturais e na conseqüente degradação ambiental, bem como da tentativa de manter alguns possíveis registros da paisagem de outrora na forma de áreas naturais protegidas.

Relativo às hipóteses estabelecidas para esse estudo depreende-se que a presença dos fragmentos florestais em Cianorte, que em parte foi posteriormente transformada em uma unidade de conservação, em alguma medida interferiu na expansão da malha urbana de Cianorte, decorrendo a necessidade de aparato legislativo para o ordenamento espacial da cidade assim como da preservação da vegetação.

Concluiu-se que os usos dessas áreas estão diretamente relacionados à infraestrutura existentes nas mesmas.

Dessa forma, os anseios da população cianortense não são acomodados no Parque Cinturão Verde, devido a incipiente infraestrutura implantada. Porém, não se pode ignorar que, algumas atividades desejadas pela população para executar no espaço do Parque, não são condizentes com os objetivos de conservação propostos, limitando e condicionando a relação dos moradores e visitantes com o mesmo.

Os objetivos específicos se puseram como norteadores para o desenvolvimento da pesquisa. Portanto, foi desvelado em seções individuais, alcançando os intentos do objetivo geral que consistiu em analisar e refletir sobre a importância do Parque Cinturão Verde no arranjo urbano de Cianorte e o seu valor, enquanto área protegida, patrimônio natural e espaço de lazer para os habitantes de Cianorte.

A investigação de cada objeto balizado revelou olhares sobre o conjunto: cidade e parque, onde o urbano encontra o natural e se ordena, reordena, organiza e desorganiza.

Deduz-se que a evolução histórica - no tempo e no espaço – os condicionantes urbanos passaram a pressionar as frações de vegetação que remetia a imagem de cidade-jardim, tornando-se peças de disputas entre a proprietária (CMNP) e grupos que entendiam que as áreas com cobertura vegetal deveriam ser elevadas a condição de patrimônio de todos como áreas protegidas.

Os embates entre o público e o privado com o intento de preservar ou não os fragmentos florestais confirmam que a CMNP não objetivava a manutenção dessas áreas como parte da cidade, pertencentes ao município na condição de áreas ambientalmente protegidas, mas, sim, como áreas para expansão urbana.

A disputa pelas áreas florestadas culminou em um acordo entre a proprietária, a municipalidade e órgãos ambientais. O destino da outra metade foi, em parte, o desmatamento promovido pela proprietária (CMNP) de significativa parcela, mantendo ainda sob sua posse e domínio áreas com cobertura florestal nativa, inclusive algumas conectadas diretamente ao Parque.

É patente que o processo de formação do Parque Cinturão Verde trilhou caminhos relativamente diferentes daqueles percorridos para a consolidação e manutenção das áreas florestadas existentes nos núcleos urbanos selecionados por esse estudo.

Como conquista da coletividade, os fragmentos florestais elevado à categoria de parque, passa a conceber igualmente a ideia de patrimônio natural assegurado em lei municipal, que lhe atribuiu a simbologia de patrimônio ecológico.

Como patrimônio natural, o Parque Cinturão Verde encerra os novos significados atribuídos ao conceito de patrimônio, que confere valor aos bens da natureza.

Com a propagação da malha urbana de Cianorte, o Parque Cinturão Verde assume outros papéis, além daqueles que fomentou a defesa para sua formação. Torna-se elemento separador de duas formas urbanas distintas: de um lado a boa forma urbana de Macedo Vieira e de outro a forma sem identidade com a anterior, que segue a conformação dos lotes rurais que cingiam a cidade.

A presente pesquisa indicou que bairros inteiros foram propositalmente construídos em áreas antes florestadas, mas que foram vendidas pela CMNP a terceiros, para promover a instalação de novos loteamentos.

Identificou-se que, em decorrência da expansão do tecido urbano, trechos significativos de vegetação foram aprisionados na malha urbana, perdendo a ideia original de “cinturão verde”, indício do que se acostumou associar às características de cidade-jardim, como anteriormente mencionado.

O Parque Cinturão Verde devido a particularidade da sua localização - em cidade - comporta as funções de parque urbano e, como tal, acende aspirações nos moradores de Cianorte, antevendo a possibilidade de uso como espaço de lazer ativo e contemplação. Contudo, ainda não apresenta infraestrutura satisfatória que possa satisfazer algumas das pretensões dos moradores.

Como inicialmente manifestado, a incipiente infraestrutura do Parque Cinturão Verde, leva a população cianortense mencionar os parques existentes em outros núcleos urbanos (Maringá, Londrina e Curitiba) como referenciais em infraestrutura passível de atender seus anseios.

Os anseios da população cianortense são legítimos tendo em vista a baixa oferta de serviços públicos existentes no campo do lazer existente na cidade, além de que, as condições socioeconômicas dos moradores.

Da mesma forma, que as aspirações dos moradores em relação ao Parque Cinturão Verde são válidas, como também são os objetivos de preservação para os quais o Parque foi criado. Vê-se, então, nítidos sinais de conflitos entre o querer dos moradores e a finalidade da unidade de conservação que tem como primícias a proteção integral dos ecossistemas que a forma.

A compatibilidade entre preservação ambiental e uso do Parque Cinturão Verde pela população pode ser equacionada, mediante investimentos em educação ambiental, para que os efeitos ulteriores indesejáveis dessa relação possam ser reduzidos a cargas mínimas.

O desenvolvimento de ações no âmbito da educação ambiental poderá favorecer a compreensão dos sujeitos, que dividem seus lugares de morada com unidades de conservação. Dessa forma, é possível leva-los a incorporar os objetivos preservacionistas estabelecidos para essas áreas protegidas, como é caso do Parque Cinturão Verde.

Logo, percebe-se a necessidade de investir no empoderamento dos moradores do entorno, quanto aos saberes indispensáveis sobre a manutenção da fauna e da flora do Parque; a disposição adequada dos resíduos domésticos para não se tornarem alimentos para quatis e macacos; o barulho produzido por

sons domésticos e buzinas de veículos que circulam no entorno imediato do Parque; possam reconhecer os trabalhadores que atuam no Parque como aliados e não como oponentes à sua presença na área.

A cidade de Cianorte e o Parque Cinturão Verde expressam uma simbiose pouco vista entre o natural e o cultural, onde o natural é resultado do cultural. Embora espelhando essa combinação, também demonstra a distância existente entre a apropriação dos bens naturais e a necessidade de preservação. Denuncia as razões que movem os intentos da preservação ambiental, que passam primeiro pela necessidade das populações humanas para posterior preocupação com os ecossistemas naturais.

Ao findar essa tese, constata-se que o Parque Cinturão Verde e a cidade de Cianorte são campos férteis para a investigação científica. Sugere-se o desenvolvimento de estudos futuros dos seguintes temas:

- a) Investigar as condições da vegetação viária dos logradouros do entorno do Parque Cinturão Verde.
- b) Examinar a ação do setor imobiliário quanto a possíveis pressões exercida sobre o Parque e sobre as áreas florestadas que ainda não fazem parte do PCVC.
- c) Sondar o comportamento biológico das principais espécies da fauna do Parque.
- d) Avaliar a qualificação técnica dos profissionais envolvidos com a gestão do PCVC.
- e) Aferir se os objetivos do Parque, enquanto unidade de conservação estão sendo gradativamente alcançados.
- f) Verificar se os recursos financeiros e humanos são suficientes para a gestão satisfatória do Parque.

REFERÊNCIAS

ALBERTIN, Ricardo Massulo. Diagnóstico da gestão dos resíduos sólidos urbanos nos municípios da bacia hidrográfica do Rio do Índio – Estado do Paraná, Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). UEM, 2011.

ALENCAR, José. Sonhos D'ouro. São Paulo: Melhoramentos, s.d., 5ª ed. 1872.

ALMEIDA, Maria Geralda. Patrimônio e Meandros políticos para pensar sua gestão. **OLAM – Ciência & Tecnologia**. Rio Claro. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/index> Ano XII, n. 1-2, janeiro/dezembro, 2012, p. 148. Acesso: 8 de mar. 2012.

AMORIM FILHO. Oswaldo Bueno. Topofilia, Topofobia e Topocídio em Minas Gerais. In: Percepção ambiental: a experiência brasileira. (org.) Vicente Del Rio e Livia de Oliveira. 2 ed. – São Paulo: Studio Nobel, 1999. p. 139-152.

ANDRE, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Estudo de caso: seu potencial na educação. Cad. Pesquisa. São Paulo. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n49/n49a06.pdf>online. 1984, n.49, pp. 51-54. Acesso: 12 de ago. 2014.

ARAÚJO, Marcos Antônio Reis. Unidades de conservação no Brasil: da República a Gestão de Classe Mundial. Belo Horizonte: Segrac, 2007.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.

BALLAROTTI, Carlos Roberto. O Parque Arthur Thomas em Londrina/Pr: Conflitos políticos sociais referentes à unidade de conservação. In: IV Congresso Internacional de 9 a 11 de setembro de 2009. Maringá.PR. Disponível em : <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/151.pdf>. Acesso em 12 de ago. 2014.

BALLAROTTI, Carlos Roberto. Parque Municipal Arthur Thomas em Londrina – PR: conflitos políticos e Socioambientais em um território de diversidade - (1975 - 2009). 2010. Dissertação de Mestrado em História Social - Universidade Estadual de Londrina/PR

BARAKAT, Munir. Sustentabilidade ambiental e gestão de resíduos sólidos urbanos: uma análise do modelo de gestão de Cianorte. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento econômico). UFPR, 2009.

BATALIOTI, Telma. Cianorte: ocupação pioneira, modernização da agricultura e impactos socioespaciais. Maringá. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá. p. 193.

BEZZI, M. L. **Região**: uma (re)visão historiográfica, da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria, RS: UFSM, 2004.

BO, João Batista Lanari. Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados. Brasília: UNESCO, 2003.

BONFATO, Antonio Carlos. Jorge de Macedo Vieira: o orgânico e o geométrico na prática urbana (1920-1960). Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. v. 5, n. 2, nov. 2003. Disponível.

<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/viewFile/98/82>

BOVO, Marcos Clair; AMORIM, Margarete Cristiane de Costa Trindade. Áreas Verdes Urbanas, a imagem, o mito e a realidade: Um estudo de caso sobre a cidade de Maringá/PR/BR **Revista Formação**, n.16, volume 1 – p.60-69, 2009. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/indez.php/formacao>. Acesso: 12 out. 2013.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil 1934.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil 1937.

BRASIL. Constituição República Federativa do Brasil 1988.

BRASIL. Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1987. Organização e proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

BRASIL. Lei federal nº 4.771 de 15 de setembro 1965, alterada pelas leis federais nº 7.803/1989 e lei federal nº 7.875 de 13/11/1989. Institui o Código Florestal. Revogado pela Lei 12.651/2012. Acesso em 07/08/2014. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=311>.

BUTTNER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. Perspectivas da geografia. São Paulo: Difel, 1985, pp. 165-193.

BUTTNER, Anne. Values in Geography. Washington. AAG, 1974.

CALISTO, Cristiano de Souza. O ambiente Como Mundo Vivido – Uma Abordagem do Espaço segundo a Geografia Humanística. UnB-CDS, Dissertação (Mestrado em Política e Gestão Ambiental). Brasília, 2006.

CAMARGO, José Carlos Godoy; ELESBÃO, Ivo. O problema do método nas ciências humanas: o caso da Geografia. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 03, número 06, 2004. Disponível em:

<http://www.unisc.br/portal/upload/com>. Acesso 12 jan. 2013

CAMARGO, José Carlos Godoy; REIS JÚNIOR, Dante Flávio da Costa. Considerações a respeito da geografia Neopositivista no Brasil. **Geografia**, Rio Claro, v.29, n. 3, p. 355-382, set./dez. 2004.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. Cidades brasileiras: seu controle ou o caos. O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. 4ª. ed. São Paulo: Nobel, 2001. 143p.

CAMPOS, Ricardo Aparecido; PIMENTA, Paulo Sérgio Pereira; STIPP, Nilza Aparecida Freres. Um olhar sobre o Parque Arthur Thomas no centro Urbano de Londrina/PR. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – USP. São Paulo. **Anais...** São Paulo. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana>. Acesso: 4 de out. 2013.

CASAGRANDE, Alessandro. Erosão Urbana no Noroeste do Paraná: riscos socioambientais ao desenvolvimento urbano – um estudo de caso do município de Nova Esperança-Pr. 2012. Dissertação Mestrado em Geografia. Universidade Federal do Paraná/PR.

CASCIOLA, Ítalo Fábio. Projeto urbano de Umuarama foi inspirado num tabuleiro de xadrez. **Umuarama Ilustrado**. Umuarama, 5 maio, 2011. (Na Trilha da História).

CASCIOLA, Ítalo Fábio. Uma cidade confusa ‘inventada’ em função de uma ferrovia imaginária. **Umuarama Ilustrado**. Umuarama, 12 jun. 2011. (Na Trilha da História).

CHIES, Claudia; YOKOO, Sandra Carbonera. Colonização do Norte Paranaense: avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. **Revista GEOMAE**. Campo Mourão, PR v.3-n.1 p.27 - 44 1ºSem, 2012. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/view/204>. Acesso 18 out.2013.

CHRISTOFOLETT, Antonio. As perspectivas dos estudos geográficos. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. (org.). Perspectivas da Geografia. São Paulo. Difel.1982. p.11-36.

CIANORTE, Prefeitura Municipal de Cianorte. **Notícias**. Disponível em: <www.cianorte.pr.gov.br> Acesso em 21 jul. 2014.

CIANORTE. Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 604 de 26 de junho de 1980. Determina que as áreas com vegetação primitiva fossem transformadas em áreas de preservação do meio ambiente. Cianorte, 1980.

CIANORTE. Prefeitura Municipal. Lei nº 1.277/1990. Estabelece o plano de arborização urbana de Cianorte. Cianorte, 1990.

CIANORTE. PDM 1995 - Plano Diretor Municipal de Cianorte de 1996. Cianorte, PR, 1995.

CIANORTE. Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 1.625. Criou o Módulo Uruçora. Cianorte, 1995.

CIANORTE. Lei Municipal nº 2.067. Criou o Parque Municipal do Cinturão Verde. Cianorte, 2000.

CIANORTE. Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 2.444/2004. Acresce áreas ao Parque. Cianorte, 2004.

CIANORTE. Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 2.584. Altera a classificação do loteamento Fechado Century Park de comum para Loteamento Fechado. Cianorte, 2005.

CIANORTE. Lei municipal nº 2.655. Dispões sobre a Lei Orgânica do Município de Cianorte. 2006.

CIANORTE. Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 2.778. Dispõe sobre o Sistema Viário Básico do Município de Cianorte e determina um tipo de arruamento especial no entorno do parque. 2006. Disponível em: <http://www.cianorte.pr.gov.br/leismunicipais.php>. Acesso em: 11/maio. 2014.

CIANORTE. Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 3.653. Dispõe sobre a inclusão de lotes de terras que especifica no perímetro urbano de Cianorte. 2011. Disponível em: www.cianorte.pr.gov.br/.../20110608095605_lei_3653_2011.pdf. Acesso em: maio/2014.

CIOFFI, Helena. et al. Cianorte: sua história contada pelos Pioneiros. Maringá: Ideal, 1995.

CODOLO, Alcides Marcos; LIMA, Aída Franco. Quando o Release substitui a investigação – Um estudo de caso sobre a versão oficial do governo estadual, sobre o “Acordo do Cinturão verde”, em Cianorte/PR. In: CELACOM: Colóquio Internacional de Estudos sobre a América (Cátedra Unesco/Umesp de Comunicação para o desenvolvimento Regional, 2004. São Paulo. **Anais...** Disponível em: encipecom.metodista.br/mediawiki/index.php/Celacom_2004. Acesso em 27/07/2013.

COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos Ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: Guerra, A. J. T; CUNHA, S. B. (orgs.) Impactos Ambientais urbanos no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005. p. 19-45.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná. Maringá, 1975.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná: publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. 2. Ed. São Paulo: Ave Maria, 1977

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. 2006. Resolução Conama nº 369/2006. Disponível em:< www.mma.conama.gov.br/conama> Acesso em 17/04/2014.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. 2007. Resolução Conama nº 371/2007. Disponível em:< www.mma.conama.gov.br/conama> Acesso em 17/04/2014.

CORRÊA, R. L. Algumas considerações sobre análise regional. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v 49, nº 4, p 47-52, 1987.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. 7ª ed. SP: Ática, 2002.

CURITIBA. Lei Municipal Nº 9.804, de 03 de janeiro de 2000. 2000a. Cria o Sistema de Unidades de Conservação do Município de Curitiba e estabelece critérios e procedimentos para implantação de novas Unidades de Conservação. **Diário Oficial [do] Município de Curitiba**, Poder Executivo, Curitiba, PR. Disponível em:
<http://www.curitiba.pr.gov.br/pmc/servicos/legislacao/zoneamento/index>. Acesso em: 30 jul. 2014.

DALBERTO, Anelise Guadagnin. O desenho da cidade e a identidade urbana: o caso da expansão de Cianorte – PR.2009. Dissertação. (Mestrado em Engenharia Urbana), Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2009. Disponível em:<<http://www.peu.uem.br/Dissertações/Anelise.pdf>>. Acesso: 12 abr. 2013.

DELSPINASE, Carolina Fontoura et al. Cenário da Arborização urbana nas maiores cidades do Estado do Paraná. 2011. Revista SBAU. Piracicaba – SP, v.6, n.3, p.1 49-1 71, 2011. Disponível em:
http://www.revsbau.esalq.usp.br/artigos_cientificos/artigo163-publicacao.pdf

DIAS, Edson dos Santos. Atuação do agente fundiário na produção do espaço urbano: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: uma presença constante na cidade de Cianorte. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

DRUMMOND, José Augusto. **Patrimônios natural e cultural: endereços distintos nos espaços urbanos, rurais e selvagens**. In: PAES-LUCHIARI, Maria Tereza; BRUHNS, Heloisa Turini; SERRANO, Célia (org.) Patrimônio, natureza e cultura. Campinas, SP. Papyrus, 2007. p. 103-114.

DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e cultura popular. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria. **Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Barigui**. Curitiba, 2007.

ENTRIKIN, J. Nicholas. O Humanismo Contemporâneo em Geografia. Boletim de **Geografia Teórica**. Rio Claro, 10 (19): 5-30, 1980.

FACHINI, M. P. A urbanização e impactos ambientais em Cianorte. Monografia de Conclusão de Curso – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1987.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, nº 9, pp. 65-83, jul./dez., 2000

FRANÇA JUNIOR, Pedro; VILLA, Maria Estela Casale Dalla. Análise macroscópica nas cabeceiras de drenagem da área urbana de Umuarama, região noroeste - Paraná/Brasil. **Revista Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n.1 p. 107-118, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/geografia>. Acesso: 21 de set. 2013.

FURLAN, Sueli Ângela. Lugar e Cidadania: implicações socioambientais das políticas de Conservação Ambiental. In: DIEGUES, Antonio Carlos. (Org.). Enciclopédia caiçara: o olhar do Pesquisador. 1 ed. São Paulo: Edição Hucitec, 2004, v. 1, p. 225-249.

GARUTTI, Selson; ZANIN, Thiago. Responsabilidade Cidadã em unidade de conservação: o caso do parque do ingá na cidade de Maringá – PR. **Revista Cesumar - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas** v. 16, n. 1, jan./jun. 2011, p. 121-146. Disponível em: <http://www.cesumar.br/pesquisa/periodicos/index.php/revcesumar>. Acesso: 16 de out. 2013.

GASPARETTO, Nelson et al. Definição e Hierarquização das Zonas de Riscos em Cianorte-PR. 5o. Simpósio Nacional de Controle de Erosão Bauru - 1995 - Anais - ABGE – UNESP. pp. 187-189.

GERALDES, Eduardo Antonio Simões. Condições para a constituição de um patrimônio ambiental urbano proposta de focos qualitativos no centro de São Paulo. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, São Paulo, 2006

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo. Atlas. 2008.

GIROTO, Maria G. Ações Pública para o esporte em ambientes naturais da cidade de Umuarama – Paraná pela gestão 2009/2010. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Maringá, 2011.

GODOY, Arilda. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

GOMES, Paulo. Cesar. da C. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GONÇALVES, Leandro Forgiarini de. O estudo do lugar sob o enfoque da geografia humanista: um lugar chamado Avenida Paulista. Dissertação Mestrado. USP. São Paulo. 2010.

GOOGLE EARTH. 4.2.0181.2634 (beta). Microsoft Windows XP. Kh.google.com. Disponível em: < <http://baixaki.ig.com.br/download/Google-Earth.htm>>. Acesso em: < 26 de jul. 2014.

GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e Educação Ambiental. In: CUNHA, S. B GUERRA, A. J. T. (orgs.) A Questão Ambiental: diferentes Abordagens. 6ª ed. Rio de Janeiro, 2010. p.81-105.

HARACENKO. Adélia aparecida de Souza. Aniquilação do território indígena e o discurso do vazio demográfico no noroeste do Paraná – Brasil. In: Encontro de Geógrafos da América Latina: Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericanos. 2013. Peru. Disponível em: http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Ad%C3%A9lia-Aparecida-de-Souza-Haracenko.pdf. Acesso em 9 de ago.2014.

HARTSHORNE, R. **Propósitos e Natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.

HOLZER, Werther. A Geografia Humanista Anglo-Saxônica – de suas origens aos anos 90. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 55 (1/4): 109 – 146, jan./dez. 1993.

HOLZER, Werther. Uma discussão Fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Revista Território**, ano II, nº 3, jul/dez. 1997.

HOLZER, Wether. O Conceito de Lugar na Geografia Cultural-humanista: uma contribuição para a Geografia Contemporânea. **Revista Geografia**, ano V, nº 10, 2003.

HOLZER, Wether. O Lugar na Geografia Humanística. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano IV, nº 7. P. 67-78, jul/dez. 1999.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis. *Roteiro metodológico de planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica*. Brasília: Edições Ibama. 2002.

IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas** – 4 vol. Rio de Janeiro, 1968.

IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Resolução PR nº 51. **Boletim de Serviço**. Nº 1763. Rio de Janeiro, jul. 1989.

IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Sinopse preliminar do Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, IBGE, 1991.

IBGE, 1993. Mapa de vegetação do Brasil. IBGE, Rio de Janeiro.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico – 1960. BRASÍLIA: IBGE 1960.

_____. Censo demográfico – 1970. Brasília: IBGE, 1970.

_____. Censo demográfico – 1980. Brasília: IBGE, 1980.

_____. Censo demográfico – 1991. Brasília: IBGE, 1991.

_____. Censo demográfico – 2000. Brasília: IBGE, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse do Censo Demográfico 2010. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro, 2011.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Mapas: Bases cartográficas**. 2010. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/cartas>>. Acesso em 10 de novembro de 2013.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, s/n, 2004.

ITCG (Instituto de Terras, Cartografia e Geociências). **Produtos Cartográficos**. 2012. Disponível em: <<http://www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo /conteudo .php? conteudo=47>>. Acesso em 10 de novembro de 2013.

JORNAL FOLHA DE CIANORTE. Disponível em: <http://folhadecianorte.com/cianorte-poderia-crescer-30-com-espacos-vazios-diz-nelson-magron-jr/>. Acesso em 11 jul. 2014.

JORNAL DO BRASIL. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/rio-e-considerado-patrimonio-mundial-da-humanidade-pela-unesco>. Acesso em: 01 de jul.2014.

JORNAL GAZETA DO POVO – Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1401988>. Acesso em: 11 jul. 2014.

JORNAL TRIBUNA DE CIANORTE – Disponível em: <http://www.tribunadecianorte.com.br/imagens/capas/>. Acesso em: 12 de jul. 2014.

KASHIWAGI, Helena Midori. Representações da paisagem no Parque Nacional de Superagui: a homonímia sêmica da paisagem em áreas preservadas. Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

KIOURANIS, Neide Maria; TEIXEIRA, Rosângela de Oliveira. Maringá “Cidade Ecológica”. **Revista Teia**. Dez. 2000.

KOHLHEPP, Gerd. Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural no norte do Paraná (Brasil). **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 53 (2): 79-94, abr./jun. 1991.

LEFEBVRE, HENRI. O Direito à Cidade. Centauro Editora. São Paulo. 5ª edição, 2008.

LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. A natureza e a cidade: discutindo suas relações. In: SOUZA, Maria Adélia A.; SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO, Mônica.. (Org.) Natureza e Sociedade de hoje: uma leitura geográfica. São Paulo: Hucitec-anpur, 1993, v. p. 139-145.

LENCIONI, Sandra. Região e Geografia. São Paulo; EDUSP, 2003.

LIMA, A. M. L. P et al. Problemas de utilização na conceituação de temas como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: Congresso Brasileiro de Arborização Urbana, São Luiz, 1994. **Anais...** São Luiz: Sociedade Brasileira de Arborização Urbana – SBAU, 1994. p.539-549.

LIMA, Aída Franco de. BAITELLO JR, Norval. Acordo do Cinturão Verde de Cianorte: o uso da fotografia como fator de denúncia. **Discursos fotográficos**, Londrina, v.6, n.9, p.127-152, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/7145/0>. Acesso em: 14 mar. 2013.

LIMA, Aída Franco de. Duelo de imagens e palavras: o “acordo” do Cinturão Verde de Cianorte e a cobertura dos jornais locais e regionais. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2010.

LIMA, Eduardo Coelho. A Importância da Floresta da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro. Monografia em Gestão Ambiental de Bacias Hidrográficas. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.

LOBODA, C. R; DE ANGELIS, B. L. D. Áreas Verdes Públicas: Conceitos, Usos e Funções. *Ambiência*, Guarapuava. v.1, n. 1 p. 125-139, 2005. Disponível em: <http://www.unicentro.br/editora/revistas>. Acesso 1 maio. 2014.

LONDRINA. Plano de Manejo do Parque Municipal Arthur Thomas. Secretaria Ambiental do Município. Londrina, 2004.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 4.061, de 5 de abril de 1988. Dispõe sobre o recebimento em doação da CMNP, a área do Parque Arthur Thomas. Londrina, 1988.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. Lei nº 2.564 de 17 de set. de 1975. Dispões sobre a criação do Parque Municipal Arthur Thomas. Londrina, 1975.

LOTUFO, José Otávio. *Habitação Social para a Cidade Sustentável*. (Dissertação) Mestrado. São Paulo: FAU-USP, 2011.

LOUREIRO, W. Contribuição do ICMS Ecológico na Conservação da Biodiversidade no Estado do Paraná. 2002, 206p. Tese (Doutorado em Ciências Florestais). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal Universidade Federal do Paraná. Curitiba. Disponível em: <http://www.floresta.ufpr.br/pos-graduacao/seminarios/wilson/contribuicao_do_icms.pdf> Acesso em: 10 de fev. de 2014.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUZ, France. O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá. A Prefeitura, 1997.

MAACK, Reinhard. Geografia Física do estado do Paraná. 2. Ed. Rio de Janeiro; José Olympio, 1981.

MACEDO, S. S; SAKATA, F. G. Parques urbanos no Brasil. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2003.

MARINGÁ. Prefeitura Municipal de Maringá. Plano de Manejo do Parque Florestal dos Pioneiros, Bosque II. Maringá, 1993.

MARINGÁ. Prefeitura Municipal de Maringá. Plano de Manejo do Parque do Ingá. Maringá, 1994.

MARINGÁ. Prefeitura Municipal. Secretaria do Meio Ambiente. Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica. Maringá, 2010.

MARINGÁ. Prefeitura do Município de Maringá. Secretaria do Meio Ambiente. Plano de Manejo do Horto Florestal de Maringá. Maringá, PR: PMM, 2013.

MAZZEI, K; COLESANTI, M. T. M., SANTOS, D. G. Áreas Verdes Urbanas, Espaços Livres para o Lazer. *Sociedade & Natureza*. Uberlândia, 19 (1): 33 – 43, jun. 2007. <<http://www.sociedadennatureza.ig.ufu.br/>>. Acesso 23 jul. 2014.

MEDEIROS, R; PEREIRA, G.S. Evolução e implementação dos Planos de Manejo nos Parques Nacionais do Estado do Rio de Janeiro. *Revista Árvore*, Viçosa, v 35, n 2, abril de 2011.

MEDEIROS. João de Deus. Criação de unidades de conservação no Brasil. In: DEBETIR, Emilian; ORTH, Dora (orgs.) *Unidades de Conservação*. Florianópolis, Insular. 2007. p. 67-88.

MELLO, João Baptista Ferreira. A Geografia Humanística: A perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. **Revista brasileira da Geografia**. Rio de Janeiro, v52, n 4. out/dez. p. 91-115.

MELLO, João Batista Ferreira de: A Humanística Perspectiva do espaço e do lugar. **Revista Acta Geográfica**. Ano V, n° 9, jan/jun, 2011. p. 7-14. Boa Vista. Disponível em: <http://revista.ufrb.br/index.php/actageo/article/view/429>. Acesso em: 17 de jan. 2013.

MENEGUETTI, Karin Schwabe. Cidade-Jardim, cidade sustentável: a estrutura ecológica urbana e a cidade de Maringá. Maringá. Eduem. 2009.

MENEZES, Pedro da Cunha e. Floresta da Tijuca: a selva na metrópole. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Cidades Sustentáveis. Parques e Áreas Verdes. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/parques-e-%C3%A1reas-verdes>. Brasília, Acesso em: 16 de jul. 2014.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. Gabinete do Ministro. Portaria n° 380, de 27 de dezembro de 2005. MMA, 2005. Define os procedimentos para organização e manutenção do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, instituído pelo artigo 50 da Lei n. ° 9.985, de 18 de julho de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 de dez. 2005. Seção 1, p. 85.

MONBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Col. Geografia: Teoria e Realidade, Ed. Ucitec-Polis, 1984 (Ed. Original: 1952). Trad. de Ary França e Raul de Andrade e Silva

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1983.

MORAES, Antonio. Carlos. Robert. Geografia Pequena História Crítica. 19.ed. São Paulo: Annablume, 2003.

MOREIRA, Virginia. O Método Fenomenológico de Merley-Ponty como Ferramenta Crítica na Pesquisa em psicopatologia. **Revista Psicologia reflexão e Crítica**, 2004, 17(3), pp. 447-456. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722004000300016. Acesso em: 26 fev. 2013.

MÜLLER, Nice Lecocq. Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná Boletim Paulista de Geografia, n.22, p.55-97, março, 1956. **Geografia**. Londrina, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan./jun. 2001

NADIR JR., A. M. **ICMS Ecológico**: princípios e estratégias necessárias para uma implementação na co-produção do bem público. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis-SC.

NITSCHKE, Leticia Bartoszeck e KOZEL, Salete. Reflexões sobre uma abordagem fenomenológica do espaço vivido de famílias rurais relacionadas à atividade turística. **Revista Eletrônica Geografar**. Curitiba, v.1, n.1, p. 52-61, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/geografar/article/view/6842>. Acesso em 14 mar. 2013.

PÁDUA, M. T. J. Unidades de conservação: muito mais do que atos de criação e planos de manejo. In: MILANO, M. S. (Org.) **Unidades de conservação**: atualidades e tendências. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza – FBPN, 2002. p.7-13.

PAES-LUCHIARI, Maria Tereza. Turismo e patrimônio natural no uso do território. In: PAES-LUCHIARI, Maria Tereza; BRUHNS, Heloisa Turini; SERRANO, Célia (org.) **Patrimônio, natureza e cultura**. Campinas, SP. Papyrus, 2007. p.25-45.

PAIOLA, Carlo Giordano et al. Percepção de Moradores de Cianorte Sobre a Prática de Alimentar Animais Silvestres. UNOPAR Científica Ciência Humana e Educação, Londrina, v. 13, n. 2, p. 81-86, out. 2012.

PARANÁ. Bens tombados. Disponível em: www.pr.gov.br/cpc-benstombados.html. Acesso em: 2 fev.2013.

PARANÁ. Lei Complementar nº 59 de 1 de out. de 1991. Dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS, a que alude o art.2º da Lei 9.491/90, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental. Curitiba, 1991.

PARANÁ. Lei estadual nº 1.211/1953. Dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná.

PATTON, M.Q. Qualitative evaluation and research methods. Newbury Park, CA. Sage Publications, 1990.

PAULA, Zueleide Casagrande de. Verde que te quero ver-te. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). Maringá e o norte do Paraná (Estudos de história regional). EDUEM - Maringá, 1999. p. 407-428.

PAZ, R. J; FREITAS, G. L.; SOUZA, E. A. Unidades de conservação no Brasil: História e legislação. João Pessoa. Ed. Universitária: UFPB, 2006.

POCOCK, Douglas. Charles. David. Place and the novelist. Transactions of the Institute of British Geographers N. S., (6), pp. 337-347. 1981.

REGO, As cidades plantadas: os britânicos e a construção da paisagem do norte do Paraná. Londrina. Humanidades, 2009.

REGO, Renato Leão. O desenho urbano de Maringá e a ideia-jardim. **Revista Acta Scientiarum**. Maringá, v. 23, n.6, p. 1569-1577, 2001. Disponível em: <http://eduemojs.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article>. Acesso: 18 de out. 2013.

REGO, Renato Leão; MENEGUETTI, Karin. S; ANGELIS NETO, Generoso; JABUR, Rodrigo Jabur; RISSI, Queila. Reconstruindo a forma urbana: uma análise do desenho das principais cidades da Companhia de Terras Norte do Paraná. **Acta Scientiarum. Technology Maringá**, v. 26, no. 2, p. 141-150, 2004. Disponível em: periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article/download/.../87. Acesso em: 4 de maio 2014.

REGO, Renato. Leão; MENEGUETTI et al. Reconstruindo a forma urbana: uma análise do desenho das principais cidades da Companhia de Terras Norte do Paraná. **Acta Scientiarum Technology**. Maringá, v.26 no.2, p. 141-150, 2004. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article>. Acesso: 11 de out. 2013.

RELPH, Edward C. As bases fenomenológicas da Geografia. *Geografia*, 4(7): 1-25, abril 1979.

RELPH, Edward. Place and placelessness. London: Pilon, 1976.

RELPH, Edward. Place and placelessness. London: Pion, 1980.

RIBEIRO JUNIOR, João. Introdução à fenomenologia. Campinas, Edicamp, 2003;

RIBEIRO, Luiz Antonio de Moraes. Questões regionais e do Brasil. In: RUA, João et al. (Orgs.). Para ensinar geográfica. Rio de Janeiro: ACCSS Editora, 1993. p.214-220.

RIBEIRO, W. C. Entre Prometeu e Pandora – sociedade e natureza no início do Século XXI. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (orgs). Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo. Contexto. 2003. p. 323 – 334.

ROCHA; Samir Alexandre. Geografia Humanista: história, conceitos e o uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo. **Revista RA'E GA**, Curitiba, n. 13, p. 19-27, 2007. Editora UFPR;

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Geografia: introdução à ciência geográfica**. São Paulo: Avercamp, 2008

RONQUIM, Joyce. Degradação do Córrego Mimosa de Umuarama – PR. Monografia de Conclusão de curso. Universidade Federal do Paraná, 2010.

SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. Unidades de conservação da natureza. Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Fundação Florestal; Luiz Roberto Numa de Oliveira (org.). São Paulo: SMA, 2009.

SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. Sistema Ambiental Paulista. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/ambiente/parques-e-unidades-de-conservacao/parque-urbano/>. Acesso em: 9 de maio de 2014.

SASAKI, Karen. A contribuição da Geografia Humanística para a compreensão do conceito de identidade de lugar. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano XIII. Nº 22 dezembro de 2010. Salvador. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/1524/1212>. Acesso em 12 jan. 2013.

SCALISE, Walnyce. Parques urbanos: evolução, projeto, funções e usos. **Assentamentos Humanos**, Marília-SP, v.4, n.1, p.17-24, out. 2002.

SCARLATO, F. C; PONTIN, J. I. A. *O ambiente urbano*. São Paulo: Atual, 1999.

SCIFONI, Simone. A construção do Patrimônio Natural. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 2006.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE/IAP. Instituto Ambiental do Paraná. Incêndios Florestais – Como funciona o PREVIFLOR. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=391>. Acesso em: 18 jun. 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE/IAP. Instituto Ambiental do Paraná. Portaria nº 263/98. Regulamenta o proposto da Lei 59/91 que normatiza os procedimentos em relação ao ICMS Ecológico por Biodiversidade. Curitiba, 1998.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE/IAP/DIBAP/ICMS Ecológico por Biodiversidade. Memória de Cálculo e Extrato Financeiro. DIBAP/ICMS Ecológico por Biodiversidade. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1213> Acesso em: 06 de ago. 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CIANORTE: Plano de Manejo. Cianorte, 2009.

SERRANO, Célia. **Patrimônio, Natureza e cultura: uma introdução a olhares e práticas**. In: PAES-LUCIARI, Maria Tereza; BRUHNS, Heloisa Turini SERRANO, Célia (org.) **Patrimônio, natureza e cultura**. Campinas, SP. Papyrus, 2007. p. 9-21.

SILVA, E.L.DA; MENEZES. E.M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação, UFSC, 4. ed. Ver. Atual. Florianópolis 2005.

SILVA, Marta Cassaro da; HAINARD, François. O meio ambiente: Uma urgência interdisciplinar. Campinas. Papirus. 2003.

SILVEIRA, John Mivaldo. Parque Urbano: sustentabilidade e um processo de construção social. Disponível em: <http://www.caugo.org.br/?p=5184>. Acesso em 16 de jul. 2014.

SOUSA, Paulo Roberto; HAYASHI. Parques e reservas florestais do município de Maringá. In: IX Fórum Ambiental da Alta Paulista, v. 9, n. 3, 2013, p. 69-84. **Anais...** Disponível em: www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum.../article/.../608. Acesso: 27 de out. 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria encarnação Beltrão. (orgs). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo. Contexto, 2011.

SOUZA, Nadir Leandro de. Parque Municipal Cinturão Verde de Cianorte: Módulo Mandhuy e sua relação com a cidade de Cianorte, Paraná. Dissertação de Mestrado. UEM, Maringá, 2010.

SOUZA, Paulo Cezar Alves de. Funções Sociais e Ambientais de Parque Urbano Instituído como Unidade de Conservação: percepção dos usuários do Parque Natural Municipal Barigui em Curitiba, Paraná. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana). Universidade Católica do Paraná, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea. **Terra Livre**. São Paulo. n. 16. p. 99-112. 1º semestre/2001 99

SPÓSITO, M. E. B. O embate entre as questões ambientais e sociais no urbano. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (orgs). Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 295 – 298.

SPOSITO. M.E.B. A Produção do Espaço Urbano: Escalas, Diferenças e Desigualdades Socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria encarnação Beltrão. (orgs). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo. Contexto, 2011. p. (121-145).

STRAUSS, Anselm L.; CORBIN, Juliet. **Basics of Qualitative Research: Grounded Theory, Procedures and Techniques**, Newbury: SAGE, c1990.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005. p. 51-61.

STURZA José Adolfo Iriam Lugar e não-lugar em Rondonópolis - MT: um estudo de cognição ambiental. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Rio Claro: [s.n.], 2005.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Notas sobre epistemologia da geografia. Cadernos Geográficos**, Florianópolis, n. 12, 63p., maio 2005.

SUZUKI, Juliana Harumi. Considerações sobre o urbanismo de Londrina e suas relações com o modelo da cidade-jardim. In: **Terra e cultura**. Ano XVIII, n. 35, p. 25-39. 2002. Disponível em: http://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/terra_cultura/35/Terra%20e%20Cultura_35.pdf. Acesso em: 6 jan. 2014.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re) ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; ROLLO GONÇALVES, José Henrique (orgs). Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Yi-Fu, Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Tradução Livia de Oliveira – São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-Fu. (1979). Space and place: humanistic perspective. In: Gale, S.; Olsson, G (eds.) *Philosophy in Geography*. Dordrecht, Reidel Publ. Co., p. 387-427. (Publicado originalmente em: *Progress in Geography*. (6) : 211-252, 1974).

TUAN, Yi-Fu. Espaço, tempo, Lugar: um arcabouço Humanista. **Geograficidade** v.01, n.01, Inverno 2011. Disponível em: <http://www.uff.br/posarq/geograficidade/revista/index.php/geograficidade/article/view>. Acesso em: 12 jan. 2013.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. (org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo. Difel.1982. p.143-164.

TUAN, Yi-Fu. Paisagens do medo. São Paulo: UNESP, 2005.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo. Difel, 1980.

UNESCO aprova título de Patrimônio Mundial para a Paisagem Cultural do Rio. **Jornal do Brasil**, 1 julho 2012. Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/07/01/unesco-aprova-titulo-de-patrimonio-mundial-para-a-paisagem-cultural-do-rio/>. Acesso em: 8 ago. 2013.

URBAN, Teresa. Saudade do Matão: relembrando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba. Editora da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza; Fundação MacArthur. 1998.

USGS - GLOVIS (U.S. Geological Survey). **Imagens de Satélite Landsat 8**. Disponível em: <<http://glovis.usgs.gov/>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

ZANIRATO, Silvia Helena. Patrimônio natural e turismo Desafios para a adoção da sustentabilidade em áreas protegidas no Brasil. **Revista Memória em Rede, Pelotas** v.2, n.4, dez.2010 / mar. 2011. Disponível em: www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede. Acesso em: 9 nov. 2013.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100012. Acesso em: 9 nov. 2013.

ZARATTINI, Andréa Curi. IRVING, Marta de Azevedo. A convenção do Patrimônio natural mundial: ressignificações do conceito de Patrimônio natural e institucionalidades em sua aplicação no Brasil. **OLAM – Ciência & Tecnologia**. Rio Claro. Ano XII, n. 1-2, jan/dez. 2012.

YIN, Robert K. Estudo de caso – planejamento e métodos. (2Ed.). Porto Alegre: Bookman. 2001.